Esse é um draft avançado do livro intitulado *Cognitivismo Semântico*, publicado em 2023 pela editora *Appris.* Os únicos capítulos que eu indicaria são o capítulo 8 e o capítulo 3. O restante pode ser melhor encontrado em textos escritos em inglês...

COGNITIVISMO SEMÂNTICO

a filosofia da linguagem sob nova chave

Claudio Costa

_____

FICHA CATALOGRÁFICA:

Autor: Ferreira Costa, Claudio
Título da obra: Cognitivismo semântico: filosofia da linguagem sob nova chave, Belo Horizonte, 2022.

Palavras chave: filosofia da linguagem, nomes próprios, referência, significado

_____

To have, with decency, knocked
That a Blunt should open
To have gathered from the air a live tradition
Or from a fine old eye the unconquered flame
This is not vanity
Here error is all in the not done
All in the diffidence that faltered…

Ezra Pound

SUMÁRIO

PRÓLOGO

PARTE I: TERMOS SINGULARES

1. **CLASSIFICANDO OS TERMOS SINGULARES**
2. **TERMOS INDEXICAIS**
3. **DESCRIÇÕES DEFINIDAS**
4. **TEORIA DESCRITIVISTA DOS NOMES PRÓPRIOS**
5. **TEORIA CAUSAL-HISTÓRICA DOS NOMES PRÓPRIOS**
6. **TEORIA METADESCRIPTIVISTA DOS NOMES PRÓPRIOS**

PARTE II: TERMOS GERAIS

7. **INTRODUÇÃO: DESCRITIVISMO *VERSUS* CAUSALISMO**
8. **PUTNAM: TERRA GÊMEA E A FALÁCIA EXTERNALISTA**
9. **IRREGULARIDADES DO TERRENO CONCEITUAL**

PRÓLOGO

Meu primeiro encontro com as teorias filosóficas dos nomes próprios aconteceu há mais de trinta anos, quando me encontrava na Alemanha escrevendo uma tese sobre a concepção de significado na última filosofia de Wittgenstein. Como seria de se esperar de um neófito recém-convertido, a melhor resposta parecia-me ser a teoria do feixe de descrições definidas, tal como fora comentada pelo próprio Wittgenstein na seção 79 de suas *Investigações Filosóficas*. Por contraste, as poucas leituras que fiz na época sobre a concepção causal-histórica da referência dos nomes próprios proposta por Saul Kripke me deixaram escandalizado. O recurso ao batismo e às cadeias causais externas soava-me como uma explicação mágica da referência. Não que eu me sentisse à vontade com a teoria do feixe. Minha opinião era a de que seria necessário impor uma ordem ao apanhado arbitrário de descrições constitutivas do feixe e que isso só poderia ser feito pelo recurso a alguma regra de ordem superior, capaz de estabelecer o papel e o valor das descrições a ele pertencentes. Mas logo me esqueci do assunto.

Só voltei a me interessar pela questão dos nomes próprios em 2006, por razões meramente acidentais. Lembrei-me então de meu antigo projeto. Escrevi um breve esboço no qual enfatizava o fato de que as descrições definidas pertencentes ao feixe deveriam ser interpretadas como expressões de regras de conexão do nome próprio com o seu objeto de referência. Mais do que isso, me pareceu que em seu aparato cognitivo qualquer falante competente deveria possuir de forma implícita uma regra de ordem superior, uma *regra meta-descritiva* para nomes próprios, capaz de conferir papel e valor aos diversos tipos de regra-descrição constitutivos de cada feixe de descrições associado a cada nome próprio. Tal regra meta-descritiva teria de se aplicar sobretudo a regras-descrições espaciotemporalmente localizadoras e caracterizadoras da razão pela qual o portador de um nome próprio é referido.

Apresentei meu esboço em várias ocasiões, sempre surpreso com a forte reação adversa da maioria dos ouvintes. Contudo, como ninguém me apontava um erro sério e como um pouco de reflexão me mostrava que as objeções poderiam ser facilmente respondidas, prossegui. A teoria metadescritivista dos nomes próprios daí resultante encontra-se exposta no Capítulo 6 do presente livro, sendo o que ele tem de mais interessante a oferecer. Embora essa teoria não deixe de incorporar intuições provenientes da concepção causal-histórica, ela as condiciona a ideias de fundo claramente descritivista, o que faz com que se deixe melhor classificar como uma elaboração muito mais satisfatória da velha teoria do feixe de descrições.

A teoria metadescritivista dos nomes próprios tem a sua maior complexidade justificada por sua coerência interna, além da posse de um poder explicativo claramente superior ao das teorias anteriores. Entre os bons atributos que a recomendam encontram-se: (i) ser capaz de explicar adequadamente como e porque o conteúdo semântico-cognitivo (sentido) do nome próprio pode contribuir para a identificação de seu portador (objeto ou referência); (ii) ser capaz de gerar a ideia de que nomes próprios são designadores rígidos do próprio interior do descritivismo; (iii) ser capaz de explicar, sob uma perspectiva descritivista, como e por que se dá o contraste entre a rigidez dos nomes próprios e a acidentalidade das descrições definidas e, finalmente, (iv) ser capaz de responder de forma plenamente convincente aos mais importantes exemplos já levantados contra a teoria do feixe.

A resposta à questão da natureza do nome próprio é uma pedra angular da filosofia da linguagem. Se ela for alterada, tudo se altera. A teoria causal-histórica dos nomes próprios, advogada por Saul Kripke, Keith Donnellan e outros, produziu uma verdadeira revolução na maneira como entendemos outras expressões referenciais fundamentais, que são as descrições definidas, os indexicais, os termos gerais e mesmo os enunciados, inaugurando uma nova ortodoxia causalista e externalista em filosofia da linguagem. Se proponho uma teoria neodescritivista (metadescritivista) dos nomes próprios que se revele verdadeiramente convincente, o que estou sugerindo traz em seu cerne uma contra-revolução de fundo descritivista-cognitivista, que promete responder de modo mais satisfatório aos problemas que a nova ortodoxia tem gerado desde a década de 1970. Essa é, creio eu, a explicação última da reação de rejeição de parte de ouvintes diante da proposta de uma teoria metadescritivista dos nomes próprios: ela demanda uma inversão da perspectiva hoje mais comum.

Isso também explica as direções que minha pesquisa precisou tomar em seguida. Uma vez que me encontrava investigando a função dos nomes próprios, meu interesse teve de se alargar para a história das teorias descritivistas, bem como para a necessidade de alcançar um entendimento crítico da concepção causal-histórica que fizesse justiça ao trabalho exponencial de Kripke.

A investigação do funcionamento dos nomes próprios inevitavelmente me levou a considerar outras expressões referenciais, como descrições definidas, termos indexicais e mesmo termos gerais, onde a mesma disputa entre a nova ortodoxia do referencialismo causal-externalista e a velha ortodoxia do cognitivismo descritivista-internalista é mantida. Minha pergunta foi irreprimível. Se havia obtido tão bons resultados defendendo uma espécie de cognitivismo metadescritivista essencialmente internalista para o caso dos nomes próprios, por que semelhante maneira de ver não seria capaz de produzir resultados igualmente interessantes quando aplicada a outras expressões referenciais? A tarefa me parecia imensa, mas a intuição era boa, de modo que decidi considerar também essas questões. O objetivo era duplo. De um lado, queria demonstrar as limitações das teorias referencialistas-externalistas aplicadas a outros termos referenciais; de outro, considerando as objeções, queria desenvolver explicações basicamente cognitivistas-internalistas mais convincentes para os modos como descrições definidas, indexicais e termos gerais referem, mesmo que ainda incompletas.

Alguns resultados podem ser de interesse. Entre eles estão a compatibilização do descritivismo de “Russell” com o de “Frege”; uma defesa neofregeana da irrelevância das incongruências não-convencionais em um resgate descritivista do conteúdo semântico “fregeano” dos indexicais, por oposição à tese de John Perry da essencialidade do indexical; a tese da plasticidade do pensamento; uma crítica linguística detalhada à teoria externalista do significado de Putnam e, em complemento a isso, a proposta da existência de regras meta-descritivas por vezes análogas às dos termos singulares na constituição de regras de atribuição de termos gerais.

Trata-se, como creio, de algo que nos aproxima um pouco mais de um conhecimento apto a obter consenso; mais aproximado, portanto, daquilo que em um linguajar genérico chamamos de ciência. Ainda assim, boa parte do que aqui se encontra escrito não vai muito além de esboços rudimentares, que lanço na espectativa de que possam ser melhor desenvolvidos por outros. Assim deve poder ser, dado que filosofia é *work in progress* por definição.

Ao trabalhar com essas questões percebi, em retrospecto, que aquilo que estava tentando fazer poderia ser entendido como a retomada de um programa especulativamente desenvolvido por Ernst Tugendhat em seu clássico livro *Vorlesungen zur einführung in die sprachanalytische Philosophie* (*Lições introdutórias à filosofia analítica da linguagem*), publicado em 1976 – um programa que pode ser considerado o canto de cisne da velha

ortodoxia em filosofia da linguagem. Essa velha ortodoxia teve seus inícios com Frege, Russell e Wittgenstein, tendo prosseguido com P. F. Strawson e John Searle, foi fortemente influente até a década de 1980, pelo menos. Contudo, ela acabou perdendo sua força, à sombra do domínio sempre crescente das concepções externalistas e não-descritivistas do acesso à referência que foram revolucionariamente desenvolvidas na década de 1970 – a nova ortodoxia comandada por filósofos como Saul Kripke, Hilary Putnam e David Kaplan.

Retomando de forma mais clara uma ideia já defendida na interpretação que Michael Dummett fez de Frege, Tugendhat sugeriu em seu livro que se entendesse o programa da velha ortodoxia como sendo, para o caso fundamental da frase enunciativa predicativa singular, o de analisar o sentido cognitivo (*Sinn*) do termo singular como sendo a sua *regra de identificação* (*Identifikationsregel*), o sentido cognitivo do termo geral como sendo a sua *regra de aplicação* (*Verwendungsregel*) – que prefiro chamar de *regra de atribuição* – e o sentido cognitivo ou epistêmico (*epistemisches Gehalt*) da frase enunciativa predicativa singular completa como sendo a sua *regra de verificação* (*Verifikationsregel*). Essa última regra poderia ser entendida como a resultante da aplicação combinada das duas primeiras (da regra de identificação, que identificaria o objeto ao qual se aplicaria a regra de atribuição), o que foi concebido por Tugendhat como uma maneira analiticamente aprofundada de se falar da verificação em termos de significado e, ultimadamente, da verdade no sentido tradicional de correspondência (nada a ver aqui com as objeções feitas à espécie de verificacionismo dos positivistas lógicos!). Ora, meu objetivo deixa-se também explicar como sendo o de justificar e analisar em algum detalhe cada uma dessas regras em sua natureza, estrutura, subdivisões e relações, além de tentar esclarecer seu status ontológico, assim como atributos a elas relacionados, como os de existência e verdade.

Essas são as estações do presente texto, que foi escrito na intenção de ser entendido por leitores que, apesar de versados em filosofia, não precisassem possuir conhecimento especializado de filosofia da linguagem.

Em adição, devo observar que o trabalho com esse livro foi interrompido em 2011 para que me fosse possível escrever dois livros em inglês: *Lines of Thought: Rethinking philosophical assumptions* (2014) e *Philosophical Semantics: Reintegrating Theoretical Philosophy* (2018). Os conteúdos dos três livros são parcialmente inclusivos e complementares. Estou convencido de que juntos eles oferecem uma chave sistemática mais plausível para a solução de alguns problemas resilientes da filosofia linguístico-analítica contemporânea, uma chave em grande parte baseada na escolha de variedade de pressupostos teóricos *prima facie* mais plausíveis. (Daí o grande número de referências cruzadas no presente texto.)

Um único exemplo para ilustrar a complementariedade em questão: foi só no livro *Philosophical Semantics* que tratei do enunciado completo, que não deixa de ser um caso especial de expressão referencial. O significado cognitivo do enunciado foi lá analisado em termos de regras verificacionais, o que foi feito juntamente com uma crítica a entendimentos formalistas seriamente equivocados que filósofos do Positivismo Lógico e sua descendência (que vem pelo menos de W. V. Quine a Saul Kripke, passando por Donald Davidson) tiveram do verificacionismo semântico originariamente proposto por Wittgenstein. Esses entendimentos equivocados geraram críticas igualmente equivocadas e, no final das contas, uma rejeição enganosa, posto que bloqueadora dos caminhos da investigação concernentes ao modo mais natural e potencialmente frutífero, em meu juízo inevitável e único, de se analisar significados cognitivos de sentenças assertivas sem ter de reaplicar o próprio conceito de significado. Finalmente, também no livro *Philosophical Semantics* foi esboçada uma versão genuinamente abrangente da teoria correspondencial da verdade que se demonstrava

compatível com o verificacionismo semântico. Tugendhat, admitindo essa mesma compatibilidade, demonstrou-se mais uma vez presciente.

Natal 2022

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer aos editores da revista *Dissertatio* por ter publicado conteúdos que originaram partes do presente livro. Devo agradecer ao CNPq por uma bolsa de pós-doutorado na Universidade de Konstanz junto ao professor Wolfgang Spohn, onde permaneci pelo período de 2008 a 2010 e onde pude desenvolver as primeiras versões do presente texto. Em especial gostaria de agradecer ao professor Wolfgang Spohn por ler e discutir comigo uma versão inicial de minhas ideias sobre como nomes próprios referem. Também gostaria de agradecer ao professor João Branquinho pelas discussões sobre nomes próprios nos colóquios da Universidade de Lisboa, além da professora Anna-Sofia Maurin e seus bem preparados alunos da Universidade de Göteborg em 2016/1. Sou também muito grato a François Recanati pela gentileza de ter-me aceito para um pós-doutorado no Institut Jean Nicod em 2016/2, ao professor Peter Stemmer por me ter-me aceito para pós-doutorado na Universidade de Konstanz em 2021 e, ainda, ao professor Francesco Orilia pelas discussões sobre a referência dos termos singulares na Universidade de Macerata. Outras pessoas a quem sou grato são o professor Manuel Garcia-Carpintero, que em 2006 me incentivou a dar início a essa pesquisa, assim como aos professores Richard Swinburne, Marco Antônio Caron Ruffino, Guido Imaguire, Daniel Durante, Josaílton Fernantes de Mendonça, Ethel Rocha, Cinara Nahra, André Leclerc e Nelson Gomes, por objeções e (principalmente) estímulos. Finalmente, gostaria de manifestar meus agradecimentos aos meus ex-colegas Fernando Fleck e Fernando Rodrigues, além dos professores Raul Landim e Guido Antônio de Almeida, por meio dos quais há muitos anos descobri a importância das *Vorlesungen* de Ernst Tugendhat.

SUMÁRIO

PRÓLOGO

PARTE I: TERMOS SINGULARES

10. CLASSIFICANDO OS TERMOS SINGULARES
11. TERMOS INDEXICAIS
12. DESCRIÇÕES DEFINIDAS
13. NOMES PRÓPRIOS (I): DESCRITIVISMO
14. NOMES PRÓPRIOS (II): REFERENCIALISMO CAUSAL
15. NOMES PRÓPRIOS (III): METADESCRITIVISMO

PARTE II: TERMOS GERAIS

16. INTRODUÇÃO: DESCRITIVISMO *VERSUS* CAUSALISMO
17. PUTNAM, A TERRA GÊMEA E A FALÁCIA EXTERNALISTA
18. IRREGULARIDADES DO TERRENO CONCEITUAL

PARTE I: TERMOS SINGULARES

1

CLASSIFICANDO OS TERMOS SINGULARES

Quero começar mapeando brevemente o território a ser explorado ao expor a classificação tradicional dos termos singulares.

Tipos de termos singulares

Um termo singular é aquele *que é usado para identificar um único objeto* (um particular, um indivíduo), *ao distingui-lo de uma multiplicidade de outros objetos*.[1] Nas línguas europeias, o termo singular costuma ser claramente divisível em *indexical*, *descrição definida* e *nome próprio*.

Comecemos com os assim chamados termos indexicais.[2] Eles são termos singulares cuja referência costuma variar a cada diferente contexto de proferimento. Indexicais costumam ser introduzidos através de exemplos. Eles são pronomes demonstrativos, como 'este', 'isso', 'aquele', 'aquilo', pronomes pessoais, como 'eu', 'tu', 'ele', 'ela', pronomes possessivos como 'meu', 'teu', 'dela', advérbios como 'aqui', 'agora', 'hoje', 'ontem', 'amanhã', e ainda adjetivos como 'atual' e 'presente'.

Podemos distinguir, como David Kaplan o fez, entre indexicais *demonstrativos* e *puros.*[3] Os primeiros são basicamente pronomes demonstrativos e possessivos como 'este', 'esta', 'isto', 'aquilo', 'ele', 'ela', 'meu' 'seu', 'sua'.[4] Eles precisam vir acompanhados de algo mais para poderem selecionar seus objetos de referência. Esse algo mais, além de ser interiormente uma intenção referencial, deve ser exteriormente algo que a demonstra, que pode ser um gesto de ostensão (ex: aponta-se para um objeto), quando não algum pressuposto contextual (ex: um raio visível da janela cai em uma região próxima) ou algum elemento descritivo complementar desambiguador, geralmente um sortal, capaz de esclarecer o que o falante intenciona referir, produzindo o que é chamado de um *indexical complexo*, (ex.: expressões como 'essa bola' ou 'aquele livro de capa azul na estante'). Já os indexicais puros são aqueles cuja referência é automática, não dependendo nem de ações, nem de intenções. Eles se exemplificam basicamente pelo pronome pessoal 'eu' e por advérbios como 'aqui', 'agora', 'hoje', 'amanhã'...

---

[1] Tugendhat 1976, p. 425 ss.

[2] A palavra 'indexical' vem da noção de índice de C. S. Peirce. Outros termos usados no mesmo sentido são *particulares egocêntricos* (Russell), termos *token-reflexivos* (Hans Reichenbach), *indicadores* (Nelson Goodman, W. V. Quine), *demonstrativos* (John Perry) e *dêiticos* (Ernst Tugendhat, John Lyons, S. C. Levinson).

[3] 1989, pp. 490-491.

[4] Note-se que nem sempre esses termos funcionam como indexicais. Considere: (i) "Todo adolescente pensa que *ele* é um adulto" (ocorrência como variável ligada), (ii) "Maria teve um filho; *ela* está muito feliz" (ocorrência anafórica). Contudo, esses pronomes podem ser excluídos sem prejuízo do significado como em: (i') "Todo adolescente pensa que é adulto" e (ii') "Maria está muito feliz por ter tido um filho". Isso indica que eles têm aqui uma função derivada, diversamente de suas funções indexicais primárias.

Há muitas outras expressões cujo conteúdo, em maior ou menor medida, depende do contexto. Como John Searle observou, é até mesmo razoável pensar que *todos* os nossos enunciados empíricos possuem algum grau de indexicalidade.[1] Considere, por exemplo, o enunciado singular "Galileu foi o primeiro a expor claramente a lei da inércia" e o enunciado universal "Todos os corpos materiais possuem força gravitacional". Parece claro que com o enunciado sobre a descoberta da lei da inércia estamos nos referindo indexicalmente a um acontecimento no planeta Terra no século XVII. Se em algum outro planeta habitado de outra galáxia alguém descobriu a lei da inércia há milhões de anos, isso não afetará a verdade desse enunciado, uma vez que ele foi indexado à história do desenvolvimento científico em nosso planeta. Quanto ao enunciado sobre a universalidade da "força" gravitacional, ele é considerado verdadeiro em relação ao nosso universo. Se existir um universo paralelo cujos corpos massivos não curvam o espaço-tempo ao seu redor de modo a produzir o que chamamos de gravidade, o enunciado não deixará por isso de ser verdadeiro, posto que a universalidade em questão é indexada ao nosso universo.

Não obstante, mesmo que a maioria de nossos enunciados considerados não-indexicais contenha um elemento indexical oculto em seu pano de fundo contextual, isso não destrói nosso entendimento dos indexicais, pois ao falarmos de termos indexicais no sentido próprio estamos fazendo um uso muito mais restritivo da ideia em questão. Nós queremos nos limitar às expressões que, embora variem suas referências com a variação do contexto de proferimento, fazem isso com a função prescípua de designar referentes em sua relação espaciotemporal interna ao contexto do proferimento (exs.: 'isso', 'aquilo', 'eu', 'tu', 'agora') ou ao menos proximamente associada a ele (exs: 'acolá', 'amanhã', 'depois-de-amanhã', 'ontem', 'antes-de-ontem', 'na semana passada'...). Quando a relação espaciotemporal se encontra muito distante desse "aqui e agora" do proferimento do falante, o esperado é que deixe de ser intuitiva a consideração do proferimento como propriamente indexical. Considere os proferimentos: "A Próxima do Centauro está a 4243 anos-luz de distância de nós" e "Os estromatólitos viveram há 3,45 bilhões de anos". Expressões como 'a 4243 anos-luz de distância de nós' e 'há 3,45 bilhões de anos" não são, pela caracterização acima, indexicais como 'lá' e 'ontem', posto que seus referentes se encontram respectivamente, no espaço e no tempo, demasiado distantes do contexto do proferimento (limites são aqui inevitavelmente indeterminados).

Passemos agora às descrições definidas. Elas são complexos nominais geralmente iniciados com um artigo definido no singular. Exemplos são 'a dama das camélias', 'a cidade luz', 'a Estrela D'alva'. Embora estandartizáveis sob essa forma, as descrições definidas nem sempre se apresentam assim: ao invés de 'a avó que eu tenho' costumo dizer 'minha avó'. O que caracteriza as descrições definidas mais propriamente é que elas sejam capazes de representar ou conotar, através de seu sentido, propriedades distintivas do objeto ao qual se referem. Assim, a descrição 'o pai do filósofo Aristóteles' é referencial por representar uma propriedade distintiva de uma pessoa de ser o pai de Aristóteles. Algo assim se aplica a outras descrições definidas listadas acima, capazes de conotar respectivamente as propriedades distintivas de gostar de camélias, de ser uma cidade extraordinariamente bela, de ser um planeta (Vênus) que brilha na alvorada. Por outro lado, uma expressão como 'O Sacro Império Romano' (o qual, como notou Voltaire, não era nem sacro, nem império nem

[1] Searle 1983, p. 221.

romano) não é uma descrição definida, mas um nome próprio (recebendo por isso iniciais maiúsculas), posto que não conota propriedades do objeto referido.

As descrições definidas fazem contraste com as *descrições indefinidas*, que costumam começar com artigo indefinido como, por exemplo, 'uma mulher', 'um terno azul'. Essas últimas nos permitem apenas falar de algum objeto qualquer pertencente a uma classe de objetos, mas sem demandar sua identificação. Por serem incapazes de identificar um único objeto específico distinto de uma multiplicidade de outros, elas não são termos singulares.

Os nomes próprios, por fim, são expressões geralmente destituídas de complexidade sintática, ainda assim mantendo a função de designar um certo objeto singular na independência do contexto do proferimento.[1] Diversamente das descrições definidas, nomes próprios não exprimem sentidos claramente distinguiveis, que os relacionam à identificação da referência. Por isso o filósofo J. S. Mill sugeriu que eles não conotam propriedades específicas do objeto referido; eles simplesmente o denotam. Mesmo quando eles possuem alguma complexidade sintática, como é o caso do nome 'Touro Sentado', ela geralmente de nada serve à referência.

Nomes próprios são classificados nos livros escolares como nomes de pessoas, objetos ou lugares. Mas essa é uma classificação simplificadora se considerarmos a grande variedade de objetos particulares que podem ser referidos por eles. Além de nomes de pessoas e animais, há nomes de construções humanas como cidades, de objetos geológicos como montanhas e rios, de objetos astronômicos como planetas e nebulosas, de fenômenos naturais como furacões e vulcões, de regiões geográficas e de instituições financeiras, além de nomes de objetos abstratos, como é o caso dos números em matemática.

Relações entre os tipos de termos singulares

Faz parte da concepção essencialmente cognitivista-descritivista a ser defendida nesse livro a sugestão de que não deve haver uma fronteira nítida a separar os indexicais de descrições definidas e essas últimas dos nomes próprios. Uma descrição definida como 'o homem que está discursando naquele palanque', por exemplo, é conotativa, mas contém o demonstrativo 'naquele' com função indexical. Nesse sentido ela não é uma descrição definida tão exclusiva quanto, digamos, 'o sapo barbudo'. Considere agora um termo singular como 'o Cristo Redentor'. Vindo antecedido de artigo definido, ele conota descritivamente a propriedade identificadora da estátua, que é a de ser uma homenagem ao Deus cristão. Ele contém, pois, elementos de descrição definida. Contudo, ele também possui alguns traços de nome próprio, na medida em que ao usá-lo não costumamos ter em mente apenas a homenagem ao filho do Deus cristão, mas a própria estátua do Cristo situada no alto do Corcovado. Assim, a expressão 'o Cristo Redentor' parece estar a meio caminho entre uma descrição definida e um nome próprio. Muito diferente é o caso de um nome próprio típico como 'Machado de Assis', referente ao grande escritor carioca. Mesmo que 'machado' conote uma ferramenta e 'Assis'

[1] Nomes próprios de pessoas costumam ser, em sua expressão fonética e ortográfica, multiplamente ambíguos, de modo que a unicidade de sua designação acaba por depender do contexto em que são usados. Contudo, esse fato não nos leva à confusão, pois geralmente há um contexto claramente desambiguador do nome próprio. Esse contexto não é só o do proferimento, mas o de uma pluralidade de crenças interligadas conectadas às circunstâncias do proferimento, as quais, como veremos, fazem, em geral, valer um domínio restrito de objetos que contém aquele a ser selecionado por uma específica regra de identificação para o nome. (*Cf.* Capítulo 6.)

uma cidade, esses elementos descritivos não tem nenhuma função identificadora, pois o escritor nem era um machado, nem nasceu na cidade de Assis.

Há uma hipótese vislumbrada por filósofos como P. F. Strawson[1], que ajuda a explicar a ausência de fronteiras nítidas entre indexicais, descrições definidas e nomes próprios. Queria expô-la como contendo a sugestão de que deve haver uma progressão genético-estrutural, que vai dos indexicais para as descrições definidas e delas para os nomes próprios.[2] Os indexicais parecem ter de algum modo prioridade como fontes originadoras da referência. Afinal, a maneira pela qual crianças aprendem a identificar objetos nos estágios iniciais do aprendizado da linguagem é por intermédio de atos de chamar a atenção e apontar da parte dos adultos que se encontram à volta. Como veremos, é bem razoável pensar que com base nesse uso indexical da linguagem por outros nós assimilamos regras de identificação, as quais podem mais tarde ser expressas por meio de descrições definidas que, diversamente dos indexicais, podem ser usadas para a comunicação mesmo na ausência dos objetos por elas referidos. Essa é a vantagem da *constância* presente nas descrições definidas e ausente nos indexicais. Finalmente, como as maneiras de se identificar um mesmo objeto, assim como as descrições correspondentes, podem se diversificar cada vez mais, nós aprendemos a colocar uma palavra no lugar de toda a variedade de descrições definidas que podem ser usadas para designar um mesmo objeto, sendo essa palavra aquilo que chamamos de nome próprio. O nome próprio seria, sob essa concepção, uma palavra usada indistintamente para significar essa ou aquela descrição, ou conjunção de descrições identificadoras, sem que seja necessário explicitá-las.[3] Com isso podemos nos comunicar sobre objetos sem precisarmos nos preocupar com o compartilhamento dos conteúdos de todas as múltiplas descrições específicas que podem ser a eles associadas. Ganham assim os nomes próprios, além da vantagem da constância, típica das descrições definidas, também a vantagem da *flexibilidade*. Essa progressão é sugestiva de nossa hipótese de trabalho e indicadora de um itinerário a ser seguido.

---

[1] 1959, parte I.

[2] Mesmo admitindo que o indexical dependa do uso de conceitos para ser capaz de identificar algo, parece claro que o indexical deve ter um papel fundamental no aprendizado inicial de novos conceitos.

[3] Estou considerando esse processo em termos tendenciais. Naturalmente, um nome próprio também pode gerar uma descrição definida, como no caso da descrição laudatória 'o mestre dos que sabem' usada por Dante para se referir a Aristóteles.

2
TERMOS INDEXICAIS

Indexicais são termos singulares que nos permitem identificar particulares diferentes através dos diferentes proferimentos nos quais eles comparecem. Eles são epistemologicamente importantes porque através deles é que a linguagem, por assim dizer, toca na realidade. Geralmente se admite que um indexical possui minimamente duas espécies de significado: a *função lexical*, que poderia ser chamada de o significado linguístico, e o *conteúdo semântico*, que poderia ser com razão chamado de conteúdo de significação ou sentido (que para nós será um *Sinn* neofregeano), que prescinde do status ontológico realista a ele dado por Frege). Para explicá-los quero começar considerando cada um desses significados separadamente.

A função lexical (também chamada de 'sentido literal', 'significado simbólico', 'caráter', 'papel'...) é algo que *não varia* com a variação do contexto do proferimento. Mas antes, o que é o *contexto do proferimento*? A resposta é que se trata de uma composição de elementos, dos quais os mais proeminentes são:

(a) o *falante*,
(b) o *auditório*,
(c) o *objeto* (*particular*) referido pelo indexical,
(d) *local* e o *tempo* em que o proferimento ocorre.

É aqui importante distinguirmos o *contexto de ocorrência* do proferimento de seu *contexto de avaliação*, que pode ser definido como sendo aquele que efetivamente determina o valor-verdade do pensamento expresso pelo proferimento.[1] Embora eles geralmente se identifiquem, eles também podem diferir. Assim, se digo "Viajarei amanhã", o contexto do proferimento é o que está presente, mas ele difere do contexto de avaliação, que só existirá amanhã, quando o fato-evento de minha viagem se tornar o fazedor-da-verdade (*truth-maker*), o referente externo de meu proferimento presente.

A lista (A) que exporei a seguir apresenta algumas regras que constituem funções lexicais originárias mais comuns. Chamo-as de *originárias* ou *standards* porque quero excluir funções adicionais geneticamente derivadas que aparecem em contextos específicos.[2] Elas se justificam pelo fato de serem condições para o surgimento das funções adicionais, não dependendo delas para existirem. Elas também são genéticas no sentido de que é a elas que somos inicialmente apresentados quando aprendemos a linguagem. Sem a estratégia de

[1] Não pretendo com 'contexto de avaliação' dizer o mesmo que 'circumstances of evaluation' em David Kaplan (1989: 494), pois não se trata, como nesse autor, de um mundo possível, mas de um contexto factualmente dado em nosso próprio mundo real, como logo veremos.

[2] Por exemplo: o advérbio 'agora' é originariamente aplicado ao tempo do falante, mas se ouço ao telefonar a mensagem "Agora não estou, por favor, deixe uma mensagem...", o 'agora' é aplicado ao tempo do ouvinte. Com a introdução de definições válidas para contextos standards evitamos ou, ao menos, postergamos dificuldades como essa e, na verdade, muitas outras.

recorrer à funções lexicais standards e de reconhecer o seu primado nós nos perderíamos irremediavelmente em questões menores. Por exemplo, se em um romance aparece a palavra "eu" dita por um de seus personagens, ele está se referindo a si mesmo no momento em que fala no interior do lugar e tempo ficcionais no qual se desenrola a estória... Mas essa não é a maneira dialógica originária de me referir a mim mesmo, que, como veremos, é uma referência a uma pessoa real no momento em que fala.

Sugiro, pois, que devamos começar investigando a semântica dos termos indexicais como eles são originariamente usados em situações dialógicas da linguagem natural, pois é sobre esses sentidos standards que serão feitas adições posteriores que, se consideradas, os tornariam virtualmente indefiníveis. Eis como algumas regras constitutivas de funções lexicais standard podem ser apresentadas:

A

1. Aplicamos o demonstrativo 'este' com a função de indicar um objeto material fisicamente próximo do falante, podendo muitas vezes ser indicado por um gesto de ostensão.
2. Aplicamos o demonstrativo 'aquele' com a função de indicar um objeto material fisicamente mais distante do falante, podendo muitas vezes ser indicado por um gesto de ostensão.
3. Aplicamos o pronome pessoal 'eu' para indicar quem o está proferindo no momento em que o profere.
4. Aplicamos a palavra 'nós' para indicar os falantes e ouvintes presentes em seu proferimento.
5. Ao aplicarmos os pronomes 'tu', 'vocês', 'ele', 'ela', 'eles', 'elas', costumamos indicar componentes do auditório, respectivamente o ouvinte, os ouvintes, um terceiro, uma terceira, os terceiros, as terceiras, primariamente no contexto do proferimento.
6. Aplicamos os advérbios de lugar 'aqui' e 'agora' para indicar respectivamente o lugar e o momento em que são proferidos.
7. Aplicamos os advérbios de tempo 'hoje', 'ontem' e 'amanhã' para indicar respectivamente o dia do proferimento, o dia anterior ao do proferimento e o dia posterior ao do proferimento.

A função lexical standard de um indexical deve ser entendida como uma *invariante*, uma vez que se traduz em uma única regra capaz de se aplicar a uma ilimitada diversidade de elementos contextuais do tipo por ela especificado (o pronome 'eu', por exemplo, é feito para se referir a qualquer pessoa que o proferir no momento de seu proferimento). Essas regras por si só já demonstram a insuficiência da função lexical para aquilo que nos é de maior interesse, como o 'eu' em um proferimento como "Eu estou com dor de cabeça", que tem uma significação ou conteúdo semântico diverso quando dito por pessoas diferentes, pois sua presença pode em um caso tornar o proferimento verdadeiro, noutro falso.

Vejamos agora a segunda espécie de significado do indexical – a que nos interessa. Ela é o que tem sido chamado de *conteúdo semântico*. Diversamente do caso do sentido lexical, o conteúdo semântico do indexical varia com o contexto em que é proferido, com a situação real de fala. É fácil demonstrar essa variação. O proferimento indexical "Eu estou com dor de cabeça" dito por duas pessoas diferentes produz conteúdos semânticos diferentes, indicações semanticamente diversas. O enunciado "Aquilo é um golfinho" dito duas vezes apontando para objetos diferentes (ou mesmo para um mesmo objeto em tempos diferentes) também parece produzir conteúdos semânticos diferentes. A razão é que a diversidade dos objetos

referidos ou dos contextos espaciotemporais nos quais se encontra um mesmo objeto já basta para alterar os conteúdos semânticos pertencentes ao que é dito.

Não parece vão notar que há, para além do que foi indicado acima, uma implícita variabilidade no que poderíamos chamar de *profusão* de conteúdo semântico, melhor dizendo, semântico-cognitivo, implícito no contexto de avaliação. Suponha que um aluno, ao ouvir seu nome lido alto pelo professor, responda: "(Eu) estou aqui". No contexto, é o próprio aluno em carne e osso que se auto-refere: ele torna pública uma regra para a sua identificação física pelo nome. Suponha agora, por comparação, que após uma operação um homem acorde em um leito de hospital e que, segurando a sua mão, sua esposa lhe diga: "Eu estou aqui". Como no caso anterior, o pronome pessoal 'eu' traz a público uma regra identificadora de quem fala no momento em que fala. Mas há um grau muito maior de profusão, de riqueza, no modo de apresentação intencionado pelo falante. No primeiro caso, o pronome indica para outros um certo aluno de um certo sexo com um certo aspecto pertencente a uma certa classe, sem maiores especificações. No segundo caso, o mesmo pronome indica uma mulher, mas – ao menos para ouvinte e o falante – uma mulher associada a traços físicos e psicológicos peculiares, além de uma história relacional complexa e carregada de memórias compartilhadas. Nesses exemplos o conteúdo semântico do 'eu', o modo como ele é apresentado, não parece incluir só a localização espaciotemporal de quem fala, mas ir um pouco ou mesmo muito além disso. Vemos assim que o indexical também funciona como um instrumento para identificar elementos submersos na referência, de um modo variadamente determinado, compartilhados entre falante e ouvinte. No exemplo em questão isso ocorre de modo limitadamente compartilhado, mas em um outro caso, como quando, digamos, Donald Trump diz "eu" para a sua platéia cativa, uma profusão de conteúdo é imediatamente compartilhada com ela. Parece aqui que o pronome "eu" se refere então a muito daquilo que o nome próprio da pessoa pode querer dizer.

Imagine, para tornar a ideia mais factível, uma comunidade de pessoas que não fizesse uso de nomes próprios nem de descrições definidas, mas apenas de indexicais. Nesse caso, parece claro que o conteúdo semântico aliado a pronomes pessoais como 'eu', 'ele', 'ela', 'eles', 'elas' precisaria abranger muito mais. Nesse caso parece que o conteúdo semântico de 'ela' no proferimento "Ela é minha neta" seria mais abrangente; o 'ela' traria implícitos conceitos como o de uma criança próxima do falante, com certa aparência específica, comportamentos, relações de consanguinidade, etc. Imagine agora que também faltasse a essa comunidade muitos termos conceituais, existindo apenas o conhecimento tácito deles. Digamos que faltasse a ela nomes comuns como 'cadeira' ou 'tigre'. As pessoas poderiam ainda dizer: "Isso... para sentar", "Aquilo... animal perigoso". Mas parece claro que o 'isso' e o 'aquilo' se encontram carregados de conteúdos adicionais de significação que não estão sendo expressos. (Para contrastar, compare esses casos com o caso oposto, simplificado: o de um aparelho que, para ser encontrado, sempre anuncie a frase digitalizada "Eu estou aqui", ou ainda, o de um papagaio que aprende a dizer "Eu me chamo Loro". Em tais casos o pronome pessoal deixa de ser pessoal no próprio sentido standard para ganhar sentidos derivados empobrecidos, posto não ser mais proferido por pessoas.) Não obstante, pelo próprio fato de indexicais poderem ser substituídos por uma descrição definida como 'a sua esposa', ou um nome próprio, como 'Donald Trump', e por termos gerais como 'cadeira' e 'tigre', fica demonstrado que esses indexicais estão comparecendo como carreadores secundários dos significados desses mesmos termos, o que nos trás de volta ao ponto de partida, que é o de expor usos standards ou originários, restringindo-nos a eles.

Vejamos primeiro o caso do pronome pessoal 'eu'. Consideremos exemplos standards do uso da regra e não casos visivelmente derivados, como o proferimento "Eu lhe peço para

fechar a porta" ao invés da frase "Eu recomendo o hotel *Blumenhof*" que aparece de modo impessoal em uma busca no Google. Ou seja: originariamente o 'eu' significa aquela *pessoa* que está se auto-referindo no momento em que se auto-refere dentro de um contexto específico, pois não se trata de um mero "isso aqui". Basta vermos o que acontece: Quando ao fazer um pedido uso a palavra 'eu', estou me referindo a mim mesmo, a um ser humano, e mesmo uma criança é capaz disso. Mas preciso primeiro entender o que estou fazendo, diversamente do que é sugerido pelos teóricos da referência direta, que imaginam que o conteúdo semântico deva ser o próprio objeto referido. Afinal, preciso ser capaz de dar um sentido, um significado ao objeto-eu ao qual estou me referindo. Mas – supondo que essa ideia de que a referência ao eu dependa de um conteúdo semântico cognitivamente considerado seja verdadeira – como isso poderia se dar?

Teóricos externalistas da referência direta, que analisaram o conteúdo semântico como sendo o próprio objeto de referência, entenderam o sentido lexical como sendo o mesmo que o *sentido* (*Sinn*) fregeano, o *caráter* (Kaplan), o *papel* (Perry). Vejo nisso um erro de grande consequência. Afinal, para Frege o sentido (*Sinn*) é o *modo de apresentação* da referência; mas o demonstrativo 'aquele' nos proferimentos "Pegue *aquele* comprimido", "Pegue *aquele* comprimido (o maior)" e "Pegue *aquele* comprimido (o maior de cor azul na estante à sua frente)" parecem sugerir modos de apresentação mais particularizados de uma mesma referência em sua relação com o ouvinte, sem se identificarem com o sentido lexical, que permanece o mesmo. Parece, pois, que o sentido fregeano é *algo mais* do que sentido lexical. O sentido lexical, como veremos, nos diz tanto quanto a definição do indexical nos diz do indexical, quanto a definição do nome próprio nos diz do nome próprio, ou quanto a definição de uma descrição definida, ou a de um predicado, nos diz desses tipos de termos referenciais... Essas definições encontram-se todas em um msmo nível semântico, diferente do nível muito mais particularizado dos modos de apresentação de uma referência para aquele que fala ou que ouve. Daí ser plausível, em se tratando de indexicais, fazermos retornar o sentido (*Sinn*) fregeano ao nível do conteúdo semântico. Mas se for assim o conteúdo semântico não deverá ser entendido em termos de referência (*Bedeutung* em Frege) *tout court*, como quiseram os teóricos da referência direta, mas em termos de conteúdo de significação entendido como um modo de apresentação cognitivamente dado. Mais além, diversamente de Frege, mas em consonância com o pensamento de um intérprete de Frege como Michael Dummett, sugiro que devamos entender o conteúdo semântico do indexical sob a perspectiva internalista de uma *regra de identificação semântico-cognitiva*, de uma regra de identificação que se forma na presença ou dependência do referente e que é capaz de ser comunicada. É essa regra de identificação indexical que pretendo analisar aqui.

Considere: para entender pronomes pessoais como eu, ele, ela, eles... precisamos entender primeiro o que é *uma pessoa qualquer* e depois saber *como situá-la em um contexto*, podendo a isso serem adicionadas coisas como o seu *sexo* (ele, ela), a ideia de uma *multiplicidade* de pessoas (eles, elas), etc. Precisamos, pois, ao que parece, associar ao pronome pessoal 'eu' uma regra de identificação suficientemente específica para cada eu pessoal diverso que o usa e sermos capazes de aplicá-la dentro de um contexto espaciotemporal à pessoa que a satisfaz, mesmo que essa regra seja formada imediatamente, dentro desse próprio contexto espaciotemporal, dado que desse modo, pelo compartilhamento de uma regra de identificação específica no contexto interpessoal de uso do indexical, será possível a comunicação.

Antes de considerar tais regras, detenhamo-nos um pouco na consideração do objeto real de referência do pronome pessoal 'eu'. Precisamos notar que ele mais propriamente se refere a uma certa pessoa que possui um eu (um eu pessoal), entendendo-se por pessoa aquilo que P. F. Strawson reconheceu como algo constituído *pela combinação de uma mente humana e de*

um corpo físico-biológico[1]. Trata-se aqui da referência a um eu pessoal que se encontra sempre espaciotemporalmente situado, que é constitutivo da própria pessoa que o está proferindo, a qual, enquanto mente, possui um *eu psicológico.* Não se trata, pois, da referência a um eu qualquer, mas *ao eu psicológico da pessoa que fala*. E ainda assim, não pode se tratar de um mero eu humiano, por ele dramaticamente entendido como um fluxo de estados mentais (compreendendo pensamentos, emoções, sensações, propriocepções...) em contínua alteração[2], e menos ainda de um eu entendido como algum portador cognitivamente inapreensível desse fluxo de estados mentais, como muitos pensaram.[3]

Mas então, de que se trata esse eu que quero considerar como pertencente a uma pessoa específica? Ora, trata-se do que poderíamos chamar de nossa auto-imagem, constituída de nada mais do que conjuntos de pensamentos sobre nós mesmos, sentimentos, memórias, traços psicológicos, disposições, capacidades, coisas que sempre outra vez experienciamos em nós mesmos, mesmo que em permanente estado de auto-estruturação. Trata-se de um eu psicológico que em suas partes é sempre auto-acessível, mesmo que como um todo não possa ser imediatamente acessível, dando a impressão de estar para além da auto-experiência sendo então por vezes chamado de um Eu transcendental, não-empírico. A razão para essa inacessibilidade nada tem, pois, de misteriosa: o eu dito fenomenal-empírico não tem como dobrar-se sobre si mesmo de modo a se auto-evidenciar como uma totalidade, posto que não pode ser observador e observado ao mesmo tempo. Mas ele pode (em princípio) ter acesso aos mais diversos constituintes reiteradamente acessíveis de si mesmo, ainda que em tempos diferentes, de modo a formar ao final uma ideia, uma imagem de si mesmo.[4] Para ilustrar: se a constituição egoica de uma pessoa fosse formada pelas propriedades mentais {P1, P2, P3, Pn}, podemos imaginar que em um dado momento {P1, P3... Pn} experienciam P2, e que em outro momento {P1, P2... Pn} experienciem P3, mas não que{ P1, P2, P3... Pn} seja capaz de experienciar {P1, P2, P3... Pn}.

É desse modo que o eu pode ser auto-acessível e entendido como algo que permanece o mesmo e que é capaz de se auto-estruturar de forma duradoura, diversamente do fluxo humiano de estados mentais rapidamente se sucedendo uns aos outros e ao qual temos sempre acesso como mera "interioridade" e não mais do que isso. Quando penso em meu próprio eu, porém, é naquilo que sou, é no que poderíamos chamar de uma *constituição egoica subjetiva* pertencente à minha pessoa e que nunca estou experienciando diretamente como um todo, mas da qual formo uma ideia com base em estados mentais que se reiteram, que são mais ou menos inter-relacionados, que por vezes me vêm à mente e aos quais posso me referir. Esse é o verdadeiro eu constitutivo da pessoa. Mas se é assim, ele não é um eu ao qual tenho um *direto* acesso cognitivo; meu acesso a ele é indireto, através, se quiserem, de uma "teoria" aos poucos construída sobre quem eu sou, uma teoria que originou-se de seleções derivadas da

---

[1] Sigo aqui a muito plausível concepção de P. F. Strawson (1959 II), segundo a qual uma pessoa é uma entidade mista, que é objeto de dois tipos de predicados: os predicados-P (de consciência) e os predicados-M (corporais).

[2] Considerando a impossibilidade de se encontrar o "eu" (*self*) como substância, Hume famosamente o considerou como "nada mais do que um feixe ou coleção de percepções diferentes, que se sucedem umas às outras com uma inconcebível rapidez, e que estão em perpétuo fluxo e movimento" (1978: 252). Para compreender o alcance da sugestão de Hume, tente imaginar-se a si mesmo em um quarto escuro e silencioso, sem sensações táteis e nem sequer proprioceptivas e sem pensamentos nem emoções... parecerá como se você deixasse de existir.

[3] Digamos, um puro Eu necessário e idêntico tal como é exposto no parágrafo 57 de *Ideen I* de Edmund Husserl (2002).

[4] *Cf.* Costa: "Definindo Identidade Pessoal", in *Arquiteturas Conceptuais*, 2022.

experiência direta do fluxo humiano de estados mentais. Conclusão: a referência ao eu não pode ser direta, pois não podemos ter a experiência direta de nossos próprios eus, dado que nossa consciência de nós mesmos é a de uma construção ideativa que plausivelmente supomos corresponder a alguma coisa real. Mas nem por isso se trata de um eu inacessível, ainda que possa produzir tal ilusão.

Assim, o que está sendo demandado na regra 3 da lista A é a presença de constituições egoicas subjetivas, sendo estas as que correspondem ao uso ordinário da palavra 'eu' como parte constitutiva de uma pessoa. Através de A3 estamos considerando as conformações mentais-disposicionais persistentes, que geralmente devem vir associadas a um corpo humano de modo a constituir uma pessoa, mas abstraindo dessa ou daquela pessoa particular, dessa ou daquela constituição egoica particular.[1]

Com isso espero ter analisado suficientemente o caráter, o papel, a função linguística da palavra "eu" – o seu significado meramente linguístico! Mas há também o significado em termos de conteúdo quando digo "Eu estou com fome". Ora, esse *conteúdo semântico* nada mais é do que uma *aplicação* ou *instanciação* da regra A3 em uma pessoa, em um eu pessoal particular. Para mostrar esse ponto basta formular a regra A3 da seguinte maneira:

> A3s
> O pronome pessoal 'eu' tem a função de indicar uma pessoa formada pela constituição egoica X do indivíduo físico-biológico Y que o está proferindo em um momento T em um lugar L e em circunstâncias C de nosso mundo, tal como ele deve ser pensado pelo falante e pelo auditório na interação comunicativa.

Basta que sejam preenchidos em medida suficiente as variáveis X, Y, T, L e C para termos o conteúdo semântico do pronome pessoal 'eu' aplicado a uma pessoa em particular, tal como ela o representa. Assim, trata-se do eu da própria pessoa que está falando e de um tempo e local, constitutivos de um contexto particular em nosso mundo. Mas não se trata, como alguns poderão pensar, da constituição egoica da própria pessoa como ela está se dando no mundo, pois, por razões já aduzidas, não há uma referência direta ao eu pessoal. Ao invés, estou considerando o eu da pessoa tal como ele é capaz de ser *pensado*, *i.e.,* como uma constituição espaciotemporalmente localizável, o que só pode ser mais ou menos conhecido pelo próprio falante e pelo seu auditório. Mais do que isso, ele se encontra em um contexto espaciotemporal também entendido como algo mais ou menos conhecido pelo falante e pelo auditório. Claro que há o tempo real que pode ser mais ou menos precisamente medido, o lugar que é visto, o contexto concreto interpessoalmente experienciável, o sujeito real que fala... Mas tudo isso que pode ser considerado objetiva e empiricamente dado deve fazer parte da referência enquanto tal e não do conteúdo semântico-cognitivo pensado em A3s, ainda que se lhe deva inevitavelmente espelhar.

O A3s diz respeito ao ato de referência indexical tal como ele é pensado pelos agentes. Mas A3s deve, espera-se, ser correspondentemente satisfeito pela constituição egoica real X' que pertence ao corpo físico-biológico Y', que se encontra no contexto dado C', no lugar L' e no tempo T' do mundo externo como o objeto real da referência. Nesse caso uma versão próxima de A3 deverá permitir instanciações em termos de *referência* como:

---

[1] Esse eu pessoal é explicado na análise mista (psicológica e física) do conceito de pessoa, que se encontra no Capítulo 20 de meu livro *Arquiteturas Conceituais* (2022). Análises mistas são as consideradas mais plausíveis.

A3r
O pronome pessoal ‘eu’ tem a função de indicar a pessoa real formada pela constituição egoica X’ pertencente ao corpo Y’ que está proferindo em um momento T’ em um lugar L’ e em uma circunstância C’, todos eles pertencendo ao nosso mundo objetivamente real.

Aqui o que deve preencher as variáveis X’, T’, L’ e C’ são respectivamente elementos do mundo objetivo: o próprio eu, o corpo físico da pessoa, o momento, o lugar e o contexto do mundo real nos quais ela se encontra. Embora A3r e A3s sejam nos pareçam coisas fenomenalmente similares, isso não significa que suas instanciações sejam a mesma coisa! Uma coisa é a minha consciência de eu estar dizendo ou pensando que eu mesmo estou com fome, que inclui minha representação A3s de mim mesmo, outra é o fato real no mundo de eu estar com fome, que inclui A3r (posso apenas me estar imaginando com fome e acreditar nisso, caso no qual A3r não está com fome). Mas não é possível considerar minha fome sem fazê-lo também em pensamento, assim como não é possível olhar para uma superfície verde sem ter a impressão sensível interna (os sense data) do verde. A existência do que chamo de impressões sensíveis (sense data) foi questionada por filósofos, mas as reconstruções computacionais de imagens mentais móveis tomadas por BOLD fMRI através da leitura da atividade cerebral feita pela universidade de Berkeley[1], além de outras, torna a sua existência, ao menos no importante caso visual, inquestionável, falando a favor do representacionalismo implícito no que estou defendendo aqui. Daí a importância de A3s; daí a importância do conteúdo semântico-cognitivo. O verde real que se encontra diante de mim pode ser compartilhado se eu o mostrar a alguém, um compartilhamento *in loco*; mas o que o torna linguisticamente compartilhável é que ele se reflete na minha impressão sensível do verde, que pode ser (*pace* Wittgenstein) linguisticamente compartilhável: ela pode ser compartilhada entre aqueles que tem uma reação perceptual similar, pois podemos chegar a isso através de raciocínio por analogia.[2] O mesmo pode ser o caso de minha consciência de estados internos, como a de minha fome. É a sensação de fome e não propriamente a fome em si mesma que posso comunicar. Não parece impossível que eu sinta fome sem ter fome nem que eu tenha fome sem sentir fome; uma pessoa pode ser conduzida por indução hipnótica, por exemplo, a tais reações. A distinção que quero fazer é, portanto, triádica:

SIGNIFICADO LEXICAL DO INDEXICAL
∨
CONTEÚDO SEMÂNTICO-COGNITIVO DO INDEXICAL
∨
REFERÊNCIA DO INDEXICAL

Mais além, acredito que essa seja uma versão da maneira fregeana de se entender os indexicais: o conteúdo A3s é um “modo de apresentação do objeto” constituído por critérios internos a uma regra de identificação tomada como satisfeita (constitui-se de sentidos constituintes de pensamentos). Mas o objeto que satisfaz A3s é A3r, que é constituído por critérios tomados como elementos factuais do próprio mundo, da verdadeira constituição egóica da pessoa referida. Note-se que do ponto de vista causal A3r causa a satisfação da condição-regra posta por A3s, que é uma explicitação de A3 (aqui, usando o vocabulário

[1] Gallant et al 2016.
[2] Ver “Linguagem privada e o heteropsíquico”, em Costa 2022.

fregeano, a referência determina o sentido). Mas do ponto de vista cognitivo a direção é inversa: é A3s que determina que a condição objetiva A3r esteja sendo satisfeita (aqui, em concordância com Frege, é o sentido que determina a referência).

Há implicações filosóficas para o que dissemos. Considere o "Eu sou, eu existo"[1], tal com aparece nas *Meditações metafísicas* de Descartes. Trata-se, segundo a interpretação de Harry Frankfurt[2], de um enunciado *necessário a posteriori* (para esse autor a mais correta exposição do cogito, uma vez que prescinde do desnecessário "eu penso"). O problema é que se o meu eu não é algo diretamente acessível, como o eu substancial cartesiano, que Hume substituiu por um inidentificável fluxo de estados mentais transitórios, então eu posso identificar-me erroneamente. Imagine que eu pense que sou uma outra pessoa, com uma outra constituição egoica, como tal permanente em comparação com o indeterminado fluxo humiano de estados mentais transitórios. Digamos que eu seja um especialista em Descartes e tenha entrado num surto delirante-alucinatório no qual me identifico como sendo o próprio Descartes. Nesse caso "Eu sou, eu existo [como possuindo a constituição egoica de Descartes] seria falso, pois esse eu que pretendo estar identificando em mim não existe. Assumindo essa perspectiva, deve haver um erro em Descartes. Ele consiste em acreditar que ao perceber esse fluxo mutável de estados mentais ele estava conseguindo *necessariamente* se identificar a si mesmo. Contudo, quando me identifico como um "eu" pela intermediação da experiência do fluxo humiano de estados mentais adicionado a uma constituição egoica pressuposta, sou eu mesmo, constituído por tais e tais estados mentais recorrentes, em geral disposicionais, eles também possivelmente experienciáveis, o portador desse fluxo de estados mentais.[3] Se identificasse apenas o fluxo eu poderia chegar a uma conclusão semelhante à de Russell, para quem Descartes deveria substituir o "penso logo existo" pelo simples enunciado "há pensamentos".[4] O que importa aqui é o portador dos pensamentos, constituído de estados ou disposições mentais mais permanentes, que chamei de constituição egoica. Contudo, quanto ao reconhecimento dessa constituição de sujeito podemos, em princípio, enganar-nos. Daí que sob tal ponto de vista o "Eu sou, eu existo" é um enunciado contingente e a posteriori, pois é possível que o eu, como a constituição permanente da qual decorre o fluxo de estados mentais, não seja o eu que identifico, não seja a constituição egoica pretendida. Sendo experienciado ele é a posteriori, e podendo ser falso ele é contingente. Se esse argumento for correto, então, diversamente do que pensava Frankfurt, sequer o "eu sou, eu existo" é necessário a posteriori.

Vejamos agora o caso do demonstrativo 'este'. Ele deve ter originariamente como conteúdo a ideia de objetos secos de tamanho médio ("*middle-sized dry goods*", no dizer de J. L. Austin) com os quais sempre topamos em nosso dia-a-dia. Para uma melhor explicação desse ponto quero já aqui introduzir a terminologia usada por Donald Williams em sua ontologia dos tropos. Williams caracteriza 'tropos' como sendo particulares abstratos, resultantes da abstração de propriedades espaciotemporalmente localizáveis nos objetos concretos. Como a noção de abstração é ambígua, sugiro caracterizarmos tropos simplesmente como *propriedades espaciotemporalmente localizáveis*. Afinal, o intento explícito de Williams era o

---

[1] "Eu sou, eu existo, é necessariamente verdadeiro toda vez que eu o pronuncie ou que o conceba em meu espírito" (*Méditationes*, II, p. 26).
[2] 2008.
[3] Sob a perspectiva da ontologia dos tropos, que assumirei aqui como a mais plausível, tudo isso nada mais seria além de propriedades espaciotemporalmente localizáveis.
[4] Bertrand Russell 1972, p. 577.

de construir nosso mundo, como qualquer mundo possível, tão-somente com base em tropos! Prefiro, se possível, no lugar de 'tropo' usar o termo 'propriedade-t' (como tradução de '*tropical property*') ou simplesmente propriedade pelo fato de que na linguagem natural a palavra 'propriedade' sempre significou o mesmo que a propriedade espaciotemporalmente localizada. Assim, se digo que este sofá é vermelho, estou obviamente apontando para a cor localizável desse sofá específico, mostrando que ela é a mesma que a de qualquer modelo de vermelho, mas não para uma entidade abstrata que seja a propriedade do vermelho-em-si-mesmo, do qual este sofá compartilha. Essa última aplicação da palavra 'propriedade' é apenas válida no idioleto ontológico dos filósofos realistas, traindo de maneira vil o modo como palavra sempre foi naturalmente usada. Com base na ontologia dos tropos podemos explicar os universais como classes de propriedades espaciotemporalmente localizáveis e precisamente similares entre si, o que nos permite eliminar a necessidade de tê-los como objetos platônicos.[1] Além disso podemos agora entender objetos materiais típicos como uma multiplicidade de propriedades espaciotemporalmente compresentes mais ou menos organizadas (uma pedra, uma cadeira, um telefone...).[2] Claro que o demonstrativo 'este' pode ser indicador de um buraco na parede, de um gráfico em uma tela de computador ou de qualquer outra coisa que não seja do tipo mencionado acima. Mas o 'este' primário, originário, aquele que primeiro usamos em nosso aprendizado da palavra, refere-se usualmente a objetos materiais próximos. O falante e seu auditório precisam saber o que é *um objeto material* qualquer (um feixe mais ou menos articulado de propriedades-t compresentes) que se encontra espaciotemporalmente situado próximo do falante, sendo o falante outra vez uma pessoa, que pode ser analisada como constituída de um complexo de propriedades-t mentais e de propriedades-t físicas. Tudo isso precisa ser entendido tanto pelo falante quanto pelo ouvinte como algo que está implícito, constituindo mesmo o significado de palavras-conceitos como "objeto material" e "pessoa". Afora isso está a localização espaciotemporal de cada uma dessas coisas como parte de um contexto a ser determinado no mundo real. Isso tudo é importante porque se não possuíssemos um entendimento tácito de conceitos como os de pessoa, objeto material, localização espaciotemporal, contexto, não saberíamos aplicar estes indexicais. Podemos agora chegar a uma formulação da regra A1 que a permita ser satisfeita em termos mentais-representacionais. Ei-la:

A1s
O demonstrativo token 'este' usado pela pessoa P tem a função de indicar um certo objeto material X localizado em L no tempo T, que possui uma relação de proximidade física R com P, podendo eventualmente ser indicado por um gesto de ostensão.

---

[1] D. C. Williams, 1953. A ontologia dos tropos primeiramente sugerida por Williams será adotada nesse livro sem maior discussão; a muitos ela parece hoje a mais promissora. A melhor exposição da ontologia dos tropos continua sendo em meu juízo a de seu próprio originador, o filósofo D. C. Williams no clássico artigo intitulado, "The elements of being", partes I e II (1953), ver também a coletânea de 2018. Uma importante tentativa de desenvolver a teoria foi o livro de Keith Campbell de 1990. Para uma introdução à bibliografia mais influente, ver o artigo de Anna-Sofia Maurin na *Stanford Encyclopedia of Philosophy*. A ideia de Williams foi enfraquecida por outros, mas é exatamente o seu radicalismo que é mais atraente na teoria dos tropos, tornando-a uma teoria ontológica em princípio suficientemente robusta para substituir os realismos e os nominalismos. (*Cf.* apêndice do Capítulo III de meu livro de 2018.)

[2] Uma característica comum, não somente aos objetos do mundo quotidiano, mas presente em todos os objetos materiais, inclusive os da microfísica, é o que os físicos chamam de *massa inercial.* Mas nada impede que a massa inercial seja definida em termos de combinações de propriedades-t.

A regra A1s é satisfeita aqui por um conteúdo semântico-cognitivo, pelo qual o objeto material é pensado, geralmente por estar correspondendo a algo dado no mundo, mas não necessariamente. A1s é um intermediário necessário entre A1 e A1r, pois explica ilusões a alucinações. Uma pessoa em estado de alucinose alcoólica pode dizer "Este é um cavalo branco" quando não há nada diante de si. Nesse caso a condição A1s é satisfeita pelas imagens alucinadas, falsamente projetadas no mundo externo, mas que nele não existem realmente, como outras pessoas haverão de notar; mesmo que a pessoa aponte para o cavalo, sua experiência não é interpessoalmente compartilhada. (Resolvemos assim à objeção da alucinação, que para teóricos da referência direta sempre foi impossível de ser resolvida de modo satisfatório.)

Vejamos agora a instanciação correspondente a As1, só que já projetada no mundo externo:

A1r
O demonstrativo token 'este' usado pela pessoa P' tem a função de indicar um certo objeto material X' localizado em L' no tempo T', que possui uma relação de proximidade física R' com P', podendo eventualmente ser indicado por um gesto de ostensão.

Aqui estamos no domínio da referência, e Alr pode ser considerada uma instanciação de A1 que nos dá o mundo tal como supomos que ele realmente é. A satisfação de A1r costuma conduzir causalmente à satisfação de Als, que por sua vez nos permite a cognição ao oferecer-nos um conteúdo cognitivo que é, no final das contas, o modo como a referência nos é apresentada.

Um último ponto diz respeito a um espelhamento de fatos empíricos em estados fenomenais, que pode ser mostrado na relação de equivalência estrutural entre A1s e A1r. Isso sempre foi notado em filosofia da percepção. Lembrando um exemplo de John Searle, se com a minha mão espalmada aperto o tampo da mesa, tenho uma percepção de frieza e pressão em minha mão e, ao mesmo tempo, percebo uma superfície sólida que estou apertando. Se vejo o sol nascer tenho também os sense data de um círculo luminoso vermelho, o que continua presente depois que fecho os olhos, sob a forma de pós-imagem. Se pressiono o globo ocular direito com o olho esquerdo fechado, vejo os objetos se moverem na direção contrária, embora os reconheça como sendo objetos reais e, na verdade, imóveis. Depois das experiências de leitura da atividade cerebral através de fMRI, nas quais imagens móveis daquilo que as pessoas vêem são computacionalmente reconstruídas tornou-se bem mais difícil negar que vejamos através de sense data. O mesmo podemos considerar com a audição em exemplos como o do efeito Doppler e com qualquer dos cinco sentidos. A distinção entre os perceptos que temos (considerados em A1s) e a realidade que eles refletem (considerados em A1r) é que no último caso adicionamos ao primeiro o que poderíamos chamar de *critérios de realidade externa*. Os principais critérios que tornam externa a nossa interpretação dos sense data podem já ser encontrados nos filósofos clássicos, de Descartes a Hume e Stuart Mill.[1] Se nós demandarmos a conjunção deles, fica difícil negar sua eficácia. Ei-los:

(i) independência da vontade,
(ii) máxima intensidade sensorial,
(iii) possível intersubjetividade,

[1] Ver Costa 2022, cap. 17.

(iv) seguimento de leis naturais,
(v) adequação ao contexto esperado

Quando acompanhados desses critérios de realidade externa os sense data (como critérios de identificação do objeto) são como que projetados no mundo externo, a dizer, são reinterpretados como a ele pertencendo.[1] Parece-me certo que com isso posso justificar a distinção entre os A1s e os A1r de modo poder considerar ambas as coisas na investigação dos indexicais, a primeira tendo a ver com as demandas criteriais constitutivas de regras semântico-cognitivas (tropos internos) e a segunda tendo a ver com a referência, com os critérios objetivamente dados para a aplicação dessas regras (tropos externos).

Que dizer de A6? Também nesse caso temos uma duplicidade. Aplicamos os advérbios 'aqui' e 'agora' para indicar A6s: respectivamente o lugar e o momento tal como estamos pensando que são proferidos. Mas também para indicar A6r: respectivamente o lugar e o momento real em que os advérbios são proferidos em casos standard.

Note-se que analisei mais detidamente a aplicação, o significado lexical-linguístico e o conteúdo cognitivo de apenas dois indexicais, como mero exemplo metodológico. O que fiz foi considerar modelos standard, estando consciente que há estensões e variantes, sendo importante para a passagem à A3r, A1r e A6r, que um consenso interpessoal seja possível e que certos critérios de realidade, como o de seguimentos das leis naturais, independência da vontad, máxima intensidade perceptual e intersubjetividade virtual sejam pressupostos.

Considere agora o enunciado "Eu estou aqui agora", polemicamente interpretado por David Kaplan como um caso de enunciado *a priori* no sentido de ser verdadeiro em qualquer contexto no qual for proferido, mas que *não é necessário*, pois não se aplica a todos os mundos possíveis, posto que há outros mundos possíveis nos quais eu não estaria aqui agora.[2] Contudo, podemos ainda dizer que com relação ao nosso mundo "Eu estou aqui agora" pode ser dito um enunciado necessário, atualmente necessário, no sentido de que não podemos conceber que seja falso, o que corresponde ao sentido do a priori proposto por Kaplan.

O contra-exemplo usual é o de que uma máquina de resposta pode ter gravado o enunciado "Eu não estou aqui agora" e isso pode ser perfeitamente verdadeiro, posto que a pessoa que gravou o enunciado não se encontra aqui agora; mas sendo "Eu não estou aqui agora" verdadeiro isso significa que sua negação, que é "Não é o caso de que eu não estou aqui agora", ou seja, "Eu estou aqui agora", é falsa. A resposta seria, como notou Kaplan, a de que o tempo referido pelo enunciado verdadeiro "Eu não estou aqui agora" produzido por uma máquina de gravação seja o tempo do *playback* e não o tempo da gravação.[3] Mas a resposta também poderia ser a de que a máquina de gravação não é um falante autêntico: o falante no sentido mais próprio do termo precisa ser em princípio a própria *pessoa* que fala quando fala e onde fala.

Eis um contra-exemplo convincente, que parece destruir a pretensão de necessidade como aprioridade do enunciado "Eu estou aqui agora" para o nosso mundo. Trata-se de uma rara e estranha doença descrita pelo psiquiatra Oliver Sachs, na qual a pessoa vive o tempo em lapsos passados não-atualizados. A mulher que sofre dessa doença está no quarto e se vê no quarto; logo mais ela vai para a cozinha, mas continua a se ver no quarto. Ela pensa então que está no quarto. Se ela disser "Eu estou aqui agora", ela se vê no quarto e mesmo acredita

[1] Uma justificação detalhada desse ponto encontra-se em Costa, 2022, cap. 17; 2018 pp. 435 ss.
[2] Kaplan 1979, p. 402.
[3] Kaplan 1989, p. 491.

ainda estar no quarto, quando na realidade já se encontra na cozinha. O proferimento "Eu estou aqui agora" é nesse caso falso, pois o indexical por ela pronunciado se refere incorretamente a um outro lugar. Considero esse contra-exemplo decisivo. Ele faz com que o proferimento "Eu estou aqui agora" se torne o que sempre pareceu ser: um proferimento empírico e, portanto, contingente. O enunciado proferido é aqui *contingente a posteriori*, sendo essa a conclusão a que somos levados a sustentar com relação a *todo e qualquer* enunciado observacional empírico.

Para finalizar, devo notar que há duas concepções gerais competitivas sobre a natureza do conteúdo semântico do indexical, que são a da *referência direta* (ou milliana) e a *cognitivista* (ou neofregeana). Segundo a primeira concepção, que foi defendida por David Kaplan, o conteúdo semântico do indexical é a própria referência do indexical: ele é *o objeto* por ele referido no mundo. Já de acordo com as teorias cognitivistas, o conteúdo semântico do indexical é cognitivo. Ele é *um modo de apresentação fregeano*, ou, na leitura dummettiana-tugendhatiana, *uma regra criterial identificadora do objeto particular*. Os conteúdos semântico-cognitivos dos indexicais 'eu' e 'este' são, como notei antes, ideias no sentido de modos de apresentação, ou ainda, no sentido de regras criteriais identificadoras de objetos de referência independentes, elas mesmas passíveis de uma leitura ontológica em termos de tropos. Essa é a posição que pretendo defender aqui. Ela será claramente cognitivista, uma vez que sem ela não é possível atribuir conteúdos de significação a ilusões e alucinações, algo que é demasiado incoerente para ser considerado seriamente.[1]

***Intermezzo*: sobre o status ontológico dos fatos empíricos**

Como empregaremos nesse livro o conceito de *fato empírico* como a referência do conteúdo cognitivo de um enunciado – que a teoria correspondencial considera o fazedor-de-verdade que se encontra no mundo – é importante, antes de prosseguirmos, esclarecer uma confusão incômoda acerca da referência do conceito de fato. Ela adveio de Frege e foi difundida principalmente por P. F. Strawson, que definiu um fato como um 'correlato pseudo-material do enunciado como um todo'[2], coisa que ninguém sabe ao certo o que possa querer dizer. Contudo, essa tese foi em meu juízo suficientemente relativizada por seu colega J. L. Austin em um artigo postumamente publicado.[3] Em adição aos contra-argumentos de Austin quero, no que se segue, expor um contra-argumento que, me parece, bate um último prego no caixão da sugestão de Strawson.[4]

Segundo Strawson, por serem correlatos pseudo-materiais, os fatos não são algo no mundo, pois diversamente de eventos ou coisas, eles não são espaciotemporalmente localizáveis. A principal razão aventada para isso é que a descrição de um fato usualmente começa com uma *cláusula-que* (*that-clause*). Por exemplo: eu posso dizer 'o fato *de que* o livro está sobre a mesa', mas não é assim tão usual dizer 'o fato de o livro estar sobre a mesa'. Por outro lado, a descrição de um evento tipicamente proíbe o uso da cláusula-que: eu posso dizer 'o evento *do* tsunami no Japão', mas não propriamente 'o evento *de que* um tsunami no Japão'.

Meu argumento contra a oposição proposta por Strawson visa suportar a ideia de que fatos empíricos são correlatos de pensamentos verdadeiros, ou seja, arranjos de elementos no

---

[1] Kaplan sequer chega a endereçar propriamente a questão em *Demonstratives* (*Cf*. pp. 585-6)
[2] 1950, p. 6.
[3] 1979. O artigo de Austin tem sido ignorado, talvez por reestabelecer a credibilidade da concepção correspondencial da verdade, que tem sido desafiada de múltiplas maneiras.
[4] Costa 2021.

mundo, tal como a teoria correspondencial da verdade sempre sustentou. Esse argumento começa por mostrar que a oposição defendida por Strawson entre fatos (estados de coisas, situações) de um lado e eventos (e objetos) de outro é equivocada. Isso se faz notar quando percebemos que todo evento pode ser chamado de fato, mas que nem todo fato pode ser chamado de evento. Por exemplo: eu posso substituir 'o evento do naufrágio do Titanic' por 'o fato *de que* o Titanic naufragou'; mas não posso substituir 'o fato *de que* a Casa Branca se localiza em Washinghton' por 'o evento de a Casa Branca se localizar em Washinghton'. A oposição não é simétrica. Ora, como os eventos também podem ser chamados de fatos, é mais razoável considerá-los tipos de fatos do que opor ambas as coisas. Assim, minha proposta é a de que a palavrinha 'fato' deve ser um termo guarda-chuva que inclui tanto situações e estados de coisas quanto eventos, ocorrências e processos. E a razão dessa proposta é que podemos chamar todas essas coisas de fatos, mas não podemos chamá-las todas de estados de coisas ou de eventos. Tendo percebido isso, ficamos livres para distinguir duas grandes sub-classes (hipônimos) de fatos:

1. FATOS ESTÁTICOS: Podem ser tanto formais quanto empíricos, os últimos sendo no final das contas espaciotemporalmente localizados. Fatos estáticos se definem por *não mudarem como um todo enquanto duram*. Ou seja, a relação entre os seus componentes não muda como um todo durante o período de sua existência. Eles são fazedores-de-verdade de um tipo estático, usualmente chamados (com diferentes nuances) de 'estados', 'situações', 'condições', 'circunstâncias', 'estados de coisas', etc. Exemplos de fatos estáticos são o meu *estado* de boa saúde, a *situação* de que estou repousando na cama, a *circunstância* de o aeroporto estar fechado, o *estado de coisas* de a Mona Lisa se encontrar no Louvre.
2. FATOS DINÂMICOS: Estes são sempre empíricos. Eles se definem por *mudarem como um todo enquanto duram.* Eles se modificam nas relações gerais entre os seus componentes durante suas existências, com adições e subtrações no todo, de modo que eles tenham um início seguido de alguma espécie de desenvolvimento, e um fim. Eles são fazedores-de-verdade de um tipo dinâmico. Usualmente eles são chamados (com diferentes nuances) de 'eventos', 'episódios', 'ocorrências, 'processos', 'transformações', etc. Exemplos de fatos dinâmicos são o *evento* da explosão de uma granada, a *ocorrência* do desabamento das Torres Gêmeas, e ainda o caso de *processos* mais estendidos no tempo, como a Segunda Guerra Mundial, a Revolução Digital e o término da Idade do Gelo.

Parece que estamos agora em condição de encontrar a verdadeira razão pela qual usamos a cláusula-que na descrição dos fatos, mas não na descrição dos eventos. Primeiro, *quando falamos dos fatos dinâmicos, nós evitamos as cláusulas-que*. Podemos, por exemplo, falar do processo *de* mudança climática, mas não do processo *de que* o clima muda; podemos falar da ocorrência da erupção do Monte Vesúvio, mas não da ocorrência *de que* o Monte Vesúvio entrou em erupção. Diversamente, *fatos estáticos são usualmente (mas não sempre) descritos começando com cláusulas-que*. Assim, posso falar do estado de coisas *de que* meu livro está sobre a mesa ou *de que* eu estou deitado na cama, embora também possa falar do estado de coisa de meu livro estar sobre a mesa e de eu estar deitado na cama. Posso falar do estado de coisas de que o Monte Vesúvio fica perto de Nápoles, embora também possa falar do estado de coisas de o Monte Vesúvio fica perto de Nápoles. Em contrapartida, tanto posso dizer "É um fato *que* o Monte Vesúvio está localizado perto de Nápoles" (referindo-me ao estado de coisas) quanto "É um fato *que* o Monte Vesúvio sofreu uma erupção" (referindo-me a um

evento). De considerações como essas se segue que *cláusulas-que parecem ter a função de excluir fatos dinâmicos e enfatizar fatos estáticos*. Finalmente, parece razoável sugerir que, *como a palavrinha 'fato' pode ser aplicada em ambos os casos, ela simplesmente herda a propriedade de poder ser usada indiferentemente, com ou sem a cláusula-que.*

A conclusão relevante disso é a de que, possuindo o mais amplo escopo, a tão frequentemente vilipendiada palavrinha 'fato' continua sendo o melhor candidato para o papel de fazedor-de-verdade sob a perspectiva de uma teoria correspondencial da verdade. Fatos são os fazedores-de-verdade universais.[1]

Indexicais, descrições, regras de identificação

Arthur Burks foi quem certa vez propôs que o sentido completo do indexical depende de sua função de localização espaciotemporal, de "direções" (geralmente dadas por gestos de ostensão ou pelo contexto) e de *descrições*. Como ele notou "a menos que [uma descrição do objeto indicado] esteja presente, explícita ou implicitamente, o signo não pode indicar um objeto definido"[2] Para ele a forma lógica usual do proferimento indexical é "Esse A é B", onde A está para um elemento descritivo, que pode ser uma qualidade simples como em "Este *vermelho* é belo" ou um sortal como em "Este *livro* é vermelho" (na terminologia atual isso é dizer que indexicais são ao menos implicitamente complexos).[3]

Não pretendo considerar aqui os questionamentos que podem ser feitos a essa ideia, como é o caso de sua suposta inaplicabilidade a indexicais puros, embora creia já tê-la respondido para o caso do pronome pessoal 'eu'. Pretendo apenas mostrar como o sentido do proferimento indexical de modo algum se resume à sua função lexical ou caráter, como pensou Kaplan – que o identificava equivocadamente com o sentido (*Sinn*) fregeano – mas que esse sentido (neo)fregeano se constitui no conteúdo semântico-cognitivo constituído por uma regra de identificação do objeto particular referido pelo indexical, uma regra que geralmente é criada no momento em que o indexical é aplicado. Essa regra pode ser explicitada em enunciados contendo uma descrição definida, uma vez que considero parte da função comunicacional das descrições definidas proverem substitutos de proferimentos indexicais que se tornem comunicacionalmente independentes do contexto.

Posso esclarecer o que quis dizer acima através de um exemplo tão simples quanto intuitivo. Digamos que na preparação de um jantar, a anfitriã entre em um quartinho próximo à sala, onde vários objetos se encontram amontoados. Ela aponta então para uma cadeira que está no canto direito e diz ao seu auxiliar: "Leve *essa* cadeira para junto da mesa quando for para servir o jantar", ou mesmo "Leve *isso* para junto da mesa quando for para servir o jantar". Dessa maneira, ela cria uma regra criterial de identificação para uma cadeira específica. Isso fica bem claro quando, passado algum tempo, o auxiliar vai ao quarto, pega a mesma cadeira e a leva para junto à mesa. Ele reidentifica o objeto corretamente. A regra de identificação foi

---

[1] O reconhecimento disso demonstra uma lamentável artificialidade em certas semânticas formais. Nelas a referência do enunciado é o seu valor-verdade, quando deveria ser o fato correspondente, e a referência de um predicado é a extensão formada pelos objetos aos quais ele se aplica (a qual, em geral, nem sequer conhecemos), quando deveria ser minimamente uma *propriedade-t* (o tropo no sentido proposto por Donald Williams), que por sua vez é propriedade de objeto, possibilitando dessa maneira concluir que os objetos que a possuem também podem produzir uma extensão. (*Cf.* Costa 2018, cap. IV)

[2] 1949, p. 687.

[3] Embora sob uma perspectiva referencialista, David Kaplan (1978) também percebeu a relação entre indexical e descrição ao sugerir que o 'este' possa ser entendido como um d-este (*dthat*), que se deixa explicar como este-[descrição definida ou nome] no contexto de C e W_C, por exemplo: "Esse (o atual rei do Butão) é íntegro".

aqui transferida para ele, tendo como critério duas coisas: Primeiro, a indicação de um local no espaço ego-centrado (digamos, a anfitriã apontou para o canto direito no fundo do quartinho ao lado da cozinha do velho casarão). Esse critério constitui o conteúdo semântico, o sentido (neo)fregeano do demonstrativo 'isso' junto ao gesto de ostensão. Depois disso foi adicionada a especificação do *tipo* de coisa que preenche o local indicado, o que aqui é feito pelo sortal 'cadeira', ao que se adicionam as propriedades perceptíveis da cadeira em questão. A estrutura da regra nos é resumida nas palavras 'essa cadeira', que forma aquilo que Wittgenstein chamaria de uma *expressão de regra* (*Regelausdruck*)[1], a saber, o símbolo linguístico de uma regra, que no caso é uma regra de identificação. Essa regra, cujo domínio se deixa compartilhar entre falante e ouvinte, permite que o objeto em questão seja interpessoalmente reidentificável. Ao menos parcialmente, os critérios de identificação inclusos na regra podem ser resgatados por uma descrição definida mais elaborada como, digamos, 'o objeto com forma de cadeira antiga, feito de madeira, com estofado de pano vermelho, que uma hora antes do jantar se encontrava no canto direito do fundo do quartinho que fica ao lado da cozinha da casa...' ou ainda, sob a forma de uma descrição russelliana como "Existe no mínimo um *x* e no máximo um *x*, tal que antes do jantar *x* se encontrava no canto direito do quartinho ao lado da cozinha e *x* tem a forma de cadeira antiga com estofado vermelho".[2] Tais paráfrases são apenas expressões mais completas da regra cognitivo-criterial de identificação do objeto a ser levado para junto da mesa. O que a regra apresenta é, dito de um modo elementar:

(a) uma *localização e carreira espaciotemporal do objeto* (a cadeira se encontra no velho casarão, foi vista no canto direito do quartinho ao lado da cozinha antes de ir para a mesa de jantar, etc.) e que depois foi parar junto à mesa.
(b) uma *caracterização daquilo que é relevante no objeto* (uma cadeira antiga com estofado vermelho, etc.)

Que essa regra foi firmada torna-se claro, pois se o ajudante tiver esquecido dela, a anfitriã poderá lembrá-lo de que se trata *da* cadeira de estofado vermelho que está no canto direito do quartinho ao lado da cozinha, a qual deveria ser levada para junto à mesa, recorrendo assim a uma descrição. A vantagem da regra ser explicitada na forma de uma descrição definida reside no fato de ela possibilitar a referência interpessoal, mesmo na ausência do objeto.

Os indexicais são os termos capazes de codificar informacionalmente nosso acesso perceptual ao mundo através de alguma perspectiva contextualmente dada, cada qual traduzindo não só uma função lexical, mas também um conteúdo semântico-cognitivo cuja forma é a de um modo de apresentação, de um sentido "fregeano", de uma regra de identificação a ser criterialmente satisfeita por meio de correspondência com o que poderíamos chamar de sub-objetos pertencentes a sub-fatos, todos dependentes de um fato fundamentador. Essa regra pode ser tornada comunicável na independência do contexto quando resgatada através de descrições definidas, adquirindo então a vantagem da permanência.

A teoria kaplaniana dos indexicais

[1] 1984e 5.476; 1984b I, sec. 201.
[2] A teoria das descrições de Russell será considerada no próximo capítulo. Contudo, se nossa análise é correta, ela também pode ser aplicada ao conteúdo intersubjetivamente resgatável dos proferimentos indexicais.

David Kaplan foi o inventor da mais influente, original, sofisticadamente tecnicista e escorregadia teoria dos indexicais até agora apresentada.[1] Embora dialeticamente relevante, essa teoria se encontra repleta de dificuldades que não pretendo considerar aqui. Tudo o que farei será selecionar brevemente seus traços mais distintivos, para então poder objetar contra alguns pontos específicos que não se acomodam ao cognitivismo semântico neofregeano que quero defender.

O sentido lexical do indexical é chamado por Kaplan de *caráter*, sendo por ele assimilado ao sentido (*Sinn*) fregeano. Ele expôs as regras constitutivas dos caráteres como as por mim apresentadas na lista A também em termos de funções matemáticas cujos argumentos são contextos. Simplificando um pouco, essas funções constituem a lista B:

B

1. O caráter do pronome 'este' é uma função de contextos cujos valores são objetos apontados.
2. O caráter do pronome 'eu' é uma função de contextos cujos valores são os falantes que o proferem.
3. O caráter do pronome 'tu' é uma função cujo valor, para cada contexto, é a pessoa endereçada pelo falante no contexto.
4. O caráter do advérbio 'aqui' é uma função de contextos cujos valores são os inúmeros locais que podem ser referidos pela palavra.
5. O caráter do advérbio 'agora' é uma função cujo valor, para cada contexto, é o tempo desse contexto.
6. O caráter do advérbio 'hoje' é uma função cujo valor, para cada contexto, é o dia em que ele é proferido.

Kaplan trata também assim do caráter das sentenças indexicais. O caráter de uma sentença como "Eu estou com fome", proferida por João, é função de um contexto cujo valor é o próprio estado de coisas de João estar com fome. Essa é uma elegante maneira alternativa de exprimir regras similares às que expus no início, quando introduzi a noção de função lexical ou caráter do indexical. Mas a elegância tem aqui um preço, que é o de obscurecer a base intuitiva capaz de nos guiar.

A teoria de Kaplan também deve dar conta do conteúdo semântico do indexical em sua variabilidade contextual.[2] Para tal, ao menos em sua principal linha argumentativa, ele advogou uma *teoria da referência direta* segundo a qual a parte do significado do indexical que constitui o seu conteúdo semântico não é algo que se encontra em nossas mentes, mas *a*

---

[1] Ver Kaplan 1989, pp. 481-614.

[2] Kaplan prefere recorrer a ocorrências-type como entidades abstratas ao invés de recorrer a proferimentos-token. Isso pode importar para sua lógica dos indexicais, mas os exemplos dados são pouco convincentes (1989, pp. 584-5). Considero apenas um deles: o enunciado (i) "Se hoje é sábado então hoje é sábado". Para Kaplan ele não deveria ser entendido como proferimento, pois nesse caso deixaria de ser uma tautologia. Por exemplo, se a primeira parte for proferida antes da meia-noite de sábado e a segunda parte depois, ele será falso. Mas isso é inevitável, pois (i) é naturalmente entendido como uma abreviação de (ii) "Se o hoje [de logo antes da meia noite] é sábado, então o hoje [de logo depois da meia noite] é sábado", que é falso. Em contraposição, penso que na verdade a única maneira de a sentença (i) ser uma tautologia é se ela for entendida como a ocorrência-type (ii) "Se hoje for sábado então [esse mesmo] hoje é sábado". Mas nesse caso, embora contendo o advérbio 'hoje', ela se demonstra como não sendo um enunciado propriamente indexical, uma vez que, embora possua um sentido lexical, ele vem desacompanhado de seu fundamental conteúdo semântico.

sua própria referência.[1] Assim, o conteúdo do demonstrativo 'isto' é o próprio *objeto* por ele referido em um contexto C_O; o conteúdo do demonstrativo 'aqui' é a *localização* C_L; o conteúdo do advérbio 'agora' é o *tempo* de C_T; o conteúdo do pronome 'eu' em C é o próprio *agente* ou C_A; o conteúdo de um predicado com respeito a C é a *propriedade* ou *relação*; e o conteúdo de uma sentença indexical proferida em um contexto C é a *proposição estruturada*, que é um complexo que deve aqui conter o referente no contexto do mundo atual além de atributos conceptuais designados por predicados de um ou mais lugares.[2] Assim, se João diz "Eu estou com fome", o conteúdo do pronome pessoal 'Eu' é, para Kaplan, o próprio João[3], enquanto o conteúdo do predicado '...estou com fome' tem a ver com a própria condição de ele estar faminto. A proposição estruturada (um fato-estado-de-coisas) pode ser simbolizada aqui pelo par ordenado <<eu>, faminto>. (Por razões que serão mais tarde expostas, prefiro substituir o que Kaplan chama de proposição estruturada por um *conteúdo cognitivo*, explicitável como um conteúdo de crença, ou pensamento, ou conteúdo proposicional constituído por combinações de regras semântico-cognitivas, que entendo como sendo, no final das contas, o que pode ser também chamado de uma proposição estruturada, mas cujo status é em última análise mental – uma proposição estruturada à qual é acrescida a intenção de fazê-la corresponder ao conteúdo referencial factual capaz de torná-la verdadeira.[4])

Além disso, para Kaplan o conteúdo semântico de uma sentença com relação ao contexto tem um valor-verdade que pode variar de acordo com o mundo possível no qual o contexto se encontra inserido. Assim, "Lá está um gato" é uma sentença falsa no mundo de C, no qual à noite o falante está apontando para um gambá; mas a mesma sentença será verdadeira no mundo possível de C*, no qual o animal apontado é mesmo um gato. Há, pois, sempre um mundo possível com um contexto no qual a proposição é verdadeira.

Uma dificuldade que vejo no recém-exposto referencialismo semântico de Kaplan é que ele não consegue explicar como a regra semântica constitutiva do caráter nos permite fixar um objeto particular no contexto. Considere o exemplo: "Este é o meu exemplar do *Begriffschrift*". Sei que o demonstrativo 'este' serve para designar algo próximo do falante. Sei que se faço um gesto de apontar que dentro do contexto constitui o que Kaplan chama de uma demonstração (*demonstration*). Mas o que me permite aplicar o 'este' a este livro em

---

[1] Estou ignorando o quadro mais detalhado. Para Kaplan o [caráter ou significado do indexical] + [contexto] faz derivar o [conteúdo ou intensão, que deve ser o próprio referente], que na consideração das [circunstâncias ou mundos possíveis] faz derivar a [extensão]. (*Cf.* 1989 p. 506)

[2] Proposições estruturadas podem ser definidas como complexos de entidades que possuem partes ou constituintes de algum modo associados entre si. Elas podem ser entendidas de várias maneiras. Uma delas é como proposições estruturadas russellianas, constituídas de objetos referidos no mundo e conceitos a elas associados, o que é bem próximo do que foi pensado por Kaplan. Mas elas também podem ser entendidas como associações de sentidos abstratos (aquilo que em Frege poderia ser chamado de *o pensamento indexical*), ou mesmo, como prefiro, reinterpretando Frege, como associações mentais de tropos combinando regras-de-sentido de termos singulares com regras-de-sentido de expressões predicativas que constituem pensamentos capazes de formarem conjuntos cujos elementos são qualitativamente idênticos (tal como os universais de Donald Williams), os quais teriam sido enganosamente entendidos por Frege como o pensamento abstrato (o *Gedanke*) – que para nós seria redutível a combinações de regras semântico-cognitivas verificacionais que só existem realmente na forma de instanciações, ou seja, com tropos de pensamentos. Só a admissão de semelhantes combinações permitiria a passagem do caráter para o conteúdo, aqui na forma de An para Ans e não diretamente de An para Anr, como pretendeu Kaplan.

[3] Como observa Kaplan: "Em geral, o constituinte da proposição será uma espécie de complexo, construído de vários atributos por composição lógica. Mas no caso do termo singular, que é diretamente referencial, o constituinte da proposição é o próprio objeto" (1989, p. 494)

[4] Costa, 2018, cap. 6.

particular? Em um entendimento neofregeano dos indexicais como o já proposto não haveria problema: temos um modo de apresentação, que é uma regra de identificação cognitiva e essecialmente interna produzida nesse exato momento, e que permite ao meu ouvinte identificar o meu exemplar do *Begriffschrift* e mesmo reidentificá-lo mais tarde. Para mim, é esta regra que constitui o significado/sentido em termos de conteúdo semântico, permitindo aos interlocutores identificarem o mesmo referente. Mas Kaplan não crê que essa adição seja necessária, recaindo em uma ingênua teoria do conteúdo-significado do indexical, uma teoria do tipo *Fido-Fido*,[1] que o identifica com o próprio referente (as similaridades entre os Ans e os Anr convidam a tal simplificação).

Kaplan também defendeu que termos singulares são diretamente referenciais e que os indexicais são *designadores rígidos*. O termo 'designador rígido' foi inventado por Saul Kripke, tendo em mente especialmente o caso dos nomes próprios. Kripke definiu o designador rígido de duas maneiras diversas:

(i) Como sendo *um termo que designa o mesmo objeto em todos os mundos possíveis nos quais este objeto existe, nunca designando outro objeto com respeito a qualquer mundo, tempo ou contexto*.

(ii) Como sendo *um termo que designa o mesmo objeto independentemente de qualquer consideração, ou seja, em todos os mundos possíveis, mesmo naqueles onde ele não existe.*[2]

Fiel ao princípio de que não devemos recusar sem razão suficiente intuições linguísticas que nos parecem fundamentais, prefiro rejeitar a definição (ii) como injustificada, posto que ela claramente contradiz aquilo que intuitivamente entendemos como sendo um ato de referir ou designar; afinal, como pode um nome próprio se referir em um mundo possível (em uma situação concebível) no qual o seu objeto de referência não existe? Avrum Stroll enfatizou o ponto fundamental de que *um termo só é capaz de se referir no caso de realmente existir um objeto de sua referência, sendo isso parte da gramática lógica do próprio conceito de referência*.[3] Podemos entender o *de jure* no sentido de que o nome próprio é feito para poder ser em princípio aplicado em todos os mundos possíveis, o que demanda maiores explicações. Compare: um guarda-chuva é de fato feito para proteger da chuva em todas as situações em que chove, mas é de juri feito para poder em princípio ser aplicado em todas as situações possíveis... não, isso é mero escapismo retórico. Na verdade, mesmo a definição (i) é passível de crítica. Afinal, pode ser objetado que é uma obviedade tecnicamente encoberta. Substituindo a expressão 'mundo possível' pela expressão 'situação concebível', podemos dizer que um nome próprio como 'Aristóteles' se aplica em todas as situações concebíveis nas quais seu portador existe e não se aplica a nenhuma situação concebível na qual esse portador não existe. Se é só isso o que torna o nome 'Aristóteles' um designador rígido então a noção é no final das contas trivial.

---

[1] A expressão é de Gilbert Ryle: "aqui está o nome do gato Fido, lá está o próprio Fido, o significado desse nome". (1953)

[2] Ver Saul Kripke, "Naming and Necessity Revised", School of Advanced Studies, 2019 (Lecture). Para discussão, ver Kaplan 1989, p. 569. Segundo Kripke (2019), a segunda definição é *de jura*, encontrando-se no prefácio de *Meaning and Necessity*, enquanto a primeira foi incompletamente apresentada no corpo do livro. Ele também hoje defende que é no segundo sentido que descrições definidas não são designadores rígidos.

[3] Stroll, 1996.

Há, porém, uma razão sistemática que pode ser aduzida a favor da tese de que a noção de designador rígido não é uma obviedade tecnicamente encoberta. Trata-se do fato de que as descrições definidas, em geral, não satisfazem a condição de rigidez. Elas não são ditas designadores rígidos, mas designadores *acidentais*, a saber: *aqueles que são capazes de designar objetos diferentes em diferentes mundos possíveis*. Considere a descrição definida 'o amante de Herphylis'. Essa descrição é um designador acidental, pois embora em nosso mundo ela se refira a Aristóteles, em um mundo possível no qual o amigo de Aristóteles chamado Teofrasto é quem foi o verdadeiro amante de Herphylis, ela se refere a Teofrasto, tenha ou não Aristóteles nele existido.

Seriam os indexicais designadores rígidos assim como nomes próprios? Para considerarmos a questão precisamos primeiro ter em conta a definição do indexical. A primeira coisa que os indexicais fazem é uma referência a *algo* (possivelmente até um algo que seja nada, como um buraco na parede) situado em um certo lugar, o qual se encontra dentro do *espaço ego-centrado* do falante, entendendo-se este no sentido amplo, como o conjunto das relações espaciotemporalmente centradas no falante e tidas como suficientemente próximas deste para justificar o emprego do indexical. Se o indexical é um designador rígido, ele deve manter a mesma referência em qualquer situação de mundo possível no qual essa referência existe.

Para termos uma ideia clara disso podemos entender mundos possíveis intuitivamente como, no dizer de Kripke:

> "Mundos possíveis" são totais "modos como o mundo poderia ter sido", ou "estados ou histórias do mundo *inteiro*".[1]

Eles devem ser entendidos como 'situações de mundo' que podem incluir as de nosso próprio mundo. Posso, pois, definir mundos possíveis ainda de forma intuitiva como *nosso próprio mundo ou mundos como o nosso próprio, só que em maior ou menor medida modificados e, eventualmente, extremamente modificados* (um mundo possível muito parecido com o nosso será chamado de mundo possível *próximo*), ou ainda, finalmente, como *o nosso mundo ou qualquer situação contrafactual*.[2] Ainda outra definição a ser preferida pela sua concisão, é a de que mundos possíveis são simplesmente *modos como as coisas são ou poderiam ter sido*[3].

Voltando à questão da referência do indexical, ela é algo que se define através de uma certa localização espaciotemporal, de modo que por força da definição essa localização deve se preservar em qualquer outro mundo possível (qualquer modificação do nosso) no qual a referência do indexical exista. Vejamos um exemplo. Digamos que alguém aponte em uma direção e diga: "Aquele é Donald Trump", sendo esse proferimento verdadeiro. Se, em um mundo possível M* muito próximo do nosso, Donald Trump existir, mesmo que ele nesse mundo nunca tenha sido presidente dos EUA, mas onde mesmo assim alguém puder reconhecê-lo e admitir que ele é o portador da referência de um 'aquele' específico dito por ela, podemos marcar esse indexical como sendo 'aquele*'; afinal, temos uma pessoa dentro do espaço ego-centrado do falante, à qual são atribuídos outros elementos identificadores, como local de nascimento, filiação, profissão e mesmo aparência física... O mesmo podemos

---

[1] Kripke 1980, p. 18.

[2] Prefiro definições intuitivas a definições mais técnicas que pouco dizem, *e.g.*, "um conjunto consistente maximamente completo de proposições sobre o mundo" (W.G. Lycan).

[3] Green, 2021, p. 78. Essa definição previne o erro em que incide a concepção telescópica de mundos possíveis, como se estes fossem outros mundos mais ou menos distantes do nosso (Cf. Kripke 1980, p. 15).

dizer de “Isto é uma maçã vermelha” em um mundo possível M* próximo ao nosso, se tivermos condições de identificar essa mesma maçã vermelha com base, suponhamos, no contexto: ela se encontra na mesma cesta, no mesmo momento, em um similar espaço ego-centrado... mesmo que outras coisas possam ser algo diversas neste mundo possível. Em M* o isso* nos permitirá reconhecer a mesma maçã vermelha, na mesma medida do reconhecimento de sua existência. Com respeito ao pronome pessoal ‘eu’ acontece o mesmo. Se em M* existir uma única pessoa que seja indistinguível de mim mesmo, ela será o objeto de referência do ‘eu*’. O mesmo se daria com advérbios como ‘aqui’ e ‘agora’, conquanto tenhamos como encontrar o que possa ser identificado como um mesmo aqui* e um mesmo agora* no outro mundo possível em questão. Essa é uma maneira razoável de entendermos os indexicais como designadores rígidos, pois os estamos fazendo funcionar como se fossem nomes próprios se referindo a algo.

Contudo, Kaplan quer algo mais. Ele quer que o indexical seja um designador cujas regras semânticas façam com que em qualquer mundo possível o seu referente seja *o mesmo que no mundo atual*.[1] Ele entende isso de tal forma que mesmo nos mundos possíveis nos quais a referência *não existe*, o indexical se torna capaz de cumprir com a sua função referencial, posto que ele é indexado pelo nosso próprio mundo atual. Assim, o indexical se torna um designador rígido no sentido do que pode ser chamado de uma espécie de designador rígido *obstinado*.

Mas será essa sugestão coerente? Alguns exemplos sugerem que não. Imagine que você esteja em uma sala iluminada e diga “Há luz aqui”. Esse enunciado é verdadeiro. A palavra ‘aqui’ indica o lugar em que se encontra o falante quando ele fala. Mas se em um mundo possível muito próximo ao nosso (ou seja, numa circunstância contrafactual) nesse mesmo instante a mesma sala se encontra às escuras e você diz “Há luz aqui”, esse seu enunciado se torna falso. Não obstante, se o indexical ‘aqui’ fosse indexado pelo mundo atual, como Kaplan pretende, parece que o enunciado deveria continuar sendo verdadeiro, dado que aqui em nosso mundo a sala se encontra iluminada. Considere ainda o proferimento “Eu estou com fome”. Ele é falso se pensado por mim agora. Mas imagine que em um outro mundo possível, nas mesmas circunstâncias presentes, eu esteja realmente com fome ao proferir esse enunciado, tornando-o verdadeiro. Como isso seria possível no caso em que o pronome pessoal se referisse a mim mesmo no mundo atual, onde eu não tenho fome?

Tais incoerências me parecem fatais pela seguinte razão: um algo – um local, um objeto – só costuma ser reconhecivelmente inserido como sendo o mesmo (o *nosso mesmo* algo, local, objeto...) em um mundo possível se o for intrinsecamente, por suas características próprias, e/ou extrinsecamente, através de suas relações espacio-temporais e causais com elementos contextuais circundantes que pertençam a esse mundo. Por isso, não é coerente que se fale de um local ou objeto em outro mundo possível, inserindo-o assim relacionalmente no contexto diverso desse outro mundo e, ao mesmo tempo, inserindo-o relacionalmente no contexto de nosso próprio mundo, pois quando isso acontece os critérios pelos quais identificamos o local ou objeto em cada mundo possível terminam sendo arbitrariamente confundidos. (Uma maneira de tornarmos a proposta de Kaplan coerente seria reduzir a aplicação do indexical em outros mundos possíveis às *mesmas* relações espacio-temporais e causais que ele possui em nosso mundo atual. Mas isso tornaria a sua proposta inesperadamente fraca. A referência do

[1] “Para mim a ideia intuitiva... é a de uma expressão (o indexical) cujas regras semânticas provêm diretamente que o referente em todas as circunstâncias possíveis (mundos possíveis) é fixado como sendo o atual referente” (Kaplan 1989, p. 493, parênteses meus).

indexical seria feita no interior de um recorte de nosso próprio mundo transplantado em um outro, mas como se pertencesse ao nosso, o que redundaria em dizer que o indexical não possui a referência intencionada em nenhum outro mundo possível, à exceção do nosso.)

Devido às dificuldades acarretadas pela noção de indexação pelo mundo atual, adotarei aqui a ideia intuitivamente mais segura de admitir que indexicais são designadores rígidos no sentido de identificarem *o mesmo referente em qualquer mundo possível no qual ele exista, o que pressupõe a preservação do mesmo espaço ego-centrado do falante.* Isso me parece mais razoável ao preservar os critérios contextuais que nos permitem identificar o referente como sendo o mesmo.

Argumentos a favor da referência direta

Ao pensar que o conteúdo semântico do indexical deva ser a sua própria referência, Kaplan se apresenta como um defensor da teoria da referência direta, ou seja, da ideia de que aquilo que realmente conta como o conteúdo semântico (significado) do indexical seja o seu próprio objeto de referência. Ele apresenta originais e elaborados exemplos destinados a demonstrar esse ponto. Quero examinar dois deles, demonstrando que não chegam a ser bem sucedidos.

Começo com um exemplo engenhoso que faz apelo a substituições questionáveis. Digamos que eu aponte para uma pessoa na rua que me parece ser João e digo[1]:

(1) Ele mudou-se para Brasília,

Isso é verdadeiro para João, pois sei de muito boas fontes que ele se mudou para Brasília. Contudo, quem está passando na rua não é João, mas Thiago, devidamente disfarçado de maneira a parecer João. Como Thiago não se mudou para Brasília, a proposição é falsa. Para Kaplan, se a proposição fosse mero conteúdo cognitivo, ela deveria ser verdadeira, pois a crença que tenho é a de que a pessoa por mim apontada é João, sendo verdadeira a minha crença de que João foi para Brasília. Mas não é o que acontece. Daí a conclusão de Kaplan de que é o estado de coisas real (entendido como uma proposição estruturada russelliana) e não o conteúdo da crença, que constitui o conteúdo semântico envolvido.

É fácil, contudo, encontrar a falha no argumento. Para dizer (1) eu preciso primeiro identificar a pessoa. Ou seja: só estou autorizado a afirmar "Ele mudou-se para Brasília" porque pretendo ter reconhecido a pessoa que vejo na rua como sendo João e não somente por saber que João mudou-se para Brasília. Melhor dizendo, o proferimento (1) é implicitamente pensado por mim como a conclusão imediata de um argumento que assume o reconhecimento correto de João. Esse argumento é o seguinte:

Aquele sujeito lá é João.	F
João mudou-se para Brasília.	V
Logo: (1) *Ele* (aquele sujeito lá) mudou-se para Brasília.	F

Torna-se assim claro que a conclusão (1) "Ele mudou-se para Brasília" não possui como conteúdo semântico a ideia de que João foi para Brasília. Ela é apenas a conclusão resultante de dois outros conteúdos judicados meus, que são o conteúdo falso, embora tomado por mim

[1] Kaplan, 1989: IX. Simplifico, melhor dizendo, descomplico o exemplo de Kaplan, de modo a tornar patente o que é claramente equívoco no argumento.

como verdadeiro, de que aquele sujeito que eu vejo lá é João[1], e o conteúdo verdadeiro de que João mudou-se para Brasília. Mesmo que (1) se deixe explicar como sendo a conclusão de um argumento infundado (*unsound*) contendo uma premissa falsa e outra verdadeira, (1) contém um conteúdo semântico independente delas, o qual, comparado à realidade, ao estado de coisas no mundo, ao fato de que a pessoa lá (Thiago) não se mudou para Brasília, se demonstra falso. É esse conteúdo de crença semântico-cognitivo aquele que tenho em mente e que é tornado falso por um fato no mundo, que é o estado de coisas de a pessoa que vai lá (Thiago) não se ter mudado para Brasília, não precisando nem devendo tal conteúdo ser confundido com a referência do enunciado (1), que (eu suponho) é o fato que contradiz a sua predicação, o que torna o enunciado falso, ou seja, o estado de coisas real de aquele sujeito lá *não* se ter mudado para Brasília. O conteúdo cognitivo do proferimento é falso por não corresponder ao fato por ele afirmado.

Suponhamos agora, para contrastar, que Thiago também tenha ido para Brasília. Ora, nesse caso o meu enunciado (1) será apenas *coincidentemente* verdadeiro (mera sorte epistêmica), o que precisará ser admitido, mesmo que eu o tenha derivado da premissa falsa de que aquele sujeito que vejo lá seja João. Melhor dizendo, eu apenas *penso que sei* que ela é verdadeira, pois a minha justificação para sua verdade se baseia na premissa falsa de que aquele sujeito que estou vendo lá é João, quando ela deveria ser outra. Outros, contudo, de posse de justificações adequadas, poderão dizer que sabem que o proferimento é verdadeiro, atribuindo verdade ao seu conteúdo proposicional. Essas reflexões demonstram que a crença que tenho de que a pessoa por mim apontada é João não tem nada a ver com o conteúdo semântico-cognitivo que possa ser lido no meu proferimento de (1).

Um outro argumento de Kaplan, dessa vez inspirado no externalismo semântico de Putnam, diz respeito a dois gêmeos idênticos, Castor e Pollux, que são monitorados de modo a terem sempre os mesmos estados cognitivo-psicológicos.[2] Em um dado momento ambos dizem:

(1) Meu irmão nasceu antes de mim.

Como Pollux nasceu antes, Castor diz algo verdadeiro e Pollux diz algo falso. Para Kaplan, como os estados cognitivos são idênticos, a diferença no conteúdo de crença só pode se encontrar no mundo lá fora, no conteúdo por ele entendido como a proposição estruturada externa. Como ele escreve:

> Ao discutir os gêmeos tentei mostrar que pessoas poderiam estar nos mesmos *estados cognitivos totais* e ainda, como poderíamos dizer, *acreditar* em coisas diferentes. Isso não prova que o conteúdo cognitivo de uma sentença ou mesmo de uma palavra deva ser identificado com o seu caráter, mas sugere isso fortemente.[3]

Há, não obstante, algo de errado também com esse exemplo. Ele só funciona se assumirmos, como Kaplan fez, que o externalismo de Putnam é correto. Se for, então é possível dizer ou pensar coisas com valor-verdade diferente mantendo o mesmo estado mental. O argumento de Putnam, porém, será demonstrado completamente falho ao longo do Capítulo 8 deste livro,

---

[1] Obviamente, ao identificar João não preciso sequer me recordar do signo linguístico 'João', mas de algo suficientemente relevante de seu conteúdo capaz de sustentar a predicação de que ele foi para Brasília.
[2] 1989, pp. 531-2.
[3] 1989, pp. 531-2 (grifos meus).

quando formos discutir os mecanismos de referência dos termos gerais. Contudo, se desconsiderarmos o externalismo de Putnam, a assunção de que Castor e Pollux estariam tendo idênticos estados cognitivo-psicológicos e querendo dizer coisas diferentes torna-se gratuita. Afinal, por meio do proferimento (1), com a expressão 'meu irmão' Castor deve ter em mente Pollux e Pollux Castor, e com o pronome 'mim' Castor tem em mente Castor e Pollux Pollux. Mesmo sendo idênticos, os gêmeos possuem nomes diferentes e se diferenciam pelas posições diferentes que ocupam e precisam saber que ocupam no espaço. (Castor pode até não saber onde está Pollux, mas sabe que Pollux não pode estar onde ele está, mas sempre em algum outro lugar, *mutatis mutandis*.)

Sob tais assunções é mais natural pensarmos que só há duas alternativas: ou (a) os gêmeos querem dizer coisas diferentes ao custo de estados cognitivo-psicológicos diversos, ou então (b) eles pronunciam frases idênticas com estados cognitivo-psicológicos idênticos, mas então sem serem sequer capazes de querer dizer com elas algo que vá além de um mero sentido gramatical, que, este sim, é inevitavelmente o mesmo. Nesse último caso, a única maneira de se conceber que Castor diz algo verdadeiro e Pollux diz algo falso é considerar o que eles dizem sob o ponto de vista de um ouvinte capaz dar um *sentido cognitivo* ao proferimento emitido por Castor de modo a tê-lo como verdadeiro e dar um sentido cognitivo ao preferimento emitido por Pollux como sendo falso. Mas nesse caso, um proferimento é verdadeiro e o outro é falso porque os estados cognitivo-psicológicos *do ouvinte* a considerar o conteúdo a ser dado à frase "Meu irmão nasceu antes de mim" dita por cada um dos gêmeos é diferente. Assim, uma explicação adicional para a impressão de que seja possível conceber que Castor e Pollux tenham idênticos estados cognitivo-psicológicos e diferentes conteúdos de crença pode ser facilmente encontrada na falha em perceber o papel dos intérpretes na atribuição de significados cognitivos e suas atribuições de verdade – regras verificacionais e suas aplicações – aos proferimentos.

Argumentos contra a referência direta

Há dois argumentos básicos contra teorias da referência direta dos indexicais como a de Kaplan.[1] O primeiro é tão decisivo quanto óbvio, já tendo sido mencionado aqui: existem proferimentos com indexicais vazios como em "Lá está um cavalo branco", dito em meio a uma alucinação realista como a de quem sofre de alucinose alcoólica. Tais enunciados possuem conteúdo semântico-cognitivo sem nenhuma proposição estruturada entendida como algo similar a um fato-estado-de-coisas no mundo externo. Para sua própria satisfação, teoristas da referência direta costumam responder que tais proferimentos são irrelevantes para a semântica.

Mas o mais ilustrativo contra-argumento é o de proferimentos contendo indexicais co-referentes, mas com diferentes conteúdos semânticos. Imagine, por exemplo, que em uma loja de roupas Maria vê uma única mulher à sua frente e, em um dos espelhos ao lado, vê refletida a mesma mulher de costas.[2] Confundida, Maria pensa que são duas pessoas distintas. Ela está em condições de dizer:

(1) *Esta* pessoa não é *aquela* pessoa.

[1] Ver Perry, 2012, cap. 1

[2] Adapto o exemplo de Braun 2001.

Contudo, se o conteúdo do pensamento de Maria fosse a proposição estruturada e o objeto fizesse parte dessa proposição, parece que ela deveria *saber* que se trata de um mesmo objeto de referência, de uma mesma mulher, até mesmo porque o caráter dos demonstrativos não é o mesmo. Mas não é isso o que acontece. Maria acredita falsamente na verdade do seu conteúdo de pensamento exprimível em (1).

Da parte do defensor da teoria da referência direta, a resposta poderia ser a de que um mesmo objeto pode ser acessado sob *modos* diferentes, os quais são condicionados pelos caráteres dos indexicais envolvidos. Assim, os indexicais 'essa' e 'aquela' em (1) tem caráteres diversos, que para Kaplan estão no lugar dos sentidos fregeanos, permitindo o erro na identificação "desta" ou "daquela" pessoa. Essa resposta, porém, esbarra em dificuldades óbvias. Afinal, Maria poderia ter usado o mesmo indexical duas vezes para designar objetos diferentes, como ao proferir a frase:

(2) *Esta* pessoa não é *esta* pessoa,

e ao fazer isso apontar primeiro para a pessoa à sua frente e depois para a pessoa refletida no espelho ao seu lado.[1] Seria possível, é verdade, responder que nesse caso a primeira ocorrência do demonstrativo 'esta' não pode ser substituída pelo demonstrativo 'aquela', enquanto a segunda ocorrência pode, o que mostra que o diferente caráter dos indexicais se encontrava implícito. Contudo, podemos facilmente imaginar situações nas quais esse não é o caso, como quando os dois objetos que aparecem à Maria bastante próximos, digamos, em uma tela de computador.

O que contra-exemplos como esse mais sugerem é que existe mais entre o indexical e sua referência do que o nosso vão caráter permite imaginar.[2] Ao influir na atribuição de verdade, o modo de apresentação do objeto pelo indexical permite um detalhamento cognitivo da experiência que vai além daquilo que a função lexical do indexical é capaz de explicitar. Nós experienciamos os objetos sempre sob perspectivas, sob modos de apresentação, sob sentidos "fregeanos" com base nos quais os inferimos. Entender o conteúdo semântico em termos da própria referência, na independência desses modos de apresentação, é deixar sem explicação satisfatória o caráter perspectivista ou aspectual da experiência.[3]

---

[1] Ver Wettstein 2004, pp. 115-116.

[2] Uma variante do exemplo acima, também apresentado por Braun (2014, 4) com base em Perry (1979), concerne a enunciados indexicais inteiros e, portanto, ao que eles enunciam, ou seja, fatos. Trata-se do pensamento (i) "Ele está fazendo uma bagunça", que ocorre quando a pessoa em um supermercado vê no espelho o açúcar de um carrinho de compras sendo derramado no chão, mas logo depois olha para trás e percebe que é o açúcar do seu próprio carrinho que está derramando e pensa (ii) "Eu estou fazendo uma bagunça". Se a proposição estruturada no mundo fosse a mesma, (i) e (ii) deveriam querer dizer exatamente a mesma coisa. Mais além, pode ser que junto a (i) ele também pense (iii) "Eu não estou fazendo uma bagunça", o que está em contradição com (ii), tornando João irracional. A solução parece ser descritivista: Em (i) João vê no espelho "o homem usando camisa branca, calças vermelhas e sapatos pretos carregando um carrinho". Mesmo que (*pace* Braun) esse conteúdo esteja implícito, uma vez que é ele que lhe permite distinguir aquela pessoa das outras e mesmo que o espelho modifique a cor azul da calça como parecendo vermelha, é exatamente pelo elemento perspectivista expresso na descrição que um mesmo objeto pode aparecer como possuindo mais de uma cor.

[3] Kaplan justificaria (2) utilizando o recurso do 'dthat': Para ele (2) pode ser traduzido como "Isso-(o que está aqui) não é o mesmo que isso-(o que está ali)". Mas esse recurso equivale à confissão de que há algo contextualmente embutido no indexical que não é o caráter; uma descrição; um sentido que lembra modo de apresentação (*Sinn*) fregeano!

Pode ser que haja estratégias concebíveis contra as objeções acima. Podemos interpretar o objeto, a propriedade e mesmo o fato de uma maneira aspectual e mesmo assim externa, objetiva. Nesse caso (i) pode dizer respeito a dois sub-objetos: (i-a) o sub-objeto de algo que aparece à frente do falante como uma mulher vista de frente ('a frente da mulher') e (i-b) o sub-objeto de algo que aparece ao lado direito do falante como uma mulher vista de costas ('as costas da mulher'). Cada um desses sub-objetos é *objetivo* (pois poderia ser similarmente acessado por outra pessoa que estivesse no lugar de Maria) e mesmo diversamente localizável em termos de superfícies do objeto no mundo externo. Não obstante, se levarmos em conta o que sabemos hoje sobre os mecanismos de percepção e sobre o possível engano, mesmo em nossa apreensão de semelhantes modos de apresentação (*e.g.*, alucinação), continua parecendo bastante certo que também esses sub-objetos nos são, mesmo que de forma irresgatável para a consciência, primeiramente dados à experiência como modos de apresentação cognitivos contendo sense data, e só então, sob condições normais, naturalmente interpretados como pertencentes ao mundo externo. Como já fiz notar, diante da reconstrução de experiências visuais dinâmicas de pessoas a partir da descodificação através de modelos computacionais com base na atividade cerebral medida por fMRI, Jack Gallant e sua equipe da UCLA-Berkeley tornaram evidente que a visão se dá através de sense data. O problema filosófico real não é o da existência dos sense data, mas o de seu exato papel epistêmico na percepção do mundo externo.

Alternativas neofregeanas

As ideias de Frege sobre os proferimentos indexicais foram muito brevemente esboçadas em algumas poucas frases de seu clássico ensaio intitulado "O pensamento" ("*Der Gedanke*"). Ele percebeu que no caso de proferimentos indexicais o (conteúdo de) *pensamento* (*i.e.*, o sentido da frase, o que ela diz, seu conteúdo cognitivo também chamado de *proposição*) vai além do que as palavras dizem. Em um exemplo seu, alguém diz:

(1) Essa árvore está florida.

Digamos que esse pensamento (o que foi dito) seja verdadeiro. Ele não se tornará falso daqui a oito meses, quando o inverno tiver feito a árvore secar. Qual a razão disso? Em resposta Frege escreveu que nesse caso "o momento da enunciação é parte da expressão do pensamento".[1] Frege dá a entender que os elementos contextuais que cercam o proferimento indexical são partes não-linguísticas da expressão do pensamento. Para ele, o tempo do proferimento, o gesto de apontar, o olhar, são capazes de atuar como meios complementares de expressão do pensamento. Como consequência, o proferimento "Essa árvore está florida" feito em maio no hemisfério norte exprimirá um pensamento diferente de quando é feito em janeiro. Embora Frege não tenha dito, se nesses casos o pensamento varia com o tempo do proferimento, parece claro que ele deve variar também com o lugar do proferimento, no caso, o contexto espacial no qual a pessoa aponta para o objeto.

Note-se, contudo, que pelo fato de semelhantes elementos contextuais serem para Frege parte da expressão do pensamento, eles próprios não são parte do pensamento. Frege sustentava, como é sabido, uma concepção platonista do pensamento (*Gedanke*) como sendo uma entidade não-espaciotemporal (eterna), que somos capazes de apreender (*fassen*) e que

[1] Frege: 1918, p. 66.

deve ser distinguida do *ato psicológico* de pensar.[1] Admitindo-se uma reconstrução cognitivista da concepção platonista que ele mantinha sobre a natureza do pensamento, devemos concluir que, como estado cognitivo-psicológico objetivamente concebido, o *pensamento indexical*, ou seja, *o conteúdo cognitivo do proferimento indexical*, precisa incluir em si mesmo a representação conceitual dos elementos contextuais acima considerados, particularmente a localização espaciotemporal. Como notou Michael Luntley: "O pensamento é conteúdo contextualmente expresso e não o próprio estado de coisas contextualmente situado; ele não é sequer uma amálgama de conteúdo mais contexto."[2] Podemos, por fim, caracterizar o pensamento por meio da ontologia dos tropos. Nela o pensamento como conteúdo cognitivo é psicológico, mas não deve ser confundido com o ato de pensar. O pensamento como conteúdo cognitivo pode ser entendido como uma combinação de propriedades-t psicológicas que seja tomada como modelo concebível como sendo qualitativamente idêntica a outros pensamentos de outras pessoas ou da mesma pessoa, sendo isso o que deve ter originado a suposição fregeana de que pensamentos são entidades platônicas não-espaciotemporais. E essas propriedades podem nada mais ser do que um agrupamento hierarquizado de disposições procedurais capazes de funcionar como regras verificacionais.

Outro ponto é que se o sentido (*Sinn*) fregeano é um modo de apresentação geralmente exprimível por meio de descrições definidas, parece que os elementos contextuais que ajudam a exprimir o *pensamento indexical* deveriam poder ser resgatados em termos descritivos de modo a formar frases eternas, capazes de expressar o pensamento na independência do contexto. Por conseguinte, gostaria de sugerir que um proferimento como (1) possa ser substituído por uma *frase eterna*, a ser definida como uma frase capaz de exprimir o pensamento na independência do contexto concreto de seu proferimento. Essa frase eterna é:

> (2) O local mais próximo apontado pelo falante F situado no local L no momento T ao dizer: "*Esta* árvore está florida" (ou: *que* a árvore que F vê está florida)[3], contém algo que tem as propriedades de ser uma árvore e de ela estar florida.

Note-se que se considerarmos o lugar do demonstrativo 'esta' na frase eterna (2), veremos que ele deixou de se referir a algo contextualmente dado no mundo. Ele aparece no interior de uma frase que se encontra entre aspas ou é elidido pela frase-que entre parênteses. Como sabemos, tais frases passam a ter o que Frege chamava de uma *referência indireta*, *que é o seu próprio sentido*, e não mais sua referência própria (que para Frege seria o seu valor-verdade, mas que para muitos é bem mais plausivelmente considerada o próprio fato ou estado de

---

[1] Para Frege um pensamento como o de que Vênus é um planeta é algo abstrato, interpessoalmente acessível, não se situando no tempo e sendo constituído de uma combinação de sentidos igualmente abstrata (os de Vênus e o de ser um planeta), sendo eternamente verdadeiro ou falso, enquanto o ato de pensar que Vênus é um planeta é psicológico e subjetivo, posto que não pode ser compartilhado, além e ser localizável no tempo, não devendo ser confundido com o pensamento no primeiro sentido. (1918)

[2] Luntley: 1999, p. 334. Como já notei, o platonismo fregeano pode ser evitado se entendermos o pensamento simplesmente como um pensamento-modelo psicológico dado (uma propriedade-t de pensamento) *ou* qualquer outro pensamento (propriedade-t de pensamento) qualitativamente idêntico a ele. Isso é suficiente para não fazer do pensamento algo dependente de um único indivíduo psicológico que o pense. *Cf.* Costa 2018, cap. IV.

[3] Aplico aqui a convenção de chamar de metalinguagem sintática a que tem por referência a estrutura sintática da expressão entre aspas simples, chamando de metalinguagem semântica a que tem por referência o conteúdo semântico-cognitivo da expressão entre aspas duplas. Como Frege, não diferencio semanticamente a função da frase entre aspas duplas da função da frase descitada complementar colocada entre parênteses.

coisas de a árvore estar florida). O sentido do demonstrativo do 'esta' pode ser aqui exprimido pela descrição definida 'o algo situado no lugar E que o falante F no tempo T aponta' – um modo de apresentação que reproduz cognitivamente os traços distintivos do contexto. Naturalm0ente, se uma dessas variáveis for diferente, o pensamento expresso também será alterado. Note-se também que a pretensão de verdade de (1) não desaparece em (2), uma vez que nesse último enunciado é afirmado que o local em questão contém algo que tem as propriedades de ser uma árvore e de ela estar florida. Concluindo: contrariamente ao que filósofos como John Perry pensam, podemos perfeitamente parafrasear uma frase indexical por meio de uma frase eterna, relendo o pensamento indexical como parte de um pensamento eterno. É verdade que a vivência fenomenal do acontecimento é inevitavelmente perdida, mas o erro consiste em se subsumir que isso possa ser relevante.

A maneira de ver que proponho contrasta com o ponto de vista de Kaplan. Para mim, o equivalente central do sentido fregeano (*Sinn*) da frase indexical é o pensamento entendido como o seu conteúdo semântico-cognitivo, enquanto que para ele o equivalente do sentido fregeano do indexical é o seu caráter, sendo o seu conteúdo semântico o objeto por ele referido. A sua correlação <sentido-caráter> seria mais plausível se expressões outras que não as indexicais não tivessem algo equivalente ao caráter ou função lexical. Mas não penso que seja assim. O nome próprio tem algo correspondente à função lexical (caráter), que consiste na sua função geral de *nomear*, aqui entendida como *a de se referir a um objeto específico e distingui-lo de todos os outros, na independência da proximidade do objeto* (tarefa dos indexicais) *e mesmo da conotação imposta pela sua estrutura simbólica* (tarefa das descrições definidas). Mesmo assim, o sentido fregeano de um nome próprio particular não se reduz a essa função lexical geral de nomear, mas, como ele mesmo nos sugeriu, aos 'modos de apresentação' constitutivos de seu conteúdo, que embora devam incluir a função geral de nomear, de modo algum se limitam a ela (para Frege o sentido do nome próprio é expresso pelas descrições definidas que o falante tem em mente ao aplicá-lo[1]; o nome expressa um sentido e o sentido designa o seu objeto).

Parece que o mesmo podemos dizer do termo geral: a sua função lexical (seu caráter) geral é a sua *função predicativa* de *ser capaz de dizer o mesmo de muitos*, enquanto que o conteúdo cognitivo de um termo geral específico poderia ser entendido (embora Frege não tenha pensado assim[2]) como um modo de apresentação de uma expressão predicativa específica (*e.g.* '...coração' = '...órgão feito para bombear o sangue'; '...ungulado' = 'mamífero com dedos terminados em cascos'). Podemos saber que 'César' é um nome sem saber quem é César ou de que César se trata e podemos saber que 'correlato' é um predicado relacional sem ainda sabermos aplicá-lo.

A própria frase tem uma função lexical, que consiste no que tem sido chamado de o seu *sentido linguístico ou literal*; esse sentido da frase pode ser caracterizado como aquilo que podemos entender enquanto não tivermos qualquer informação que nos auxilie na efetiva identificação da referência.[3] Uma frase como "César visitou Calpúrnia", por exemplo, tem um sentido literal, um caráter, que é anterior ao pensamento fregeano, ao seu sentido ou conteúdo cognitivo (*epistemisches Gehalt*), pois sabemos que ela é sintaticamente correta, mesmo não

---

[1] Gottlob Frege 1892, p. 28 (nota).

[2] Para Frege a referência do predicado é o que ele chama de 'conceito' (*Begriff*), uma função que tem como *input* objetos e como *output* valores-verdade. Não é, pois, sem razão que não lhe reste nada a dizer sobre o sentido do predicado, que deveria ser mais naturalmente chamado de 'o conceito' por ele expresso.

[3] "O sentido literal é aquele que é apreendido em um contexto informacionalmente pobre". Katz 1977, p. 14.

conhecendo nada da história nem dos sentidos fregeanos dos nomes ‘César’ e ‘Calpúrnia’ no contexto. Já para entendermos o sentido-pensamento-conteúdo expresso – o conteúdo cognitivo ou epistêmico – nós precisamos mais do que isso. Precisamos conhecer, ao menos em suficiente medida, os sentidos ou modos de apresentação associados aos nomes, a espécie de visita e o contexto no qual seus portadores existiram, construindo assim aquilo que doa conteúdo cognitivo ou valor epistêmico (*Erkenntniswert*) ao que é dito. (Historicamente, Júlio César visitou sua esposa Calpúrnia Pisônia na noite do dia anterior ao seu assassinato, quando ela lhe avisou de um sonho que continha um mau presságio, pedindo-lhe para não ir ao senado...) Ora, se mesmo em frases não-indexicais uma tricotomia do tipo <função lexical – conteúdo – referência> parece se sustentar, por que rejeitá-la para as frases indexicais? Se ela parece existir para nomes próprios e mesmo para predicados, por que rejeitá-la para os termos indexicais?

Podemos construir um esquema próximo ao de Frege, distinguindo níveis semânticos com relação à frase indexical predicativa singular.[1] Para tal é preciso distinguir dois subníveis semânticos do sentido cognitivo (*Sinn*): (i) o subnível do sentido linguístico (lexical, literal), contextualmente independente, e (ii) o subnível mais propriamente epistêmico do conteúdo semântico e do pensamento, que é aquilo que Frege mais propriamente tinha em mente ao falar do sentido. Quanto ao nível da referência, prefiro admitir a ontologia dos tropos e sugerir que ao falarmos de propriedades estamos tratando de tropos (propriedades espaciotemporalmente localizaveis) simples ou complexos, enquanto ao falarmos de objetos estamos tratando de agrupamentos mais ou menos organizados de propriedades-t compresentes (co-localizados e co-temporais) geralmente pertencentes ao mundo externo, mas possivelmente também à própria mente. Uma vez feitas essas admissões, temos o esquema:

[1] Digo próximo ao de Frege porque rejeito a sua estranha ideia de que a referência do predicado seja o conceito (*Begriff*) entendido como uma entidade abstrata sob a qual objetos caem. Mais plausível é que a referência seja a propriedade-t (tropo ou conjunto de tropos...), enquanto o conceito é mesmo o que geralmente chamamos de um conceito, ou seja, o sentido do termo predicativo, que também pode ser entendido como uma propriedade-t, desta vez psicológica, só que sempre instanciada em uma ou outra mente e concebida como multiplamente instanciável. Também rejeito, obviamente, a enganosa tese fregeana de que a referência (*Bedeutung*) da frase é o seu valor-verdade, preferindo identificá-la com o fato (para ele o fato era o pensamento verdadeiro).

		Indexical	*predicado*	*frase*
Sentido cognitivo	*Sentido linguístico*	função[1] lexical +	função predicativa =	sentido linguístico
	Conteúdo cognitivo	conteúdo semântico +	conteúdo conceitual =	conteúdo de pensamento
Referência		objeto (agrupamentos de propriedades) +	propriedade (simples ou composta) =	fato (combinação de proprieda-des e agrupa-mentos de pro-priedades)

Vemos, pois, que a função lexical do indexical também pode ser entendida como fazendo parte (secundária) do sentido cognitivo, pois a função lexical consiste na determinação geral de um tipo de entidade a ser apresentada. Mas ela precisa ser complementada por aquilo que é epistemicamente relevante no contexto de uso, pelo conteúdo semântico-cognitivo, que no caso é o modo de apresentação de alguma coisa contextualmente dada. O mesmo acontece com a própria frase indexical. Considere o enunciado: "Aquilo é uma raposa". A articulação gramatical da frase não deixa de fazer parte do sentido que ela exprime. Mas ele só se torna relevante de modo a completar o pensamento ou proposição se contiver também um procedimento verificacional, uma regra que deve incluir os critérios específicos de identificação de um certo animal no local e no momento em que ele é apontado.

Um outro ponto a ser considerado é a ideia fregeana de que os sentidos determinam as suas referências. Embora seja correto que também no proferimento indexical o sentido determine a referência, é claro que antes disso ou simultaneamente a isso é a referência que, no proferimento indexical, costuma determinar o sentido. Ao ser avistada, a árvore florida real determina *causalmente* a sua identificação pelo demonstrativo 'aquela', o qual, tendo ganho conteúdo cognitivo, passa a determinar *intencionalmente*, para o falante, onde e como a árvore se encontra. Mas não parece que essa mútua determinação requeira alguma modificação relevante no princípio fregeano de que o sentido determina a referência. No exemplo dado da identificação de uma cadeira vimos a circunstância em que a regra semântica de um indexical é produzida e comunicada tendo como base causal a própria referência; isso acontece com nomes próprios e termos gerais, cujas regras semânticas são originadas da experiência que respectivamente temos de objetos e propriedades. A diferença é que no caso dos nomes próprios e dos termos gerais essa experiência deu-se no passado, tendo então gerado convenções semânticas tácitas, mais ou menos compartilhadas entre os falantes.

[1] Note-se que nesse primeiro nível a paridade real consiste apenas na função lexical geral dos indexicais de se referirem a objetos (particulares) diferentes em contextos diferentes. Mas cada indexical terá uma função lexical própria, como as apresentadas nas listas (A) e (B). O conteúdo semântico, por sua vez, consiste na especificação dos detalhes do contexto em usos singulares de indexicais e, além disso, em outras características adicionais, algumas inclusas na forma sensível do indexical (como o sexo ou a pluralidade, no caso de pronomes pessoais no plural) mas ainda outras latentes, como tentei mostrar em meus primeiros exemplos.

Essas convenções são os sentidos fregeanos (devidamente reconstruídos sem apelo a um desnecessário platonismo ontológico), os quais, por sua vez, são usados para determinar a referência.[1] A diferença com relação ao indexical não se encontra, pois, no fato de o conteúdo cognitivo ser determinado pela referência, mas no fato de ele estar sendo *presentemente* determinado pela sua referência e pelo fato de que a regra que o constitui – que não deve se distinguir do próprio conteúdo semântico-cognitivo do indexical – não ter chegado a se instituir na forma de uma convenção entre falante e ouvinte, embora, como veremos, ela possa facilmente se tornar uma convenção no caso em que partes importantes de seu conteúdo acabem se tornando aptas a serem explicitadas por meio de descrições definidas suficientemente compartilhadas entre os falantes.

Finalmente, uma concepção neofregeana do funcionamento dos indexicais como essa que estou sugerindo responde bem ao problema do conteúdo das frases indexicais falsas. Suponhamos que nossa vítima de alucinose alcoólica tenha a alucinação perfeita de um cavalo branco. A pessoa diz "Lá está um cavalo branco" apontando para o espaço vazio. Para uma teoria da referência direta, a crença falsa que a pessoa está tendo, ou se torna inexplicável, ou precisaria ter uma natureza intrinsecamente diversa da natureza da crença que ela tem quando aponta para um cavalo de carne e osso no mundo real. Afinal, só no último caso o conteúdo semântico do indexical está sendo dado, como uma proposição estruturada no mundo externo! Contudo, não há qualquer diferença *intrínseca* entre um e outro conteúdo fenomenal de crença, posto que na alucinose alcoólica as alucinações visuais são maximamente realistas. O que nos evidencia tratar-se de uma alucinação é, na verdade, a ausência de um contexto adequado, da co-sensorialidade, além da ausência de uma virtual confirmação interpessoal. A ideia de um "modo de apresentação intencional" capaz de interpretação fenomenal em termos semântico-cognitivos não diferencia enquanto tal as crenças indexicais falsas das crenças indexicais verdadeiras.[2] Para ela, o proferimento "Lá está um cavalo branco" tem exatamente o mesmo conteúdo semântico-cognitivo, o mesmo modo de apresentação, seja ele verdadeiro ou falso, o que está de acordo com nossas intuições.[3]

O problema do indexical essencial

Contra o recém-esboçado entendimento neofregeano do conteúdo semântico dos indexicais há algumas objeções importantes. Quero apresentá-las seguidas de suas respostas.

A primeira é a de que devem existir conteúdos de pensamento irredutivelmente indexicais. John Perry[4] introduziu essa objeção por meio de um bem conhecido exemplo. Encontrando-se uma vez em um supermercado ele percebeu um rastro de açúcar no chão e pôs-se à procura do responsável. Após dar uma volta ao redor da estante ele percebeu, para sua consternação, que o rastro vinha do seu próprio carrinho! A constatação inicial era:

---

[1] Costa 2018, cap. IV.

[2] A expressão fregeana original '*Art des Gegebenseins des Gegenstandes'*, a ser literalmente traduzida como 'modo de se dar do objeto' é algo equívoca, sendo a tradução inglesa 'mode of presentation' mais adequada, uma vez que enfatiza o elemento *intencional* implícito. (*Cf.* Textor 2011)

[3] Gareth Evans ressaltou o elemento causal: se estou diante de um objeto real ao qual me refiro pelo demonstrativo 'isso', meu conteúdo de crença é causado pelo objeto, de modo que se o objeto se alterasse ou deixasse de existir, meu conteúdo de crença indexical (pensamento) também se alteraria ou deixaria de existir. Não obstante, isso não é suficiente para desfazer a natureza cognitiva do pensamento demonstrativo. (*Cf.* Evans 1982, 5.1, 9.4, 9.5.)

[4] 1979, pp. 3-20.

(1) *Alguém* está fazendo uma bagunça.

No final a sua constatação se tornou:

(2) *Eu* estou fazendo uma bagunça.

A constatação (2) não é a mesma que (1), pois acompanhou-se de uma súbita mudança de comportamento. Ela também não pode ser substituída por (3) "Perry está fazendo uma bagunça", pois suponha que Perry estivesse sofrendo de demência, tendo esquecido o seu próprio nome... A constatação poderia, é certo, ser substituída por (4): "Perry está fazendo uma bagunça e Perry sou *eu*". Mas nesse caso apenas se reconhece a indispensabilidade do indexical.

O ponto em questão é o seguinte. Se Frege estivesse certo, então o modo de apresentação do objeto expresso pelo indexical deveria poder ser sempre parafraseado por algo como uma descrição definida. Mas o exemplo de Perry parece demonstrar que o pronome pessoal 'Eu' em "Eu estou fazendo uma bagunça" não pode ser substituído por descrição alguma sem que o seu conteúdo se altere. Ora, isso parece suportar a ideia de que o conteúdo semântico do indexical é o próprio objeto referido e que a concepção referencialista do conteúdo semântico dos indexicais é correta.

Uma resposta a essa objeção foi apresentada por John Searle. Ele admite a conclusão de Perry de que é impossível encontrar uma paráfrase descritiva que preserve exatamente os mesmos critérios de verdade da frase indexical (2). Contudo, Searle pensa que essa constatação não basta para derrubar a ideia de que os indexicais possuem sentidos fregeanos como conteúdos semânticos, pois mesmo que não possamos substituir o indexical por uma descrição equivalente, isso não implica que o conteúdo semântico não seja um sentido fregeano.[1] Afinal, é perfeitamente possível que o indexical se refira através de um modo de apresentação sem que este último seja resgatável por descrições, ou pelo menos sem que ele seja inteiramente resgatável por elas.

Não creio, porém, que sequer essa concessão seja necessária. Minha resposta já foi inadvertidamente apresentada quando parafraseei o proferimento de Frege "Essa árvore está florida" ao discutir o externalismo semântico de Kaplan. Pretendo mais adiante mostrar que é fácil aplicar o mesmo procedimento aos exemplos dados por Perry. Antes disso, porém, quero discutir outras objeções apresentadas por esse autor com finalidades similares.

Eis um segundo contra-exemplo que adapto de Perry[2]: Maria profere o enunciado:

(1) Hoje é 7 de setembro.

no dia 6 de setembro. Logo, a crença é falsa. Perry supõe que para Frege é preciso haver alguma descrição que capture o sentido do indexical 'hoje'. Suponha que Maria esteja pensando na descrição definida 'o dia da proclamação da república'. Nesse caso, ao dizer (1) Maria está querendo dizer:

(2) O dia da proclamação da república é 7 de setembro.

---

[1] 1983, pp. 218-19.
[2] 1977, pp. 487-8.

Nesse caso, pensa ele, o descritivismo fregeano implica que a palavra 'hoje' dita no dia 6 se refere ao dia 7 de setembro e que o proferimento (1) dito em 6 de setembro expressa uma crença *verdadeira*, o que é absurdo. Portanto, a ideia de Frege não pode estar correta.

Mas há problemas com essa objeção de Perry. Primeiro: mesmo que Maria possa também ter em mente (2), não é obviamente isso o que ela está *querendo dizer* com (1). Embora ela também possa estar implicitamente querendo informar que hoje é o dia em que se comemora a proclamação da república, explicitamente o que ela está apenas querendo dizer é que hoje – o dia no qual ela está produzindo o proferimento (1) – é realmente o dia 7 de setembro, o que sabemos ser falso. O certo seria desdobrar o enunciado de maneira a expor por completo o que ela de fato diz e o que ela tem em mente:

(3) O dia de hoje é o dia 7 de setembro e o dia 7 de setembro é o dia da proclamação da república.

A conjunção (3) é a que melhor explicita aquilo que Maria tem em mente ao proferir (1) no entendimento fregeano. Mas essa é uma conjunção obviamente falsa. Até aqui nada de errado com o entendimento fregeano.

Mas podemos ir além, demonstrando que o conteúdo do proferimento não precisa ser essencialmente indexical. Ele pode ser reinscrito em terceira pessoa como:

(4) No dia 6 de setembro de 2011 Maria diz "Hoje é o dia 7 de setembro".

Ou ainda, contendo a descrição explicitadora do que Maria supostamente quer informar, ele pode ser expresso assim:

(5) No dia 6 de setembro de 2011 Maria diz *que* hoje é o dia 7 de setembro, assumindo que 7 de setembro é o dia da proclamação da república.

É verdade que os enunciados (4) e (5) *não* são sinônimos de (1): aqui informações adicionais são acrescentadas. Além disso pode ser invocado o fato de que os enunciados (4) e (5) ainda contém o indexical 'hoje', incluindo o conteúdo de (1). Não obstante, esse núcleo indexical foi transformado. Aqui também, os enunciados (4) e (5) transformaram o indexical 'hoje' em uma palavra que possui o que Frege chamaria de *referência indireta* dada no contexto de uma frase sobordinada. Nesse caso, pensava ele, a referência da frase subordinada passa a ser o seu *sentido*, donde o indexical 'hoje' perde a sua referência indexical originária passando a se referir ao modo de apresentação interno do dia 7 de setembro (o sentido), o qual deixa de ser contextualmente dependente. Os enunciados (4) e (5) são verdadeiros e são frases eternas, que nem por isso deixam de assinalar o valor-verdade falso do proferimento (1) nelas contido. Tais paráfrases descritivas salvam a explicação fregeana da crítica de Perry ao situar o proferimento indexical em um contexto enunciativo mais complexo, que o inclui inteiramente, suspendendo a dependência do contexto externo que havia no proferimento inicial.

Em um outro exemplo de Perry[1], elaborado de forma mais enfática por John Searle[2], imagina-se que David Hume diga:

[1] 1977, p. 485 ss.
[2] 1983, p. 219.

(1) Eu sou Hume,

e que nesse mesmo momento, em um planeta distante chamado Terra-Gêmea – onde quase tudo acontece exatamente do mesmo modo que aqui na Terra –, o *Doppelgänger* de David Hume, que se chama Heimson, mas que não escreveu nem o *Treatise* nem o *Enquiry* nem coisa alguma do que Hume escreveu, diz:

(2) Eu sou Hume.

Parece que o pensamento é o mesmo: ambos acreditam ser o filósofo David Hume. Contudo, a sentença (1) é verdadeira, enquanto a sentença (2) é falsa. Parece, portanto, que Frege está errado e que o conteúdo semântico do indexical não se reduz ao pensamento. Ele deve ser a própria referência, que só no primeiro caso é o próprio Hume, enquanto no segundo caso é apenas Heimson!

Para responder a essa objeção é preciso em primeiro lugar considerar que para uma concepção como a de Frege não só o tempo, mas também o lugar do proferimento deveriam poder ser considerados partes da expressão do pensamento indexical. Mais além, a pertinência à expressão do pensamento estabelecida por esses fatores também deve contribuir para o valor-verdade do pensamento em questão. Ora, como o verdadeiro Hume se encontra em um lugar chamado Terra e não em um outro chamado Terra-Gêmea, (1) é um proferimento verdadeiro porque o pensamento por ele expresso diz respeito ao Hume da Terra, enquanto (2) é falso porque o pensamento por ele expresso diz respeito a quem não é o Hume da Terra.[1]

A essa resposta se poderia ainda objetar que "Eu sou Hume" é verdadeiro para o Hume da Terra e falso para Heimson, mesmo que eles não saibam de nada acerca da Terra e da Terra-Gêmea; afinal, não precisamos, para usarmos indexicais corretamente, conhecer muito mais além das circunstâncias imediatas de sua aplicação. Contudo, essa objeção advém de não termos percebido que o pensamento indexical acaba por envolver a localização no espaço como um todo e não só no espaço que circunda o falante, posto que até onde sabemos nosso espaço forma uma unidade. Assim, se adicionarmos que Hume disse "Eu sou Hume" em sua casa em Edimburg, na Escócia, no planeta Terra, que é o terceiro do sistema solar e que se encontra no braço Órion da via Láctea... essas informações encontram-se pelo menos implicadas pelo pensamento indexical, podendo ser obtidas todas em termos puramente informacionais. Isso pode ser demonstrado quando consideramos que essas informações seriam certamente admitidas pelo próprio Hume como implicações legítimas de sua identificação como sendo o Hume em sua casa em Edimburg, caso ele fosse suficientemente informado em astronomia. Assim, quando Heimson diz (1) "Eu sou Hume", com a intenção de identificar-se com David Hume, ele não pode estar dizendo outra coisa senão:

(2') Eu sou o Hume histórico do planeta Terra.

---

[1] Como já fiz notar, prefiro reconstruir o conceito fregeano de pensamento, mesmo do pensamento indexical, em termos de regra verificacional, da qual deveria fazer parte a regra de identificação da referência do indexical, o que demandaria aqui critérios de localização espaciotemporal. Meu modo de entender o problema do verificacionismo será rapidamente apresentado mais adiante nesse Capítulo. (Ver Costa 2018, cap. V, onde examinei os argumentos de A. J. Ayer a W. V. Quine, de maneira a demonstrar que as objeções positivistas ao verificacionismo semântico sofriam da falácia do homem de palha.)

Mas com isso Heimson faz repousar o seu pensamento sobre a assunção contextualmente falsa de que ele é Hume, escreveu o *Treatise* e se encontra na Terra e não na Terra-Gêmea, de modo que quem quer que saiba que o Hume histórico do planeta Terra não é Heimson, saberá que o proferimento (2') é falso.[1]

Kaplan adicionou às objeções de Perry um problema modal. Suponha que eu diga:

(1) Se eu existo então eu estou falando.

e suponha que o indexical 'eu' seja substituído pela descrição definida 'a pessoa que está falando'. Nesse caso, o enunciado passa a significar o mesmo que:

(2) Se a pessoa que está falando existe, então a pessoa que está falando está falando.

Contudo, pensa Kaplan, (2) exprime uma verdade necessária, uma proposição verdadeira em todos os mundos possíveis, diversamente de (1), que é contingente. Logo (2) não pode querer dizer o mesmo que (1).

Esse argumento nos deixa inicialmente perplexos. Afinal, o enunciado (1) faz tão pouco sentido quanto "Se eu existo então eu estou correndo" ou "Se eu existo então eu estou dormindo". Não há literalmente relação alguma entre antecedente e consequente, a menos que (1) seja entendido como uma forma abreviada de (1a): "Se, enquanto eu estou falando isso, eu existo, então eu estou falando". Mas (1a) parece ser um proferimento *necessário*. Afinal, em qual mundo possível seria verdadeiro que eu, ao realmente dizer que estou falando, *não* existo? Agora, substituindo 'eu' por 'a pessoa que está falando' em (1a) o que temos é uma verdade igualmente necessária:

(6) Se, enquanto a pessoa que está falando isso, a pessoa que está falando isso existe, então a pessoa que está falando isso está falando.

Tudo o que posso concluir disso é que, ou o problema modal de Kaplan não faz sentido ou, se faz, não representa problema algum.

Não parece, pois, que indexicais precisem ser preservados em seus contextos de proferimento para não perderem os seus conteúdos semânticos. Foi o compromisso com teorias da referência direta que conduziu filósofos a insistirem na essencialidade do indexical.

Contra o indexical essencial

A maneira neofregeana de pensar a distinção entre sentido lexical e conteúdo semântico tem em meu juízo uma vantagem teórica importante ao permitir-nos uma tradução suficientemente adequada dos proferimentos indexicais em frases eternas – uma tradução que dissolve o problema do indexical essencial.

---

[1] No exemplo original de Perry, Heimson é um imitador de Hume que, tendo se convencido de ser o próprio Hume, diz "Eu escrevi o *Treatise*", o que é obviamente falso, pois só o próprio Hume poderia dizer isso de modo verdadeiro. Nenhuma descrição, insiste Perry, pode substituir aqui o pronome pessoal 'eu' dito pelo próprio Hume. Com efeito, o pronome pessoal 'eu' não parece ser substituível por coisa alguma de forma absolutamente congruente. Mas, como veremos, a congruência que realmente importa é facilmente alcançável. Na maioria dos contextos, aliás, "Hume escreveu o *Treatise*" faz o mesmo serviço que o proferimento acima.

Usando exemplos do próprio Perry, imagine que em diferentes ocasiões ele diga:

	A
1	Eu estou fazendo uma bagunça.
2	Hoje está chovendo.
3	Agora preciso ir à reunião.
4	Hoje é 4 de Julho de 1972.

Suponha também que os proferimentos (1) e (2) sejam verdadeiros, enquanto (3) e (4) sejam falsos. O proferimento (3) é falso por ter sido cancelada a reunião sem que o falante tenha sido informado, sendo (4) falso por ter sido proferido em 3 de julho de 1972. Para Perry esses são indexicais essenciais porque não podem ser substituídos por sentenças não indexicais ("descrições"). Não obstante, os proferimentos listados em A podem ser correspondentemente parafraseados *no interior* das seguintes frases eternas, cuja relação indexical com nosso mundo é suspensa, como as listadas na coluna B:

	B
1	Na seção de adoçantes do supermercado Fleuty em Berkeley às 8 horas da noite do dia 23/06/1968, vendo que o seu carrinho está deixando um rastro de açúcar pelo chão, Perry diz *que* ele está fazendo uma bagunça (ou diz: "Eu estou fazendo uma bagunça").
2	No Willard Park, em Berkeley, às nove horas da manhã do dia 12/05/1972 começa a chover e Perry diz *que* está chovendo (ou diz: "Está chovendo").
3	Na entrada da UCLA-Berkeley pouco após o meio-dia de 2/08/1972 Perry consulta seu relógio e conclui *que* precisa ir à reunião, que é às 13 horas (ou conclui: "preciso ir à reunião"), no que se engana.
4	No dia 3 de julho de 1972, às 9 da manhã, em Berkeley, Perry diz que hoje é 4 de julho de 1972 (ou diz: "Hoje é 4 de julho de 1972").

Repito aqui as mesmas observações feitas com relação à minha paráfrase do proferimento fregeano "Essa árvore está florida". Primeiro, embora os indexicais compareçam nessas paráfrases, eles o fazem após cláusulas-que no interior de frases subordinadas ou no interior de frases apresentadas entre aspas. Ora, para Frege essas frases, e com isso os indexicais que a elas pertencem, perdem a sua função referencial usual.[1] As frases indexicais passam a se referir aos seus sentidos – chamados por ele de pensamentos – e não mais ao mundo. Quanto aos indexicais que nelas se encontram, eles devem passar a se referir então, não mais aos seus objetos próprios de referência no mundo, mas aos modos como eles o apresentam, aos seus sentidos, em outras palavras, a conteúdos semântico-cognitivos *internos*.[2] Esse procedimento permite que evitemos que as paráfrases sugeridas se tornem frases indexicais no sentido próprio, de modo a indicarem um objeto real (o eu, o agora, o hoje...) espacio-temporalmente dado. Isso acontece porque tais indexicais se tornam partes de frases eternas. Além disso, esse mesmo procedimento é capaz de capturar a propriedade de reflexividade-*token* das frases-que

[1] Frege 1893.

[2] Como foi notado, sentidos podem ser entendidos como propriedades-t, que são as de serem regras criteriais atualmente instanciadas ou disposicionalmente instanciáveis em mentes humanas, regras cuja aplicação efetiva ao mundo é concebível.

subordinadas ou entre aspas que expressam proferimentos indexicais, uma vez que as relações contextuais que participam na expressão do pensamento são explicitadas no interior das próprias paráfrases.

É indispensável perceber que não estou tentando defender que todos os elementos semânticos envolvidos no que realmente é pensado pelos falantes das respectivas sentenças do primeiro e do segundo grupo são exatamente os mesmos. No que concerne à relação entre B1 e A1, por exemplo, é possível que Perry tenha esquecido o próprio nome e que ele não saiba o nome do supermercado onde se encontra. Mas isso não tem a menor importância para o que pretendo demonstrar, dado que percebemos que um número indeterminado de detalhes pode ser adicionado na complementação das frases eternas da coluna B. Posso, por exemplo, dizer que o supermercado Fleuty está ao norte da cidade de Connecticut, nos EUA, que o Willard Park é uma praça em Berkeley, que a manhã de 12/05/1971 é estabelecida pelo calendário gregoriano baseado no tempo histórico do planeta Terra, etc. Essa possibilidade de complementação da determinação espaciotemporal tem a ver, certamente, com o elemento indexical pervasivo de todo o discurso empírico. O que quero fazer notar, porém, é que Perry pode ter maior ou menor consciência dos conteúdos implicados por A1, A2, A3 e A4, mas que aquilo que Perry ou tem consciência, ou é ao menos capaz de certamente de concordar, após ter sido informado, se encontra ao menos implicado respectivamente por B1, B2, B3 e B4, melhor dizendo, está sendo assumido nesses pensamentos como sendo por eles implicado, mesmo que a eles não pertençam. Em outras palavras, o que faço ao parafrasear um proferimento indexical da coluna A através de uma sentença eterna da coluna B é adicionar implicações que o falante possivelmente desconhece, ainda assim capturando ao máximo aquilo que em seu proferimento o falante é capaz de expor. O que as paráfrases da coluna B fazem é uma reprodução do mesmo conteúdo com a adição de elementos factuais novos, não pensados ou mesmo não sabidos pelo falante, embora o falante deva ser em princípio capaz de aceitá-los prontamente como complementos verídicos se devidamente informado, o que vale também para o auditório. (Podemos distinguir entre constituintes internos do pensamento, que constituem o pensamento pensado, e constituintes externos, adicionais, que podem ser inferidos daquilo que é contextualmente pensado.)

Mas se é assim, então por que o indexical ainda parece possuir algo essencial e insubstituível? Receio que a resposta a semelhante questão seja mais trivial do que se possa imaginar. Ela reside no simples fato de que os elementos fenomenalmente dados à percepção não podem ser linguisticamente reproduzidos por descrições. Não posso reproduzir através de descrições linguísticas o perfume da água de colônia, o calor do sol, a beleza de uma paisagem, a não ser por intermédio de paráfrases indiretas, que só serão compreendidas por quem já possui experiências fenomenais semelhantes. Reconheço que quanto a isso os conteúdos semânticos dos indexicais permanecem intraduzíveis em termos descritivos. Ninguém pode reproduzir linguisticamente as impressões visuais de quem contempla uma catedral gótica, nem as impressões auditivas de quem ouve uma sinfonia. Contudo, não é esse elemento fenomenal o que nos importa, dado que ele não satisfaz a função primordial da linguagem de comunicar, com base em convenções, uma função da qual temos consciência desde o *Crátilo* de Platão. Considere, por exemplo, o proferimento “Eu estou fazendo uma bagunça”. Só quem participa da situação indexical como falante ou ouvinte pode ter acesso aos sentimentos de surpresa, perturbação e vergonha do falante. Mas do ponto de vista do conteúdo semântico-cognitivo a ser comunicado isso é irrelevante.

Com efeito, os conteúdos dos proferimentos do grupo A só são relevantes para a comunicação na medida em que se tornam resgatáveis pelas frases eternas do grupo B, mesmo que essas últimas não conservem nada do conteúdo fenomenal vivenciado no proferimento.

Mais ainda, essas substituições são frequentes e realmente úteis quando reportamos conteúdos de proferimentos indexicais a terceiros. Assim, o que há de realmente único (essencial) no indexical são apenas os aspectos fenomenais de seus sentidos, aos quais respondemos através de colorações (*Färbungen*) emocionais episódicas. Contudo, por serem esses elementos escassamente comunicáveis a quem não compartilha da situação de fala, eles deixam de importar à linguagem. Assim, embora no que concerne ao elemento fenomenal o episódio identificador e verificacional no qual se dá o pensamento (proposição) indexical seja único e insubstituível a tal ponto que o próprio falante não seria capaz de reproduzi-lo, o mesmo não acontece com o pensamento indexical. Esse pensamento, entendido como um modo de apresentação fregeano, ou, tal como prefiro interpretá-lo, como uma combinação episódica de regras que não são mais que propriedades-t relacionando o falante ao contexto, pode ser descritivamente registrado e reproduzido. A regra constitutiva do conteúdo semântico do indexical é primeiramente episódica, tal como o elemento fenomenal, mas diversamente do último, ela é capaz de ser linguisticamente reproduzida na mente do ouvinte e comunicável através dele. Como a função da linguagem comunicacional não é a de preservar o elemento fenomenal, mas a de selecionar o que pode ser comunicado, o essencial do proferimento indexical é preservado nas paráfrases da classe B. Em suma: o assim chamado "indexical essencial" de Perry não é mais que um mito filosófico entre tantos outros.

A favor de minhas paráfrases está ainda o fato de que testemunhas e ainda o próprio Perry seriam facilmente capazes de reconhecer as substituições B1, B2, B3 e B4 como sendo válidas. Ele poderia ser informado, por exemplo, que ao dizer que estava fazendo uma bagunça isso aconteceu no dia 23/06/1968 e que ele estava no supermercado Fleuty, ao norte de Connecticut, etc., estendendo assim o seu saber em torno daquilo que ele mesmo experienciou, uma extensão que ele mesmo será capaz de admitir como sendo válida. Ou seja: os sentidos dos substitutos não-indexicais dos proferimentos indexicais podem ser considerados complementos adequados, uma vez que aquilo que eles perdem são elementos fenomenais subjetivos e episódicos, enquanto o que eles adicionam são extensões não-próprias, mas inferencialmente legitimáveis, do conteúdo semântico dos indexicais por eles capturados.

O que foi dito acima pode ser melhor esclarecido quando percebemos que a tensão entre o "sentido episódico" do proferimento indexical e o sentido próprio resgatado em sua paráfrase não-indexical só vem a acontecer enquanto o conteúdo do proferimento é acessível ao falante e ao ouvinte, mas não à comunidade linguística em geral. Se o avaliador do conteúdo dos proferimentos da coluna A não for o próprio Perry, mas uma terceira pessoa que os reporta, nós implicitamente admitiremos que os seus conteúdos são descritivamente explicitáveis. Por exemplo: Anna ouviu Perry dizer que está chovendo. Mas Perry ingeriu uma droga que o tornou provisoriamente delirante e, como resultado disso, além de acreditar que é outra pessoa, está alucinando que se encontra exposto a uma tempestade. Mais tarde, ao contar o episódio a alguém, Anna diz algo como "Quando estávamos no Willard Park em Berkeley, no diz 12, Perry disse que estava chovendo quando, na verdade, não estava...". Aqui, para o propósito de comunicação, A2 já foi completamente substituída por ao menos parte de B2. Ora, como o proferimento com indexicais só ganha interesse em termos informativos para a comunidade linguística na medida em que ele for substituível por proferimentos em terceira pessoa, proferimentos cujo conteúdo é interpessoalmente acessível através de descrições independentes do contexto e nos quais o elemento fenomenal se perde por ser limitado ao episódio em que o indexical tiver sido inicialmente usado, sua irrelevância comunicacional fica demonstrada.

Em resumo: constatamos ser possível a substituição do proferimento indexical por uma frase descritiva eterna que o contém de modo a preservar o que mais interessa: o conteúdo semântico, entendido como o sentido cognitivo ou epistêmico convencionalmente fundado da frase indexical. É verdade que ao fazermos isso adicionamos elementos que não foram pensados pelo falante. Contudo, além de usuais eles são geralmente capazes de ser reconhecidos por ele mesmo e pelos outros falantes como assunções complementadoras do proferimento. Por ser comunicável na independência do contexto, tal paráfrase descritiva é a que realmente importa. Ela pode ser mesmo desejável como um filtro que exclui aspectos fenomenais não-convencionalmente fundados e comunicacionalmente irrelevantes.

Da plasticidade do pensamento

Considere agora os seguintes pares de proferimentos e pergunte-se se eles têm ou não têm o mesmo sentido:

1a Hoje é um belo dia em Natal (dito hoje).
1b Ontem foi um belo dia em Natal (dito amanhã).

2a Eu estou com fome (dito por João).
2b Você está com fome (dito por Maria para João).

A resposta de Frege para casos como esses não parece ser muito coerente. Explicitamente, ao analisar um caso do tipo (1), ele sugeriu que se trata *do mesmo* pensamento-proposição (*Gedanke*), do mesmo valor epistêmico (*Erkenntniswert*) ou sentido (*Sinn*) da frase[1], o que parece razoável. Mas essa sugestão não parece estar de acordo com o critério para a identidade do pensamento por ele sugerido, segundo o qual, dados dois pensamentos P1 e P2, eles serão idênticos quando não for possível atribuir um valor-verdade a P1 sem atribuir o mesmo valor a P2. Ora, é possível que alguém atribua verdade a (1a) sem se ser capaz de atribuir verdade a (1b); é possível a atribuição de verdade a (2a) na independência da atribuição de verdade a (2b).

A consideração acima levanta a questão de se saber se pares de sentenças como os recém mencionados não seriam em certas condições capazes de exprimir pensamentos-t (proposições-t, significados cognitivos de sentenças declarativas, seus conteúdos semânticos...) que não são idênticos. Afinal, se entendermos os pensamentos como intrinsecamente fundados sobre os critérios utilizados para a determinação da verdade, então eles podem diferir. Considere (2b): Maria pode ter razões para pensar que João está faminto, afinal ela não o viu comer nada o dia inteiro; mas ela pode estar enganada. Esse critério não é o de (2a), pois João muito dificilmente se enganará acerca de sua fome, uma vez que o modo de acesso que ele possui é mais direto. Além disso, com relação a (1b) hoje alguém pode se enganar acreditando que ontem foi um belo dia em Natal simplesmente por não ter estado ontem em Natal e ter sido confundido por falsas informações. Mas esse não é o critério para (1a), pois é bem mais difícil alguém estar sendo enganado pelo belo dia que está atualmente presenciando em Natal. Se admitirmos esse modo de ver encontramo-nos diante de um dilema: qual das alternativas devemos aceitar como identificadora do pensamento?

Para chegar a uma resposta, minha primeira sugestão é a de que é preciso identificar o pensamento ou o sentido cognitivo da frase com a sua regra de verificação, tal como fez Ernst

[1] 1918, p. 64 (paginação original).

Tugendhat para o caso do enunciado predicativo singular e tal como muito antes dele de forma muito própria foi sugerido por Wittgenstein. A *mainstream* contemporânea diria que essa é uma ideia que há muito foi demonstrada inadmissível. Minha rejeição dessa conclusão é veemente: o que testemunhamos aqui é, na verdade, um dos maiores *blunders* da filosofia analítica contemporânea, algo que foi capaz de produzir uma enganosa e vastamente empobrecedora sabedoria herdada. Explico: muitos acreditam que o princípio da verificação foi ideado pelos membros do positivismo lógico (como Moritz Schlick, A. J. Ayer e Rudolph Carnap...) e que mais tarde ele foi problematizado e rejeitado por eles mesmos e pelos filósofos por eles influenciados (de Carl Hempel a W. V. Quine, tendo isso sido tomado como dogma pelos que os seguiram, de Davidson a Kripke). Ao se pensar assim, porém, esqueceu-se por completo que esse princípio foi originariamente proposto para os membros do Círculo de Viena pelo próprio Wittgenstein em 1929, tendo sido ele a primeira pessoa a identificar o significado de uma frase com o método pelo qual ela é verificada.[1] Se voltarmos às origens do princípio, ou seja, aos textos de Wittgenstein, descobriremos que o "princípio da verificação" construído pelos filósofos do Círculo de Viena era, na verdade, um homem de palha com objetivos cientificistas e anti-metafísicos bastante alheios aos de Wittgenstein, e que aquilo que eles posteriormente rejeitaram não foi o verdadeiro princípio da verificação, mas o homem de palha que eles mesmos construíram e depois se apressaram a destruir (*a straw man fallacy*). Se voltarmos aos escritos de Wittgenstein ficaremos surpreendidos em perceber que em seus exemplos de grupamentos hierarquicamente formados de procedimentos verificacionais, o assim chamado princípio da verificação indicava um caminho muito diverso. Tal caminho seria o de uma variada e complexa análise pragmática de tipos de enunciados em sua relação com o mundo, a qual, pelo que me consta, jamais foi sistematicamente desenvolvida. Posso aqui exemplificar a ideia apenas muito resumidamente, pela citação de um de seus textos:

> Ler que Cambridge venceu a corrida de barcos, o que confirma que 'Cambridge venceu', não é obviamente o significado, mas é conectado com ele. 'Cambridge venceu' não é a disjunção: 'eu vi a corrida, ou eu li o resultado, ou...' É mais complicado. Mas se você excluir quaisquer meios de checar a sentença, você muda o seu significado. Seria uma violação das regras gramaticais se você desconsiderasse algo que sempre acompanhou o significado. E se você excluir todos os meios de verificação, você destruirá o significado. Claro, nem toda a espécie de checagem é presentemente usada para verificar 'Cambridge venceu', nem qualquer modo de verificação tem a ver com o significado. As diferentes checagens do ato de vencer a corrida de botes tem diferentes lugares na gramática de 'vencer a corrida de botes'.[2]

Ou seja, o que poderíamos chamar de regra geral de verificação formando o significado cognitivo de uma sentença declarativa é nesse exemplo algo como uma árvore cheia de ramificações as mais diversas, cujo tronco originador é a observação oficial da equipe de Cambridge ultrapassando a linha de chegada. Ela deve incluir um entremeado mais ou menos amplo de sub-regras criteriais que possuem diferentes valores: ver Cambridge vencer e ouvir a decisão do juiz tem certamente muito maior valor do que condições dependentes como a de

---

[1] Glock 1996. Wittgenstein 1984d.

[2] Wittgenstein 2001, p. 29. Ele via na confusão entre sintomas e critérios uma das fontes de confusões metafísicas.

ler em um jornal, ouvir o testemunho de alguém ou encontrar uma taça com inscrições informativas no clube de remo.

Podemos entender o caso acima como o de uma regra geral que se desdobra em sub-regras. Ao modo de Tugendhat nós entenderíamos a regra geral de verificação (*Verifikationsregel*) da sentença "Cambridge venceu a corrida de botes" como sendo constituída de uma regra de identificação (*Identifikationsregel*) do bote da equipe de Cambridge que, uma vez aplicada, permite a subsequente aplicação da regra de atribuição (*Aplikationsregel*) da predicação de que essa equipe venceu a corrida de botes. Mas essas regras são, por sua vez, o que poderíamos chamar de regras criteriais, regras que possuem critérios de aplicação, os quais podem ser múltiplos e que uma vez aplicados (ou satisfeitos) nos tornam conscientes da referência. Há, além disso, como também notou Wittgenstein, critérios *primários* e *secundários*, mais tarde respectivamente chamados por ele de *critérios* e *sintomas* respectivamente.[1] Ele oferece um exemplo com respeito à frase "Está chovendo":

> Podemos distinguir entre critérios primários e secundários para o estar chovendo. Se alguém pergunta: "O que é chuva?", você pode apontar para a chuva caindo ou derramar água de uma caneca d'água. Esses constituem critérios primários. Pavimentos molhados constituem um critério secundário e determinam o significado de "Chove" de um modo menos importante.[2]

Critérios primários para a regra de identificação do vencedor no primeiro exemplo são os de se identificar visualmente o bote da equipe de Cambridge e vê-lo cruzar a linha de chegada antes dos outros, ou ouvir a confirmação dos juízes de que a equipe venceu a corrida. Esses são fundamentais. Há, também, as múltiplas ramificações possíveis da árvore: os critérios secundários, como o de ter sido informado por testemunho que a equipe de Cambridge venceu, o de ter lido em um jornal, etc. Obviamente, os critérios secundários ou sintomas dependem dos critérios primários, mesmo assim trazendo alguma contribuição para o significado da sentença.

Finalmente, o conceito de critério possui uma ambiguidade subjetivo-objetiva. Ele pode ser visto como uma condição interna à regra, mas pode também ser visto como a condição externa que a satisfaz. É por isso que no final das contas dizer que o conteúdo de pensamento de uma sentença declarativa é *verificado* por um fato é o mesmo que assumir alguma forma de teoria *correspondencial* da verdade: trata-se de uma outra maneira de se dizer que esse conteúdo corresponde ao fato, dado que os critérios verificacionais, sejam eles quais forem, devem possuir uma estrutura subjetiva isomórfica à estrutura objetiva do fato ou aspecto sub-factual que os satisfaz, o que constitui a essência daquilo que chamamos de correspondência.

Como vemos, não se trata de algo que possa ser generalizado através de uma única formulação universalmente válida fornecida pela lógica simbólica, como pensaram os filósofos do Círculo de Viena. Mais do que isso, as objeções dos positivistas lógicos e de sua prole contra as suas próprias versões do verificacionismo não afetam o que Wittgenstein queria dizer. Me limitarei aqui a um único exemplo. Considere a conhecida objeção holista de W.V-O. Quine à identificação do significado do enunciado com a sua regra verificacional,

---

[1] *Cf*. Wittgenstein 1986, p. 24 ss. Ele via na tomada de sintomas por critérios uma fonte de confusões metafísicas (um exemplo ingênuo é a confusão do sintoma que é a aparência física de uma pessoa com o seu critério de identidade pessoal).

[2] Wittgenstein 2001, p. 28. Ele via na tomada de sintomas por critérios uma das fontes de confusão metafísica.

segundo a qual "...nossos enunciados sobre o mundo externo fazem frente ao tribunal da experiência sensível não individualmente, mas como um corpo corporativo."[1] Ao escrever isso Quine confundiu a regra verificacional de uma frase declarativa, que lhe doa significado, com o *background* verificacional, que é assumido para sustentar a sua verdade, mas cuja efetiva verificação já está sendo *pressuposta* por ela. Esse *background*, por sua vez, constitui-se de enunciados cujos significados entram na conta de outros procedimentos verificacionais, os quais são muito diferentes dos que podem verificar e dar significado ao primeiro enunciado. Essa simples consideração, pareando significados de sentenças com suas respectivas regras de verificação, confirma a identificação do significado cognitivo com a assim chamada regra de verificação e, lamento informar, aniquila a tese de Quine. Não é aqui o lugar de me estender sobre esse ponto; irei apenas assumir sem mais o verificacionismo semântico de um tipo "wittgensteiniano". [2]

Volto agora à sugestão inicial de que nosso conceito de pensamento-proposição ou sentido cognitivo da sentença enunciativa como a regra verificacional, que dependendo da formulação e contexto, possui a propriedade de ter diferentes critérios de aplicação efetivamente satisfeitos em sua verificação, o que conduziria a uma diferença naquilo que é semanticamente considerado, a uma diferente ênfase semântica. Se esse for o caso poderemos admitir que é possível usar a expressão 'o mesmo pensamento' de maneira mais ou menos exigente, atentando para os diversamente valorizados critérios de uma mesma regra verificacional a ser compartilhada entre os falantes – uma condição geral que estabeleça de antemão se estamos falando da regra geral como um todo ou do critério efetivamente aplicado. Sob essa leitura, frases dos tipos (a1-a2) e (b1-b2) sob uma perspectiva mais tolerante exprimem pensamentos iguais, enquanto sob uma perspectiva mais exigente passam a exprimir pensamentos mais ou menos diversos.[3]

Esse ponto pode ser melhor explicado. Quando digo que você e eu tivemos *o mesmo* pensamento estamos falando de similaridade qualitativa entre dois conteúdos de pensamento. Mas o grau de congruência exigido poderá incluir ou não os critérios verificacionais diretamente envolvidos no contexto do que é pensado no proferimento. Consideremos outra vez os exemplos. Os pensamentos (2a) e (2b) são similares, pois compartilham de alguns critérios de verificação, mas não de outros. Maria sabe que João está com fome porque tem evidências de que ele ficou sem comer por muitas horas; João sabe que ele próprio está com fome porque sente a barriga roncando. Os dois critérios são inferencialmente interligados, a satisfação do primeiro usualmente gerando a do segundo, a própria fome de João – a condição última de verdade, o critério primário, o fato verificador fundamental. Por isso, embora grosso modo os proferimentos (2a) e (2b) exprimam um mesmo núcleo de pensamento, que atribui a João a sensação de fome, um exame mais exigente mostra que é possível encontrar diferenças em detalhes semânticos – naquilo que Wittgenstein justificadamente enfatizou como sendo o

---

[1] 1951, p. 9.

[2] Para uma defesa mais qualificada do verificacionismo semântico, que põe a descoberto as confusões tanto do verificacionismo quanto do anti-verificacionismo do positivismo lógico e das estratégias reducionistas de seus herdeiros, buscando resgatar o *insight* original de Wittgenstein, ver Costa 2018, cap. V.

[3] Outro exemplo de conceito plástico seria o da identidade pessoal. Há usos nos quais uma pessoa de 80 anos é considerada a mesma pessoa que foi ao nascer, quando talvez sequer fosse uma pessoa. Há outros usos nos quais essa pessoa já pode ser identificada com a criança que foi aos quatro anos de idade, tempo do qual ainda se recorda. E ainda há outros usos (que Chisholm chamou pejorativamente de *frouxos (loose*)) nos quais ela não é a mesma pessoa que era antes de ter se casado ou antes de ter ido para a guerra ou mesmo antes de ter bebido. (*Cf.* Costa 2011, cap. 5)

uso ou aplicação – pois tais pensamentos envolvem a consideração frequentemente pública de modos de apresentação algo diversos de um mesmo estado de coisas, melhor dizendo, de critérios verificacionais, de fazedores de verdade algo diversos, o de (2a), baseado em um critério verificacional primário, e o de (2b), consistindo em uma ramificação verificacional limitada a um critério verificacional secundário. O mesmo se aplica a (1a) *versus* (1b). O proferimento "Hoje é um belo dia em Natal" geralmente se verifica diretamente pela percepção, que é o critério verificacional primário, enquanto "Ontem foi um belo dia em Natal" se verifica por meio de critérios secundários, digamos, por intermédio da memória da percepção de algo que foi diretamente verificado ou por testemunho... Em tais casos, o mesmo estado de coisas é apresentado por intermédio de caminhos verificacionais mais indiretos, que pressupõem o primeiro. Contudo, o critério mais próprio está no que muitas vezes é chamado de a 'condição de verdade': naquele fazedor-de-verdade que podemos chamar de o fato verificador. Sumarizando: de um ponto de vista genérico, que envolve somente a regra geral de verificação, os pensamentos (2a) e (2b) são os mesmos, o mesmo se dando com (1a) e (1b). Por outro lado, se tomarmos como base a diferença no modo de apresentação do estado de coisas geralmente refletida na diversidade do indexical empregado, os critérios usados deixam de ser os mesmos, resultando disso uma diferença no sentido cognitivo, uma vez que estamos assumindo que o sentido cognitivo contextualmente relevante enfatizado pelo enunciado é o mesmo que a sub-regra verificacional que se utiliza do critério pelo qual ele é efetivamente verificado.

Diante de semelhantes considerações pode ser argumentado que do ponto de vista da condição última para a identidade do pensamento no proferimento indexical, a alternativa mais coerente poderia ser a de elevar as exigências ao máximo, demandando que qualquer diferença criterial capaz de produzir alguma variação na avaliação do valor-verdade da frase nos permita identificar uma diferença ao nível do pensamento, ou seja, no conteúdo semântico-cognitivo do enunciado. Quero apresentar dois exemplos que parecem mostrar que essa sugestão corresponde à nossa práxis linguística até o ponto de sua impraticabilidade. O primeiro é espacial e diz respeito a uma visita que fiz ao museu egípcio em Berlim, quando pude contemplar o busto de Nefertitis. Ao entrar no salão repleto de gente, divisei o busto ao longe, me aproximei e, já perto, o rodeei lentamente, admirando a qualidade da escultura. Há uma série de crenças indexicais espaciais que devo ter tido nessa ocasião. Algumas delas seriam formuláveis como:

A

1 Lá está Nefertitis (quando a distingo de longe),
2 Ali está Nefertitis (quando me aproximo dela),
3 Aqui está Nefertitis (quando a examino de perto),
4 Aqui está Nefertitis (quando a vejo de lado),
5 Aqui está Nefertitis (quando a vejo de trás)...

Outro exemplo, agora temporal, diz respeito à informação sobre o terremoto no Haiti. Alguém pode dizer:

B

1 Acaba de haver um terremoto no Haiti (dito minutos após).
2 Acaba de haver um terremoto no Haiti (dito horas depois).
3 Hoje houve um terremoto no Haiti.

4 Ontem houve um terremoto no Haiti.
5 Há um ano houve um terremoto no Haiti.

A questão é: em que medida e sob que critérios podemos dizer que os pensamentos em cada grupo são os mesmos? Se mantivermos a tese da plasticidade do pensamento temos uma resposta.

Primeiro, se decidirmos ignorar as diferenças entre os componentes linguísticos e contextuais da expressão do pensamento, considerando apenas a condição de verdade, entendida como *o fato verificador fundamental* demandado pela regra geral de verificação sugerida pelos proferimentos, podemos dizer que há um único pensamento expresso pelos cinco proferimentos de cada grupo, qual seja, o de que eu no dia tal e tal vi o busto de Nefertitis, no primeiro, e o dizer que ocorreu um terremoto no Haiti, no segundo. Escolhemos aqui os dois núcleos de pensamento contidos nas variantes de cada grupo. O primeiro núcleo de pensamento possui como condição de verdade última o acesso perceptual ao fato fundamentador que é o busto de Nefertitis no museu de Berlim. Esse núcleo é implicado por cada variante do grupo A. O segundo núcleo de pensamento tem como fato fundamentador último o fato-evento de ter havido um terremoto no Haiti, sendo esse núcleo implicado por cada variante do grupo B.

Se decidirmos ser menos exigentes, fazendo apelo às diferenças linguísticas, então podemos encontrar para o grupo A três pensamentos diferentes, distinguidos pelos sentidos lexicais dos indexicais 'lá', 'ali' e 'aqui', que são A1, A2 e (A3, A4 e A5). Além das diferenças no sentido lexical, as regras criteriais aplicadas são sub-regras de algum modo geradas pela regra geral de verificação, demandando a satisfação de sub-fatos como o da face esquerda de Nefertitis e correspondentes modos de apresentação constituídos pelos critérios das regras de identificação aplicadas. Já para o grupo B há quatro pensamentos diferentes, distinguidos pelos sentidos lexicais dos indexicais 'acaba de haver', 'hoje houve', 'ontem houve', 'há um ano houve', que são respectivamente (B1, B2), B3, B4 e B5. Há aqui também ao menos quatro sub-regras criteriais (que podem ser entendidas como ramificações da regra verificacional mais geral e dependentes de critérios secundários) que demandam, para serem satisfeitas, a existência de sub-fatos como o de o terremoto ter ocorrido um ano antes do tempo do proferimento.

Pode-se aqui objetar que essas diferenças não são realmente semânticas, pois se o significado dos pensamentos expressos pelos grupos A e B de sentenças são capazes de incluir todas as ramificações verificacionais, pouco importa qual ramificação verificacional deve ter verificado o pensamento, se aquela expressa por A1 ou uma outra expressa, digamos, por A4. Mas também podemos responder diversamente. Podemos dizer que se for A1 então uma ramificação verificacional será *realçada* – realçada para além das outras, e mesmo que haja um sub-fato verificador, que se constitui na apresentação de Nefertitis sob a perspectiva da entrada da sala do museu, enquanto A4 realça uma outra ramificação verificacional, que é devida à apresentação de um lado da face de Nefertitis, uma perspectiva fundamentada pelo sub-fato que é a Nefertitis de perfil. Seriam essas diferenças semânticas? Parece possível dizer que se trata de diferenças no realce, na ênfase semântica.[1]

[1] Pequenas diferenças semânticas podem ter maior importância se o contexto for o de um discurso filosófico, como Wittgenstein e outros demonstraram. Ignorá-las pode produzir confusões se elas forem usadas por filósofos na produção de pequenos ou grandes mal-entendidos. (A palavra 'sofista', usada pejorativamente por Platão, não possui um ponto de corte específico; depende do rigor de quem julga. Se for exageradamente alto

Finalmente, se quisermos elevar o nível de exigência ao extremo, demandando que a condição de identidade do pensamento seja dependente de qualquer coisa que efetivamente tenha influído na avaliação de seu valor-verdade, deveremos considerar o contexto espaciotemporal que pode envolver perspectiva e distância da experiência sensorial que tenho do objeto em A (explicitadas entre parênteses) como constituintes da expressão de um certo pensamento. Nesse caso poderíamos dizer que a lista A contém cinco pensamentos (ou sub-pensamentos) diferentes, um para cada proferimento, pois as perspectivas e distâncias diferentes no espaço e no tempo contam, posto que dão ao falante diferentes modos de apresentação factual do objeto (sub-fatos verificacionais), produzindo diferentes caminhos referenciais ou sentidos capazes de contribuir diversamente para o valor-verdade do pensamento, o mesmo se dando com relação à lista B. (Se o busto de Nefertitis estivesse no interior de uma câmara incrustada na parede, de modo que não se pudesse vê-lo por-de-traz, eu estaria impedido de atribuir verdade ao pensamento sob a perspectiva de (5). Quanto ao terremoto do Haiti, se a pessoa se encontrasse em um lugar muito distante e sem condições de receber informações atuais sobre o terremoto, intervalos de tempo muito curtos logo após o acontecimento teriam de ser descartados).

As considerações acima nos conduzem a uma questão embaraçosa: o que devemos levar em conta como uma diferença semanticamente relevante de perspectiva? Será que eu teria um pensamento diverso a cada 90 graus? Ou a cada 10 graus? Ou a cada mudança perceptível de perspectiva? E o que contaria para uma alteração significativa da distância? Deveríamos então aceitar que qualquer alteração *perceptível* na distância ou na perspectiva é suficiente para produzir alguma alteração no conteúdo do pensamento, produzindo assim um limite mínimo do racionalmente distinguível, mesmo que ocioso? Deveríamos aceitar essa mesma conclusão com respeito aos intervalos de tempo entre os relatos do grupo B? De um lado parece que sim, pois uma pessoa pode conhecer uma ramificação de um pensamento, que ela sabe estar sendo satisfeita, e ignorar ou desconhecer outras. Pode ser então que o nível em que um agente epistêmico aplica a regra verificacional àquilo que ele sabe das ramificações dessa regra seja importante. Mas a um nível interpessoal parece que isso não é válido, pois afora uma diferença no realce semântico, naquilo que está sendo enfatizado por ser a ramificação efetivamente satisfeita da regra verificacional, o que realmente conta como o significado cognitivo ou pensamento é uma única coisa nas variantes de A e uma única coisa nas variantes de B. Parece então praticamente mais razoável limitarmos o que está sendo pensado ao que está sendo indexicalmente expresso, caso no qual teremos três pensamentos (ou sub-pensamentos), três ramificações criteriais verificacionais e três sub-fatos para o caso A e quatro para o caso B, uma vez que A3, A4 e A5 são linguisticamente idênticos, o mesmo acontecendo com B1 e B2. Afinal, por serem linguisticamente idênticos, as diferenças entre eles permanecem geralmente avessas à comunicação interpessoal. Mesmo assim, não deixam de haver diferenças *contextuais* entre A3, A4 e A5 de um lado e B1 e B2 de outro. São diferenças sub-factuais e de perspectiva com algum importe semântico e comunicacionalmente explicitáveis, como o demonstram os complementos de A3, A4 e A5 e de B1 e B2 que comparecem entre parênteses.

---

poderá se aplicar até mesmo ao próprio pensamento platônico; se for extremamente alto poderá impedir o exercício de qualquer filosofia. Os limites de tolerância são relativos.)

Concluímos que, partindo-se do menos para o mais precisamente determinado, podemos divisar mais claramente três possibilidades:

1 O critério do *fato fundamentador* referido – dado pela condição de verdade (o fato fundamentador fazedor-de-verdade) e pela regra verificacional geral sugerida pelo proferimento, constituindo o *núcleo comum* de pensamento.
2 O critério linguístico dado pela *função lexical do indexical*, que é respaldado por algum sub-fato e permite a aplicação de uma ramificação criterial secundária da regra verificacional, resultando em um pensamento aspectual.
3 O critério da *proximidade e perspectiva espacial e/ou proximidade temporal*, também respaldado por algum sub-fato, nesse caso sendo dado por alterações contextualmente indicadas no proferimento, ainda que não por um termo indexical, pois isso também permite o realce semântico de uma ramificação criterial secundária da regra verificacional.

Podemos agora responder ao que no início se apresentou como um dilema. A oscilação acerca do critério de identidade do pensamento inicialmente observada resulta de uma alternância implícita entre a aceitação do critério (2) (diferenças nos indexicais) ou mesmo (3) (diferenças contextuais) e a aceitação do critério (1) (o pensamento entendido em termos genéricos como representação do fato fundamentador). Se atentarmos para essas alternativas de escolha, o espaço para a confusão e o dilema desaparecem. A oscilação entre o que podemos chamar de pensamento é função da plasticidade daquilo que por ele pode ser entendido, que depende do que estivermos levando em conta em termos de critérios verificacionais.

3

DESCRIÇÕES DEFINIDAS

Logic, I should maintain, must no more admit an unicorn than zoology can. For logic is concerned with the real world just as truly as zoology, though with its more abstract and general features.
Bertrand Russell

Quero nesse capítulo passar às descrições definidas, considerando-as primeiro sob a perspectiva da celebrada teoria das descrições de Russell[1], para então comparar os resultados com os da teoria alternativa que pode ser de algum modo extraída da obra de Frege. Geralmente somos tentados a pensar que uma dessas teorias deva ser correta enquanto a outra ser falsa, mesmo que ambas pareçam conter alguma verdade. Minha suspeita é a de que se ambas parecem conter alguma verdade então é porque ambas realmente contém alguma verdade. Por isso irei sugerir o caminho da conciliação como o mais aceitável, procurando demonstrar que ambas as teorias são compatíveis no que possuem de verdadeiro, mas não no que possuem de falso. Melhor dizendo, quero demonstrar que se ambas as teorias forem suficientemente revisadas – ou seja, depuradas de seus comprometimentos metafísicos dubiosos e dispensáveis – e se algumas premissas bastante razoáveis lhes forem adicionadas, elas deixarão de se mostrar competitivas, revelando-se tão-somente maneiras diferentes de se tentar dizer o mesmo. Quero, porém, começar didaticamente com uma breve introdução à teoria das descrições.

A teoria das descrições de Russell

Considere uma sentença como "O autor de Waverley é Scott", que começa com uma descrição definida. Aparentemente, a sua forma lógica é a mesma que a gramatical: trata-se de uma sentença do tipo sujeito-predicado, com a descrição definida 'o autor de Waverley' no lugar do sujeito. Mas para Russell a forma gramatical é enganadora. Ela oculta uma forma lógica mais complexa, quantificada. Para ele a sentença "O autor de Waverley é Scott" é, na verdade, constituída por uma conjunção de três sentenças:

1. Há no mínimo uma pessoa que foi o autor de Waverley
2. Há no máximo uma pessoa que foi o autor de Waverley.
3. Se alguém foi o autor de Waverley, esse alguém foi Scott.

[1] 1905, pp. 479-493. Ver também Russell 1919, cap. 16.

Representando o quantificador existencial por ∃, o predicado '...autor de Waverley' por W e 'Scott' por s, essa conjunção de sentenças se deixa simbolizar como:

$$\exists x\ (\mathrm{W}x\ \&\ (y)\ (\mathrm{W}y \rightarrow y = x)\ \&\ \mathrm{s} = x)$$

Com isso o valor-verdade de "O autor de Waverley é Scott" passa a depender da conjunção das três sentenças sob o escopo do quantificador existencial, só sendo esse valor verdadeiro no caso em que todas as três forem verdadeiras.

Na análise russelliana, ao serem parafraseadas por predicados quantificados, as descrições definidas desaparecem da posição de sujeitos, revelando-se símbolos incompletos. Como ele escreveu:

> A expressão (descrição definida) *per se* não tem nenhum significado porque em qualquer proposição na qual ela ocorre, a proposição, inteiramente expressa, não contém a expressão, a qual foi desmembrada.[1]

A razão pela qual Russell pensou assim foi a de que ele assumia uma concepção referencialista do significado, uma concepção segundo a qual só nomes ultimadamente teriam significado e esse significado seria a sua própria referência. Podemos resumir a posição de Russell em duas teses:

(a) Descrições definidas *não nomeiam coisa alguma*.
(b) Descrições definidas *nunca têm significado em si mesmas*.

Como as descrições definidas devidamente analisadas não contém nomes, elas reduzem-se a conjunções de predicados quantificados. Como enquanto tais elas não nomeiam nada, elas não podem ter qualquer sentido por conta própria, tendo sentido apenas como parte da sentença completa.

Mais tarde Russell adicionou a ideia de que a referência só aconteceria efetivamente no caso de nomes próprios lógicos como o demonstrativo "isso", ditos diante de sua referência, seja ela um sense datum ou um universal... Podemos pensar que como descrições definidas não tem nada a ver com verdadeiras expressões referenciais – o que fica claro após a sua análise lógica – elas não deveriam ter significado por si mesmas, já que enquanto tais não apontam para nada.[2] Todavia, há muito boas razões para se pensar que a concepção referencialista do significado a partir de nomes próprios lógicos advogada por Russell seja completamente insustentável[3] e que, como veremos mais tarde, admissões como essa acabam por tornar as teses (a) e (b) também insustentáveis.

Russell estendeu sua análise das descrições definidas aos nomes próprios usuais, que para ele são descrições truncadas ou abreviadas. Assim, um nome próprio como 'Bismark' poderia abreviar ao menos uma descrição como 'o primeiro chanceler do império Germânico'. E um nome próprio sem referente, como 'Pégaso', poderia abreviar uma descrição como 'o cavalo alado de Belerofonte'. Uma sentença como "Pégaso é rápido" significa então o mesmo que "O cavalo alado de Belerofonte é rápido", a ser analisada como "Há no mínimo um e no

[1] Russell 1905, p. 51.
[2] Russell 1994 (1918), pp. 194-5, 201-2.
[3] Costa 2018, cap. III, sec. 3.

máximo um cavalo alado de Belerofonte e ele é rápido". Chamando o predicado 'cavalo alado de Belerofonte' de B e o predicado 'é rápido' de R, essa última sentença pode ser simbolizada como:

$$(1)\ \exists x\ (Bx\ \&\ (y)\ (By \rightarrow y = x)\ \&\ Rx).$$

Essa sentença é falsa, pois "(Ex) (Bx)" é uma sentença falsa.

Russell defrontou-se então com o seguinte problema. Considere a negação de (1):

(2) O cavalo alado de Belerofonte *não* é rápido.

Pela teoria das descrições, a análise dessa sentença parece ser: "Há no mínimo um e no máximo um cavalo alado de Belerofonte, e ele *não* é rápido". Mas essa também é uma sentença falsa, dado que a primeira sentença da conjunção permanece a mesma e que ela é falsa. Assim, tanto a sentença analisada (1) quanto a sua negação (2) são falsas. Mas essa conclusão infringe o princípio lógico da bivalência, do qual se segue que a negação de uma sentença verdadeira é sempre falsa e vice-versa.

A solução encontrada por Russell para o problema consiste em entender sentenças similares a (2) como sendo ambíguas, admitindo duas leituras. Na primeira, a descrição definida não é constituinte de uma expressão mais complexa, tendo escopo amplo. Nesse caso temos:

$$(3)\ \exists x\ (Bx\ \&\ (y)\ (By \rightarrow y = x)\ \&\ \sim Rx),$$

que é uma sentença também falsa, posto que "(Ex) (Bx)" é falso. Mas (3) não é a negação de (1) e sim o seu *contrário*. A negação de (1) é aquela na qual a descrição definida se torna constituinte de uma expressão mais complexa, passando a ter escopo estreito em relação a ela. Nesse caso ela será:

$$(4)\ \sim(\exists x)\ (Bx\ \&\ (y)\ (By \rightarrow y = x)\ \&\ Rx).$$

Ora, segundo essa interpretação a negação da sentença "Pégaso é rápido" é a sua *contraditória*, ou seja, "Não é o caso que: Pégaso é rápido". Essa sentença, diversamente da anterior, deixa-se analisar como uma sentença *verdadeira*, demonstrando que a infração do princípio da bivalência era apenas aparente.

Objeções de Strawson

Quero agora considerar algumas objeções mais importantes feitas à teoria das descrições, apenas para tornar claro que nenhuma delas chega a ser muito convincente.

Entre as objeções mais influentes destacam-se as de P.F. Strawson.[1] Uma primeira e mais geral objeção é a de que Russell analisa sentenças (*sentences*), enquanto o que precisa ser analisado são sentenças enquanto estão sendo usadas por seres humanos na conversação, a saber: *enunciados* (*statements*) – pois é aí que se dá o ato de referir.

Essa objeção só se aplica propriamente a sentenças que contém indexicais, como é o caso da sentença escolhida por Strawson, que é

[1] 1950.

(i) O *presente* rei da França é sábio,

cujo sentido cognitivo é completado pelo contexto. Outras sentenças, como "O autor de Waverley é Scott", ficam imunes a essa objeção. Afora isso, contudo, como já vimos, mesmo no caso de a sentença conter um elemento indexical, ele pode ser suficientemente explicitado em palavras no interior de sentenças, como acontece na sentença (i') "O Rei da França em 2021 é sábio".

A segunda e mais famosa objeção é a de que enunciados sobre objetos inexistentes não são falsos, como a teoria das descrições exige, mas destituídos de valor-verdade. Considere outra vez o exemplo (i). Se perguntarmos a alguém se o presente rei da França é sábio, a pessoa não responderá que isso é falso. Ela dirá: "Mas como assim? A França não tem rei!" Em outras palavras, o enunciado em questão, embora possuidor de sentido, é falho, não chegando a possuir valor-verdade. Strawson tinha suas razões para pensar assim. Para ele o enunciado "O presente rei da França é calvo" não implica no enunciado "Existe um atual rei da França", como pensa Russell, mas *o pressupõe*. Para Strawson um enunciado B pressupõe um enunciado A quando B só pode ser verdadeiro ou falso no caso de A ser verdadeiro. Ora, como o enunciado "O presente rei da França existe" é falso, o enunciado "O presente rei da França é calvo", que o pressupõe, não pode ser nem verdadeiro, nem falso.[1] Contudo, resta saber se a falsidade da pressuposição realmente desfaz o valor-verdade do enunciado, pois contra isso há a intuição de que a posse de um valor-verdade é função própria dos enunciados, posto que quando isso não pode acontecer eles nada enunciam, perdendo a sua função cognitiva.

Outro ponto, notado pelo próprio Russell em sua resposta a Strawson, é que a linguagem natural não é suficientemente perspícua para forçar-nos a concordar com Strawson: se ela não nos fornece a intuição de que "O presente rei da França é sábio" é uma sentença falsa, ela também não nos diz que a sentença não possui valor-verdade.[2]

De minha parte, tendo a crer que a resposta mais acertada seja a de Russell. Primeiro, considere a seguinte negação apresentada por Stephan Neele: "O presente rei da França não é sábio porque não há um atual rei da França". Essa é uma sentença verdadeira, mesmo que o pressuposto seja falso.[3] Contudo, o ponto que me parece o mais fundamental foi elaborado por defensores da teoria das descrições na forma da seguinte explicação.[4] Embora não nos pareça intuitivamente claro qual possa ser o valor-verdade do enunciado "O presente rei da França é sábio", ou mesmo que ele tenha um valor-verdade, ele é de fato falso. E a razão disso fica clara quando o comparamos com enunciados falsos usuais como, digamos, "A presente rainha da Inglaterra tem cabelos ruivos" (dito em 2021), dado que ela tem cabelos brancos. É que na imensa maioria dos casos, quando predicamos falsamente alguma coisa, nós já estamos assumindo a existência do objeto referido pela sentença, para só então constatarmos que o predicado não se aplica a este objeto (a regra de atribuição não se aplica ao objeto identificado). Como no enunciado selecionado por Strawson isso não acontece, nós o achamos estranho e confusivo, posto que ele é inútil no contexto de nossas práticas conversacionais. Só por isso hesitamos em chamá-lo de falso. No entanto, também nesse

[1] Strawson 1952, p. 184 ss.
[2] Russell 1957, pp. 245-6.
[3] *Cf.* Neele 1990, pp. 26-28.
[4] Sainsbury 1979, pp. 120-121; Peter Hilton 2003, p. 230; Blackburn 1984, pp. 309-310.

enunciado ocorre de o predicado (sua regra de atribuição) *não se aplicar*, se não pela razão usual, que seria a de não ser satisfeito por propriedades identificadoras do objeto referido pelo termo singular, ao menos pela razão não-usual de que não há nenhum objeto sendo referido pelo termo singular. Seja como for, o que é semanticamente decisivo é se o predicado se aplica ou não. E como ele não se aplica é logicamente mais razoável dizer que o enunciado é falso.[1]

Essa explicação fica mais convincente quando percebemos que o enunciado escolhido por Strawson é na verdade um caso isolado, e que muitos outros enunciados destituídos de referência são intuitivamente vistos como sendo falsos. Considere os seguintes:

(ii) O presente rei da França decidiu proibir os turistas de visitar o palácio de Versalhes.
(iii) O presente rei da França está namorando a minha mãe.
(iv) Encontrei o presente rei da França fazendo exercícios na praia essa manhã.
(v) O presente rei da França está sentado naquela cadeira.

Apesar de não possuírem referência, os enunciados de (ii) a (v) nos parecem claramente falsos.[2] Mas por que eles contrastam com o exemplo de Strawson? A razão parece-me ser a seguinte: por ser o termo geral 'sábio' mera qualificação desprovida de articulação sintática, o enunciado "O presente rei da França é sábio" enfatiza a descrição definida 'o atual rei da França', voltando-nos a atenção para o fato de que essa descrição não se refere a coisa alguma. Mas nesse caso, por que predicar? Por que atribuir uma qualidade ao que não existe? Já nos exemplos de (ii) a (v) os predicados possuem maior *densidade semântica*, revelada na capacidade de nos chamar a atenção, quer pela mais complexa articulação sintática de (ii), (iii) e (iv), quer pela relevância que damos ao elemento indexical em um enunciado como (v), o que torna o enunciado relacional. Os predicados de (i) a (iv) e o indexical em (v) nos chamam então mais a atenção do que a descrição definida, fazendo-nos atentar para o fato de eles não se aplicarem, o que já nos inclina a atribuir falsidade aos enunciados correspondentes. Eles nos desviam do fato perturbador da inutilidade conversacional de enunciados predicativos referencialmente vazios. Mesmo que os predicados de (ii) a (v) possam ser interpretados como sendo relacionais, como isso também se dá com (i) (a França é um certo país e o predicado pode ser logicamente interpretado como '...rei da...'), a estrutura dos enunciados de (ii) a (iv) é idêntica à do exemplo (i) escolhido por Strawson, o que torna mais natural e coerente estender a atribuição de falsidade também àquele exemplo ao invés de recorrer ao artifício da pressuposição.

Uma terceira objeção diz respeito à ideia de unicidade. A sentença:

---

[1] Muito mais pode ser aqui considerado... Há ainda enunciados que não parecem se adequar à análise russelliana porque são muito claramente verdadeiros, embora contenham nomes vazios. Exemplos: "Pégaso é uma criatura mítica" e "Vulcano foi incorretamente postulado por Le Verrier". Mas podemos analisar o primeiro como possuindo referência em um universo de discurso ficcional no qual a descrição definida 'o cavalo alado de Belerofonte' (Pégaso) se aplica e com ela uma análise como a de Russell. Já a segunda pode ser analisada em termos de uma atitude proposicional como "Le Verrier postulou que Vulcano existe, mas ele não existe". Por outro lado, um enunciado como "Sherlock Holmes é um detetive" pode ser lido como falso se aplicado no domínio do mundo real, mas será verdadeiro se aplicado ao domínio ficcional no qual dizemos que esse detetive existe. E o enunciado "Vulcano foi postulado por Le Verrier" pode ser lido como verdadeiro em termos daquilo em que Le Verrier havia suposto existir. Nada disso é realmente problemático.

[2] Exemplos similares encontram-se em Neale 1990, p. 27.

(1) A mesa redonda está coberta de livros.

começa com uma descrição definida. À primeira vista, a paráfrase russelliana dessa sentença seria:

(2) Existe no mínimo uma mesa redonda, no máximo uma mesa redonda, e ela está coberta de livros.

Mas isso é absurdo, pois implica que só existe uma mesa redonda no universo.

Há duas estratégias mais conhecidas para se responder a essa objeção. A primeira consiste em sugerir que um enunciado como (1) é *elíptico*, vindo no lugar de uma descrição mais complexa como:

(3) A mesa redonda localizada no meio da sala de estar do apartamento 403 do edifício Villagio da rua tal e tal... está coberta de livros.

A análise russelliana disso não nos comprometeria mais com a afirmação de que só existe uma mesa redonda no mundo.

Uma objeção contra essa espécie de solução é que não existe uma regra que nos permita identificar qual é a descrição completa. Considere a descrição definida em:

(4) A mesa redonda que foi comprada por Ana Lúcia no ano passado está coberta de livros.

Sendo verdadeira e se referindo à mesma mesa que (1), a descrição em (4) tem o mesmo direito de figurar como a descrição completa que a descrição em (3), pois a descrição em (2) pode ser considerada uma forma elíptica tanto de (3) quanto de (4). Como, em geral, não somos capazes de dizer qual descrição completa tínhamos em mente ao usar a suposta descrição elíptica, a solução parece ser arbitrária.[1]

Uma estratégia alternativa consiste em *limitarmos contextualmente o domínio dos quantificadores.* Assim, na sentença resultante da análise de (1) o domínio dos quantificadores deve ficar contextualmente restringido, digamos, ao conjunto dos objetos que se encontram no apartamento 403 do edifício Villagio. Chamando um domínio qualquer de *D*, chamando a predicação inclusa na descrição definida de *F* (como "...é mesa redonda") e a predicação adicional de *G* (como "...está coberta de livros") podemos generalizar analisando descrições definidas do tipo (1) como possuindo a forma:

(5) Existe somente um *x* pertencente ao domínio *D*, tal que *x* é *F* e para todo *y* pertencente ao domínio *D*, se *y* é *F*, $y = x$, e *x* é *G*.

Além de evitar ambiguidades, essa estratégia é condizente com o fato de que em nossa linguagem quantificadores muito dificilmente são usados em um domínio verdadeiramente universal. (Um enunciado como "Todos os homens são mortais", por exemplo, se refere ao domínio dos homens que viveram até hoje, desconsiderando, por exemplo, homens que

[1] Wettstein 1981, pp. 241-257.

venham a nascer no futuro como efeito de alguma manipulação genética capaz de impedir o envelhecimento.)

Uma objeção feita a essa solução seria que ela mostra que a descrição analisada tem uma extensão maior do que a descrição original, não podendo ser ambas equivalentes.[1] Mas uma objeção baseada apenas no comprimento da sentença é frágil demais. Afinal, é intuitivo que através de (1) queremos dizer elipticamente a mesa *dessa* sala ou *desse* apartamento e não de qualquer outro lugar, ou de nenhum lugar específico, pois em tais casos o proferimento perderia o sentido. Considere que em sua formulação analisada a sentença (1) quer dizer apenas (6): "Existe uma única mesa redonda nesse apartamento que está coberta de livros". Contudo, com (1) queremos dizer intuitivamente o mesmo que (7) "A mesa redonda desse apartamento está coberta de livros". O ponto é que não parece haver uma diferença significativa entre (6) e (7). Parece, pois, perfeitamente razoável pensarmos em (7) como sendo uma sentença implicitamente quantificada, cujo domínio é estabelecido pelo contexto conversacional como sendo o espaço do apartamento em questão, dizendo por isso a mesma coisa que (6).

Ainda uma objeção seria a de que a resposta baseada na limitação do domínio quantificacional não se aplicaria no caso de haver mais de uma mesa redonda no apartamento. Nesse caso, a análise não se aplicaria. Mas nesse mesmo caso o enunciado "A mesa redonda está coberta de livros" seria ambíguo. Ele só seria desambiguado se comparecesse no lugar de "*Aquela* mesa redonda está coberta de livros" ou, digamos, "Dentre as mesas redondas da sala, uma delas está coberta de livros". Tanto quanto vimos até agora, parece razoável pensarmos que no caso de descrições definidas russellianas a unicidade da predicação pode ser garantida por uma restrição no domínio da quantificação, o qual varia com a prática linguística na qual o proferimento é feito.

Keith Donnellan: usos atributivo e referencial

Outra objeção influente foi feita por Keith Donnellan.[2] Esse filósofo partiu de uma distinção interessantemente desenvolvida entre dois usos da descrição definida, por ele chamados de uso *atributivo* e uso *referencial*.

Vejamos primeiro o uso atributivo, tipicamente considerado na teoria das descrições de Russell. Nele a descrição vale pelas propriedades que ela atribui a algo. Assim, se é mostrado a alguém o cadáver de Mário, que foi brutalmente assassinado, a pessoa pode ser levada a proferir a frase "O assassino de Mário é insano". Mesmo que desconheça o assassino de Mário, a pessoa *atribui* as propriedades de ser o assassino de Mário e de ser insano a uma única pessoa em seu uso da descrição definida 'o assassino de Mário'.

Vejamos agora o uso referencial identificado por Donnellan. Digamos que alguém esteja em um tribunal e que o réu acusado de ter assassinado Mário se comporte de forma insana. Querendo comentar o seu comportamento, a pessoa pode ser levada a proferir a frase "O assassino de Mário é insano". Mas aqui não importa se o réu é realmente o assassino de Mário. Pode até ser que Mário não tenha sido realmente assassinado. Mesmo assim, todos entendem a quem a pessoa está se referindo. No uso referencial as propriedades conotadas pela descrição não têm importância; o que importa é a intenção demonstrada pelo falante de *se referir* a uma certa pessoa.

---

[1] Stanley & Williamson 1995.
[2] 1976.

Na opinião de Donnellan, a teoria de Russell não se aplica nem ao uso referencial, nem ao uso atributivo. Não se aplica ao uso referencial porque ao afirmar que o assassino de Mário é insano dentro do contexto em questão, não se está querendo dizer que existe exatamente um assassino de Mário, como a análise de Russell sugere, pois, como já foi notado, o enunciado pode ser verdadeiro mesmo que o réu não seja o assassino, diversamente do que a análise russelliana prevê. Está-se aqui apenas usando a descrição como uma ferramenta para a referência. Além disso, como Donnellan aceita a concepção pressuposicional de Strawson, para ele a teoria de Russell também não dá conta do uso atributivo.

Contra a opinião de Donnellan pode ser observado que no que concerne ao uso atributivo não há razões suficientes para crermos que a análise russelliana não se aplica, dado que exames mais cuidadosos acabaram por revelar que a crítica de Strawson nada tem de muito convincente. Mas que dizer do uso referencial? Antes de responder, vale expor a importante análise do uso referencial sugerida por Saul Kripke.[1]

Segundo Kripke há no uso referencial duas espécies de referência: a *referência semântica* (*semantic reference*) e a *referência do falante* (*speaker reference*). A referência semântica diz respeito ao sentido literal das palavras na descrição, o qual pode ser analisado pela aplicação da teoria das descrições. Para explicá-la, considere outra vez o proferimento "O assassino de Mário é insano" em seu uso referencial. Considerado pelo seu sentido literal, ele será um proferimento falso no caso do réu em questão não ser o assassino de Mário. Mas esse sentido literal não é o que está sendo *tematizado* no uso referencial. O que importa no uso referencial é a referência do falante, que é o sentido não-literal da referência, mediado pelo contexto. Ao tematizar a referência do falante, a descrição definida passa a funcionar indexicalmente, como uma espécie de demonstrativo. A descrição 'O assassino de Mário' tem o sentido de, digamos, '*aquele* réu que nós vimos hoje no tribunal'; eis porque o proferimento é verdadeiro mesmo que o réu seja inocente e não tenha sido o assassino de Mário. (No presente exemplo o falante está se reportando ao campo perceptual compartilhado por ele e pelo ouvinte essa manhã.)

No uso referencial, a referência semântica é apenas *um veículo para a referência do falante*. Esse ponto essencial é facilmente obscurecido pelo fato de haver entre o uso atributivo e o uso referencial uma variedade indefinida de graus intermediários, em que a referência semântica ainda mantém uma maior ou menor importância. Se desconsiderarmos essa gradualidade veremos que a tematização da referência do falante torna a análise russelliana irrelevante para o caso do uso tipicamente referencial.

Seja como for, o que a distinção kripkiana sugere é que o uso atributivo é característico das descrições definidas, o referencial lhes sendo secundário. Essa suspeita é reforçada quando percebemos que o fenômeno da indexicalização do termo singular não se restringe às descrições definidas. Ele também pode acontecer com nomes próprios. Digamos que no final de uma festa alguém diga: "A Joana está soltando a franga", referindo-se ao comportamento extravagante de uma mulher que na verdade tem outro nome. Nesse caso 'a Joana' está no lugar de um demonstrativo como '*aquela* moça loira...' Isso apenas reforça a ideia de que o uso referencial é secundário, não-literal, adventício. Aqui o termo singular é usado como um indexical capaz de conotar apenas um *tipo* genérico de coisa, tal como 'ele' ('o assassino de Mário') ou 'ela' ('a Joana'). A análise russelliana não se aplica a esses casos simplesmente porque ela não foi concebida para ser aplicada a indexicais camuflados na forma de descrições definidas.

---

[1] 1977.

Podemos por fim argumentar no sentido de mostrar que a análise russelliana se aplica até mesmo à própria referência do falante no uso referencial. Afinal, se o indexical também envolve um conteúdo semântico suficientemente resgatável em termos descritivos, como já foi sugerido no capítulo anterior, então uma análise russelliana também deve se aplicar ao indexical e, por conseguinte, ao próprio uso referencial. Ao invés de "O assassino de Mário é insano" podemos dizer "Aquele sujeito que vimos hoje lá no tribunal é insano", ressaltando o que Kripke chamou de referência do falante. Mas esse enunciado pode ser substituído por "Existe no mínimo um *x* e no máximo um *x* que vimos hoje lá no tribunal, e *x* é um sujeito insano". Ao invés de "A Joana está soltando a franga" podemos dizer "Aquela moça loira dançando no final da festa está soltando a franga", ou ainda "Existe no mínimo um *x* e no máximo um *x* que é uma moça loira dançando no final da festa, e *x* está soltando a franga".

Enigmas da referência: soluções russellianas

A teoria das descrições foi criada para resolver os chamados enigmas da referência, concernentes a descrições definidas e a nomes próprios. Quero agora expor esses enigmas seguidos das soluções de Russell.

(i) *Referência a inexistentes*. Considere outra vez uma sentença cujo sujeito gramatical não se refere a nada, como "O presente rei da França é calvo". Como é possível predicar calvície de algo que não existe? A resposta de Russell é que esse problema só existiria se a descrição 'o presente rei da França' fosse uma expressão referencial funcionando como um nome próprio. Mas esse não é o caso. Chamando os predicados '...presente rei da França' de F e '...é calvo' de C, a teoria das descrições nos permite simbolizar "O presente rei da França é calvo" como: "(Ex) (Fx & (y) (Fy → y = x) & Cx)". Ou então, para usar uma formulação mais intuitiva na qual parafraseamos 'no mínimo um e no máximo um' por 'exatamente um' temos a seguinte sentença:

Existe exatamente um *x*, tal que *x* é o presente rei da França e *x* é calvo.

Em qualquer das formulações, uma coisa fica clara: não estamos predicando calvície do presente rei da França! Eis porque podemos dar sentido a essa sentença falsa sem sermos obrigados a assumir a existência do presente rei da França.

(ii) *Existenciais negativos.* O segundo enigma, uma variante do primeiro, diz respeito à aparente impossibilidade de se negar a existência de um objeto quando o enunciado que nega a existência é sobre esse mesmo objeto. Para esclarecê-lo, considere as seguintes frases:

(1) O presente rei da França não existe.
(2) (1) é sobre o presente rei da França.

Ambas parecem ser verdadeiras. Mas elas são inconsistentes entre si. Se a frase (2) é verdadeira e (1) é sobre o presente rei da França, então a frase (1) precisa ser falsa e vice-versa.

Russell resolve o enigma sugerindo que (2) é uma sentença falsa. Para tal, ele interpreta a negação em (1) como possuindo um escopo amplo em relação à descrição definida. A forma analisada da sentença (1) fica sendo ~(∃x) (Fx & (y) (Fy → y = x)), ou ainda, em uma formulação mais intuitiva:

Não é o caso que existe exatamente um *x*, tal que x é o presente rei da França.

Essa é uma sentença verdadeira, pois é a negação de uma conjunção falsa. Mas por meio dela não nos comprometemos com a existência do presente rei da França para podermos negar que ele existe. Comprometemo-nos apenas com a negação da existência de algo que tenha a propriedade de ser o presente rei da França.

(iii) *Sentenças de identidade.* O terceiro enigma é o paradoxo fregeano da identidade. Considere o enunciado: (1) "O autor de Waverley é Scott". Ele contém duas expressões referenciais, ambas denotando a mesma pessoa. Mas se é assim, então a sentença (1) deveria ser tautológica, dizendo o mesmo que (2) "Scott é Scott". Contudo, sabemos que (1) é uma sentença informativa e contingente. Por quê?

A solução de Russell consiste outra vez em fazer desaparecer a descrição definida. Chamando Scott de *s*, podemos parafrasear a identidade como "$\exists x$ (Wx & (y) (W$y \rightarrow y = x$) & ($x = s$))". Ou, mais intuitivamente:

Existe exatamente um autor de Waverley e ele é Scott.

Através dessas formulações fica claro que (1) é uma sentença informativa, pois o que dizemos deixa de parecer uma identidade tautológica para se mostrar como uma afirmação substantiva.

(iv) *Opacidade.* Um quarto enigma que a teoria das descrições é chamada a resolver é o da intersubstitutividade em sentenças que exprimem *atitudes proposicionais*, que são estados relacionais conectando uma atitude mental a uma proposição ou pensamento. Considere, por exemplo, a sentença "George IV acredita que Scott é Scott". Para acreditar nisso de forma indubitável, uma pessoa precisa apenas saber aplicar o princípio da identidade, posto que "Scott é Scott" é uma verdade necessária. Como o nome 'Scott' e a descrição 'o autor de Waverley' se referem reconhecidamente a uma mesma pessoa, parece que podemos substituir a primeira ocorrência da palavra Scott na primeira sentença por essa descrição, disso resultando "George IV acredita que o autor de Waverley é Scott" sem que a sentença se torne falsa. Mas não é isso o que acontece: pode muito bem ser que essa última sentença seja falsa, apesar de a primeira ser verdadeira. Por que é assim?

Para responder a essa objeção, podemos usar a teoria das descrições parafraseando a descrição que vem após 'George IV acredita' como:

George IV acredita que existe somente um autor de Waverley e que ele é Scott.

Certamente, essa é uma crença informativa, claramente distinta da crença tautológica de que Scott é Scott. Por isso ela pode ser falsa.

Soluções fregeanas para os enigmas da referência

Frege tem uma solução explícita para os dois últimos enigmas da referência. Quanto aos dois primeiros, a solução pode ser reconstrutivamente buscada segundo o modelo da semântica fregeana.

(i) *Referência a inexistentes.* Frege sugeriu que na linguagem ideal o termo singular sem referência deva se referir ao conjunto vazio. Aplicando essa sugestão à linguagem natural, podemos sugerir que uma frase (*Satz*) como

(1) O presente rei da França é sábio,

é falsa, posto que o conjunto vazio não pode ser sábio. Contudo, além de ser artificiosa, essa sugestão conduz a conclusões absurdas, como a de que a frase "Pégaso é o presente rei da

França" é verdadeira, posto que tanto 'Pégaso' quanto 'o presente rei da França' se referem à mesma coisa, a saber, ao conjunto vazio.

Uma alternativa consiste em sugerir que os termos singulares sem referência adquirem em referência *indireta* em sentenças, passando o predicado a eles ligado a aplicar-se ao seu sentido e não mais ao seu objeto. Assim, o predicado '...é sábio' na frase 'O presente rei da França é sábio' passa a se referir ao sentido da descrição 'o presente rei da França'. Como não faz sentido se perguntar se esse sentido é ou não é sábio, não entra em questão a verdade do pensamento, mas apenas a complementação do sentido do termo singular pelo sentido do predicado na constituição do pensamento. Contudo, isso não nos ajudaria a explicar a evidente falsidade de frases como "O presente rei da França jantou comigo na semana passada".

Parece-me que uma menos comprometedora resposta neofregeana consistiria tão-somente em admitir que, como os termos de frases sem referência já possuem sentidos, modos de apresentação, isso já nos torna capazes de compreender de que maneira o sentido incompleto do predicado pode ser completado pelo sentido completo do termo singular de modo a constituir um conteúdo de pensamento, posto que podemos em medida suficiente *conceber* como seria a aplicação combinada das regras conceptuais que constituem esses sentidos ou modos de apresentação em casos supostos. Só isso já basta para tornar a predicação '...é sábio' em "O presente rei da França é sábio" inteligível, mas, diversamente do que Frege teria pensado, falsa, uma vez que quando a regra de identificação do sujeito não se aplica, a regra de atribuição do predicado também não é capaz de fazê-lo. Isso fica mais claro na frase "O presente rei da França jantou comigo na semana passada", que é claramente falsa, considerando o quão clara fica a inaplicabilidade do seu predicado.

(ii) *Existenciais negativos.* O enigma dos existenciais negativos pode receber uma explicação similar. Considere, por exemplo, a frase:

(1) O presente rei da França não existe.

Como a descrição definida está no lugar do termo singular, a melhor solução do ponto de vista da semântica fregeana seria entender que a descrição também possui um *sentido*, um modo de apresentação, que se traduz por uma regra de identificação do objeto que podemos conceber como algo que está sendo aplicado (podemos imaginar um presente rei da França sendo procurado no palácio de Versalhes, participando de uma comemoração, etc.). Quando dizemos que o presente rei da França não existe, o que estamos querendo dizer é apenas que semelhante regra não se aplica e que nenhum objeto a satisfaz. Afora isso, se nomes próprios, como Frege implicitamente sugeriu, são abreviações de feixes de descrições definidas,[1] então uma estratégia semelhante seria aplicável a existenciais negativos com nomes próprios vazios, como "Pégaso não existe". O que se quer dizer com essa frase é que o *sentido*, o modo de apresentação de alguma maneira expresso pelo feixe de descrições definidas abreviado pelo nome 'Pégaso' é concebível como aplicável, mas não determina nenhum objeto. Ou seja: a regra de identificação de 'Pégaso' como o cavalo alado de Belerofonte é em alguma medida concebível, sendo inclusive aplicável no domínio da mitologia, mas não é aplicável ao mundo real. Tentativas de aplicar tais regras ao mundo real seriam apenas produtos fantasiosos da imaginação.

(iii) *Sentenças de identidade.* O enigma da identidade entre descrições pode ser exemplificado pela frase mais discutida da filosofia analítica: "A estrela da manhã é a estrela da tarde". Para

[1] Ver cap. 4.

Frege tal frase de identidade é informativa porque as descrições 'a estrela da manhã' e 'a estrela da tarde' têm sentidos ou modos de apresentação do objeto que são diferentes, apesar de ambas terem a mesma referência: o planeta Vênus. Ora, é informativo dizer que esses dois sentidos diversos determinam um mesmo objeto, que eles são regras de identificação diferentes a serem satisfeitas pelo mesmo objeto.

(iv) *Opacidade.* Quanto ao enigma dos contextos opacos, Frege sugere que em proferimentos de atitudes proposicionais a frase subordinada não tem a referência habitual, mas uma referência indireta, que é o seu próprio sentido. Assim, no proferimento "George IV acredita que o autor de Waverley é Scott", a referência da frase subordinada "o autor de Waverley é Scott" não é nem o seu valor-verdade nem um fato no mundo; ela é o pensamento por ela expresso. Como "o autor de Waverley é Scott" exprime um pensamento (proposição) diferente de "Scott é Scott", a substituição *salva-veritate* entre eles deixa de ser possível.[1]

Não pretendo discutir aqui as objeções de detalhe que poderiam ser feitas a cada uma dessas soluções. Quero responder apenas à objeção geral feita às soluções fregeanas dos enigmas da referência, segundo a qual elas nos comprometem com um realismo platonista de sentidos, pensamentos e conceitos fregeanos, diversamente da solução ontologicamente mais econômica de Russell.

Não creio que o compromisso com entidades abstratas seja forçoso. Afinal, os sentidos fregeanos podem ser facilmente identificados com regras ou combinações de regras semântico-cognitivas, as quais determinam usos referenciais das expressões.[2] Sob esse entendimento, o sentido da descrição definida deve ser uma regra capaz de identificar o objeto a ela associado. E o mesmo pode ser suposto com respeito a outras expressões categoremáticas, disso resultando uma paráfrase do discurso sobre sentidos através de um discurso sobre regras cognitivas, o qual pode ser visto como ontologicamente inócuo.

Aqui também poderá ser feita a objeção de que estamos apenas substituindo a palavra 'sentido' pela palavra 'regra', e que essa é uma solução meramente verbal, pois se os sentidos são entidades abstratas, as regras (entendidas como regras-*type*) também parecem sê-lo. Não obstante, também aqui é possível responder alegando que as regras de que estamos falando não existem fora de suas instanciações como eventos cognitivo-psicológicos capazes de se evidenciar publicamente pelas manifestações comportamentais de suas aplicações, nada mais existindo além de tais eventos. Regras-eventos podem ser identificadas e reidentificadas como *iguais* umas às outras, não por serem instanciações de algum objeto abstrato a ser chamado de "A Regra", mas por serem percebidas como qualitativamente idênticas. Ou seja: tudo o que realmente precisamos é sermos capazes de perceber uma identidade qualitativa (ou similaridade precisa) entre um ato de aplicação da regra (efetivo ou apenas concebido) que

---

[1] Há o problema decorrente do fato de que se a frase subordinada se refere ao seu sentido ela precisa exprimir um sentido idêntico de nível superior através do qual faça essa referência, o qual parece permanecer resistente à apreensão intuitiva, além de produzir eventuais regressos. O bom senso nos diz que não é preciso complicar desnecessariamente essas coisas. Basta admitir que sentidos de nível superior, nesse caso, não existem. A referência usual deixa de entrar em questão e a única referência que resta é o próprio sentido. A frase subordinada expressa um sentido ao mesmo tempo que se refere a ele em função de sua dependência da frase principal.

[2] Essa ideia é plausível demais para ser rejeitada, dado que a linguagem é expressão de um sistema de convenções capazes de se combinar e que convenções são regras não-naturais, mais ou menos compartilhadas pela comunidade linguística – uma descoberta tão antiga quanto o *Crátilo* de Platão. Até mesmo a ideia de Russell de que o sentido de um nome próprio lógico como "Isso-vermelho" é o próprio sense datum do vermelho torna-se admissível se ele for, ao invés, identificado com uma regra-convenção que associe a palavra 'isto' à cognições de sense data de vermelho (*Cf.* Russell 1918; Costa 2018, cap. IV.)

nos possa servir de *modelo* e outras instanciações. (Nesse sentido, as regras podem ser entendidas em termos de *propriedades-t (ou tropos) de aplicações de regras*, sem nos compromissar com universais platônicos ou aristotélicos nem com qualquer forma de nominalismo.)

Revisando os pressupostos fregeanos

Quem estaria certo? Russell ou Frege? Muita tinta já foi derramada na disputa sobre a resposta adequada. Como já observei logo no início, minha sugestão é que não se trata de uma questão de escolha entre uma e outra teoria, uma vez que se ambas fossem revisadas de maneira suficientemente radical, elas poderiam ser demonstradas como sendo maneiras diversas de se dizer praticamente o mesmo. Afinal, é razoável supor que a incompatibilidade entre as duas teorias resulta dos pressupostos metafísicos implausíveis que seus autores lhes adicionaram na crença de que fossem complementos necessários. Assim, minha proposta é reapresentar essas teorias retirando-lhes a gordura metafísica e preenchendo as lacunas com novos pressupostos, o principal deles sendo a interpretação dos sentidos fregeanos (*Sinne*) como regras semântico-cognitivas. É isso o que farei a seguir.

Comecemos com Frege. Já vimos que é preciso eliminar o anacrônico realismo ontológico dos sentidos fregeanos, que devem ser vistos como simples instanciações psicológicas de conteúdos ou regras semânticas – basicamente, propriedades-t mentais usadas como modelos e acrescidas à disposição para reconhecer identidades qualitativas com outras. Devemos muito desse nosso entendimento de Frege a Michael Dummett,[1] que influenciado pelo último Wittgenstein revisou a semântica fregeana. Ernst Tugendhat, por sua vez, a clarificou em seu detalhado estudo do enunciado predicativo singular – um clássico da filosofia da linguagem no qual ressoam efeitos de um longo estudo anterior da filosofia de Edmund Husserl. Fazendo uma leitura pessoal da análise feita por Tugendhat do enunciado predicativo singular, sugiro que[2]:

(i) o sentido da termo singular (modo de apresentação do objeto) é o mesmo que a *regra de identificação* (*Identifikationsregel*) do termo singular, cujos critérios de aplicação são propriedades-t identificadoras do objeto;

(ii) o sentido do termo geral (seu conteúdo conceitual) é o mesmo que a *regra de aplicação* (*Verwendungsregel*) da expressão predicativa, que prefiro chamar de *regra de atribuição do predicado* (*ou conceitual*), cujos critérios de aplicação deveriam ser propriedades-t (tropos) associadas ao objeto;

(iii) o sentido do enunciado – diríamos, o *pensamento-proposição* expresso pela frase ou *Satz* – é o mesmo que a *regra de verificação* do enunciado predicativo singular, cujos critérios de aplicação seriam os fazedores-da-verdade (*truth-makers*), que prefiro chamar aqui de *fatos*.[3]

Para Tugendhat a regra de atribuição do predicado se aplica com base na aplicação da regra de identificação do objeto, ambas em combinação constituindo a regra de verificação do

[1] 1981, pp. 194, 229.

[2] Ver Tugendhat 1976, p. 262. Ver também Tugendhat & Wolf 1983, p. 185.

[3] *Cf.* Costa 2018, Capítulo IV e, principalmente, Capítulo V, onde o anti-verificacionismo semântico é desacreditado como uma falácia do boneco de palha.

enunciado predicativo singular, que, se demonstrada aplicável, o torna verdadeiro no sentido de corresponder aos fatos.

Outra coisa que podemos fazer é parafrasear a noção de existência. Sabemos que para Frege a existência é a propriedade que um conceito tem de sob ele cair pelo menos um objeto.[1] A ideia fregeana de *conceito* (*Begriff*) como a referência do termo geral é implausível e desnecessária. O conceito deveria ser, como a palavra sugere, o próprio sentido fregeano da expressão predicativa, não nos surpreendendo, pois, que Frege não tenha encontrado nada a dizer sobre tal sentido. Minha sugestão alternativa é considerar a referência do termo geral em enunciados predicativos singulares como sendo a propriedade espaciotemporalmente particularizada ou tropo do objeto ao qual a expressão predicativa se aplica. Se temos ao menos um objeto com a propriedade-t esperada, então essa propriedade existe, satisfazendo o termo geral ou expressão predicativa. Se a regra de atribuição do termo geral tem a propriedade de aplicar-se de modo *efetivo* (e não meramente suposto, como resultado de um ato de imaginação) à correspondente propriedade-t do objeto durante um certo período de tempo (no qual essa propriedade é dita existente) então dizemos que o objeto de fato possui essa metapropriedade-t de aplicabilidade da regra-conceitual de atribuição durante esse período (digo metapropriedade-t porque é uma propriedade disposicionalmente manifesta da regra de atribuição). Como objetos (assumindo a teoria dos tropos) são como novelos mais ou menos estruturados de propriedades-t espaciotemporalmente localizadas, podemos aplicar um argumento similar para falar da existência de objetos (o que pode ser logicamente demonstrado quando transformamos termos singulares em predicados, *e.g*., "Isso é uma mesa verde" no lugar de "Essa mesa é verde"). Se dizemos saber que um objeto existe, o que queremos dizer é que sabemos que a sua regra conceitual é efetivamente e continuamente aplicável enquanto o objeto puder ser dito existente. Admitindo que conteúdos conceituais são sentidos e que sentidos são regras, então o que chamamos de a existência desse objeto passa a ser a propriedade-t de uma regra de atribuição conceitual de se aplicar efetiva e continuadamente a ele. Mais ainda, devemos notar que isso não retira da existência a sua objetividade. Pois se ela é a efetiva aplicabilidade de uma regra de atribuição conceitual, então o seu referente pode ser dito existente (e não meramente imaginário ou suposto) na medida em que ele possui a metapropriedade-t disposicional de satisfazer a regra, ou seja, de ter essa regra efetiva e continuamente aplicável a si mesmo, quer ela exista ou não. Note-se também que essa exigência não é antropomórfica. Ela não demanda nem a existência da regra e nem mesmo a existência de um sujeito cognitivo capaz de aplicar a regra, uma vez que se trata de uma exigência meramente modal. Podemos imaginar um mundo possível sem seres cognitivos nem regras cognitivas no qual existam referentes-propriedades-t entendidos como entidades que possuem a *disposição* de terem suas regras conceptuais de identificação efetivamente aplicáveis a si mesmos, existam elas ou não, diversamente de como seria se fossem entidades meramente imaginadas como existentes.[2]

A conclusão acima pode ser admitida para cada uma das regras consideradas: (i) a existência de um objeto é a efetiva aplicabilidade da regra de identificação do seu termo singular (a propriedade-t de um suposto objeto de ter a sua regra de identificação efetivamente

---

[1] Frege 1882, par. 53. A análise da existência como propriedade de ordem superior que aqui assumimos é hoje disputada por análises da existência como propriedade de primeira ordem. Uma crítica às últimas encontra-se em Costa 2018, cap. IV, sec. 19.

[2] Questões adicionais como a da existência da existência, etc., foram abordadas em Costa 1918, cap. IV, sec. 11-19.

aplicável a si mesmo), (ii) a existência de uma propriedade-t é a efetiva aplicabilidade da regra de atribuição de seu predicado (a metapropriedade-t de uma suposta propriedade-t de ter a sua regra de atribuição efetivamente aplicável a si mesma), e (iii) a existência de um fato é a efetiva aplicabilidade da regra de verificação de seu enunciado (a propriedade-t de um suposto fato de ter a sua regra de verificação efetivamente aplicável a si mesmo) – o que para nós só pode ser constatado através de comprovações experienciais (e não imaginárias) de sua aplicação.[1]

Ora, se as existências do objeto e da propriedade-t que lhe predicamos são, respectivamente, a efetiva aplicabilidade da regra de identificação de seu nome e a efetiva aplicabilidade da regra de atribuição do seu predicado, então a existência do fato deve ser a propriedade da regra de verificação da frase de ser efetivamente aplicável ao que a frase descreve. E como a regra de verificação – o conteúdo cognitivo – é o mesmo que o pensamento-t ou proposição-t, a existência do fato deve ser também o mesmo que a efetiva aplicabilidade do pensamento-t expresso pela frase, ou ainda, a existência do fato é a disposição deste de ter o seu pensamento (ou proposição-t ou regra verificacional[2]) efetivamente aplicável a ele mesmo, o que confere a esse pensamento a propriedade de ser verdadeiro, adequado, correspondente ao fato.

Com isso passamos à relação entre existência e verdade. Se a existência da referência do pensamento ou proposição, ou seja, do fato, como vimos no capítulo anterior, é a propriedade-t desse pensamento ou regra de verificação de ser efetivamente aplicável, melhor dizendo, a propriedade-t de um fato suposto (imaginado, concebido) de ter a sua regra de verificação efetivamente aplicável a si mesmo, fazendo dele um fato real, e se, como também sugerimos, a verdade do pensamento, da regra de verificação da frase, é também a sua efetiva aplicabilidade, então a atribuição de existência ao fato deve ser algo análogo à atribuição de verdade ao seu pensamento. Melhor dizendo: a atribuição de existência ao fato redunda no mesmo que a atribuição de verdade ao seu pensamento. Em um exemplo: dizer que "Cambridge venceu a corrida de botes" exprime um pensamento verdadeiro é o mesmo que dizer que o pensamento – a regra verificacional expressa por essa frase – é efetivamente aplicável ao fato, e, mais aproximadamente, é o mesmo que dizer que as configurações criteriais cuja satisfação é exigida pela regra correspondem (são isomórficas) às configurações criteriais constitutivas do fato que as satisfaz, ou ainda, que é um fato real que Cambridge venceu a corrida de botes, que esse fato existe. Conversamente, atribuir existência a um fato é a mesma coisa que atribuir efetiva aplicabilidade à regra verificacional constitutiva de seu pensamento, o que é o mesmo que atribuir verdade ao pensamento expresso pela frase que o exprime: a existência do fato implica na verdade de seu pensamento, quer ele exista ou não.

---

[1] Certamente, cada um desses três casos pode ser expresso pela lógica predicativa, na medida em que transformarmos as expressões referenciais em expressões predicativas, delas predicando existência: Considere a frase "Mamíferos voadores existem"; simbolizando 'mamíferos' por M e 'voadores' por V, temos $\exists x$ (Mx & Vx). Considere uma descrição definida como em "A estrela da manhã existe"; simbolizando o predicado 'estrela da manhã' como M temos $\exists x$ (Mx & (y) (My $\rightarrow$ y = x)). Para o nome próprio na frase 'Sócrates existe', abreviando o conteúdo descritivo que o nome possa conter através do predicado 'socratiza' e simbolizando este último por S, temos $\exists x$ (Sx & (y) (Sy $\rightarrow$ y = x)). Considere, ainda, a frase predicativa singular "Sócrates é calvo", que pode ser traduzida como "Existe somente um algo que é Sócrates e ele é calvo". Entendendo-se 'Sócrates' como a abreviação de descrições analisáveis através de predicados, abreviando esses predicados por meio do predicado 'socratiza' simbolizado como S, e simbolizando o predicado 'calvo' como C, temos $\exists x$ (Sx & (y) (Sy $\rightarrow$ y = x) & Cx).

[2] Note-se que *pensamento-t, proposição-t, conteúdo semântico do proferimento e regra de verificação* são em meu entendimento modos diferentes de se dizer o mesmo.

Mesmo assim, a existência do fato não é a mesma coisa que a verdade de seu pensamento, pois o fato pode existir sem ser pensado, ainda que só a eventual existência de seu pensamento tido como correspondente ao fato é capaz de fazê-lo (para nós, para quem mais?) verdadeiro.

E o quanto tem isso a ver com a concepção correspondencial da verdade? Ora, identificar verdade com a efetiva aplicabilidade da regra verificacional que constitui o pensamento tem diretamente a ver com a concepção correspondencial da verdade, na medida em que uma regra verificacional é uma regra criterial, ou seja, uma regra dependente da satisfação de configurações criteriais (geralmente aspectuais e múltiplas). A condição de satisfação da regra verificacional, por sua vez, é a de que as configurações criteriais por ela demandadas possuam *isomorfismo estrutural* com as configurações criteriais que a satisfazem, sejam elas relacionadas ao fato ou constitutivas deste. Esse é um ponto importante, mas problemático e complexo em seus detalhes, não sendo possível discuti-lo aqui.[1]

Um corolário do que acabei de expor é o tratamento dos enunciados sem referentes como sendo no final das contas, *falsos*, e não como sendo destituídos de valor-verdade, como Frege sugeriu em alguns exemplos. Afinal, a razão pela qual Frege pensava que frases com componentes sem referência são destituídas de valor-verdade estava em sua insistência na ideia artificial de que a referência da frase devesse ser o seu valor-verdade. Mas como, contrariamente a Frege, estou plenamente disposto a admitir que a referência do enunciado seja um fato no mundo, a ausência desse fato – devida à falta de referência do termo singular – conduz apenas à falsidade do enunciado. Ora, isso já aproxima esse nosso Frege já bastante retificado da posição de Russell, que considerava sentenças contendo descrições definidas vazias como sendo falsas.

Revisando os pressupostos russellianos

Passemos agora à revisão dos pressupostos da teoria das descrições de Russell. Um primeiro passo consiste em descartarmos a tese (a) de Russell, segundo a qual descrições definidas e nomes próprios usuais (que para ele são descrições) não nomeiam, não sendo sequer expressões referenciais no sentido próprio.

O problema com a tese (a) é que sob o ponto de vista de uma definição real do que deva ser uma expressão referencial, descrições definidas precisam sê-lo. Afinal, o que entendemos intuitivamente como sendo um ato de referir, designar, nomear? Tugendhat expôs essa intuição muito claramente: a referência, no sentido de nomeação, nada mais é do que *a singularização de um objeto indicando qual ele é dentre todos os objetos de um certo domínio*. Isso é o que distingue termos singulares como nomes próprios, indexicais e, obviamente, descrições definidas. Descrições definidas são, pois, termos singulares unicamente referenciais, precisamente por obedecerem à definição de serem capazes de singularizar um objeto e separá-lo de todos os outros, em um certo domínio. Trata-se daquilo que é modelar em nosso entendimento do que seja a nomeação.

Descrições e nomes próprios usuais só podem deixar de ser consideradas termos singulares quando se pretende reformar a linguagem, o que demanda, naturalmente, razões suficientes para tal... Esse é o caso da moldura peculiar do referencialismo semântico sustentado pelo atomismo lógico de Russell, segundo o qual somente demonstrativos como 'este' (*that*), funcionando como 'nomes próprios lógicos', seriam verdadeiramente capazes de nomear

[1] *Cf.* Costa 2018, cap. VI.

alguma coisa, não podendo falhar, posto que seu significado é a própria coisa.[1] Certamente, dentro dessa moldura de pensamento, descrições definidas atributivas e nomes próprios não são termos capazes de funcionar como os supostos nomes próprios lógicos, pois a técnica da teoria das descrições mostrou que eles são parafraseáveis em termos de funções predicativas quantificadas. Contudo, a doutrina dos nomes próprios lógicos defendida por Russell tem sido com boas razões considerada incoerente e seu referencialismo implausível. Segundo tal doutrina, o nome próprio lógico só teria significado para o próprio sujeito no momento da nomeação, posto que o seu significado é o próprio objeto. Mas essa é uma posição reconhecidamente solipsista, na qual o significado do nome não teria permanência fora da presença do objeto, não sendo possível criar acordo sobre ele, ou seja, inseri-lo na linguagem convencional de maneira a torná-lo compartilhável.

Ora, uma vez que rejeitamos a existência dos nomes próprios lógicos e não encontramos razões suficientes para reformar a linguagem, a função referencial das descrições definidas torna-se indiferenciável da sua função de nomear, o que faz com que elas sejam nomeadoras no sentido próprio da expressão, no mesmo sentido dos termos singulares. Afinal, se o termo singular é o que nomeia, sendo a nomeação definitoriamente entendida como a função de singularizar um objeto ao indicar qual ele é dentre todos, e se a descrição definida e o nome próprio usual são termos singulares (que mesmo quando russellianamente analisados continuam a nos informar da existência de exatamente um único objeto com propriedades que, devidamente contextualizadas, se tornam identificadoras), então esses termos continuam a preservar sua função unicamente referencial. Que isso possa ser feito através de funções predicativas quantificadas é indiferente. Em conclusão: se abandonarmos a incoerente doutrina dos nomes próprios lógicos, devemos abandonar também a distorciva metafísica russelliana que os hipostasia, disso resultando que as descrições definidas russellianamente analisadas, tanto quanto os nomes próprios usuais, voltam a se afigurar como expressões autenticamente capazes de nomear alguma coisa.[2]

Em segundo lugar, devemos rejeitar também a tese (b) de Russell: a sua confusa sugestão de que as descrições definidas não possuem qualquer sentido em si mesmas.[3] Confesso que não sei ao certo de onde Russell tirou essa ideia. Ela me parece proveniente de uma amálgama escassamente inteligível do princípio fregeano do contexto e da noção de incompletude da predicação: se o significado é algo como o objeto e a descrição definida deixa de nomeá-lo para designar propriedades, ela não pode ter significado fora do contexto de um algo mais que só pode ser oferecido pela referência da sentença completa. Contudo, uma vez que rejeitamos a doutrina de que os sentidos dos supostos nomes próprios lógicos são os seus referentes e admitirmos que o sentido é sempre dado por regras semânticas e suas combinações, fica claro que a exigência da aplicação do predicado a um único objeto com tais e tais propriedades feita pela análise russelliana da descrição já constitui uma regra de identificação constitutiva de um sentido completo. Uma descrição definida deve funcionar como um termo singular

---

[1] Russell 1918.

[2] Gareth Evans 1982, p. 56, nota que as descrições definidas podem se referir a indivíduos diferentes em diferentes mundos possíveis, diversamente dos nomes próprios. Mas como veremos no Capítulo 6, as descrições definidas só são flácidas enquanto se encontram semanticamente vinculadas a nomes próprios, caso contrário elas se tornam rígidas. Isso irá demonstrar que não há nada de especial diferenciando a semântica dos nomes próprios usuais, diversamente do que referencialistas modernos como Kripke acreditam.

[3] "Advogo que uma expressão denotativa é essencialmente *parte* de uma sentença, e não tem, como a maioria das palavras isoladas, qualquer significação por si mesma". Russell 1905, p. 489.

unicamente referencial com pleno significado cognitivo, o qual deve ser dado pela regra identificadora por ela expressa.[1]

Compatibilizando as soluções corrigidas

Uma vez de posse das análises de Frege e Russell despojadas de seus implausíveis invólucros especulativos, o essencial de nossa estratégia passa a ser o uso de identificação dos sentidos com regras semânticas e da identificação da existência com as efetivas aplicabilidades dessas regras para construir uma ponte capaz de nos permitir trafegar dos sentidos "fregeanos" para as definições contextuais "russellianas" e vice-versa. Esse estratagema deve demonstrar que ao menos formas revisadas das respostas fregeanas e russellianas aos enigmas da referência são intertraduzíveis. Eis como isso pode ser feito com respeito às soluções dos enigmas fregeanos da referência:

Referência a inexistentes. Como já vimos, a resposta fregeana mais razoável para o problema de como podemos predicar coisas de objetos inexistentes consiste em notar que como os termos de frases sem referência já possuem sentidos, podemos ao menos conceber a maneira pela qual o sentido incompleto do predicado pode ser completado pelo sentido completo do termo singular, constituindo assim um conteúdo de pensamento. É isso o que nos permite pensar que o presente rei da França é sábio sem ter de assumir sua existência.

Um melhor entendimento emerge quando traduzimos os sentidos fregeanos em termos de regras semântico-cognitivas. Nesse caso diremos, retornando à sugestão de Tugendhat, que em frases predicativas singulares verdadeiras a regra de atribuição do predicado se aplica a sua referência usual, *auxiliada* pela aplicação da regra de identificação do termo singular. Considere, por exemplo, a frase de Iuri Gagarin ao ver a Terra pela primeira vez à distância:

A Terra é azul.

Primeiro ele precisou identificar alguma coisa no espaço, um objeto: o planeta Terra. Só com base nessa identificação ele pôde aplicar o predicado '...é azul' ao objeto que ele havia individuado. Vemos que a regra de atribuição do predicado '...é azul' precisa ser orientada pela aplicação da regra de identificação do objeto a ser referido (que seleciona dentre outros aquele chamado 'Terra') de maneira a encontrar o objeto, só então podendo aplicar-se a ele de maneira a identificar sua propriedade-t de ser azul. A regra de atribuição do predicado precisa, pois, aplicar-se em combinação com a regra de identificação do objeto, pois só assim ela pode encontrá-lo de modo que ele possa satisfazê-la ou não. Note-se que se o enunciado fosse "A Terra é vermelha", ele seria falso, pois o objeto individuado pela regra de identificação do nome não satisfaria a regra de atribuição do predicado '... é vermelho'. O que Frege havia identificado como sendo "o pensamento" (*der Gedanke*) é a regra de verificação da frase (*Satz*), que pode ter a propriedade de ser efetivamente aplicável ao fato, de ser verdadeira

[1] Podemos especular se não seriam os predicados da descrição analisada expressões que nos permitiriam designar propriedades singularizadas geralmente externas, ou seja, complexos de tropos físicos estabelecidos como univocamente existentes pelos quantificadores existencial e universal com base em sense data, eles mesmos tropos internos. Minha sugestão foi a de que a leitura dos sense data como nos remitindo a complexos de tropos externos poderia ser definitoriamente determinada pela satisfação *conjunta* das condições de realidade externa, nomeadamente, da máxima intensidade sensorial, da independência da vontade, da intersubjetividade e do seguimento de leis naturais. *Cf.* Costa 2018 cap. VI, sec. 28 ss.

adequando-se efetivamente a ele, ou de ser apenas concebivelmente aplicável ao fato, não tendo, pois, tal propriedade, sendo por isso considerada falsa, não se adequando a ele.

Vejamos agora o caso de termos singulares vazios, da pretensa referência a inexistentes, como a encontrada na sentença "Vulcano é vermelho". Vulcano, como é sabido, é um pequeno planeta que os astrônomos desde Le Verrier acreditavam que deveria existir entre o Sol e Mercúrio de maneira a explicar as variações no periélio do último, tendo sido inclusive calculado que ele se encontraria a cerca de 21 milhões de quilômetros do Sol. Esse é o sentido fregeano do termo, que para ele seria o modo de se dar (*Art des Gegebenseins*) de seu objeto. Mas para grande decepção dos astrônomos, Vulcano nunca foi encontrado. E toda a discussão sobre Vulcano foi esquecida depois que a aplicação da teoria geral da relatividade ao caso demonstrou com precisão que a variação de seu periélio resultava da curvatura gravitacional do espaço. Hoje temos certeza de que Vulcano não existe, de que a referência desse nome é vazia, de que a sua regra de identificação não é aplicável. Como resultado disso, a aplicação da regra de atribuição do predicado '...é vermelho' também fica impossibilitada. Como a regra de identificação do termo singular não chega a se aplicar a seu objeto, a regra de atribuição do predicado também não o alcança, não chegando a ser satisfeita por nenhum tropo, por nenhuma propriedade-t realmente dada, o que faz com que o predicado não se aplique e que por conseguinte a frase (*pace* Frege) seja falsa.

Contudo, as considerações acima tornam fácil encontrar uma explicação mais apropriada para o que acontece. Isso só é possível devido à *imaginação*. Nós somos capazes de ao menos conceber como seria a aplicação de ambas as regras em combinação, mesmo que não possamos aplicá-las ao mundo real. É só na medida em que somos capazes de conceber a possibilidade de aplicação de ambas as regras de modo combinado em uma situação real, na constituição do que Tugendhat chamou de uma regra de verificação (*Verifikationsregel*), que compreendemos o sentido cognitivo da frase, algo equivalente ao pensamento (*Gedanke*) fregeano.

É por isso que uma frase como "O presente rei da França é calvo" já é capaz de exprimir um sentido completo, um pensamento. É porque somos capazes de conceber as duas regras sendo usadas em combinação de modo a formarem alguma regra de verificação, doando algum sentido à frase, o pensamento, que por falta de objeto (e, portanto, de um fato correlato) fica sem aplicação, tornando a frase falsa.

À questão de se saber como é possível predicar calvície de algo que não existe, a resposta fica agora sendo: nós somos capazes de *conceber* a aplicação das regras e ao fazermos isso damos sentido aos termos e à frase como um todo. Só na medida em que o sentido do termo singular passa a ser concebido pela imaginação como podendo ser combinado com o sentido do predicado de modo a construir um pensamento completo é que somos capazes de ter esse pensamento como sendo em princípio aplicável, mesmo que ele permaneça efetivamente inaplicável à realidade. Nós só predicamos, pois, de maneira a dar sentido à frase, ou seja, de maneira a produzir um uso combinado da regra de atribuição com a regra de identificação, de modo a formar a regra de verificação que é o pensamento, aplicável a um fato meramente concebível. Mas nós não predicamos da maneira forçosa que se dá quando a regra de atribuição do predicado se aplica à propriedade-t local do próprio objeto identificado pelo termo singular, posto que tal objeto não existe. Trata-se de uma predicação meramente imaginada, sem força assertórica, pois sem uma pretensa relação com o mundo.

Ora, à luz dessa reconstrução fica mais fácil fazer a teoria do sentido concordar com a teoria das descrições. Podemos parafrasear a descrição 'o presente rei da França' russellianamente como 'somente um *x*, tal que *x* é presentemente rei da França'. E podemos dizer que aquilo que ganhamos com isso é uma formulação analisada do mesmo sentido fregeano, ou seja, da

mesma regra de identificação para o presente rei da França, que passa a ser vista como possuindo dois componentes:

(i) a condição de unicidade,
(ii) a regra de atribuição do predicado '...é presentemente rei da França'.

Trata-se de uma regra de identificação de objeto na medida em que ela nos faz distinguir um e não mais do que um objeto através de uma propriedade criterial sua, que é a de presentemente reinar na França. A inexistência do presente rei da França corresponde à inaplicabilidade desse predicado, portanto, à inaplicabilidade da regra de identificação formada por (i) e (ii), por conseguinte, à falta de referência do sentido por ela formado. Quanto ao predicado '*x* é calvo', ele também não se aplica, posto que não existe algo com a propriedade de ser o presente rei da França a que ele possa se aplicar. Mas esse predicado também expressa uma regra de atribuição, portanto, um sentido fregeano. Juntando os fios: ao pensarmos a sentença "Existe somente um *x* tal que *x* é presentemente rei da França e *x* é calvo" nada mais fazemos do que ensaiar na imaginação a possibilidade de aplicação da mesma regra de verificação que a expressa pela frase "O presente rei da França é calvo", ou seja, nada mais fazemos que ensaiar a asserção do mesmo pensamento-t, percebendo então que a regra não possui aplicação efetiva, que esse pensamento não corresponde ao fato, que ele é falso, posto que pela inaplicabilidade da regra de identificação a regra de atribuição do predicado não tem como encontrar seu objeto (para Frege não há objeto a cair sob o conceito). Analisando o caso da referência a inexistentes já vemos, pois, como é possível transitar de uma explicação "fregeana" para uma explicação "russelliana" e vice-versa.

(ii) *Existenciais negativos.* Em um entendimento fregeano, a negação da predicação de existência não é problemática, pois é a negação da propriedade do conceito de ter ao menos um objeto que sob ele caia. Tendo rejeitado como implausível e desnecessária a noção fregeana de conceito entendido como a referência do predicado, identificado-o com o sentido da expressão predicativa, dizer que o presente rei da França não existe torna-se o mesmo que dizer que o sentido de 'o presente rei da França' não chega a determinar uma referência.

Como expressaríamos isso falando de regras semântico-cognitivas no lugar de sentidos? Ora, diríamos que o sentido ou conceito expresso por um termo singular como 'o presente rei da França' é dado pela regra de identificação desse termo. Como a existência nada mais é do que a efetiva aplicabilidade de uma regra conceitual, dizer que o objeto referido por essa regra conceitual de identificação não existe é o mesmo que dizer que essa regra não possui a efetiva (e continuada) aplicabilidade requerida.

Passemos agora à análise "russelliana". Nela uma descrição como 'o presente rei da França' é transformada em 'ao menos um *x* e não mais que um *x* tal que *x* é o presente rei da França'. Com isso o que temos é um sentido, uma regra de identificação, dado que ela deve distinguir um objeto particular. Essa regra deve ser composta por duas sub-regras:

(i) a condição de unicidade e
(ii) a regra de atribuição do predicado '...é presente rei da França'.

Dizer que o presente rei da França não existe é ao menos dizer "Não é o caso que existe ao menos um *x* e não mais que um *x*, tal que *x* é presentemente rei da França"; e isso é o mesmo que dizer que a regra de identificação composta pelas condições (i) e (ii) não é efetivamente aplicável (mesmo que sua aplicação seja concebível na imaginação). Qual a diferença entre essa regra, a regra anterior e o sentido (fregeano) da descrição? A resposta é que se trata de

exposições diferentes de algo pelo menos bastante similar. A regra de identificação é apenas decomposta pela análise "russelliana" em duas: a regra de unicidade e a regra de atribuição do predicado. Dizer que o presente rei da França existe é dizer que a regra de atribuição do predicado '...presente rei da França' é efetivamente aplicável a um único objeto. E dizer que o presente rei da França não existe é dizer que a regra de atribuição do predicado '...presente rei da França' não se aplica à propriedade local de um objeto específico. Como o que temos são formas diversamente analisadas do mesmo modo geral como a referência é determinada, as análises "russelliana" e "fregeana" dos existenciais negativos convergem no sentido de se tornarem duas maneiras diversas de se dizer praticamente o mesmo (isso fica mais claro quando pensamos em uma descrição definida realmente aplicável como em "A presente rainha da Inglaterra tem cabelos brancos": o único *x* que é a presente rainha da Inglaterra possui uma porção de propriedades individuadoras bem conhecidas que são criterialmente demandadas por seu conceito, além da propriedade adicional de ter cabelos brancos).

(iii) *Identidade.* Considere agora sentenças de identidade como "A estrela da manhã é a estrela da tarde". Como podem ser tais sentenças informativas, se as descrições se referem a um mesmo objeto? A resposta de Frege é que apesar disso essas descrições exprimem modos de apresentação diferentes, sentidos diferentes, e que expor modos de apresentação diferentes dizendo que eles se referem a uma mesma coisa é informar. Parafraseando o conceito de sentido em termos de regra, o que Frege acaba por nos sugerir é que a frase acima é informativa porque nos diz que identificamos o mesmo objeto através de duas regras de identificação diferentes, que apelam a configurações criteriais diversas, a fatos aspectuais (sub-fatos) diversos.[1]

Por meio da teoria das descrições, chamando o predicado 'estrela da manhã' de M e o predicado 'estrela da tarde' de T, a frase de identidade pode ser simbolizada como

(1) $\exists x\ (\mathrm{M}x\ \&\ \mathrm{T}x\ \&\ (y)\ (\mathrm{M}y \rightarrow y = x))\ \&\ (z)\ (\mathrm{T}z \rightarrow z = x))$.

Ou seja:

(2) Existe somente um *x* que é estrela da manhã e esse mesmo *x* é estrela da tarde.

Mas o que (1) e (2) querem dizer é que tanto a regra de atribuição do predicado 'estrela da manhã' quanto a regra de atribuição do predicado 'estrela da tarde' efetivamente se aplicam a não mais que um único objeto que acontece de ser o mesmo. Assim, a análise russelliana nos garante que a regra de identificação constituída por "$\exists x\ (\mathrm{M}x\ \&\ (y)\ (\mathrm{M}y \rightarrow \mathrm{y} = \mathrm{x}))$" se aplica ao mesmo objeto que a regra de identificação constituída por "$\exists \mathrm{x}\ (\mathrm{Tx}\ \&\ (\mathrm{z})\ (\mathrm{Tz} \rightarrow \mathrm{z} = \mathrm{x}))$", dado que por transitividade $y = z$. Mas isso é praticamente o mesmo que dizer que temos duas regras de identificação diferentes, dois modos de apresentação ou sentidos fregeanos

[1] Podemos complementar a descoberta de Frege adicionando que a frase fregeana do tipo A = B é ambígua. Ela exprime dois sentidos: um sentido fundamentador, que apresenta um mesmo fato fundamentador, desambiguado pela frase de identidade "Vênus = Vênus", e um fato aspectual, um sub-fato que é desambiguado pela frase diferenciadora "A estrela da manhã ≠ A estrela da tarde". Afinal, tanto esse sub-fato aspectual quanto o modo de apresentação desse sub-fato são diferentes. Essa seria a intuição que o bidimensionalismo semântico tenta resgatar usando uma semântica de mundos possíveis que em meu juízo tende a perpetuar erros que nasceram com Frege e foram aprofundados por Rudolph Carnap e outros, como as ideias de que a referência de um enunciado é o seu valor-verdade ou de que a referência do predicado é a classe dos objetos aos quais ele se aplica. *Cf.* Costa 2018, cap. IV, sec. 27.

diferentes para o mesmo objeto. Outra vez, as duas análises demonstram-se suficientemente intertraduzíveis.

(iv) *Contextos opacos.* Finalmente, considere os proferimentos de atitude proposicional como:

(1) George IV acredita que Scott é Scott.

e

(2) George IV acredita que o autor de Waverley é Scott.

Por que a verdade de (1) não garante a verdade de (2), se ambas as frases subordinadas são frases de identidade sobre a mesma pessoa?

Para Frege a resposta é que em tais casos a frase subordinada não tem a sua referência usual, que para ele é o valor-verdade. Ela se refere, pensa ele, ao sentido ou pensamento da frase subordinada. Como consequência, o valor-verdade da frase que exprime atitude proposicional deixa de ser função do valor-verdade da frase subordinada, tornando a intersubstituição *salva veritate* impossível.[1]

Como rejeitamos a ideia fregeana contra-intuitiva de que a referência usual da frase deva ser o seu valor-verdade, precisamos primeiro refazer sua solução. Podemos preservar a sua excelente sugestão de que a referência da frase subordinada seja o seu sentido em proferimentos de atitudes proposicionais. Podemos simbolizar esse ponto como "*a*$\underline{A}$*p*", em que '*a*' refere-se a uma certa pessoa, '$\underline{\ }$' torna a referência o próprio sentido, de modo que '$\underline{p}$' refere-se a um dado pensamento, e '$\underline{A}$' refere-se a uma atitude, que pode ser de crença, de conhecimento, de desejo, etc. Mas isso significa que nessa posição *p* não se refere mais ao fato (como uma concatenação de elementos dada no mundo) que lhe possa eventualmente corresponder, deixando de entrar em questão o papel do fazedor-de-verdade, a sua correspondência com o fato no mundo[2]. Na frase de atitude proposicional, o que importa é certa relação entre o conteúdo da frase principal (geralmente expressando uma disposição ou ato mental que atribuímos a certa pessoa, ou a nós mesmos) e o pensamento expresso pela frase subordinada, de modo que a verdade ou falsidade da frase de atitude proposicional dependa apenas de essa relação respectivamente se dar ou não se dar de fato na mente da pessoa *a*. O *fato* que torna a frase do tipo *a*$\underline{A}$*p* verdadeira é o próprio pensamento de que *p* tido por *a*. E isso se dá na independência do pensamento *p* da frase subordinada corresponder ou não ao fato no mundo que lhe deveria ser correlato, na independência de esse pensamento ser factualmente verdadeiro ou não. Em outras palavras: a referência da frase subordinada é um conteúdo de pensamento em relação ao qual afirmamos que a pessoa tem uma atitude ou disposição, de modo que:

---

[1] A falta de intersubstitutividade das frases subordinadas em enunciados de atitude proposicional é apenas um dos variados casos considerados por Frege (*Cf.* 1892).

[2] *Cf.* Costa 2018, caps. IV e V. Não é difícil responder à contenciosa crítica feita por Frege à teoria correspondencial da verdade e a seu conceito de fato como pensamento verdadeiro em seu artigo de 1918. (*Cf* Künne 2003, Ch. 3.3.)

> Um enunciado do tipo "*aAp*" é verdadeiro *see* a sua referência *aAp* for um fato constituído pela existência da pessoa *a* em sua atitude *A* em relação ao pensamento *p* que ela acontece de ela ter.

É por isso, afinal, que o pensamento expresso pela frase subordinada não pode ser substituído *salva veritate*: é ele próprio o fato referido pela frase subordinada.

Parafraseando agora pensamentos como regras de verificação de frases, podemos dizer que as regras de verificação (pensamentos-t, proposições-t) das frases subordinadas de (1) e (2) são diferentes sem para isso nos comprometermos com a efetiva aplicabilidade dessas regras, com a existência real daquilo que as satisfaz. Assim, considerando o sentido do termo singular como uma regra de identificação, podemos parafrasear (1) como

> (1') George IV acredita que a regra de identificação (sentido) que ele conhece para Scott se aplica ao mesmo objeto que a regra de identificação (sentido) que ele conhece para Scott,[1]

e (2) como

> (2') George IV acredita que a regra de identificação (sentido) que ele conhece para Scott se aplica ao mesmo objeto que a (diferente) regra de identificação (o diverso sentido) que ele conhece para o autor de Waverley.

Como em (1') e (2') os conteúdos de pensamento com relação aos quais George IV tem a relação de crença são diferentes, e como enunciados de atitude proposicional como esses dependem apenas da correspondência entre a relação de crença enunciada e pensada por quem enuncia e a relação de crença factualmente dada (supostamente, um conteúdo cognitivo de crença atribuído a George IV) para serem verdadeiros, as frases subordinadas não podem ser substituídas *salva-veritate*, pois os pensamentos ou regras verificacionais a serem por elas referidos são diferentes.

Passemos agora à paráfrase russelliana. A frase subordinada de (1) é analisada como:

> (1'') George IV acredita que existe precisamente um *x* que é Scott e que esse *x* é Scott.

E a frase subordinada de (2) é analisada de modo a obtermos:

> (2'') George IV acredita que existe precisamente um *x* que é autor de Waverley e que esse *x* é Scott.

Ora, como as locuções 'somente um *x* que é Scott' e 'somente um *x* que é autor de Waverley' contém diferentes predicações, "Scott é Scott" não pode querer dizer o mesmo que "Scott é o autor de Waverley".

O ponto a ser notado é o de que aquilo que a análise russelliana faz é apenas explicitar melhor um aspecto de nossa versão da análise fregeana. Afinal, a análise fregeana em (2'), por exemplo, analisada em termos de regras, também pode ser apresentada como

---

[1] Esse entendimento não precisa ser o único, pois pode ser que George IV não saiba quem é Scott. Nesse caso a expressão "que ele conhece" deve ser excluída, bastando que ele saiba que Scott é um nome próprio.

(2’’’) George IV acredita que existe somente um *x* tal que a regra de identificação que ele conhece para Scott, tanto quanto a (diferente) regra de identificação que ele conhece para o autor de Waverley, a ele se aplicam.

Mas (2’’’) e (2’’) não diferem essencialmente. Afinal, dizer ao modo de Russell que George IV acredita que a regra de identificação que ele conhece para o predicado ‘Scott’ e que a regra de identificação que ele conhece para o predicado ‘o autor de Waverley’ se aplicam a um único e mesmo objeto vem a dar praticamente no mesmo que dizer ao modo de Frege que George IV acredita que a regra de identificação – o sentido – que ele conhece para o termo singular ‘Scott’ tem o mesmo referente que a regra de identificação – o sentido – que ele conhece para ‘o autor de Waverley’. Conclusão: também no caso das atitudes proposicionais, as análises são praticamente intertraduzíveis.

Conclusão

Podemos sumarizar dizendo que analisamos a função referencial das descrições definidas de três maneiras: (i) em termos de “entidades abstratas”, como Frege fez ao falar de sentidos, (ii) em termos de regras de identificação cognitivo-criteriais, inspiradas em abordagens como as de Dummett-Wittgenstein e Tugendhat, e ainda (iii) usando os recursos da lógica predicativa, como Russell fez em sua teoria das descrições. Trata-se, porém, tão-somente de maneiras diversas e complementares de se dizer praticamente o mesmo.

Críticos dogmáticos diriam que me vali de contorcionismos argumentativos para demonstrar que ambas as teorias são modos diferentes de se dizer (quase) o mesmo. Mas na verdade foram *des*contorcionismos, posto que os contorcionismos já se encontravam presentes nos pressupostos metafísicos de Frege e Russell. A impressão de que se trata de abordagens conflitivas fica somente por conta dos pressupostos metafísicos implausíveis que impregnam o que cada um desses filósofos escreveu.

Muito diversamente do que Russell pensava, as paráfrases produzidas pela teoria das descrições nada mais são do que um artifício pelo qual se torna possível exprimir formalmente a função referencial-identificadora das descrições definidas em seu uso atributivo, fazendo isso através de expressões predicativas usadas em um domínio que lhes garanta aplicação unívoca. E isso as faz figurar como expressões de sentidos fregeanos – expressões de modos de apresentação que são melhor parafraseados como regras de identificação. Como essas regras só se aplicam realmente em instanciações cognitivas, fica claro o compromisso da teoria das descrições, assim revisada, com o cognitivismo semântico que nos importa investigar.

4

TEORIA DESCRITIVISTA DOS NOMES PRÓPRIOS

If I have seen further it is by standing on the shoulders of Giants.
Isaac Newton

Existem duas espécies gerais de teorias dos nomes próprios: as *descritivistas*, que enfatizam o elo intermediário cognitivo descritivamente exprimível, que deve poder existir entre o nome e o objeto, e as que podem ser chamadas de *referencialistas*[1], que enfatizam o objeto referido e sua relação causal com o proferimento, rejeitando a relevância de um elo intermediário. Meu objetivo nesse e no próximo capítulo será o de fornecer suporte para o Capítulo 6, no qual apresentarei minha própria explicação do mecanismo de referência dos nomes próprios. Assim, no presente capítulo discutirei as versões clássicas do descritivismo e no próximo as principais ideias do referencialismo kripkiano mostrando a razão pela qual elas são insuficientes. Antes de tudo, porém, quero introduzir criticamente a teoria referencialista dos nomes próprios sugerida por John Stuart Mill ainda no século XIX, posto que ela está na origem da discussão contemporânea.

Stuart Mill: nomes sem conotação

Mill começou por distinguir entre a *denotação* e a *conotação* de um termo: a denotação é a referência do termo, enquanto a conotação (sentido ou significado) é o seu elemento passível de descrição e que implica um atributo. Entre as expressões referenciais, a descrição definida (chamada por ele de 'nome individual') possui tanto denotação quanto conotação. Ela denota através de sua conotação, nomeadamente, por expressar *atributos* que, possuídos unicamente pelo seu objeto, nos permitem identificá-lo referencialmente. Uma descrição como 'o autor de *O coração das trevas*' conota um atributo que somente um único indivíduo possuiu, qual seja, o atributo de ter sido o autor de um certo livro. O mesmo não acontece com o nome próprio. Em suas palavras:

> Nomes próprios não são conotativos: eles denotam os indivíduos que são chamados por eles, mas não indicam ou implicam quaisquer atributos como pertencentes àqueles indivíduos. Quando chamamos uma criança pelo nome Paulo ou um cão pelo nome César, esses nomes são simples marcas usadas para permitir aos indivíduos se tornarem objeto do

[1] O termo 'referencialista' pode se prestar a mal-entendidos, como a ideia de que o significado do nome precisa inevitavelmente consistir em sua referência. No sentido aqui usado ele serve apenas para marcar que enfatizam a referência e em geral o seu papel causal (à exceção de Stuart Mill).

> discurso. (...) Nomes próprios são ligados aos objetos em si mesmos, não dependendo da continuidade de nenhum atributo do objeto.[1]

Em outras palavras: o nome próprio não tem conotação. Ele tem uma estrutura mais simples, ele refere diretamente, como se fosse um *rótulo* colado em uma garrafa. Como para Mill o significado não reside naquilo que um nome denota, mas naquilo que ele conota, segue-se que nomes próprios não possuem significado.

Quero fazer aqui uma pausa para notar que Mill também fez afirmações que parecem estar em dissonância com a interpretação *standard* que acabo de expor. Como ele escreveu:

> Um nome próprio não é mais que uma marca sem significado que conectamos em nossas mentes com a *ideia do objeto*, de modo que sempre que essa marca encontra nossos olhos ou ocorre em nosso pensamento, podemos pensar naquele objeto individual.[2] (grifo nosso).

Parece, pois, que por significado Mill entendia aqui o significado linguisticamente expresso, que ele distingue da ideia do objeto. De fato, o nome próprio não tem nenhum significado linguisticamente expresso do modo como acontece com a descrição definida ou como parece acontecer com termos gerais (que ele chamava de 'nomes gerais') como 'homem', 'cão' e 'doença', que para ele também conotam os respectivos atributos além de denotarem os conjuntos de todos os homens, de todos os cães e de todos os organismos doentes. Contudo, o que um empirista como Mill chama de ideia do objeto não parece menos do que um modo psicologista de se falar de conteúdos informativos, a dizer, de sentidos que só diferem dos sentidos (*Sinn*) de Frege na interpretação ontológica, dado que para Frege os sentidos são entidades abstratas constituintes do que ele chama de pensamentos (*Gedanken*) em um sentido platônico. Se for esse o caso, então a concepção de um filósofo empirista como Mill acaba sendo compatível com a sugestão de que nomes próprios possuem algo como sentidos entendidos como modos de apresentação psicológicos. Desse entendimento de Mill resulta que deixa de haver uma contradição categorial entre a sua posição e o descritivismo sobre nomes próprios defendido por Frege e outros. Nomes próprios tem sentidos entendidos como as ideias que a eles conectamos. Embora eu considere essa a maneira mais benevolente e correta de interpretar o que Mill tinha em mente, ignorá-la-ei aqui por razões expositivas.

A teoria da referência direta alegadamente proposta por Mill é facilmente refutável. Na forma apresentada na primeira citação ela não é capaz de resolver satisfatoriamente os enigmas da referência já considerados em nossa discussão da teoria russelliana das descrições. Quanto ao enigma da referência a inexistentes, como dar sentido a uma frase como "Papai Noel vive no Polo Norte", se o nome 'Papai Noel' não possui nem conotação, nem denotação? A isso Mill poderia responder que Papai Noel se refere a um objeto imaginário. Mas considere o caso de um existencial negativo verdadeiro como "Papai Noel não existe". Se tudo o que pertence ao nome for a sua referência, tal frase parece contraditória, pois aplicar o nome já seria admitir sua existência. Quanto aos enunciados de identidade contendo nomes co-referenciais, considere a diferença entre a frase (a) "Hesperus é Hesperus" e a frase (b) "Hesperus é Phosphorus". A primeira é tautológica, nada dizendo,

---

[1] Mill 2002, livro 1, cap. 2, seção 5, p. 20. Essa passagem nos fornece os elementos para a interpretação standard de Mill que nos ficou.

[2] Mill 2002, livro 1, cap. 2, seção 5, p. 22.

enquanto a segunda pode ser informativa. Como para Mill, por não conotarem, os nomes co-referenciais não devem possuir diferentes valores semânticos, a sentença (b) deveria ser tão trivial quanto (a). Finalmente, quanto ao problema da ausência de intersubstitutividade em contextos opacos, considere uma sentença como "Maria acredita que Cícero, mas não Túlio, é um orador romano". Se os nomes próprios 'Cícero' e 'Túlio' são apenas rótulos para uma mesma pessoa, parece que Maria precisa ser capaz de acreditar em coisas totalmente inconsistentes, como a crença de que Cícero não é Cícero. Por razões como essas e sob a influência contrária do descritivismo de Russell, a teoria milliana da referência direta dos nomes próprios cedo caiu no esquecimento.

Descritivismo (I): Frege e Russell

A concepção descritivista dos nomes próprios dominou o século XX até a década de 1970, quando acabou sendo eclipsada pela nova versão do millianismo inicialmente proposta por Saul Kripke e Keith Donnellan. A ideia fundamental do descritivismo é a de que o nome próprio refere indiretamente, por alusão a propriedades geralmente exprimíveis através de conjuntos ou feixes (*bundles*, *clusters*) de descrições. Ou seja: contrariamente ao millianismo, nomes próprios conotam. Eles conotam por estarem no lugar de feixes de descrições, sendo por isso logicamente mais complexos ao invés de mais simples do que elas.

Segundo uma interpretação corrente que foi difundida por Kripke, há duas formas de descritivismo: uma mais primitiva, defendida por Frege e Russell, segundo a qual o sentido de um nome próprio é dado por uma única descrição definida associada a ele, e outra mais sofisticada, defendida por filósofos como Wittgenstein, Strawson e Searle, segundo a qual o sentido do nome próprio é dado por um feixe ou agregado de descrições[1]. Meu principal objetivo nesse capítulo é o de demonstrar que essa interpretação é claramente simplificadora. Uma complexa teoria descritivista dos nomes próprios já era aludida nos escritos de Frege e Russell, mesmo que neles se encontrasse apenas fragmentariamente tematizada. O que houve desde então foi uma progressiva explicitação e adição de detalhes aspectuais em torno de um *insight* comum.

Para demonstrar minha tese quero começar considerando a formulação fregeana. No pouco que escreveu sobre a referência dos nomes próprios, Frege interpretou os seus sentidos como exprimíveis por diferentes descrições ou conjunções de descrições definidas que a ele associamos. Essa interpretanção aparece em uma conhecida nota de seu artigo "Sobre sentido e referência", onde a concepção descritivista propriamente se origina:

> No caso de nomes genuinamente próprios, como 'Aristóteles', opiniões sobre o seu sentido podem divergir. O seguinte sentido pode ser sugerido: discípulo de Platão e tutor de Alexandre o Grande. Quem quer que aceite esse sentido irá interpretar o sentido do enunciado "Aristóteles nasceu em Estagira" diversamente de quem interpreta o sentido de Aristóteles como o professor estagirita de Alexandre o Grande. Na medida em que o *nominatum* permanece o mesmo, essas flutuações no sentido são toleráveis.[2]

O que essa nota nos informa é que pessoas diferentes podem associar descrições ou mesmo conjunções de descrições diferentes a um mesmo nome – conjunções como 'o discípulo de

[1] Ver Devitt & Sterelny 1999, p. 45. Lycan 2006, pp. 256-7. S.P. Schwartz 1977, pp. 18-19. Essa interpretação foi difundida por Saul Kripke (1980), que por sua vez parece tê-la tomado de John Searle (1969, p. 170).
[2] Gottlob Frege 1892, p. 28, paginação original.

Platão *e* o tutor de Alexandre'. Os diversos sentidos associados ao nome são expressos pelas diversas descrições definidas, sob a condição de que elas preservem a referência.

Contudo, Frege também observou que as flutuações no sentido não podem ser tão grandes a ponto de impedir a comunicação: se diferentes usuários da linguagem associam descrições ou conjunções de descrições totalmente diferentes a um nome próprio, a unidade do sentido se perde e torna-se impossível para eles saberem se estão falando da mesma pessoa. Suponha, escreveu Frege, que Leo Peter tenha ido à residência do doutor Gustav Lauben e o tenha ouvido dizer "Eu fui ferido", sendo isso tudo o que ele sabe sobre Gustav Lauben. Leo Peter tenta comentar o ocorrido com Herbert Garner, que por sua vez sabe de um Dr. Gustav Lauben que nasceu em 13 de setembro de 1875 em N.N., não sabendo, porém, onde o Dr. Lauben reside agora, nem qualquer outra coisa acerca dele. Disso resulta que Leo Peter e Herbert Garner não conseguem saber se estão falando da mesma pessoa. Pois, no dizer de Frege eles

> não falam a mesma língua, ainda que com esse nome eles de fato designem o mesmo homem; pois eles não sabem que fazem isso. Herbert Garner não associa, pois, à frase "Dr. Gustav Lauben foi ferido", o mesmo pensamento que Leo Peter quer com ela exprimir.[1]

Do que foi considerado deixa-se facilmente concluir que Frege concordaria com a tese descritivista de que o sentido mais completo de um nome próprio é constituído por um conjunto de sentidos geralmente exprimíveis através de descrições; cada falante tem geralmente acesso a um certo subconjunto desse conjunto de sentidos; mas tais subconjuntos precisam ter em comum ao menos o suficiente para que os falantes possam saber que estão se referindo ao mesmo objeto; é preciso que os dois conjuntos de descrições se interseccionem. Uma teoria do feixe de descrições já se encontra implicitamente sugerida na exposição fregeana.

Michael Dummett, o mais original e influente intérprete de Frege, protestou contra a ideia de que Frege teria proposto uma teoria descritivista dos nomes próprios.[2] A alegação de Dummett foi a de que Frege usou descrições porque eram maneiras fáceis de esclarecer o sentido de alguns exemplos, mas que isso não tem nada a ver com a ideia de Russell de que o nome próprio é a abreviação de uma descrição complexa, nem com a concepção referencialista do significado inerente à teoria das descrições... Além disso, escreveu Dummett, não há nenhum indício de que Frege concordaria com a ideia de que o sentido do nome próprio possa ser sempre expresso através de descrições. Segundo ele, o importante para Frege é que o nome próprio seja associado *a um critério para reconhecer um dado objeto como o seu referente*. Dummett ilustrou o seu ponto considerando as múltiplas maneiras possíveis de se identificar o rio Tâmisa.[3] Muitas vezes, escreveu ele, isso é feito indiretamente, a partir de informações colaterais, como é o caso de uma pessoa que percebe que se trata do mesmo rio que passa sob a ponte de Radcot ou através da cidadela de Henley...

---

[1] Frege 1918, pp. 64, 76.

[2] Autores norte-americanos, influenciados por Saul Kripke, associam Frege ao descritivismo, enquanto autores ingleses, influenciados por Michael Dummett, costumam rejeitar essa associação. Ver Dummett 1981, pp. 97-98, 110-111, p. 186 ss. Corroborando a interpretação de Dummett estão Lynski 1977, pp. 42-43 e, mais recentemente, Luntley 1999, p. 261.

[3] 1982, pp. 97-98, 101-111.

E uma pessoa pode saber que ele passa por Oxford sem saber que ele é o mesmo rio que atravessa Londres, ainda assim identificando o rio corretamente. Não há, concluiu ele, nenhuma condição suficiente que todos precisem saber para a identificação do Rio Tâmisa.

Contudo, nenhuma das razões aduzidas por Dummett justifica seu protesto. Primeiro, é perfeitamente possível adotar o descritivismo sem se comprometer com a concepção referencialista do significado implícita no atomismo lógico de Russell, o que me parece o *cultprit* da reação dummettiana. Depois, o descritivista não precisa defender que tudo pode ser expresso por meio de descrições: representações táteis, visuais e auditivas não podem ser em si mesmas resgatáveis através de palavras, nem suficientemente através da linguagem convencional. Descrições são no caso expressões linguísticas de regras convencionais ou *convencionalmente fundadas* – que é como poderíamos chamar as combinações de regras convencionais – pelas quais significações se assomam à linguagem. O que realmente conta para a comunicação são essas regras semântico-criteriais que se deixam exprimir através de descrições e que por isso, em alguma medida, vinculam publicamente o nome próprio ao seu portador. Esse entendimento, porém, é complementar à própria ideia de Dummett de que o importante para o sentido do nome próprio é que ele seja associado a um critério de identidade para o objeto, permitindo que ele seja reconhecido outra vez como sendo o mesmo.[1] Finalmente, nada indica que Frege estaria satisfeito em considerar uma única descrição como condição suficiente para a aplicação do nome próprio. Ao que parece Dummett tinha uma visão demasiado restritiva do que pode ser uma teoria descritivista dos nomes próprios, tendo sido falsamente orientado por uma aplicação simplificada, embora bastante usual, da teoria das descrições de Russell. Isso ficará mais claro quando compararmos o seu exemplo do rio Tâmisa com o exemplo de Russell sobre Bismark.

Passemos então à concepção de Russell. Como já foi notado, ele via os nomes próprios da linguagem ordinária como descrições definidas *abreviadas*, *truncadas* ou *disfarçadas*, sugerindo que elas pudessem ser analisadas pelo mesmo método pelo qual ele analisara as descrições definidas. Como ele não estava primariamente interessado na prática linguística ordinária, ele pouco se deteve na questão. Mas para ele o nome próprio não abrevia uma única descrição, como muitos insistiram em interpretá-lo, e como ele próprio, por mera conveniência de exposição, costumava fazer parecer em seus textos mais técnicos. Isso fica claro em um texto com menos preocupações formais, como *Os Problemas da Filosofia*, onde ele demonstrou possuir um entendimento muito mais complexo da questão. Eis uma passagem:

> Palavras comuns, mesmo nomes próprios, são geralmente descrições. Isto é, o pensamento na mente de uma pessoa usando um nome próprio corretamente só pode, em geral, ser explicitamente expresso se o substituirmos por uma descrição. Mais além, a descrição requerida para exprimir o pensamento *irá variar para pessoas diferentes ou para uma mesma pessoa em diferentes tempos*. (grifos meus)[2]

O que essa passagem sugere é que há na linguagem um vasto repositório de informações sobre o objeto de um nome, as quais são muitas vezes exprimíveis na forma de descrições definidas. Quando proferimos o nome próprio, costumamos ter em mente descrições, de modo

---

[1] 1981, p. 73.

[2] 1980 (1911), p. 29. Essa passagem, como a próxima a ser citada, encontra-se idêntica no artigo de Russell de 1918.

que tudo o que é necessário para que o ouvinte entenda que se trata da mesma pessoa, escreveu Russell, é que ele saiba que as descrições se aplicam à mesma entidade evocada em sua mente.[1]

Russell apresentou em seguida como exemplo o nome 'Bismark'. Uma primeira e peculiar forma de acesso a Bismark é a que o próprio Bismark tinha a si mesmo em um juízo como "Eu sou Bismark". Nesse caso, para Russell o próprio Bismark é um componente de seu juízo, sem passar por uma descrição. Uma outra maneira de se ter em mente Bismark é a das pessoas que lhe foram pessoalmente apresentadas. Nesse caso, o que elas consideram é o corpo e a mente de Bismark, conhecidos por intermédio de conjuntos de dados sensíveis a eles associados, geralmente aptos a serem expressos por descrições. Mas ainda outra maneira de se conhecer Bismark, escreve Russell, é através da história. Nesse caso associamos à sua pessoa descrições como 'o primeiro chanceler do império germânico é um astuto diplomata' (que é uma descrição composta, formada pela conjunção de uma descrição definida com uma descrição indefinida). No final das contas, o que geralmente temos em mente é um vasto conjunto de informações históricas exprimíveis sob a forma de descrições que podem ser capazes de identificar a pessoa univocamente. Como ele escreve:

> Quando nós, que não conhecemos Bismark, fazemos um juízo sobre ele, a *descrição em nossas mentes* será provavelmente *alguma mais ou menos vaga massa de conhecimento histórico* – muito mais, geralmente, do que é requerido para identificá-lo. Mas aqui, *por razão de ilustração*, vamos assumir que pensamos nele como 'o primeiro chanceler do império alemão'. (grifos meus)[2]

O texto é do próprio Russell e não me deixa mentir. O que ele sugere é que quando usamos um nome próprio em terceira pessoa, o que temos em mente deixa-se exprimir através de uma descrição complexa (a "massa de informações"), que só pode ser constituída pela *composição* de uma variedade de descrições. Essa descrição composta possui contornos vagos (que costumam variar de usuário para usuário e inclusive para um mesmo usuário em diferentes ocasiões), pertencendo a um ainda maior repositório de descrições que expressam uma totalidade de informações identificadoras do mesmo objeto.

Se o vasto repertório de descrições possui uma estrutura, e se essa estrutura é relevante, coisas que irão nos interessar, não é algo questionado. Se quisermos poderemos tentar analisar essa totalidade como uma *conjunção* de descrições sobre o mesmo *x*, a saber, como uma conjunção de atribuições existenciais unívocas de propriedades. Se os predicados descritivos dessas propriedades forem simbolizados como os do conjunto $\{F_1, F_2... F_n\}$, uma descrição definida composta (formada por outras descrições definidas) poderá então ser analisada ao modo de Russell como (Ex) $((F_1x \,\&\, F_2x... \,\&\, F_nx) \,\&\, (y)\,(F_1y \rightarrow y = x) \,\&\, (y)\,(F_2y \rightarrow y = x)... \,\&\, (y)\,(F_ny \rightarrow y = x))$. Não importa a maneira pela qual decidiremos interpretar a noção de "massa de informações"; o fato é que a sugestão de que Russell defendia que ao usarmos nomes próprios temos em mente uma única descrição não passa de uma quimera interpretativa, uma caricatura daquilo que ele realmente pensava.

O que essas leituras textuais também demonstram é que Russell estava disposto a analisar o nome próprio 'Bismark' de uma maneira que não difere substancialmente daquela pela qual Dummett analisa o sentido do nome próprio 'Tâmisa'. Uma descrição central, como 'o

---

[1] 1980, p. 30.
[2] 1980, p. 3

primeiro chanceler do Império Germânico', é para Russell apenas uma dentre a massa de descrições que alguém pode associar a Bismark, da mesma forma que para Dummett a descrição central 'o rio que atravessa Londres' é apenas uma dentre as muitas descrições que alguém pode associar ao nome 'Tâmisa'.

Se insistirmos em achar que Frege não foi um descritivista, então parece que deveremos concluir o mesmo de Russell. Mas como Russell sempre foi considerado o "descritivista-mor", a conclusão só pode ser a de que Frege também foi um descritivista. E há uma razão para se pensar assim: se há uma unidade efetiva no objeto teórico das teorias descritivistas, então as suas várias versões não precisam ser alternativas inconsistentes entre si, mas aproximações mais ou menos congruentes de um mesmo fenômeno complexo, cada qual pondo em relevo diferentes aspectos dele, mesmo que divergindo em métodos e pressupostos.

Descritivismo (II): Wittgenstein, Strawson e Searle

Após Frege e Russell, vários outros filósofos ligados à filosofia da linguagem natural, principalmente Wittgenstein, P. F. Strawson e J. R. Searle, apresentaram sugestões de interesse no sentido de aprimorar a teoria dos nomes próprios como feixes ou agregados de descrições fragmentariamente exposta pelos primeiros. Quero considerar brevemente as sugestões de cada um deles.

Na seção 79 das *Investigações Filosóficas* Wittgenstein adiciona alguns comentários à concepção de Russell. Segundo ele, 'Moisés' pode estar abreviando uma variedade de descrições como, por exemplo,

> o homem que guiou os israelitas através do deserto,
> o homem que viveu naquele tempo e naquele lugar e que naquela época foi chamado de 'Moisés',
> o homem que em criança foi retirado do Nilo pela filha do faraó, etc.

A isso ele adiciona que o nome 'Moisés' ganha sentidos diferentes de acordo com a descrição que a ele associamos, reconhecendo assim que um nome tem um sentido cognitivo expresso pelas descrições que individualmente a ele associamos. A questão que emerge é: em que medida as descrições do feixe de descrições vinculadas ao nome precisam ser satisfeitas pelo objeto? Wittgenstein evade-se de uma resposta direta. Ele observa apenas que utilizamos nomes próprios sem uma significação rígida, de modo que mesmo que algumas descrições falhem em se aplicar, ainda assim poderemos nos servir das outras como suporte. A linguagem natural é inevitavelmente vaga. Mais ainda, com o tempo o corpo de descrições identificadoras do objeto referido por um nome próprio tende a se alterar: características que antes se afiguravam irrelevantes podem, em um conceito elaborado pela ciência, se tornar relevantes e convencionalmente aceitas, enquanto outras podem se enfraquecer ou serem rejeitadas...[1]

Segundo Strawson, para cada nome próprio há em geral um conjunto de descrições pressupostas por ele chamado de *conjunto pressuposicional* (*pressupositional-set*), o qual

[1] Leonard Linsky interpretou Wittgenstein como tendo aqui sugerido a ausência de limites convencionais para fixar as descrições (ver Linsky 1977, p. 99). Mas não há suficiente evidência textual para essa ideia. Seja como for, se Wittgenstein tivesse pensado assim ele estaria errado. Não parece concebível que o nomes próprio possa manter uma referência única e separável se os limites de sua aplicação resultarem de decisão arbitrária.

possui limites indefinidos.[1] Para sabermos aplicar um nome próprio devemos normalmente conhecer uma razoável porção do conjunto, que seja constituída por descrições definidas que ele chama de *descrições identificadoras* (*identifying descriptions*), entendidas como aplicando-se univocamente ao portador do nome. Embora nem os limites do conjunto, nem o que constitui uma razoável e suficiente proporção de suas descrições sejam coisas precisamente definidas, isso não nos deveria preocupar, posto que a indeterminação é parte daquilo que torna o uso dos nomes próprios flexível.

Uma ideia importante é a do *empréstimo da referência* (*reference borrowing*). Strawson quer explicar como alguém pode ser bem sucedido em usar um nome próprio referencialmente, mesmo sem conhecer uma descrição suficientemente identificadora. Para ele, quando não temos uma descrição identificadora podemos tomar de empréstimo suas credenciais de referência feitas por outra pessoa, a qual por sua vez toma de empréstimo suas credenciais de referência feitas por mais outras pessoas, até chegar a quem conheça realmente uma proporção suficiente de descrições identificadoras para poder com segurança identificar o objeto.[2] Eis porque, após a aula, um aluno pode em um sentido se referir a Aristóteles sabendo apenas que ele foi um filósofo. Ele pode fazê-lo tomando de empréstimo a referência identificadora conhecida pelo professor e sugerida pela descrição definida 'o filósofo citado pelo professor na última aula'.

Quanto ao significado de um nome próprio, este seria para Strawson aquela descrição unicamente identificadora que alguém associa ao nome próprio quando o usa. Assim, podemos querer dizer coisas diferentes com um nome como 'Aristóteles', conforme associemos a ele a descrição 'o maior discípulo de Platão' e 'o autor da *Metafísica*'. Isso torna previamente indeterminado o que queremos dizer com o nome. Mas isso não é uma desvantagem, posto que a comunicação seria muito mais difícil se cada usuário do nome próprio precisasse conhecer todas as descrições do conjunto-pressuposicional para poder aplicá-lo.

A formulação mais sistemática, clara e elaborada da teoria descritivista dos nomes próprios se encontra em um artigo de 1958 escrito por J.R. Searle. Para esse autor, um nome próprio tem suas condições de aplicação definidas pela aplicação a um único objeto de um número suficiente, mas indefinido, de descrições. Searle exemplifica isso com o nome 'Aristóteles', que se encontra associado a uma classe de descrições definidas que inclui:

1. o tutor de Alexandre o Grande,
2. o autor da *Ética a Nicômaco*, da *Metafísica* e *De Interpretatione*,
3. o fundador da escola do Liceu em Atenas,

Ele inclui entre as descrições do feixe mesmo algumas descrições indefinidas como 'um grego' e 'um filósofo'. Para Searle o nome próprio 'Aristóteles' preserva a sua aplicação se um número suficiente, mesmo que variável, de tais descrições, se aplica. E podemos supor que em um caso extremo esse número poderia ser minimamente reduzido a um único disjunto de uma extensa disjunção de descrições.

Essa questão das condições de aplicação de um nome próprio é também a do seu sentido. Na paráfrase sintética de Susan Haack: *os sentidos que damos a um nome próprio são expressos por subconjuntos não previamente determinados de um conjunto aberto de*

[1] 1952, pp. 181-192.
[2] 1952, pp. 152 ss.

descrições co-referenciais.[1] O fato de os nomes próprios não conotarem sentidos específicos não quer dizer que eles não conotam sentido algum. Os nomes próprios conotam descrições de forma solta (*in a loose way*). Longe de ser um defeito é isso o que dá ao nome próprio uma flexibilidade de aplicação muito superior a das descrições definidas e dos indexicais. Como escreveu Searle:

> ...o caráter único e a imensa conveniência pragmática dos nomes próprios em nossa linguagem repousa precisamente no fato de que eles nos permitem referir publicamente a objetos sem sermos forçados a levantar questões e a chegar a um acordo sobre que características descritas exatamente constituem a identidade do objeto. Eles funcionam, não como descrições, mas como cabides para pendurar descrições.[2]

Essa versão do descritivismo permite explicar uma variedade de casos. É possível, por exemplo, que um objeto satisfaça apenas umas poucas, ou mesmo uma única das descrições pertencentes ao feixe de descrições costumeiramente associadas a seu nome. O que não pode acontecer é que o nome próprio se aplique sem que *nenhuma* das descrições relevantes seja satisfeita. Como Searle observou, Aristóteles não pode ser o nome do garçom de um restaurante em Berkeley ou o nome de um número primo. Ou ainda:

> Se um especialista em Aristóteles vier nos informar que descobriu que Aristóteles, na verdade, não escreveu nenhuma das obras a ele atribuídas, tendo sido tão-somente um mercador de peixes veneziano do renascimento tardio, nós entenderemos isso como uma piada de mau gosto e nos recusaremos a ver qualquer propósito no que ele está dizendo.[3]

De posse dessa teoria dos nomes próprios Searle tem condições de explicar melhor afirmações de existência com nomes próprios, bem como identidades analíticas e não-analíticas entre eles: dizemos "O Everest existe" quando um número mínimo, mas indeterminado, de descrições, se aplica ao objeto; afirmamos uma identidade analítica, como "O Everest é o Everest" quando os mesmos conjuntos de descrições de cada ocorrência do nome se aplicam ao mesmo objeto; e afirmamos identidades não-analíticas, como "O Everest é o Chomolungma", quando diferentes conjuntos de descrições se aplicam ao mesmo objeto.[4] Essas explicações estão em perfeito acordo com as de Frege.[5] Às duas últimas ele poderia adicionar que os diferentes conjuntos de descrições que as pessoas podem ter em mente não podem ser disjuntos; se eles não forem idênticos, eles precisam ao menos se interseccionar para que saibamos que estamos falando de um mesmo objeto.

Embora Searle tenha desenvolvido a melhor exposição do descritivismo em oferta, há objeções, boas e más, contra ela. Uma objeção interessante é a seguinte[6]: mesmo que o número de descrições satisfeitas pelo objeto não seja definido, ele precisa ser superior à metade do feixe de descrições, pois menos do que isso permitiria que dois objetos totalmente

---

[1] 1978, p. 58.
[2] Searle 1958, p. 171.
[3] Searle 1967, p. 490.
[4] 1969, p. 171.
[5] Searle pensa que não porque ele interpreta erroneamente o exemplo de Frege de Herbert Garner e Leo Peter como exigindo que nosso aporte descritivo para o nome deva ser o mesmo. Mas não há nada na passagem de Frege a suportar essa afirmação. Ver Searle 1969, p. 169.
[6] Lycan 2003. O próprio Searle já havia antecipado essa objeção em seu artigo de 1969.

diversos, cada um satisfazendo uma metade das descrições, fossem identificados pelo mesmo nome próprio. Contudo, parece perfeitamente possível que se descubra um objeto que satisfaça menos da metade das descrições, talvez apenas uma ou duas, e que mesmo assim ele seja referido pelo nome.

Responder a essa objeção não é difícil. Como todo critério de aplicação, o critério de satisfação parcial de um feixe de descrições tem seus limites de aplicação. Assim, se um objeto satisfaz uma metade das descrições e outro objeto satisfaz a outra metade (assumindo que elas possuem o mesmo valor), simplesmente não há mais como saber a que objeto devemos aplicar o nome próprio e ele perde a sua função referencial. Isso não impede, porém, a existência de casos nos quais apenas umas poucas descrições do feixe sejam satisfeitas e que isso seja suficiente para que o nome próprio se aplique: basta que não se tenha encontrado nenhum objeto concorrente que satisfaça um número tão grande de descrições identificadoras tão importantes quanto as já satisfeitas pelo suposto portador do nome próprio. A objeção mostra, pois, que a teoria de Searle demanda algum acréscimo para continuar sustentável. É preciso acrescentar ao menos a exigência da inexistência de concorrentes à altura do objeto em consideração. O problema com teorias as teorias descritivistas expostas nesse capítulo, como ainda veremos, não tanto o de que elas contêm erros, mas o de que elas ainda são vagos e fragmentários esboços, o que lhe reduz o poder explicativo.

O que esse breve excurso histórico demonstra é que, diversamente do que se tende a pensar, há uma forte unidade naquilo que os defensores do descritivismo tradicional sustentaram. Não se trata de várias teorias, mas de um único esboço teórico, que foi desenvolvido sob perspectivas e interesses diversos por cada autor, o que sugere algo a favor de seu potencial heurístico.

Descrições como expressões de regras

Vimos que para Dummett o que importa são os critérios de identificação e não as descrições; mas o efeito disso pode ser o de não nos deixar ver a possível complementariedade entre o tratamento do sentido feito pelo descritivismo e a ideia do próprio Dummett de que o sentido é dado por regras criteriais. Afinal, podemos tratar descrições definidas como aquilo que Wittgenstein chamou de *expressões de regra* (*Regelausdrücke*). A ideia de Dummett teve, aliás, origens wittgensteinianas. Como o último fez notar: "critérios dão às nossas palavras seus sentidos comuns".[1] E como Dummett escreveu:

> Conhecer o sentido de um nome é ter um critério para reconhecer, para qualquer objeto dado, se ele é ou não o portador (referente) desse nome.[2]

De acordo com Ernst Tugendhat, podemos entender essa mesma concepção de um modo mais completa, sugerindo que o sentido de um nome próprio é dado por sua *regra de identificação* (*Identifikationsregel*), que podemos sem dúvida entender como uma regra criterial, ou seja, por uma regra que deve ser satisfeita por condições criteriais externas requeridas internamente por ela mesma. As regras de identificação criteriais, por sua vez, podem ser resumidamente expressas na linguagem sob a forma de descrições definidas ou conjuntos de descrições definidas, o que passa então a justificar a tese da complementariedade do tratamento do sentido do nome próprio em termos criteriais com o tratamento desse sentido em termos

[1] 1986, p. 57. Ver também Backer, 1974.
[2] Dummett, 1981b, p. 229.

descritivistas, mesmo que Dummett tenha equivocadamente pensado o contrário.

Embora esteja agora introduzindo a questão de modo intencionalmente vago e especulativo, no Capítulo 6 do presente livro o tratamento do sentido do nome próprio em termos descritivistas será concretamente integrado ao tratamento de seu sentido em termos de regras criteriais de identificação do objeto.

5

TEORIA CAUSAL-HISTÓRICA DOS NOMES PRÓPRIOS

Once fashion comes in, objectivity goes.
D. M. Armstrong

Quero nesse capítulo expor críticamente uma versão da teoria referencialista dos nomes próprios. Ela foi exposta oralmente em 1970 por Saul Kripke, tendo a sua gravação dado lugar ao livro *Meaning and Necessity*, talvez o maior clássico em filosofia da linguagem produzido pela filosofia norte-americana. Essa teoria pode ser chamada de concepção causal-histórica dos nomes próprios, por razões que logo veremos. Trata-se de uma teoria inspirada em várias fontes, dentre elas a teoria da referência direta de J. S. Mill, o atomismo lógico de Russell, a noção de leibniziana de mundos possíveis, a lógica modal, o conceito de doação de nome como "tag" por Ruth Barcan Marcus... As ideias de Kripke e também de Keith Donnellan deram origem à nova ortodoxia, que através das reações de filósofos talentosos como Hilary Putnam, David Kaplan, John Perry e vários outros, que realmente transformaram o panorama da filosofia da linguagem. Desde então o descritivismo clássico de Frege, Russell, Wittgenstein, P. F. Strawson e John Searle foi sendo eclipsado pelos defensores da nova maneira externalista e referencialista de se conceber os mecanismos de referência, que acabou por tornar-se um pressuposto quase indiscutível entre especialistas.

Embora reconhecendo que essas novas ideias transformaram definitivamente o panorama da discussão, tornando-o mais difícil, intrincado e desorientador, estou convencido de que a nova concepção da natureza da referência é em si mesma insustentável. Quero no que se segue mostrar porque penso assim.

Batismo e cadeia causal-histórica

Kripke (1972; 1980) e Keith Donnellan (1972) fizeram objeções importantes ao descritivismo, que só serão consideradas no próximo capítulo, uma vez que sua resposta completa depende da teoria que será lá apresentada. Nesse capítulo quero expor e avaliar somente a parte positiva do empreendimento de Kripke, concentrando-me em sua concepção causal-histórica, dado que esta pode ser considerada hoje a versão standard do referencialismo.

Uma ideia fundamental a ser aprendida é a da propriedade de rigidez, introduzida por Kripke como sendo característica dos nomes próprios. Para ele nomes próprios são designadores rígidos no sentido de que eles *designam o mesmo objeto em qualquer mundo possível no qual esse objeto exista, não designando coisa alguma em qualquer mundo possível no qual esse objeto não exista.*[1] Designadores rígidos contrastam com designadores

[1] Kripke 1980: 61-63; 74-76. Essa não é a única definição, mas é a única realmente intuitiva, dita *de facto*.

não-rígidos ou acidentais, também chamados de flácidos, que são em geral as descrições definidas. Usando um exemplo de Kripke, o nome próprio Benjamin Franklin é rígido porque se aplica em todos os mundos possíveis nos quais Benjamin Franklin existiu; mas a descrição definida 'o inventor das bifocais', embora se aplique a Benjamin Franklin no mundo atual, não se aplica em qualquer mundo possível no qual Benjamin Franklin tenha existido, dado que há mundos possíveis nos quais ele existiu, mas não inventou as bifocais, tendo ela sido inventada por outrem, há mundos possíveis nos quais ele não existiu, mas mesmo assim outra pessoa inventou as bifocais, e ainda mundos nos quais ele existiu e ninguém inventou as bifocais. Como explicar a rigidez dos nomes próprios, por oposição ao caráter acidental típico das descrições definidas?

Para quem é simpático à solução atribuída a Stuart Mill, a explicação encontra-se à mão. Ela advém da ideia de que descrições referem indiretamente, por conotarem atributos de objetos, ao passo que nomes próprios referem diretamente aos seus próprios objetos, como se esses fossem rótulos que lhes tivessem sido colados. Ora, isso deve tornar a referência dos nomes próprios independente de propriedades acidentais descritivamente representáveis de seus portadores. A referência deve dizer respeito, de algum modo, ao objeto enquanto tal

Kripke pensa de modo semelhante. Para ele os nomes próprios se referem aos seus objetos sem intermediários. Só isso explicaria porque, diversamente das descrições definidas, os objetos de referência dos nomes próprios continuam sendo os mesmos em qualquer mundo possível no qual esses objetos existam. Nomes próprios não podem se referir nem a substratos nus (*bare particulars*) subjacentes aos objetos, nem a feixes de qualidades abstratas (*bundles of qualities*) constitutivas do objeto. Como ele escreve:

> O que eu nego é que um particular não seja nada além de um 'feixe de qualidades', seja o que for que se queira dizer com isso. Se uma qualidade é um objeto abstrato, um feixe de qualidades é um objeto com um grau até mais alto de abstração, não um particular. Filósofos chegaram à posição oposta através de um falso dilema: eles perguntaram: estão os objetos atrás do feixe de qualidades, ou o objeto não é nada além do feixe? Nada disso é o caso. Essa mesa é de madeira, é marrom, está no quarto, etc. Ela tem todas essas propriedades e não é uma coisa sem propriedades, atrás delas. Mas não deveria ser por isso identificada com um conjunto ou 'feixe' de suas propriedades, nem com o subconjunto de suas propriedades essenciais.[1]

Com efeito, o dilema não é aceitável: objetos não são nem feixes de qualidades abstratas sem critério de individuação, nem substratos nus incognoscíveis enquanto tais. Mas apesar de Kripke rejeitar o dilema, ele não oferece uma solução alternativa. Ele apenas nos pede para aceitarmos o fato de que identificamos particulares pelo que eles são, fazendo de conta que essa exigência não requer maior explicação, como se essa identificação acontecesse de uma forma mágica. Não obstante, parece que a única maneira de evitarmos a magia e encontrarmos o caminho da explicação é admitindo que isso acontece pelo reconhecimento de propriedades ou combinações de propriedades identificadoras do objeto, sejam elas quais forem.

Se não houvesse nenhuma alternativa, a resposta de Kripke seria admissível e a insatisfação ficaria por nossa conta. Mas há uma alternativa. Ela consiste em se recorrer à emergente ontologia dos *tropos*. Segundo essa já mencionada teoria ontológica, os objetos físicos nada

[1] Kripke 1982, p. 52.

mais são do que *agrupamentos* (mais ou menos sistemáticos) de propriedades espaciotemporalmente localizadas, as quais são mais propriamente chamadas de 'tropos', 'particulares abstratos', 'propriedades singularizadas' ou, como prefiro, 'propriedades-t'. Segundo a teoria dos tropos, objetos físico-materiais não precisam mais ser identificados com conjuntos de propriedades abstratas, como já se pensou, mas com grupos ou combinações tidas por adequadas de tropos *compresentes* (ou seja, tropos que possuem similar localização espaciotemporal), podendo esses grupos ser identificados através de regras criteriais. Tais propriedades-t, os tropos, nada tem a ver com as problemáticas propriedades abstratas (formando supostos 'feixes de qualidades') visadas pela crítica de Kripke, dado que a teoria dos tropos identifica *universais* com conjuntos de tropos qualitativamente idênticos entre si – ou com quaisquer tropos idênticos a um tropo arbitrariamente tomado como modelo, como prefiro dizer, de modo a circundar o comprometimento imediato com um conjunto extensional e com problemas gerados por uma suposta hierarquia de tropos. Sendo assim, ao menos em princípio temos uma auspiciosa resposta à objeção kripkiana de que não existe um conjunto de propriedades ou um subconjunto de propriedades essenciais a serem identificadas com o objeto.

Essa alternativa, contudo, não era apenas ignorada na década de 1960, quando Kripke desenvolveu suas ideias, mas lhe teria sido de muito pouca valia, pois parece conformar-se melhor com alguma forma de descritivismo. Afinal, se o objeto referido por um nome for algo como um agrupamento mais ou menos sistemático de propriedades-t compresentes, parece que a maneira pela qual o nome a ele se refere deve ser pela identificação das propriedades-t adequadamente escolhidas, talvez não de propriedades essenciais escolhidas, mas das combinações de propriedades-t através das quais esse sistema é capaz de nos ser apresentado de modo a ser identificado como tal. Esses variados tropos e suas combinações, por sua vez, poderiam ser eventualmente aquilo que satisfaz as configurações criteriais demandadas pelas descrições de algum modo unificadas por alguma regra – aquilo que Ernst Tugendhat sugeriu ser a *regra de identificação* (*Identifikationsregel*) do nome próprio. Veremos no próximo capítulo como essa regra pode ser efetivamente construída.

Admitindo, para efeito de discussão, que a resposta de Kripke seja correta, a pergunta que emerge é sobre a constituição dos nomes próprios: como se formam esses designadores rígidos capazes de se referir aos seus portadores sem a intermediação de propriedades conotadas? A resposta que ele oferece encontra-se em sua teoria[1] causal-histórica da relação referencial, segundo a qual os nomes se referem por meio de uma apropriada relação causal com os seus objetos.[2] Eis como ele a apresentou:

> Um 'batismo' inicial se dá. Aqui o objeto pode ser nomeado por ostensão, ou a referência do nome pode ser fixada por uma descrição. Quando o nome é passado 'de elo a elo' o receptor do nome deve, eu penso, ter a *intenção* de usá-lo com a mesma referência do homem do qual ele o ouviu.[3] (grifo meu)

---

[1] Kripke com razão nega que esteja propondo uma teoria no sentido estrito; trata-se apenas de uma sugestão, de um esboço rudimentar. Mas como também a maioria das teorias descritivistas, como a atribuida a Frege, não passam de esboços rudimentares, prefiro usar a palavra 'teoria' em um sentido genérico, que cubra ambos os casos. Teorias filosóficas, aliás, não costumam ir muito além de esboços conjecturais.

[2] Há outras versões da teoria causal-histórica, como as de Keith Donnellan e de Michael Devitt. Por simplicidade de exposição apresento apenas a de Kripke, que com o tempo acabou por se estabelecer como uma espécie de *versão standard*.

[3] Kripke 1982, pp. 96, 91.

Em outras palavras: primeiro há um ato de *fixação da referência* (*reference fixing*) através do batismo de um objeto com um nome ou através de uma cerimônia de batismo ou por uma descrição que pode ser fixadora da referência, mesmo que o seja de maneira provisória. Depois, o mesmo objeto passa a ser referido pelo mesmo nome por outros falantes, que o ouvem e o comunicam de um para outro, em um processo de *mantenimento e transmissão da referência*.[1] Mesmo que a descrição que eles possam vincular ao nome se demonstre eventualmente insuficiente ou errônea, a referência ocorrerá, conquanto a cadeia causal seja mantida e os diversos falantes preservem a *intenção* de se referir ao mesmo objeto específico referido por quem primeiro lhe emprestou o nome. Note-se que essa intenção de se referir ao mesmo objeto não poderia ser confundida com a intenção de se referir ao mesmo objeto específico, uma vez que a última precisaria ser então determinada através de cognições capazes de ser linguisticamente resgatadas por descrições identificadoras do objeto.

Chamando de *nomeadores originários* às pessoas que fixaram práticas sociais de referência de um nome (como acontece com os responsáveis pelo batismo, mas também com especialistas) e chamando de *nomeadores subsequentes* os demais usuários do nome, eis o esquema de uma cadeia causal-histórica que irá terminar com o proferimento do nome por um falante:

Nomeador(es) originário(s) ← relação causal ← objeto
↓... (relações causais)
Nomeadores subsequentes
↓... (relações causais)
Proferimento do nome por um falante...

Há certamente alguns nomes próprios que são introduzidos através de "batismos" descritivos e não de um batismo por ostensão, que seria o sentido mais apropriado do termo, como o próprio Kripke reconheceu. Considere o caso do nome próprio de um objeto inferido, como o planeta Netuno. O astrônomo Le Verrier calculou que deveria existir um novo planeta situado em certa região do espaço, responsável pelos desvios na órbita de Urano. Le Verrier chamou esse planeta de 'Netuno' antes mesmo de encontrá-lo, tendo em mente as descrições correspondentes ao lugar e massa aproximada. Apesar disso, é possível argumentar que uma vez que o objeto seja encontrado, a referência passa a ser sustentada pela cadeia causal que com ele se inicia, podendo a descrição até mesmo revelar-se falsa sem que o nome perca a sua referência.[2]

Do que consideramos até agora devemos concluir que há um elemento intuitivo bastante convincente na teoria causal-histórica, que mesmo um descritivista precisa levar em conta. Esse elemento é derivado do fato de que nosso universo nada mais é do que um colossal e indescritivelmente intrincado oceano causal. Assim, se agora profiro o nome 'Aristóteles', é inegável que só posso designar esse filósofo porque existe um enormemente complexo tear causal que terminou em meu proferimento atual e que de algum modo precisa em suas origens ter envolvido o próprio Aristóteles como fator causal determinante do ato de batismo. Mais além, essa função causal pode existir mesmo de forma indireta, como no caso do batismo prévio do planeta Netuno, onde a mera suposição de existência foi o que inicialmente originou

[1] Noonan 2013: 117.
[2] G. W. Fitch 1992, p. 41.

a cadeia causal. Quanto a isso não há dúvida. Um descritivista que saiba o que é causalidade precisará admitir esse ponto. A questão que me concerne é a de saber o quanto nos serve invocar esse imenso e desconhecido tear causal na explicação e justificação da função referencial de um nome próprio. Meu palpite é o de que não serve para quase nada.

Problemas internos

Quero agora passar a uma análise crítica da concepção kripkiana, começando por considerar duas dificuldades internas à teoria causal-histórica da referência dos nomes próprios proposta por Kripke.

Uma primeira é a seguinte. Nas passagens onde Kripke introduz sua ideia da cadeia causal-histórica, ele recorre explicitamente a ao menos uma *intenção*, que é a de "usar o nome com a mesma referência do homem de quem a ouviu".[1] Essa intenção serve para selecionar o objeto referido na cadeia comunicacional como sendo o mesmo, tanto para o falante quanto para o ouvinte. Contudo, se essa intenção de preservar a mesma referência for entendida como preservando os mesmos conteúdos cognitivos vinculados ao nome, nós recaímos no descritivismo, pois esses conteúdos são os mesmos que, para serem interpessoalmente acessíveis, devem se deixar exprimir por intermédio de descrições. Mas se assim for, o descritivismo emerge do interior do próprio externalismo kripkiano, o que faz com que a suposta vantagem da teoria causal-histórica – a de ter superado as limitações do descritivismo – pareça se perder.

Pode-se tentar contornar a falha recém-exposta sugerindo que a intenção seja a de preservar a mesma referência na independência de sermos capazes de conceber qualquer coisa de seu objeto intencional. Contudo, se o ouvinte não precisa ter ideia alguma de qual possa ser a intenção do falante, então a intenção de com o mesmo nome se referir ao mesmo objeto se reduz a uma aposta arbitrária. É como se alguém dissesse: "Vou comprar a mesma roupa que você comprou, mas não precisas me dizer qual foi" – o que traduz uma intenção vazia que de nada serve. A intenção de referir-se à mesma coisa sem que se saiba nada sobre o que a coisa é de nada serve e seu poder explicativo é nulo. Se alguém me perguntar quem foi Aristóteles, de nada adianta eu dizer: "Siga a mesma cadeia causal que estou seguindo quando profiro o nome 'Aristóteles'... mas não se esqueça de ter a intenção de se referir à mesma pessoa a quem eu estou me referindo".

A segunda dificuldade diz respeito às mudanças na denotação. Gareth Evans formulou um contra-exemplo importante a respeito, que concerne ao nome próprio 'Madagascar'.[2] Sabe-se que originariamente o nome 'Madagascar' se referia à região mais oriental do continente africano. Mas quando Marco Polo esteve por lá, alguma tradução incorreta levou-o a pensar que 'Madagascar' fosse o nome da grande ilha situada próxima à costa oriental da África. Mais tarde, devido aos relatos de Marco Polo, as pessoas passaram a chamar a ilha pelo nome de Madagascar, esquecendo-se da referência original. Certamente, se a referência do nome fosse fixada apenas por apelo a um batismo inicial, essa alteração não poderia ter ocorrido.

---

[1] Kripke 1982, pp. 91, 96. Searle percebeu a dificuldade ao notar que as explicações dadas por Kripke e por Donnellan para a introdução do nome próprio são inteiramente descritivistas: "Implicitamente", escreveu Searle, "ele, também recorre a uma intenção quando fala da percepção do objeto pelo falante e ouvinte no ato do batismo, posto que a percepção possui um conteúdo intencional, o que acaba por pressupor o descritivismo." Contudo, podemos relevar esse ponto, imaginando que o ato de batismo (mesmo que intencional) inclua um compartilhamento mecânico, não-intencional, da referência, e supondo que isso seja tudo o que importa como fator causal. *Cf.* Searle 1983, pp. 234-235.

[2] Evans 1973.

Marco Polo tinha até mesmo a *intenção* de se referir à mesma coisa que a pessoa da qual ele ouviu o nome próprio pela primeira vez e não a de introduzir uma nova referência para o mesmo nome.

Uma resposta para esse tipo de objeção foi sugerida por Michael Devitt.[1] Segundo esse autor, o sentido de um nome próprio não tem a ver propriamente com a referência, mas é uma *habilidade* de designar um objeto. Essa habilidade não costuma ser aprendida por um único batismo, mas por muitos, em um processo que ele chamava de *fundamentação múltipla* (*multiple grounding*). Assim, o nome Madagascar havia sido fixado através de múltiplos batismos como uma região oriental do continente africano, até ter sido inadvertidamente rebatizado por Marco Polo. Se nos usos subsequentes as pessoas passaram a seguir Marco Polo referindo-se à ilha é porque a fundamentação múltipla entrou novamente em ação formando um novo hábito de referir, um sentido diverso para o nome.

O que me parece problemático nesse apelo à fundamentação múltipla produtora de um hábito é que ela recorre a um mecanismo psicológico-empírico que em si mesmo pode não ser capaz de refletir o elemento convencional do uso do nome próprio. Afora isso, embora ela possa se aplicar a Madagascar, ela não parece se aplicar a Aristóteles, que foi de uma só vez assim batizado e do qual estamos demasiado distanciados no tempo para rebatizar. Uma resposta que intenta evitar o problema pode ser a proveniente do próprio Kripke.[2] Para ele, uma intenção, no caso, a *intenção* de Marco Polo de se referir a uma ilha, *sobrepuja* a intenção dos antigos usuários do nome, estabelecendo uma nova prática social. A partir disso o nome próprio ganha um novo sentido e uma nova referência. Trata-se, pois, de mera homonimia. Embora essa resposta possa ser mais apropriada, ela ainda sofre de descritivismo camuflado ao refletir o convencional na forma de intenção. Afinal, a intenção de Marco Polo de se referir à ilha só parece valer se ela for cognitivamente capaz de ser expressa por descrições como 'a grande ilha sub-equatorial próxima da costa oriental do continente africano', já que era algo assim que ele devia ter em mente.

Uma dificuldade adicional, que quero rapidamente considerar, diz respeito ao significado de nomes próprios diversos de um mesmo portador. Há casos em que esses nomes próprios têm o mesmo conteúdo informativo (ex: "Todos chamam a Beatriz de Bia"). Mas há casos em que este último difere. Por exemplo: o padre Marcial Maciel foi fundador da ordem dos Legionários de Cristo e também um criminoso. Entre os seus muitos atos ilícitos estava o de possuir falsas identidades. Uma delas foi a de Raúl Rivas, que se dizia um empregado da Shell e agente da CIA. Rivas conheceu em 1976 a senhora Blanca Gutiérrez, a qual se apaixonou por ele. Rivas teve com ela dois filhos sem que ela descobrisse a sua verdadeira identidade. Os conteúdos informativos dos nomes 'Marcial Maciel' e 'Raúl Rivas' são (ou foram) certamente, muito diversos. A teoria do feixe não encontraria problemas em explicar essa diferença. O seu defensor diria que o conjunto de descrições definidas abreviadas pelo falso nome teria sido no início publicamente considerado como sendo completamente diferente do conjunto de descrições abreviadas pelo nome verdadeiro, sendo essa a razão pela qual os seus significados eram muito diversos. Mais tarde, contudo, foi descoberto que o primeiro conjunto de descrições era, na verdade, um subconjunto do segundo, ou seja, que o conteúdo de significação do nome falso era *parte* do conteúdo de significação do nome verdadeiro. Isso explica não só por que se tratava da mesma pessoa mas também por que era possível à Blanca Gutiérrez não saber que se tratava da mesma pessoa.

---

[1] Devitt 1981, 2.1-2.3

[2] Saul Kripke 1982, p. 163, apêndice.

Parece mais difícil encontrar uma explicação para o que se sucedeu sob a perspectiva da teoria causal-histórica. Suponhamos, primeiro, que na teoria causal-histórica o significado do nome próprio fosse dado por sua fonte causal última, o objeto do ato de batismo. Sendo essa fonte a mesma para ambos os nomes próprios, parece então que eles deveriam ser vistos como possuindo uma mesma referência. Mas isso seria contra-intuitivo, posto que deixaria inexplicada a razão pela qual Blanca Gutiérrez não pôde identificar Raúl Rivas como sendo a mesma pessoa que Marcial Maciel. Suponhamos, alternativamente, que a fonte do significado e da função referencial seja o próprio ato do batismo. Nesse caso teremos dois atos diferentes, um para cada nome próprio (parece admissível dizer que Marcial Maciel se "auto-batizou" com o nome de Raúl Rivas). Contudo, parece que com isso não temos mais nenhuma razão intrínseca para dizer que os dois nomes se referem ao mesmo objeto. A melhor solução seria então a de sugerir que embora os atos de batismo dos dois nomes tenham se dado em diferentes épocas, sendo o objeto de referência causalmente envolvido é o mesmo... Blanca Gutiérrez ficou sabendo da cadeia causal por ela passada através do auto-batizado Raúl Rivas com a intenção de fazê-la referir-se a ele mesmo, embora ela nada soubesse da cadeia causal-histórica iniciada pelo batismo de Marcial Maciel, junto à intenção de fazer referência ao último. Mas, ainda assim, como a teoria causal-histórica seria capaz de explicar que, considerando que Raúl Rivas e Marcial Maciel são a mesma pessoa, Blanca não se tornou consciente de que Raúl Rivas era Marcial Maciel? Como explicar que a intenção que ela tinha de se referir a Rivas não poderia ser a intenção de se referir a Marcial Maciel? A suspeita que emerge é a de que algo importante está faltando. Teorias causais-históricas não parecem capazes de se porem de pé sozinhas.[1]

Referências indiretamente causais

Há outras dificuldades apontadas na teoria causal-histórica, cuja consideração pode ser instrutiva. Uma delas é a que concerne a nomes que não tem ou não parecem ter relação causal com as suas referências. Quero começar considerando dois exemplos de John Searle, para quem a causação do nome pelo seu portador não existe.[2] Primeiro, sabendo que existe a 5ª avenida em Nova York, podemos inferir que existe uma 4ª avenida, referindo-nos assim a alguma coisa de que nunca ouvimos falar e que não pode estar na origem causal de nosso proferimento. O segundo exemplo diz respeito ao faraó Ramsés VIII. Tudo o que sabemos acerca do faraó Ramsés VIII é que ele veio depois de Ramsés VII e antes de Ramsés IX. Mas com isso podemos inferir que Ramsés VIII existiu, sem que nenhuma cadeia causal tenha chegado até nós partindo de seu batismo. Outros exemplos são os de coisas que só existirão no futuro, como o furacão chamado 'Katrina', que recebeu esse nome antes de ele se formar, ou a cidade planejada chamada 'Brasília', que teria recebido esse nome em 1823, dado por José Bonifácio de Andrada e Silva, que tinha a proposta de levar a sede das decisões brasileiras para o interior do país. Somente a partir de 1956 a nova capital com esse nome começou a ser construída. Ainda outro exemplo é o da referência a coisas meramente possíveis, como Lauranda, que seria o ser humano que poderia ter nascido da célula espermática que originou Laura com o óvulo que originou a sua irmã Amanda.[3] E há também

[1] Desconsidero aqui a dificuldade suplementar de que para Kripke a frase "Raúl Rivas é Marciel Marcel" é feita por dois designadores rígidos, constituindo por isso uma identidade necessária que por isso mesmo não deveria passar desapercebida à Sra. Gutiérrez.

[2] A maioria desses exemplos foi considerada por Searle em 1983, pp. 238-9.

[3] Cristopher Hughes 2004, p. 45, baseado em Salmon.

casos de nomes de objetos abstratos da matemática, como o número *Pi* em geometria, objetos que, como os meramente possíveis, não seriam capazes de possuir nenhuma eficácia causal. Kripke não nega que esses nomes todos tenham referência, mas sua teoria parece insuficiente para explicá-la.

Há, porém, respostas possíveis em defesa da concepção causal-histórica. Uma delas consistiria em exigir apenas uma cadeia causal *potencialmente existente*, mesmo que ela não nos seja atualmente dada. Em todos os casos acima, com possível exceção do último, essa potencialidade existe. Mas essa solução pode ser demasiado fraca. Mesmo que ela seja uma condição necessária, não é suficiente, posto que não parece ser uma mera potencialidade o que nos permite usar o nome referencialmente. Uma variante intuitiva consistiria em *exigir a existência de circunstâncias quaisquer que sejam* causalmente *possibilitadoras do uso referencial do nome próprio, as quais de um modo ou de outro envolvem o objeto referido, seja ele atual ou não, em termos causais*. Isso acontece, por exemplo, no caso de Le Verrier, que calculou que um suposto planeta estaria causando as perburbações na órbita de Urano, chamando-o de Netuno: a força gravitacional do suposto planeta modificaria a órbita de Urano, tendo esse fato suposto, cuja suposição teria sido adequadamente causada, determinado causalmente a formação da hipótese na mente de Le Verrier – se esse fato não fosse razoavelmente concebível, ele certamente não teria determinado a formação da hipótese. Essas duas condições podem ser unidas na formulação da seguinte condição causal:

> Cc:
> O uso referencial efetivo de um nome próprio só é possível se:
> (i) ele for adequadamente causado por um batismo ostensivo que envolve o seu objeto de referência ou por uma descrição fixadora da referência,
> ou se
> (ii) existirem circunstâncias causais que de algum modo envolvem o objeto de referência do nome (seja ele atual ou não) e cujo conhecimento permitiria com suficiente probabilidade inferir a sua existência, a qual, por sua vez, poderia ser eventualmente capaz de se tornar uma mais adequada origem causal do uso referencial do nome.

Podemos aplicar Cc (ii) aos casos acima. Se aplicarmos tal condição aos dois exemplos de Searle é possível responder considerando que aquilo que chamamos de causa eficiente é apenas um elemento mais relevante de um conjunto de fatores causais que constitui uma situação, um estado de coisas, um processo, muitos desses fatores podendo ser apenas inferidos como existindo.[1] Assim, sabendo que a 5ª avenida é o fator causal efetivo que está na origem da cadeia causal que nos permite nomeá-la e sabendo que ele deve ser parte de um estado de coisas constituído por uma sequência de avenidas numeradas assumidas como fatores causais, nós inferimos que uma 4ª avenida provavelmente também deve existir. Junto a isso, aliás, nós concluímos também que a 4ª avenida seria uma causa potencial (batizável) de nosso uso referencial desse nome (o que pode bem ser uma conclusão falsa). Do mesmo modo, Ramsés VII e Ramsés IX fazem parte de um processo causal de sucessão de faraós que

[1] Segundo J. L. Mackie (1974, caps. 2 e 3), o que chamamos de 'causa' é resultado da escolha pragmática de um fator causal que é parte necessária, mas não suficiente, de um conjunto de fatores causais que é suficiente, embora não necessário, para que o efeito se dê. Há muito mais sobre causação, mas a definição de Mackie serve bem ao contexto da presente discussão.

naturalmente deveria incluir Ramsés VIII como um elemento por nós desconhecido do processo causal iniciador da cadeia causal que chega até nós, o qual pode mesmo assim ser reconhecido como sendo um fator causal potencial. Não importa que tais fatores causais não façam parte do que foi o fator causal eficiente de nossas ilações; importa que eles devem ter sido partes constitutivas dos respectivos estados de coisas e processos que através de fatores causais ditos eficientes deram início à cadeia causal-histórica que a nós chegou.

No caso do furacão Katrina, existiam conhecidos fatores causais que permitiriam prever o seu aparecimento, mas esses elementos, embora responsáveis pelo nome, não podem fazer parte do furacão, embora o tenham causado. No caso de Brasília tampouco: a cidade existia apenas na mente de José Bonifácio e mais tarde na mente dos arquitetos e urbanistas que a planejaram. O que a originou foi a simples *intenção* do presidente Juscelino Kubitscheck e de seus apoiadores de construir uma nova capital federal.[1] Essas condições, porém, já são fatores causais que envolvem o objeto de referência (mesmo que meramente concebido e não-atual) como fatores causais determinantes de sua realização. E tanto Katrina quanto Brasília se tornaram, uma vez existentes, fatores causais determinadores do uso referencial dos respectivos nomes próprios. No caso de Lauranda, devemos apenas nos lembrar que um objeto meramente possível não é um objeto existente e que por consequência esse nome próprio deve carecer de referência; mesmo assim existem as circunstâncias causais possibilitadoras, mesmo que sejam de algo que não venha a se atualizar. Finalmente, o número *Pi* talvez possa ser considerado resultante de quaisquer circunstâncias de fixação da referência através das quais dividimos o diâmetro de um círculo pelo seu raio (a suposta ausência de causalidade pode ser apenas aparente, uma vez que inevitavelmente percebemos, desenhamos ou imaginamos círculos reais aproximados na geometria aplicada).[2] Parece, pois, que em qualquer um dos casos até agora considerados, ao menos a condição Cc(ii) é passível de ser satisfeita.

Outra espécie de objeção é a que resulta da elaboração de situações imaginárias nas quais a cadeia causal-histórica inexiste. Searle imaginou uma pequena comunidade linguística na qual cada nome próprio é estabelecido indexicalmente na presença de todos os outros falantes, de modo que nenhuma cadeia causal precisa se formar. Esse argumento demonstra que a cadeia causal-histórica pode ser desnecessária, mas não demonstra que nenhuma relação causal seja necessária à constituição da função referencial dos nomes próprios.[3]

Parece que nenhuma das objeções consideradas até agora é suficientemente forte para destruir a concepção causal da nomeação, tal como apresentada pela condição Cc ou por alguma formulação similar, mesmo que Cc enfraqueça a intuição original tendendo a

---

[1] A teoria descritivista não encontra problemas em explicar nada disso. Sempre podemos encontrar descrições definidas, como uma descrição localizadora de Brasília como sendo a cidade situada no centro geográfico do país e uma descrição caracterizadora de Brasília como sendo a sua capital (*Cf.* cap. 6). Tendo em vista tais casos, alguém poderia apelar para a causalidade regressa, sugerindo que no caso de nomes próprios referentes a objetos existentes no futuro o efeito (o proferimento do nome) viria antes da causa (o objeto a ser batizado). O problema óbvio é que a ideia de que a causa deve preceder o efeito (ou, em casos derivados, vir junto a ele) parece fazer parte necessária daquilo que entendemos como sendo a relação causa-efeito, de modo que se admitirmos que efeitos podem vir antes das causas, a própria distinção se perde.

[2] Se admitimos que objetos formais como o número *Pi* não pertencem a um reino platônico, mas precisam ter alguma forma de existência *no* mundo real através de suas instanciações, então é concebível que eles possam ter um efeito causal indireto.

[3] Searle adiciona que essa nomeação só é possível porque as pessoas formam representações intencionais dos objetos ao batizá-los. Ver Searle 1983, pp. 240-241.

transformá-la no lugar comum que consiste na admissão de que a nomeação envolve causalidade.

Referências coincidentais

Há, porém, ainda outros exemplos possíveis que ao menos à primeira vista parecem resistir à ideia de que a condição Cc seja indispensável à referência: trata-se do que poderíamos chamar de *referências coincidentais*.

Considere o seguinte caso de um nome próprio sem nenhum relacionamento causal com o seu objeto. Digamos que Jaime, um jovem dado a fazer brincadeiras sem graça, conheça bem uma menina de nome Elaine. Suponha agora que ele invente um nome, digamos, 'Ivny', para uma boneca de louça possuída por Elaine adicionando a isso que a boneca lhe foi dada quando ela era criança e que esteja guardada no fundo do guarda-roupa. Com isso Jaime produziu um grupo considerável de descrições meramente inventadas que ele associa ao nome próprio 'Ivny'. Digamos que por uma incrível coincidência essa estória se revele verdadeira. Nesse caso, poderíamos dizer que Jaime se referiu à Yvny? Não devemos admitir que ele se referiu a Yvny, mesmo que por uma absurda coincidência? Seria possível objetar que o nome 'Yvny' tem um sentido descritivo e que por isso é capaz de determinar a sua referência. Nesse caso a conclusão parece ser a de que, ainda que não haja nenhuma cadeia causal-histórica entre o objeto e o proferimento, a referência é possível. Ela apenas parece ser possível porque o nome possui significado no sentido de demandar um adequado conteúdo descritivo a ele associado.

O mesmo fenômeno parece ser em princípio constatado com respeito a proferimentos indexicais. Digamos que alguém de olhos vendados tente adivinhar o que foi colocado em cima da mesa à sua frente dizendo:

1. Sobre essa mesa há um vaso de flores.

Digamos que a pessoa casualmente acerte: um vaso de flores foi realmente colocado sobre a mesa. Será que a pessoa, ao adivinhar, pensar e dizer a frase (1) se *refere* ao vaso de flores sobre a mesa? Pode ser lembrado que a frase é verdadeira, e que sendo verdadeira a pessoa parece ter se referido ao vaso de flores. Um defensor da teoria causal poderá objetar que a própria pessoa *não sabe* que a frase é verdadeira, pois embora o pensamento expresso pela frase seja verdadeiro, ele só é verdadeiro para alguma testemunha, ou seja, um intérprete presente que ouça a frase e compare o pensamento que ela exprime com o fato correspondente. Seja como for, temos a impressão de que nesse caso, como no anterior, alguma referência é feita, embora de forma meramente coincidental.

Diante de exemplos como esses, a verdadeira questão é a de se saber se uma referência meramente coincidental é uma referência no sentido próprio da palavra. Buscando não confundir nem o leitor nem a mim mesmo, devo responder negativamente! A referência coincidental me parece tão pouco real quanto um nome gravado em uma pedra em uma região isolada, que por acaso é o mesmo do viajante que por acaso a encontra e o lê. O processo representacional é de natureza causal, por mais indireta que essa relação possa ser. A referência é uma associação que fazemos entre a palavra e o mundo e essa associação só se torna possível pelo envolvimento de elos causais. A melhor explicação aqui seria a de que a referência coincidental é – mesmo quando possa não parecer – uma forma meramente ilusória de referência.

Nomes Próprios Vazios

Um problema resiliente deixado pela teoria causal-histórica é o que diz respeito a nomes próprios sem referência. Eis alguns exemplos:

1. Vulcano
2. Eldorado
3. Atlântida
4. Rumpelstiltskin
5. Sherlock Holmes
6. Gandalf
7. Urville

Tais nomes não podem satisfazer Cc, pois não possuem sequer um objeto potencialmente causal. Como eles possuem significado, eles não constituem problema para teorias fregeanas ou descritivistas da referência, segundo as quais a existência do sentido não depende da existência da referência. Contudo, nomes sem referência podem ser um grave problema para as teorias causais como a de Kripke, que fazem depender a função referencial do nome de sua referência, a qual parece ser aquilo que verdadeiramente o torna um nome próprio.

Há uma variedade de estratégias que o defensor da concepção causal-histórica lança mão ao tentar responder à objeção relativa a nomes próprios sem referência.[1] Vou tematizar aqui uma única estratégia, que é a de sugerir que nomes próprios vazios não são verdadeiros nomes próprios, mas descrições definidas disfarçadas, as quais referem por um mecanismo conotativo completamente diferente daquele pelo qual o nome próprio refere. A razão dessa escolha não é a da plausibilidade, uma vez que a estratégia mais plausível me parece ser claramente a proposta por Keith Donnellan.[2] Ela se encontra no fato de prover um bom caso de estudo para se investigar a relação entre causalismo e descritivismo com relação a nomes próprios. E o principal ponto que pretendo tornar claro é o de que muitos nomes próprios vazios são demasiado similares aos nomes próprios mais comuns para serem idoneamente considerados descrições disfarçadas, o que fortemente sugere que alguma forma de descritivismo deva ser capaz de explicar seus conteúdos semânticos.

Considere primeiro os exemplos de (1) a (3). Se os examinarmos mais de perto veremos que esses nomes não substituem uma única descrição definida, mas uma variedade de descrições, reconduzindo-nos à teoria do feixe. No caso de Vulcano, trata-se do nome de um pequeno planeta postulado por Urban Le Verrier no século XIX como se encontrando a cerca de 21 milhões de Km do Sol, de modo a explicar as mudanças no periélio de Mercúrio (as quais foram mais tarde explicadas pela teoria da relatividade). É possível sugerir que essa última frase exprime apenas uma única descrição definida complexa. Mas (3) e (4) podem ser vistos como nomes próprios com conteúdo informacional ainda mais elaborado, não diferindo muito daquilo que feixes de descrições disjuntivas exprimem. O nome próprio 'Eldorado' procede de relatos e rituais indígenas variados, os quais levaram os conquistadores espanhóis a crer que em alguma região no oeste da Amazônia existiria uma cidade cujo rei se vestia de ouro e possuía inacreditáveis riquezas. Com base nessas e noutras descrições, aventureiros e exploradores desceram à foz do Amazonas procurando em vão encontrá-la e por vezes acabando como repasto de canibais. O nome lendário de 'Atlântida' foi associado por Platão a uma variedade de descrições que contam da existência de uma ilha situada entre o mar

[1] Ver Speaks 2008.
[2] Donnellan 1974.

mediterrâneo e o oceano atlântico; essa ilha, que entre outras coisas teria sido habitada por um povo muito rico, teria desaparecido devido a um maremoto que se deu há cerca de 9 000 anos a.C. Se algo improvável como Eldorado ou Atlântida fosse encontrado, seria porque pelo menos alguma coisa das descrições dos respectivos feixes se aplica.

É verdade que os feixes de descrições dos exemplos acima são ainda pobres se comparados com os de nomes próprios usuais como Marte, Paris e Aristóteles. Mas a razão disso deve estar no simples fato de que os portadores dos nomes próprios usuais persistem em sua interação causal conosco, permitindo-nos com o tempo acumular informações identificadoras, enriquecendo sempre mais os seus feixes de descrições. Em contraste, os nomes próprios vazios encontram-se em situação semelhante à do planeta Netuno logo após a descoberta de sua existência por Le Verrier. Nada disso indica ser preciso postular um mecanismo de identificação essencialmente diverso daquele dado por descrições com suposta base causal.

Compare agora o funcionamento do nome 'Atlântida' com o do nome 'Tróia'. Também nesse último caso, tudo o que se tinha em mãos era um limitado feixe de descrições retirado da *Ilíada* de Homero. Contudo, diversamente dos casos anteriores, Tróia foi realmente encontrada. Como é sabido, tendo levado a sério essas descrições e as indicações locais de Frank Calvert, Heinrich Schliemann encontrou o sítio no qual se situam os restos da verdadeira cidade de Tróia, que muitos acreditavam mítica. Qual a diferença entre os nomes 'Eldorado' e 'Atlântida', de um lado, e o nome 'Tróia', de outro? Em meu juízo só uma: os primeiros são certamente vazios, o último não. Fora isso, eles se comportam todos da mesma maneira. Logo, os primeiros são nomes vazios verdadeiros e a teoria causal-histórica não parece capaz de explicá-los. Podemos admitir que diversamente do nome próprio vazio, o nome próprio possuidor de referência é passível de uma relação causal adequada, atual ou potencial, com o seu objeto de referência. Mas isso não torna os primeiros essencialmente diversos.

Consideremos agora os exemplos de (4) a (6), os quais, diversamente dos de (1) a (3), são de nomes propositadamente ficcionais. Aqui também temos feixes de descrições identificadoras do objeto, apenas que elas não são aplicadas à realidade atual, mas apenas ao domínio de objetos pertencentes a mundos ficcionais. Rumpelstiltskin abrevia descrições identificadoras de um ganancioso anão em um conto de fadas, Sherlock Holmes abrevia as de um brilhante detetive da série de contos de Conan Doyle, Gandolf abrevia as de um mágico detalhadamente caracterizado no mundo ficcional criado por J. R. R. Tolkien. Os mecanismos de identificação permanecem os mesmos, alterando-se apenas o domínio de aplicação, que nesses casos é o de realidades meramente ficcionais. Há aqui relações causais com o conto de fadas, com as estórias policiais, com um universo de fantasia, tudo isso mentalmente instanciado em autores e leitores.

Um último caso que gostaria de considerar é o da curiosa cidade ficcional de Urville. Essa cidade situa-se no sudeste da França. Ela foi fundada em 1.100 pelos fenícios, foi transformada em cidade-estado na Idade Média e tomada pelos nazistas durante a Segunda Guerra Mundial... Essas são as principais descrições através das quais constituimos a regra que nos torna capazes de localizá-la. Urville é também a maior cidade da Europa, capital da França, com cerca de 12 milhões de habitantes... sendo essas (de forma resumida) as descrições constitutivas da regra pela qual a caracterizamos. Só que Urville, obviamente, não existe. Ela é o produto da imaginação de um desenhista autista chamado Gilles Tréhin, que por mais de vinte anos a concebeu em seus mínimos detalhes. Ele criou para o nome 'Urville' uma precisa e extraordinariamente complexa regra de identificação ficcional, embora realista: ela deve aparentar ao máximo ser aplicável ao mundo real, incluindo uma história causal

fictícia. É como se ela pertencesse a um mundo possível muito próximo, no qual a história tivesse tido uma pequena mas significativa alteração: Urville no lugar de Paris.

Mesmo admitindo que os nomes próprios vazios como os de (1) a (7) não abreviam descrições definidas isoladas, mas muitas vezes feixes de descrições, satisfazendo assim a concepção descritivista, há estratégias possíveis para a teoria causal-histórica a serem aplicadas mesmo a esses casos. Podemos admitir que eles são verdadeiros nomes próprios que, embora não se refiram a objetos reais, possuem ao menos *circunstâncias fixadoras da referência*.[1] Embora tais circunstâncias existam, o objeto da referência não existe no mundo real. Contudo, em muitos casos elas nos mostram como poderíamos encontrá-lo se ele existisse. Ele pode ser um objeto potencial, não menos que Lauranda. Mas as circunstâncias fixadoras da referência *já têm um papel causal na determinação do uso referencial e supostamente do significado do nome próprio*. Pode-se, pois, sugerir que um nome próprio pode ter significado e ser vazio na medida em que ele contenha circunstâncias fixadoras da referência capazes de tornar a existência de seu objeto de referência ao menos possível.

Embora essa solução, como outras concebíveis, possa ser tentada, ela padece de uma grave deficiência no que concerne ao próprio conceito de circunstâncias fixadoras da referência. Não sendo objetos kripkianos, tais circunstâncias só podem ser ao final das contas entendidas em termos de propriedades ou conjunto de propriedades criteriais. Tais propriedades, por sua vez, podem ser descritas. E as suas descrições acabam por se evidenciar como sendo constituintes de descrições ou feixes de descrições que os nomes próprios vazios abreviam. Com isso voltamos a admitir assunções próprias de uma concepção dos nomes próprios de fundo descritivista.

Nomes vazios e designadores persistentes

A admissão de que nomes próprios podem ter sentido, mesmo não se referindo a coisa alguma, nos permite dissolver uma ambiguidade existente na concepção kripkiana de designador rígido. Kripke definiu inicialmente o designador rígido como o que hoje chamamos de um *designador persistente*, aquele feito para designar um mesmo objeto em qualquer mundo possível no qual esse objeto existe.[2] Mais tarde e em outras passagens ele definiu o designador rígido como o que hoje chamamos de um *designador obstinado*: aquele feito para designar o mesmo objeto em todos os mundos possíveis, mesmo naqueles, nos quais esse objeto não existe.[3] O próprio Kripke, embora em um primeiro momento tenha preferido não se decidir entre essas duas definições,[4] parece ter hoje dado maior ênfase à segunda alternativa.[5]

Que nomes próprios sejam designadores persistentes está de acordo com a assunção de que eles só têm sentido porque seu uso resulta de um processo causal que costuma ter sua origem

---

[1] Em meu juízo essa resposta não difere muito da solução tentada por Keith Donnellan em "Speaking of Nothing" (1974). Segundo Donnellan, o nome próprio vazio é aquele no qual a justificação da cadeia informativo(-causal) termina em um "block". Entendo aqui que esse "block" constitui-se nas próprias circunstâncias fixadoras da referência não confirmadas pela mesma.

[2] Kripke 1971.

[3] Kripke 1982, pp. 21, 48.

[4] Em uma carta a Kaplan, Kripke notou que preferiria se manter neutro a esse respeito. Ver Fitch 2004, p. 36.

[5] Ver Saul Kripke, "Naming and Necessity Revised", School of Advanced Studies, 2019 (Lecture). Não me importa aqui interpretar detalhes demasiado sutis dos argumento kripkianos, uma vez que eles não são suficientemente fortes para tornarem a ideia de que podemos fazer referência a algo que por definição não existe (um objeto que inexiste em um mundo possível) razoável.

última no efeito do próprio objeto existente sobre aquele que o batiza: em um mundo no qual esse objeto não existe não deve existir o nome próprio caracterizado por sua função identificadora. Mas há uma vantagem em se admitir que nomes próprios são designadores obstinados, que é a de sermos capazes de explicar porque podemos falar deles como designando *possibilidades não-atualizadas* no mundo possível em questão. Considere, por exemplo, um mundo no qual Aristóteles nunca existiu. Mesmo assim, parece que podemos supor a possibilidade de ele existir nesse mundo. Mas essa suposição só parece viável se o nome próprio 'Aristóteles' tiver alguma referência, mesmo que ela não seja dada em tal mundo.[1] Uma resposta para quem aceita que nomes próprios são designadores obstinados é dizer que em mundos nos quais uma referência como Aristóteles não existe eles se referem ao objeto em nosso próprio mundo atual. Mas, como já vimos ao discutir o atualismo de Kaplan, essa resposta não parece coerente, pois não podemos usar um nome para um objeto em um mundo possível sem inserir o nome nesse mundo; e inserir o nome em um mundo possível exige relacioná-lo ao contexto daquele mundo. Disso se segue que usar um nome em um mundo possível de modo a que ele se refira ao nosso mundo atual seria o mesmo que tentar inseri-lo simultaneamente nos contextos dos dois mundos, o que levaria a uma contraditória confusão na satisfação de critérios de inserção contextual: Aristóteles teria escrito e não escrito a sua *Metafísica*, usaria barba e seria imberbe, etc.

A esse problema poderíamos adicionar a por vezes esquecida consideração de senso comum de que *não existe ato de referência sem objeto de referência*. Como já foi notado no capítulo 2 desse livro, é parte da gramática de nosso conceito de referência que só podemos atribuir função referencial a um termo se admitimos que o seu objeto de referência existe, de modo que sempre que descobrimos que esse objeto não existe, nós lhe negamos sucesso referencial. Em nenhum mundo possível pode um nome próprio se referir a algo que nele não existe. [2]

Vale, porém, a observação de que nossa intuição de que um nome próprio pode se referir a um objeto não atualizado (ex: Vulcano) em um mundo possível que não seja o nosso é diretamente dependente da admissão de que esse nome possui um sentido descritivo. Só assim é que podemos, através da imaginação, fazer um nome próprio vazio designar um objeto em um outro mundo possível no qual esse objeto virá a existir. Com efeito, quando falamos em possibilidades não-atualizadas estamos considerando apenas isso: a referência de nomes próprios em situações contrafactuais nas quais seus objetos de referência existem, o que não passa de uma referência meramente possível.

Assim, a inexistência de atos de referência sem objetos de referência não significa que não possamos falar de possibilidades não-atualizadas de referência. Podemos, encontrando-nos em nosso mundo atual, nos referir a objetos que são possibilidades não atualizadas, como Vulcano, Eldorado, Atlântida... simplesmente no sentido de que podemos imaginar mundos possíveis nos quais esses nomes possuem referências. É fácil explicar como isso é possível se admitirmos que o significado de um nome próprio é dado por modos de apresentação descritivos, melhor dizendo, por regras de identificação descritivamente exprimíveis, pois mesmo que essas regras não sejam satisfeitas no mundo atual, elas podem ser concebivelmente satisfeitas em algum mundo possível, justificando assim a possibilidade de

---

[1] Fitch 2004, pp. 45, 46.

[2] É verdade que podemos nos referir a objetos ficcionais como Sherlock Holmes e Gandolf. Mas nesse caso estamos apenas assumindo a existência (ficcional) desses objetos em domínios ficcionais. O que não podemos é nos referir a coisas supostamente pertencentes ao mundo real mas que certamente não existem, como Vulcano e o Eldorado.

sua referência. Se admitirmos – contra Kripke – que nomes próprios não demandam a existência do objeto como garantia de seu status, o entendimento de um nome próprio como sendo um designador persistente se torna o mais natural. Por isso daqui em diante entenderei designadores rígidos como sendo designadores persistentes.

O problema do autômato kripkiano completo

Podemos também demonstrar a indispensabilidade do elemento cognitivo-representacional e potencialmente descritivo através de um *reductio ad absurdum*. Para tal precisamos recorrer à ideia do que poderia ser chamado de um autômato kripkiano completo. Este seria um autômato capaz de criar e usar nomes próprios. Ele é completo no sentido de não correr risco algum de incorrer em descritivismo, uma vez que não precisa satisfazer sequer a exigência de ser capaz de ter a intenção de usar as palavras com a mesma referência que os outros autômatos da mesma espécie em nenhum sentido cognitivo da palavra 'intenção'. Trata-se, pois, de um mecanismo primitivo, desprovido de qualquer forma de mente ou consciência, mas ainda assim capaz de "identificar" pessoas através de seus sensores fotoelétricos e de "batizá-las" com "nomes próprios". Imagine agora uma "sociedade" desses autômatos. Eles seriam então capazes de reter imagens e traços comportamentais da pessoa que "batizam" com o nome próprio e ainda de transmiti-las para outros autômatos similares, "comunicando-as" a esses nomeadores secundários, os quais a partir de então se tornam capazes de repetir o nome da pessoa quando a "vêem" ou quando apropriadamente "perguntados" sobre como se chama uma pessoa com tais e tais características. Como há de ser notado, o mecanismo de referência se reduz aqui a uma cadeia causal-histórica puramente externa, destituída de qualquer elemento psicológico.

O interesse dessa experiência em pensamento é que ela evidencia o quão inconvincente se torna o ato de referir na ausência do elemento verdadeiramente cognitivo. Não entendemos realmente como é possível que, nos sentidos que efetivamente damos às palavras, um autômato kripkiano seja realmente capaz de usar nomes próprios para referir no sentido próprio da palavra. Palavras como 'denotar', 'nomear', 'identificar', 'referir', 'comunicar', 'ver', 'sociedade', foram todas aqui usadas entre aspas, devido ao uso simplificado e analógico que foi feito delas. O que esses autômatos seriam capazes de fazer seria apenas produzir imitações mecânicas dos processos referenciais que se dão em nossas mentes conscientes, o que se demonstra em sua ausência de flexibilidade, complexidade e sofisticação comportamental.

Imagine, porém, que não se trate mais de autômatos kripkianos, mas de andróides extremamente sofisticados, tais como os que aparecem nos filmes de Steven Spielberg[1]: seres capazes de compartilhar com perfeição nossa forma de vida, de aprender todos os detalhes de nossa linguagem natural, usando os nomes próprios tão perfeitamente quanto nós mesmos.[2] Ora, nesse caso não ficaremos mais satisfeitos em considerar os seus atos de nomear elos terminais de uma cadeia causal puramente externa. Por analogia com nós mesmos será inevitável atribuir-lhe mentalidade. Isso significa não só que seremos compelidos a identificar

[1] Especialmente *A.I. Artificial Intelligence*.

[2] Digo isso supondo que a sua construção seja fisicamente possível. Parece-me óbvio que não. Parece-me muito mais defensável a ideia de que somente seres biológicos produzidos pela química do carbono, com vidas semelhantes às nossas, seriam realmente capazes de usar a linguagem natural tal como o fazemos. Não é preciso aprender muita biologia para se perceber que computador e cérebro humano são coisas incomensuravelmente diversas.

certos pontos nodais de seus caminhos causais como também, sendo eles internamente descritíveis em termos psicológicos como cognições, representações ou intenções. Afinal, não temos como nos impedir de identificarmos a consciência alheia por analogia com a nossa. Não somos capazes de imaginar que andróides "completamente destituídos de consciência" fossem capazes de falar e de se comportar de modo indistinguível dos seres humanos. Mesmo que eles viessem conversar conosco, tentando nos convencer que são completamente destituídos de consciência, não possuindo realmente pensamentos, nem intenções, nem vontade, não acreditaríamos em suas afirmações, pois elas nos soariam ridiculamente incoerentes e inverossímeis. Nós seríamos irreprimivelmente forçados a atribuir-lhes consciência.

A conclusão é a de que se quisermos que os nomes próprios tenham referência no sentido próprio da palavra, a causação física externa terá de ser a tal ponto elaborada que irá inevitavelmente se refletir na forma de processos causais psicológicos internamente avaliáveis, nos quais o elemento cognitivo-representacional-intencional ganha um papel preponderante, forçando o retorno do elemento descritivamente exprimível inicialmente rejeitado.

Cadeias causais, elos cognitivos e histórias causais

Mesmo concedendo que deva haver alguma razão causal indispensável para que um nome próprio possua referência, a questão é avaliar o seu poder explicativo. Uma teoria causal-histórica realmente consequente deveria ser fundamentalmente construída sem a admissão de quaisquer elos psicológicos como intenções, cognições ou representações que se deixassem expressar como descrições. Mas não parece que o simples recurso a uma cadeia causal externa, a saber, uma cadeia causal constituída de elementos interpessoalmente acessíveis, como ondas de som, fenômenos eletrofisiológicos, movimentos corporais... seja suficiente para explicar a referência. Mesmo que Kripke admita que precisamos ter a intenção de nos referir ao mesmo objeto, já vimos que para ser realmente consequente ele precisaria reduzi-la a uma intenção de reprodução de um conteúdo desconhecido, o que seria o mesmo que nada.

Dificuldades mais sérias aparecem quando tentamos explicar a referência do nome próprio através de uma cadeia causal puramente externa. Uma primeira dificuldade é que existem incontáveis cadeias causais às quais estamos sendo continuamente expostos, mas cujo elo final pode ser qualquer coisa menos o uso de um nome próprio para referir. Ora, como então identificar a cadeia causal que tem como elo final o uso referencial de um nome próprio? Como saber, por exemplo, que a palavra 'Cacilda' está sendo usada como nome de pessoa e não como o nome de um restaurante ou como uma exclamação vulgar? Como saber que uma pessoa está usando o nome próprio 'Aristóteles' corretamente, como elo último de uma cadeia causal apropriada? Digamos que ao ouvir pela primeira vez o nome 'Aristóteles', um nomeador secundário conclua que o falante quer se referir a um colégio de sua cidade que possui esse nome. Como saber que essa não é a cadeia causal-histórica correta sem recorrer a cognições-descrições que relacionamos à própria pessoa de Aristóteles? Imagine agora, dado asas à imaginação, que ao batizar Aristóteles, os sons das palavras proferidas tenha feito balançar um espelho próximo, que por causa disso refletiu um foton que atravessou a estratosfera e foi até a Lua, de onde foi refletido outra vez, voltando por acaso à superfície da terra, onde foi absorvido por um átomo de carbono em uma plantação de cereais; imagine que essa ínfima quantidade de energia tenha permanecido guardada nesse átomo, mesmo que tenha este passado pelo corpo de algum animal que se tenha alimentado dos cereais, passando-se mais de dois milênios até que o momento em que ela de alguma forma contribuiu (infimamente) para o movimento de suas cordas vocais da última vez que você pronunciou o

nome ‘Aristóteles’. Faria esse foton refletido parte da cadeia causal que fez com que você pronunciasse o nome Aristóteles? É muito importante perceber a absurdidade física da questão, pois em geral somos muito pouco conscientes do fato de que vivemos o tempo todo imersos em um inextricável oceano causal. Como escolher, dentre inúmeras e imensamente complexas cadeias causais externas que simultaneamente ocorrem e se entrecruzam, aquela que é responsável pela referência? Tão certo quanto a sua própria existência é o fato de que a cadeia causal-histórica externa é, se considerada apenas em si mesma, completamente inexcrutinizável e inseparável das outras conexões que formam o imenso tear causal que nos envolve. Existe algum procedimento que nos permita, ao menos em princípio, encontrar certos elos causais mais relevantes?

Há um procedimento em princípio concebível, capaz de identificar a cadeia causal externa relevante (acessível em terceira pessoa) e que tem algo a nos ensinar. Ele parte da suposição bastante plausível de que certos elos causais externos (físicos em terceira pessoa), neurofisiológicos, em princípio podem ser também de algum modo descritos em termos psicológicos, nomeadamente, *como cognições, representações ou intenções de designar um certo objeto*. Contudo, essa admissão significa que é praticamente inevitável considerarmos primeiro cognições ou representações internas para então nos tornarmos capazes de perceber uma correlação entre essas cognições ou representações internas e a sua contraparte física na forma de elos neurofisiológicos constitutivos da cadeia causal externa, seja ela qual for. Contudo, como essas cognições e representações internas comunicáveis são geralmente exprimíveis através de descrições, se admitirmos que é esse o caminho natural para a identificação das cadeias causais parece que acabamos por nos comprometer com alguma forma de descritivismo.

Em adição ao que dissemos é possível fazer experiências em pensamento que no ajudem a comprovar a tese de que cognições e consequentes descrições são, no final das contas, inevitáveis. A primeira é a seguinte. Imagine que se invente um cerebroscópio, um instrumento capaz de identificar quando uma pessoa ao dizer o nome ‘Aristóteles’ segue os elos finais da cadeia causal correta, uma vez que o aparelho é capaz de ler o tipo[1] de elo neurofisiológico adequado no comportamento neuronal de seu cérebro. Com isso, o cerebroscópio será capaz de nos dizer quando uma outra pessoa está usando a palavra ‘Aristóteles’ na sequência final de uma cadeia causal correta, simplesmente por ler em seu cérebro um tipo de elo neurofisiológico qualitativamente idêntico ao de uma primeira pessoa. Contudo, só será possível saber que o cerebroscópio está lendo o elo causal final correto porque os falantes *concordam* que estão se referindo ao Aristóteles geralmente mencionado em filosofia e não a um outro Aristóteles qualquer. Esse acordo, contudo, é cognitivo e no final das contas descritivo, sendo ele o critério final para a conclusão de que o cerebroscópio identificou o elo causal final correto. Em outras palavras: a identificação da relação causal certa irá depender da cognição, o que sugere uma grave *petição de princípio* pesando sobre o objetivo final do argumento kripkiano.

Do ponto de vista dos usuários do nome, pelo menos, algum elemento cognitivo interno termina sendo em algum momento imprescindível. Quero ilustrar o mesmo ponto crucial com um exemplo concreto de explicação psicológica. Suponha que eu decida comprar um presente para alguém em agradecimento a um favor. Se me perguntarem “Por que você decidiu comprar o presente?”, eu responderei: “Por me sentir grato por um favor que a pessoa me fez”. Trata-se, no caso, de uma decisão em nível psicológico, a qual é explicada por um

[1] Digo ‘tipo’ (*type*) pois espero com isso circundar uma possível objeção de múltipla realizabilidade.

sentimento também psicológico, sustentando que deva haver uma identidade de nível entre o *explicandum* e o *explicans*. Mas suponha que seja possível explicar minha decisão de comprar o presente apelando aos processos neurofisiológicos em meu cérebro correspondentes ao meu sentimento de gratidão com relação ao favor que foi feito. Seria essa explicação isolada suficiente e adequada para a minha decisão de comprar o presente? Seguramente não. Pois ela só poderá ser considerada adequada se já de antemão for sabido que o processo neurofisiológico em questão corresponde à decisão de comprar o presente e ao sentimento de gratidão para com o comportamento de outra pessoa. Ou seja: mesmo que possível, a explicação causal externa de atos conscientes só se justifica na medida em que formos capazes de traduzi-la como de algum modo correspondendo, como uma sombra, à sua superveniente explicação causal interna, psicológica. Algo similar acontece quando consideramos uma possível explicação da referência pelo recurso a cadeias causais externas: tais explicações só farão sentido na medida em que forem vistas como contendo traduções externas de processos internos (psicológicos), nos quais o elemento semântico é de algum modo em algum momento e em suficiente medida psicologicamente instanciado.

Imagine agora que seres alienígenas quase oniscientes, de visita ao nosso planeta, decidissem estudar nossa praxis linguística. Suponha que eles fossem capazes de registrar todos os nossos atos comunicacionais e de identificar as cadeias causais-históricas que nos levam a proferir nossos nomes próprios nos mais diversos contextos. Parece razoável pensar que eles se tornariam no final, capazes de identificar essas cadeias sem recurso a nossas descrições de elos cognitivo-representacionais. Isso sugere que uma explicação puramente causal em terceira pessoa é logicamente possível. Contudo, essa sugestão é ilusória. Não é apenas pelo fato de que não possuímos essa perspectiva quase onisciente em relação a nós mesmos ou de que os alienígenas sabem que por tudo o que somos capazes de fazer com as palavras não podemos ser autômatos, mas seres conscientes, capazes de acesso cognitivo-representacional às referências dos nomes próprios que usamos. O ponto crucial é que para identificar nossa linguagem enquanto linguagem e nossos usos referenciais enquanto tais, os alienígenas precisam ter consciência do que é uma linguagem e possuírem eles mesmos estados cognitivos-representacionais correspondentes. Ou seja: em algum estágio anterior do processo será sempre necessário que seja dado um padrão constituído por estados cognitivos-representativos-descritivos, explícitos ou não, que por tal razão se demonstram como sendo os verdadeiros elos causais interpretáveis em termos fisicalistas. *O elemento psicologicamente dado é o critério último para a identificação dos elos causais externos, de terceira pessoa, ainda que esses últimos sejam irredutíveis.*

Resumindo o ponto fundamental: *como explicação isolada para a referência, o externalismo causal acaba incorrendo em uma inevitável falácia do tipo petitio principii.* Ou seja: Para se evitar o recurso a um elemento cognitivo-descritivo comprometedor, apela-se a uma cadeia causal puramente externa. Mas, considerando-se a descomunal pletora de cadeias causais que podem ser associadas ao proferimento de um nome, como distinguir aquela que conduz ao seu proferimento correto? Ora, a única maneira de responder a isso é apelando a cognições ou representações internas, que constituem a apresentação psicológica de elos principalmente neurofisiológicos constitutivos de uma cadeia causal externa. Contudo, tais cognições ou representações internas quando relevantes, *i.e.*, quando comunicáveis, são por sua vez susceptíveis de exposição descritiva, o que nos compromete outra vez com alguma forma de descritivismo. Kripke evita o descritivismo através do recurso a uma teoria causal que acaba sempre por pressupô-lo.

Devemos concluir desses argumentos que o recurso à cadeia causal externa é incapaz de desempenhar qualquer papel no sentido de explicar a referência? Creio que não. Embora o

rastreamento do tear causal externo (os sons proferidos em atos de batismo, os seus efeitos específicos nos cérebros dos participantes, etc.) seja praticamente impossível, é muitas vezes possível uma identificação do que poderíamos chamar de *história causal*, que seria *a história de manifestações cognoscíveis relevantes, derivadas do percurso espaciotemporal delineado pela efetiva cadeia causal-histórica.*

Considere, por exemplo, o nome 'Sócrates'. Sabemos que Sócrates existiu devido aos testemunhos deixados por contemporâneos que o conheceram pessoalmente, como Platão, Xenófanes e Aristófanes, os quais foram mais tarde lembrados por Aristóteles e pelos socráticos menores. Podemos discernir nisso ocorrências marcantes constitutivas da história causal embasada em cadeias causais que, através das mais variadas ramificações, chegaram até nós. Embora nunca venhamos a reconhecer as cadeias causais específicas que se deram entre o Sócrates histórico e o que ele possa ter produzido nos que possam tê-lo batizado com esse nome e mais tarde tenha repercutido nos cérebros de Platão, de Aristóteles e dos socráticos menores... somos ainda assim capazes de identificar uma história causal constituída por marcos permanentes, como, por exemplo, os eventos causais descritos nos diálogos de Platão. Informações sobre a história causal podem se tornar relevantes para a explicação da referência. Podemos tomar ciência dela. E a constatação da completa ausência de histórias causais pode até mesmo levar-nos a rejeitar uma suposta referência como ilegítima.

É importante enfatizarmos, porém, que as histórias causais só ganham qualquer força explicativa com relação à determinação da referência porque nós tomamos consciência dos elos que as constituem, ou seja, porque somos capazes de representá-los cognitivamente, o que normalmente significa torná-los susceptíveis de representação descritiva. Daí que uma teoria descritivista dos nomes próprios deveria ser mesmo capaz de *incorporar ao feixe de descrições constitutivas do sentido de um nome próprio informações sobre a história causal*, exigindo então que a comunidade linguística (ao menos através de alguns de seus membros) seja capaz de, em algum momento, produzir representações descritivas dessa história de modo a justificar o uso referencial. Veremos ao menos um caso concreto disso mais tarde, ao examinarmos criticamente o exemplo de Donnellan sobre Tales, o primeiro filósofo da tradição ocidental, que pelo próprio fato de ter sido o primeiro possui uma história causal particularmente relevante.

Há também a questão de que as cadeias histórico-causais relevantes de modo algum se restringem à cadeia iniciada com o batismo. Não é somente o elo causal do batismo (que em muitos casos nem se dá) que chega até nós. Considere o caso de Aristóteles. Que ele tenha escrito o *Corpus Aristotelicum* é um fato extremamente importante sobre Aristóteles, que pressupõe uma cadeia causal-histórica que chegou até nós e sem a qual não poderíamos ganhar conhecimento dele desse fato. Que Aristóteles nasceu em Stagira em 384 a.C. e faleceu em Chalcis em 322 também é um fato importante acerca de Aristóteles; mas ele só é sabido por nós porque existem cadeias causais que vem desde o registro desse fato por outros até nossa tomada de consciência dele. O mesmo podemos dizer do fato de ele ter aos 17 anos viajado para a Magna Grécia para se encontrar com Platão, do fato de ele ter sido preceptor de Alexandre, de ter se casado com Pythias, de ter fundado o Liceu. Nossas consciências desses eventos tem sempre como fundamento último cadeias histórico-causais que sabemos existir mesmo que elas sejam completamente desconhecidas de nós mesmos. Mas então, por que selecionar uma cadeia histórico-causal específica, aquela do batismo, como a única apropriada? O que o batismo de uma pessoa, através de um mero signo linguístico sonoro ou visual em si mesmo perfeitamente acidental, tem de tão superior a outras cadeias histórico-causais produtoras de cognições relevantes associadas ao nome próprio, como as cognições localizadoras e caracterizadoras de seu portador? Pelo que me consta, apenas a invenção, ela

mesma contingente, de uma expressão auditiva e visual capaz de tornar uma certa referência comunicável.

Quero, finalmente, esclarecer melhor o modo de ver recém-sugerido apelando para o exemplo de um nome próprio muito simples. Trata-se de uma cadela chamada Dodó (corruptela de 'Dona'), que minha mulher e eu uma vez tivemos e que havia sido comprada de um vendedor de rua. Antes de ela ter um nome nós já sabíamos identificá-la como 'o nosso cão'. Nós a identificávamos perceptualmente pelo seu pequeno tamanho, pela cor marrom dos pelos, pela forma e cor branca do focinho e pelo fato de ela ser o único habitante canino da casa. Quando ela passou a ser chamada de Dodó, nós usávamos o nome tendo em mente o animal com as características recém-descritas. Assim, o que fizemos foi associar o nome a representações capazes de ser interpessoalmente compartilhadas e em certa medida expressas na forma descritiva de um retrato falado, caso isso fosse necessário. Quem realmente conheceu a Dodó, conheceu uma descrição da forma: 'a cadela com tais e tais características, que morou em tal e tal lugar e que pertenceu a tais e tais pessoas'. Claro, eu pude passar o nome a outras pessoas que nunca a viram sem o auxílio dessa descrição, dizendo que tinha um cão. Essas pessoas conheceram, portanto, a representação expressa pela descrição parcial: 'o cão do Claudio'. Note-se que há aqui uma cadeia causal-histórica e que ela é indispensável. Contudo, é ainda mais importante notar que os elos da cadeia causal que acabei de expor podem ser descritos em termo de conteúdos cognitivo-representacionais internos, similares ou complementares, que se repetem atualizando-se (talvez de forma não-reflexiva) nas mentes das pessoas e sendo em boa medida exprimíveis através de descrições expressivas de regras de identificação (regras-descrições).

É verdade que ao falarmos de Dodó nós cumprimos com a exigência de Kripke de ter a intenção de fazer referência ao mesmo objeto. Mas essa intenção não foi em momento algum um querer destituído de conteúdo, mas a intenção de designar o mesmo objeto por compartilhar de elementos intencionais similares aos de outros usuários do nome. Claro que esses elementos intencionais só existiram porque os elos do tear causal são em geral eventos neurofisiológicos de um certo tipo, sejam eles quais forem, os quais puderam ser-nos apresentados internamente em termos de conteúdos cognitivo-representacionais, em geral passíveis de apresentação descritiva. Esses elos, quando pensados pelos diversos falantes, apresentavam o necessário grau de similaridade e complementariedade entre si. Também esse exemplo sugere, contrariamente ao que se possa supor, que a cadeia causal-histórica (em um sentido ampliado) e a cognição-representação-descrição são coisas que se complementam ao invés de se opor.

Considerações finais

O ponto fundamental de minha crítica a uma teoria causal-histórica é que ela incorre em uma petição de princípio, pois a identificação da cadeia causal externa termina sempre na pressuposição de critérios identificadores cognitivo-representacionais em princípio descritivamente resgatáveis. Ou seja: se quisermos justificar a referência valendo-nos de cadeias causais externas, isso será logicamente possível, mas ao preço do abandono da teoria causal; afinal, só seremos capazes de identificar as cadeias causais externas corretas por meio de uma identificação prévia dos eventos cognitivos que lhes são supervenientes, eventos que sãoem geral descritivamente explicitáveis e com base nos quais usamos o nome próprio na identificação consciente de seu objeto.

6

TEORIA METADESCRITIVISTA DOS NOMES PRÓPRIOS

Nosso objetivo ao ensinar filosofia não deveria ser dar às pessoas o alimento que elas gostam, mas antes o de lhes oferecer um novo e diferente alimento, de maneira a aprimorar os seus gostos.
Wittgenstein

Minha hipótese de trabalho para uma renovação das tradicionais teorias descritivistas dos nomes próprios não é a de que elas devam ser em si mesmas errôneas, mas a de que elas falham por "falta de estrutura". Um nome próprio não pode estar no lugar de um simples amontoado fortuito de descrições, como pretenderam descritivistas de Frege a Searle. As descrições que compõem o feixe devem ser submetidas a algum princípio estruturante. Por não dar conta da organização interna do feixe, a versão searleana da teoria do feixe perde em poder explicativo, dando a impressão de que teorias causais-históricas constituem uma opção plausível.

Por força dessa hipótese de trabalho, meu objetivo será agora mostrar que as descrições que exprimem os significados dos nomes próprios devem satisfazer uma regra mais geral, capaz de lhes hierarquizar valorativamente. As descrições constitutivas do feixe são de fato regras-descrições, ou seja, expressões de regras semântico-cognitivas, as quais devem servir para de algum modo conectar o nome próprio com seu objeto de referência. A suposta regra estruturadora do feixe de descrições deve ser uma regra de regras, a saber, uma regra de ordem superior, uma meta-regra exprimível por meio de uma meta-descrição. Por isso chamo a versão do descritivismo que irei propor de uma teoria meta-descritivista dos nomes próprios (em alguma medida também um metadescritivismo causal, dado que um indispensável elemento causal acabará tendo de ser ao menos pressuposto.[1])

Há também diferenças de abordagem. Quero começar investigando sistematicamente os tipos de descrições pertencentes ao feixe. Os filósofos que investigaram nomes próprios sempre tomaram como exemplo descrições substitutivas aleatoriamente escolhidas. Quero mostrar que precisamente por serem arbitrariamente escolhidas, tais descrições eram muitas vezes destituídas de qualquer importância real para a identificação do objeto a ser referido pelo nome próprio. Frege, por exemplo, sugeriu que o nome 'Aristóteles' pudesse estar no lugar das descrições 'o maior discípulo de Platão' e 'o tutor estagirita de Alexandre o Grande'. E Wittgenstein sugeriu que o nome 'Moisés' pudesse estar no lugar da descrição 'o

[1] A expressão 'descritivismo causal' foi cunhada por David Lewis para designar teorias mistas dos nomes próprios em seu artigo de 1984. Ver também Lewis 1997 e Kroon 1987. Mesmo assim, como veremos, a teoria a ser exposta é essencialmente descritivista, uma vez que serão regras exprimíveis através de descrições que nos permitirão justificar a aplicação referencial do nome próprio.

homem que quando bebê foi retirado do Nilo pela filha do faraó'. Mas, como veremos, nenhuma dessas quase folclóricas descrições definidas desempenha um papel fundamentador na identificação das pessoas por elas indicadas.

Regras-descrições fundamentais

Há sem dúvida descrições mais e menos importantes associadas ao nome próprio. Considere, por exemplo, o nome próprio 'Moisés'. A descrição 'o homem que guiou os israelitas até a Terra prometida' parece bem mais importante do que 'o homem que quando bebê foi retirado do Nilo pela filha do faraó'. Afinal, parece claro que a falsidade da última descrição traria muito menor prejuízo semântico do que a falsidade da primeira.

Com o fito de hierarquizar as regras-descrições, quero distinguir três grupos de descrições definidas atributivas capazes de exprimir partes do conteúdo informativo dos nomes próprios: os grupos A e B, contendo o que chamarei de *descrições fundamentais*, e o grupo C, contendo aquilo que chamarei de *descrições auxiliares*. Quero evidenciar que os grupos A e B são os das descrições verdadeiramente relevantes para a identificação do objeto, enquanto o grupo C é o das descrições que, embora frequentemente exemplificadas e de maior ou menor valia para a conexão com o objeto, não chegam a desempenhar um papel realmente fundamentador, ainda que por vezes pareçam. Quero começar procedendo de modo meramente classificatório.

Vejamos primeiro o que chamei de descrições fundamentais. Para encontrá-las gostaria de proceder atentando para a sua relevância na linguagem. Mas como fazê-lo? J. L. Austin, o filósofo da linguagem ordinária, aconselhava que ao fazermos filosofia tivéssemos à mão o *Oxford English Dictionary*. Contudo, não podemos buscar aí os tipos de descrição mais importantes associados aos nomes próprios, posto que nomes próprios não se encontram, em geral, dicionarizados, e quando se encontram, costumam sê-lo na explicação de suas origens e arranjos morfemáticos comuns aos seus múltiplos usos particulares (*e.g.*, 'Agostinho' significa 'sagrado, elevado, venerável', na independência de quantos Agostinhos existam). Essa é a razão pela qual alguns decidiram que eles não têm sentidos particulares. Mas isso não nos deve desanimar. Afinal, se os nomes próprios não costumam se encontrar dicionarizados, pelo menos muitos deles se encontram "enciclopedizados". Daí o conselho: "Se quiseres encontrar as descrições que importam a um certo nome próprio, hás de começar consultando o cabeçalho do seu respectivo verbete nas enciclopédias!" Vejamos o que podemos encontrar, por exemplo, no verbete 'Aristóteles' do meu pequeno dicionário filosófico da *Penguin*. Lá está escrito:

> Aristóteles = (384 a.C – 322 a.C.) nascido em Estagira, no norte da Grécia, Aristóteles produziu o maior sistema filosófico da antiguidade. (Segue-se uma lista das principais obras de Aristóteles.)

Quando examinamos esse e outros verbetes do gênero para o nome próprio 'Aristóteles', o que depreendemos é que eles abreviam especialmente duas regras-descrições, uma estabelecendo o lugar e o tempo de seu nascimento e morte, ao que se adicionam etapas de sua carreira espaciotemporal[1], a outra estabelecendo as propriedades mais importantes de

[1] O fato de que as regras espaciotemporalmente localizadoras tem um papel privilegiado não passou completamente desapercebido. Paul Ziff, por exemplo, defendeu que as descrições localizadoras ou que implicam em localização formam uma parte central do mecanismo de referência do nome próprio (1960).

Aristóteles, aquelas que constituem *a razão mesma* pela qual aplicamos o nome. Essas propriedades são, sobretudo, as ideias e argumentos expostos no opus aristotélico.

Podemos agora abstrair desse caso concreto dois tipos de regras-descrições fundamentais próprias dos grupos A e B respectivamente:

> A) *Regra localizadora* = expressa pela descrição que estabelece o que consideramos localização e carreira espaciotemporal do objeto (podendo mesmo incluir descrições de elementos associados anteriores e posteriores[1]).
> B) *Regra caracterizadora* = expressa pela descrição que estabelece o que consideramos as propriedades mais relevantes do objeto – aquelas que constituem a própria razão pela qual o nomeamos.

Consideremos agora as regras-descrições localizadora e caracterizadora de Aristóteles, separando-as de modo mais explícito. Elas podem ser brevemente resumidas como se segue:

> (a) Descrição localizadora do nome 'Aristóteles' = a pessoa que nasceu em Estagira em 384 a.C., filho do médico da corte, que viveu a maior parte de sua vida em Atenas, teve de fugir para Assos, retornou a Atenas, mas acabou tendo de fugir para Chalkis, onde morreu em 322 a.C.
> (b) Descrição caracterizadora do nome 'Aristóteles' = o autor das doutrinas filosóficas relevantes expostas na *Metafísica,* na *Física*, na *Ética a Nicômaco*, no *Organon*, nos *Tópicos* e nas demais obras que compõem o opus aristotélico.

Tais regras fundamentais podem ser mais e mais descritivamente detalhadas. No caso de Aristóteles elas ultimadamente se justificam pelos testemunhos históricos. Além disso, parece que a regra caracterizadora é nesse caso algo mais relevante, o que lhe daria maior peso.

Para evidenciar a importância das regras-descrições fundamentais, eis alguns exemplos de descrições definidas do grupo A, que retiro diretamente do cabeçalho de verbetes da *Wikipedia.*[2] Eles apresentam como condições de identificação propriedades localizadoras de objetos referidos por nomes próprios:

1. Pelé (Edson Arantes do Nascimento) = a pessoa que nasceu na cidade de Três Corações em 1940 e que hoje vive em Santos e nos EUA.
2. Taj Mahal = um mausaléu construído de 1630 a 1652 perto da cidade de Agra, na Índia, existindo até os dias atuais.
3. Paris = cidade de mais de dez milhões de habitantes situada no centro norte da França, às margens do rio Sena. Seu surgimento como cidade remonta ao século IX.

---

[1] Note-se que a carreira espaciotemporal pode facilmente incluir elementos anteriores e posteriores à existência do objeto, conquanto eles sejam relevantes: é relevante para Aristóteles que ele seja filho do médico da corte de Felipe da Macedônia, é relevante para James Mill que ele tenha sido o pai de Stuart Mill, é relevante para a rainha Elisabeth II que ela tenha sido filha do duque de York; mas não parece nada relevante para nós a questão de saber quem foram os pais do filósofo Anaxímenes – algo que a história perdeu por completo. No que concerne a elementos associados posteriores, um exemplo é o nome Gravilo Princep, que associamoos causalmente ao início da Primeira Guerra Mundial.

[2] Escolho a *Wikipedia* pelo acesso fácil; mas qualquer outra enciclopédia tenderá a realçar dados similares em ordem similar.

4. Amazonas = o rio que nasce nas montanhas do Peru e deságua no atlântico, seguindo a linha do equador. Junto aos seus afluentes ele forma a maior bacia hidrográfica do mundo. Existe desde tempos imemoriais...

É preciso notar que a descrição localizadora possui ao menos um elemento caracterizador, que consiste na discriminação *classificatória* do objeto a ser referido. Assim, Pelé é classificado como sendo uma pessoa, o Taj Mahal como um mausaléu, Paris como uma cidade, o Amazonas como um rio, Vênus como um planeta... Esse mínimo de caracterização é indispensável para que a descrição localizadora chegue a fazer sentido.

Que as regras-descrições do grupo B também são fundamentais você pode comprovar consultando os cabeçalhos dos mesmos verbetes em enciclopédias em geral. Na mesma ordem, eis o que eles resumidamente dizem:

1. Pelé (Edson Arantes do Nascimento) = o mais famoso jogador de futebol de todos os tempos.
2. Taj Mahal = o belíssimo mausaléu de mármore feito pelo imperador Shah Johan para a sua esposa favorita, Aryumand Bam Began...
3. Paris = a capital da França, centro econômico e turístico do país e uma das mais belas cidades do mundo.
4. Amazonas = o mais caudaloso e provavelmente também o mais longo rio do mundo, responsável por 1/5 da água doce que deságua nos oceanos.

Quero demonstrar que é basicamente em razão da importância que damos às propriedades denotadas por tais descrições definidas que esses nomes são referencialmente aplicados por nós. Elas podem ser consideradas de essencial importância na medida em que resultam da concordância entre usuários privilegiados acerca do que seriam as propriedades objetivas mais fundamentais associadas aos respectivos nomes.

Regras-descrições auxiliares

Quero agora considerar as descrições definidas que ficaram de fora, a saber, as descrições auxiliares, pertencentes ao grupo C. Elas constituem um grande número de descrições que por vezes, no quotidiano, usamos no lugar do nome. Por isso mesmo, como já sugeri, elas frequentemente confundiram os filósofos, dificultando a detecção do que é mais importante. No que se segue apresento uma classificação que, apesar de assistemática, pode ser útil.

(1) Um primeiro caso do grupo C é o de descrições que podem ser chamadas de *metafóricas*, frequentemente usadas no lugar do nome próprio. Exemplos são descrições como ‘o marechal de ferro’, ‘a águia de Haia’, ‘a cidade luz’, ‘a dama das camélias’, ‘o cavaleiro da triste figura’, ‘o mestre dos que sabem’. As propriedades que elas aludem não são, em geral, as que chamam atenção por sua peculiaridade. Mas elas nos chamam atenção apenas por sua utilidade como sugestivos e pitorescos artifícios mnemônicos. Assim, ‘o marechal de ferro’ chama atenção por apontar para uma característica marcante do marechal Floriano Peixoto, que foi o seu caráter autoritário e intransigente. Mas isso é de pouca monta no sentido de nos permitir identificar univocamente Floriano Peixoto, pois existiram muitos outros marechais com traços de caráter semelhantes. O que mais propriamente nos permite identificar Floriano Peixoto é, certamente, saber que ele satisfaz a descrição localizadora (a) de ter sido ‘a pessoa nascida em Juazeiro em 1839, que esteve na guerra do Paraguai e no Acre e que veio a falecer em Barra Mansa em 1895’, além da descrição caracterizadora (b) de ter sido, principalmente,

‘o segundo presidente e o primeiro vice-presidente do Brasil, responsável pelos atos de repressão que consolidaram a república’, ambas encontradas em enciclopédias.

(2) Há também regras-descrições auxiliares não-metafóricas, que podemos classificar como *acidentais, apesar de bem conhecidas*. Exemplos de descrições acidentais bem conhecidas são ‘o homem que em criança foi retirado do Nilo pela filha do faraó’ e ‘o tutor de Alexandre o Grande’. Essas descrições são conhecidas pela maioria das pessoas que sabem os significados dos respectivos nomes ‘Moisés’ e ‘Aristóteles’. Mesmo assim parecem bastante acidentais, pois certamente nem Moisés, nem Aristóteles, deixariam de ser quem se acredita que foram se elas fossem descobertas falsas.

A esse tipo pertence também uma descrição muito peculiar, que é aquela da forma ‘o portador do nome ‘N’’, por exemplo, ‘o portador do nome ‘Aristóteles’’. Embora conhecidas e já bastante exploradas em implausíveis teorias metalinguísticas dos nomes próprios,[1] as descrições dessa forma são acidentais, pois ninguém deixaria de ser quem é, nem de ser identificável como quem é, se tivesse recebido um nome diferente ou se tivesse mudado seu nome. Com efeito, é um mero acidente que Aristóteles tenha sido batizado com o nome ‘Aristóteles’, enquanto não parece ter sido igualmente acidental para nós o fato de ele ter escrito o opus aristotélico ou de ser um filósofo antigo. Se em um mundo possível Nicômaco, o médico da corte de Felipe, ao invés de ter batizado o filho nascido em Estagira em 384 a.C. de ‘Aristóteles’, o tivesse batizado com o nome de ‘Pitacus’, e se Pitacus tivesse estudado com Platão, escrito todo o opus aristotélico e tido exatamente o mesmo curso de vida de Aristóteles, nós não hesitaríamos em dizer que nesse mundo possível Pitacus teria sido o nosso Aristóteles.[2] Que a regra-descrição da forma ‘o portador do nome ‘N’’ não é fundamental para a identificação de um objeto particular se deixa comprovar pelo fato de que podemos utilizar um nome próprio e, após descobrirmos que ele é incorreto, substituí-lo pelo nome correto da mesma pessoa. Além disso, podemos saber quem é uma pessoa – onde e quando encontrá-la e saber o que é importante acerca dela – sem nos recordarmos ou sem sequer sabermos como ela se chama. Parece, pois, que o nome próprio entendido como uma marca sensível é como o rótulo de um fichário que contém as regras-descrições mais e menos relevantes: podemos substituir o rótulo (Aydes mudou o seu nome para Adilson), podemos até nos enganar quanto ao rótulo mais apropriado, como, no caso dos nomes de pessoas, o nome de batismo (Raúl Rivas na verdade se chamava Marcial Maciel); contudo, o que realmente importa é o conteúdo do fichário; afinal, mesmo que alguma marca sensível seja necessária para podermos identificar o fichário que estamos considerando, tal marca é, no final das contas, resultado de escolhas arbitrárias baseadas em critérios que variam de acordo com o tipo de nome (Isso não é raro com nomes de cidades: o nome pouco acolhedor de ‘São Sebastião dos Cabrestos’ foi corrigido como ‘Várzea Bonita’; a cidade russa de *Tsaritzyn* foi mais tarde chamada de *Stalingrad* e hoje se chama *Volgograd*).

Essas considerações nos levam a uma conclusão curiosa. Se admitirmos que em nossas reflexões sobre a linguagem uma explicação filosoficamente relevante é aquela que tem um importe epistemológico ou metafísico[3], então uma teoria filosófica da semântica dos nomes

---

[1] *E.g.*, Bach (1981), Katz (1990, 1994).

[2] Kripke tem aqui razão em pensar que mesmo a sentença “Aristóteles é o indivíduo chamado ‘Aristóteles’” não é *a priori* (1982 p. 68 ss).

[3] Uma razão pela qual a filosofia da linguagem se distingue da linguística me parece ser não só pela amplitude de escopo, que vai além das línguas particulares, mas pela presença de implicações epistemológicas e mesmo metafísicas em seu desiderato.

próprios não é uma teoria sobre aquilo que mais chamamos de nome próprio na linguagem corrente, que é a marca sensível do nome, a sua expressão fonética ou ortográfica, o que podemos chamar de *expressão simbólica do nome* é aquilo que faz com que, por exemplo, a palavra 'Köln' possa ser tida como um nome diferente de 'Colônia'. Uma teoria filosoficamente relevante dos nomes próprios é, na verdade, uma teoria dos *conteúdos semânticos constitutivos dos nomes próprios*, capaz de explicitar os mecanismos de referência contidos nas regras-descrições relevantes associadas aos nomes como marcas sensíveis; ela é uma teoria do fichário e não do seu rótulo, que embora requerido é enquanto tal arbitrário e passível de substituição.

Podemos fazer aqui uma distinção paralela à que já vimos entre o sentido lexical e o conteúdo semântico dos indexicais. O sentido lexical do nome próprio é o de um termo usado para nomear um objeto particular; esse sentido pode ser indicado por descrições do tipo 'o portador do nome 'N''. Uma teoria do sentido lexical do nome próprio é legítima, mas lhe faltará importe epistêmico, posto que ela não nos permitirá distinguir qual é o portador do nome. Uma teoria do conteúdo semântico do nome próprio, por sua vez, será uma teoria da sua significação cognitiva, dos seus sentidos fregeanos, daquilo que há de comum entre as regras estabelecedoras dos critérios de identificação de seus portadores. Só semelhante teoria terá força explicativa para esclarecer a relação epistêmica entre o nome próprio e o seu objeto. Mas por isso mesmo para ela a marca sensível de um nome próprio torna-se, no final das contas, algo acidental, pois se admite que um conjunto de marcas sensíveis diversas possa convencionalmente exprimir um idêntico ou similar conteúdo semântico sem com isso deixar de produzir um ato de nomeação do mesmo objeto. Só nesse caso podemos dizer que essas marcas sensíveis são expressões simbólicas do nome próprio. Por isso para nós *o nome próprio é um conteúdo semântico identificador acrescido de alguma marca sensível convencionada que torne esse conteúdo comunicável*.[1]

(3) Há também regras-descrições *acidentais e geralmente desconhecidas*. Exemplos são 'o marido de Pitias', 'o amante de Herphylis', 'o neto de Achaeon'. Poucos sabem que essas descrições se associam todas ao nome 'Aristóteles'. Tais descrições definidas podem, naturalmente, ser multiplicadas à vontade, sendo encontradas aos montes em biografias. Considere, por exemplo, a descrição definida: 'o filósofo austríaco que ao se engajar como soldado na Primeira Guerra Mundial ameaçou suicidar-se caso seus superiores não o enviassem a lugares realmente perigosos', que faz parte da biografia de Ludwig Wittgenstein.[2] Por serem conhecidas de alguns poucos, tais descrições não têm função

---

[1] Compare as descrições:
1. 'o portador do nome 'Tom Jobim',
2. 'o portador do nome 'Antônio Carlos Jobim' e
3. 'o portador do nome 'Ismael Silva'.

Em uma teoria do sentido lexical do nome próprio – chamada de teoria metalinguística – parece que devemos distinguir aqui três sentidos lexicais diversos, posto que cada descrição traz consigo uma marca sensível diversa. Intuitivamente, porém, é bastante claro que o sentido do nome próprio em 3 é muito distinto dos sentidos essencialmente idênticos dos nomes próprios em 1 e 2. A diferença só se torna satisfatoriamente explicável porque ela diz respeito ao conteúdo semântico desses nomes, às regras através das quais os seus portadores são identificados. Se entendermos o sentido do nome próprio como algo essencialmente diverso de sua marca sensível arbitrária, então 1 e 2 contém nomes com conteúdos semânticos idênticos, mas muito distintos do nome contido em 3. Mas como a expressão simbólica do nome é a expressão de seu conteúdo semântico, podemos dizer que em 1 e 2 temos *um mesmo nome próprio com diferentes expressões simbólicas*, enquanto em 3 temos *um outro nome próprio simbolicamente expresso.*

[2] Monk 1990, p. 138.

relevante em sua associação com o nome próprio. Imagine que tudo o que um falante sabe de Aristóteles é que ele foi o neto de Achaeon. Geralmente ele não será capaz de fazer uso desse nome de modo a comunicar-se com outras pessoas, pois a falta de compartilhamento da descrição não auxilia as pessoas a reconhecerem no nome 'Aristóteles' por ele usado o filósofo grego ao invés de, digamos, o milionário grego Aristóteles Onassis.[1]

(4) Finalmente, há descrições auxiliares *adventícias*, como a expressa pela descrição 'o filósofo mencionado pelo professor' ou 'a garota que nos foi apresentada na festa'. As regras aqui expressas associam o nome a algum contexto no qual ele foi propriamente usado. Elas são provisórias. Elas costumam ser constituídas, usadas por algum tempo e depois abandonadas e esquecidas, não sendo por isso constituintes semânticos permanentes e característicos do nome. Contudo, por se reportarem a um contexto conhecido por um grupo de falantes em um certo período de tempo, tais regras podem bastar para que um falante seja capaz de usar o nome próprio em conversação de modo que ele seja univocamente reconhecido pelos seus interlocutores e com a possibilidade de subsequente troca de informações sobre o seu portador.

Nesse ponto poderia ser feita a seguinte objeção. Afora o fato de constarem nos cabeçalhos dos verbetes das enciclopédias, não parece haver maiores razões para se privilegiar as descrições ditas fundamentais. Afinal, do mesmo modo como as descrições auxiliares são contingentes, o mesmo pode acontecer com as próprias descrições fundamentais: é perfeitamente possível que Aristóteles não tivesse escrito suas obras filosóficas, que Pelé não tivesse se tornado jogador de futebol, que o Taj Mahal não tivesse sido construído perto de Agra, que Paris tivesse se originado e desenvolvido no sul da França! Podemos, afinal, imaginar mundos possíveis nos quais nem as regras de caracterização para Aristóteles e Pelé, nem as regras de localização para Taj Mahal e Paris sejam aplicáveis, mas que mesmo assim o filósofo e o jogador, bem como o mausaléu e a cidade luz existam. Isoladamente as descrições fundamentais não designam algo nem necessário, nem suficiente para a identificação do portador de um nome próprio. Em contrapartida, parece que podemos identificar um único objeto por meio de uma única descrição auxiliar: para saber que alguém está falando de Aristóteles pode ser suficiente saber que ele fala do fundador do Liceu, do tutor de Alexandre ou até mesmo do amante de Herphylis.

A única coisa que posso fazer diante de objeções como essas é pedir ao leitor paciência! O que tenho feito até agora é considerar com certo cuidado as principais peças de um quebra-cabeças. Só após a introdução de regras de ordem superior, capazes de selecionar as *combinações* de regras-descrições de primeira ordem capazes de justificar a aplicação de um nome próprio é que a importância das descrições dos grupos A e B se tornará iniludível.

A regra disjuntiva

Cumpre, pois, antes de tudo, demonstrar que há meios de distinguir quais as combinações entre as descrições do feixe que licitam a aplicação referencial do nome próprio. Para tal precisamos buscar uma regra-descrição de segunda ordem, capaz de se aplicar às regras-descrições de primeira ordem associadas a um nome próprio qualquer, de maneira a selecionar as combinações que tornam a aplicação do nome possível. Essa regra de regras deve ser, portanto, uma meta-regra, uma regra meta-descritiva aplicável aos feixes de descrições que associamos a nomes próprios em geral.

---

[1] Suponho aqui que ele nada saiba sobre quem foi Achaeon e sobre quando e onde ele viveu, pois isso já implica que ele associa ao nome descrições como 'um filósofo macedônio do século III a.C'.

Como encontrá-la? Para começar, parece bastante aconselhável descartar como insuficientemente relevantes as descrições do grupo C. Elas parecem ser identificadoras apenas no sentido de auxiliar na conexão do falante com o objeto. Essa função é alcançada na medida em que elas possibilitam a sua inserção em um meio comunicacional que tem como pressuposto que as verdadeiras regras de identificação do objeto capazes de concluir essa conexão já são conhecidas, senão por todos, ao menos pelos usuários privilegiados do nome ou pelo conjunto desses usuários privilegiados, supondo que eles possam ter diferentes e complementares focos de especialização.

Qual a evidência que podemos oferecer para tal sugestão? Simples: conquanto regras-descrições fundamentais sejam aplicáveis, as regras-descrições auxiliares podem estar ausentes, mesmo em seu conjunto: podemos imaginar que Aristóteles não tivesse sido nem o maior discípulo de Platão, nem o tutor de Alexandre, nem o filho de Nicômaco, nem o marido de Pítias, nem o fundador do Liceu. Podemos ainda imaginar que seu avô não tenha se chamado Achaeon, que ele não tenha tido um filho chamado Nicômaco, que ele não tenha sido chamado por Dante de o mestre dos que sabem, etc. Mesmo assim ele poderia perfeitamente ter sido o grande filósofo grego por nós conhecido. Contudo, o mesmo não pode ser dito das descrições fundamentais. Não podemos conceber que nenhuma regra-descrição fundamental se aplique. Suponha que nem a descrição localizadora, nem a descrição caracterizadora se apliquem; não podemos conceber "~A & ~B". Para evidenciar isso, basta lembrarmo-nos do exemplo apresentado por Searle do especialista em Aristóteles que veio nos informar ter descoberto que Aristóteles não escreveu nenhuma das obras a ele atribuídas, tendo sido na verdade um ignaro mercador de peixes veneziano do renascimento tardio...[1] Nós responderemos que na melhor das hipóteses ele poderá estar falando de outra pessoa de nome Aristóteles, a qual não tem nada a ver com a pessoa que temos em mente. E a razão disso é que nenhuma das regras-descrições fundamentais que associamos ao nome 'Aristóteles' foi por ele minimamente satisfeita.

Se a regra meta-identificadora exclui "~A & ~B", incluiria ela "A & B"? Deveria ela exigir a conjunção da descrição localizadora com a descrição caracterizadora, ou talvez apenas rejeitar a sua disjunção? Ainda que usualmente os objetos referidos pelos nomes próprios satisfaçam uma conjunção dos grupos A e B de regras-descrições, é muito fácil conceber situações e casos incomuns em que o nome se refere sem que as descrições (ou, se quiserem, a descrição complexa) constitutivas de um desses dois grupos sejam satisfeitas.

Para evidenciar esse ponto, considere uma vez mais o nome 'Aristóteles'. Não é difícil imaginar mundos possíveis próximos ao nosso, nos quais ele existiu sem satisfazer a conjunção das regras de localização e de caracterização para Aristóteles. A regra de localização para Aristóteles não precisa necessariamente se aplicar: podemos perfeitamente conceber um mundo possível próximo ao nosso no qual ele escreveu o opus aristotélico, mas nasceu e morreu em Roma alguns séculos mais tarde, não tendo existido nenhum discípulo de Platão chamado Aristóteles e nascido em Estagira no século III a.C. Mesmo assim, não hesitaremos em reconhecer nele o nosso Aristóteles, posto que ao menos a regra de caracterização continua sendo satisfeita.

Podemos também conceber um mundo possível nos qual somente a regra de localização para Aristóteles é satisfeita, mas a regra de caracterização não é, pois nele a filosofia de Aristóteles nunca existiu. Suponha que nesse mundo Aristóteles tenha nascido em Estagira em 384 a.C., filho de Nicômaco, médico da corte de Felipe, e que aos 17 anos ele tenha

[1] 1967, p. 490.

viajado à Atenas para estudar com Platão. Infelizmente, pouco após a sua chegada ele foi acometido de uma febre cerebral que o incapacitou para atividades intelectuais pelo resto da vida, até a sua morte em Chalkis em 322 a.C. Apesar disso, parece que temos elementos suficientes para reconhecer nessa pessoa o nosso Aristóteles "em potência". Mas aqui só a regra de localização está sendo satisfeita.

Outra evidência de que a satisfação da conjunção das regras identificadoras não é necessária é que há nomes próprios que por convenção se referem a um objeto somente através de sua localização ou então somente através de sua caracterização.

Como exemplo do primeiro tipo, suponhamos que alguém decida chamar de *Z* o centro de um círculo. Esse ponto satisfaz a condição do tipo A de ter localização espaciotemporal definida, mas para que a identificação seja feita não é preciso que o ponto possua nenhuma característica distintiva relevante. Em nosso exemplo ele é apenas um ponto que uma vez estabelecido pode ser usado, digamos, para que se efetuem mensurações geométricas.

Outro exemplo que pode ser nesse contexto lembrado é o do nome 'Vênus'. A regra de localização é 'o segundo planeta do sistema solar, orbitando o Sol entre Mercúrio e a Terra enquanto tem sido identificado como tal e provavelmente já há milhões de anos', enquanto a regra de caracterização é 'um planeta com um terço da massa da Terra e densa atmosfera'. Contudo, o que importa aqui é que a regra de localização seja satisfeita, a regra de caracterização em quase nada importando. Se Vênus não tivesse ou perdesse parte de sua massa, ou se perdesse a sua atmosfera, que faz dele o planeta brilhante que vemos, conquanto continuasse a ser um planeta (uma demanda já incluída na regra de localização), ele continuaria a ser Vênus. Podemos imaginar que Vênus perca tanto de sua massa que se torne do tamanho de um asteroide. Nesse caso ele deixaria de ser um planeta para ser um asteroide, deixando de satisfazer a própria regra de localização. Podemos ainda imaginar que ele deixe de orbitar o sol. Mas nesse caso ele não deixará de satisfazer a regra de localização, pois no tempo em que foi denominado Vênus pelos astrônomos ele ainda orbitava o sol. Mesmo que seja descoberto que ele não pertenceu ao sistema solar primitivo, tendo vindo do espaço há um milhão de anos, ainda assim ele satisfará a regra de localização.

Uma maneira de se parafrasear o que acontece em tais casos é dizer que neles a regra de caracterização é a própria regra de localização. Lembremo-nos que a regra de caracterização foi definida como a razão pela qual escolheu-se usar o nome próprio. Mas no caso do centro Z do círculo essa razão é a própria localização, e no caso de Vênus a regra de localização é a razão que realmente conta.

Também existem exemplos que exigem apenas a satisfação da regra de atribuição. Um deles é oferecido pelo nome 'Almostásim', que aparece no conto de Borges intitulado *El aciercamento de Almostásim*.[1] Almostásim é um ser, possivelmente uma pessoa, que pelo contato com as outros emana perfeição. Não sabemos onde ele se encontra, se é que ele realmente existe e se encontra em algum lugar. Alguns acreditam que podemos nos aproximar dele pelo contato com outros seres humanos que tenham se tornado repositórios limitados de sua ilimitada grandeza. Apenas nessas indicações vagas se constitui a regra caracterizadora desse nome. Mas não há uma regra identificadora de sua localização espaciotemporal, pois ninguém jamais encontrou Almostásim e alguns até mesmo negam que ele exista.

Há, finalmente, um exemplo de nome próprio que por definição não pode ter regra de localização: trata-se da palavra 'Universo' (ou 'Multiverso', como alguns supõem). O objeto referido por esse nome tem regra de caracterização: ele é tudo o que poderia ser comprovado

[1] J. L. Borges, 1999, vol. II.

como empiricamente existente. Mas ele não pode ter regra de localização espaciotemporal, pois ao conter todo o espaço e todo o tempo, o Universo não pode estar nem no espaço, nem no tempo.[1]

Ora, se excluirmos a possibilidade de "~A & ~B" e a necessidade de "A & B", é forçoso que a condição meta-descritiva usual para a aplicação do nome próprio seja "A ∨ B", ou seja, uma *disjunção inclusiva* das descrições localizadora e caracterizadora. Dessas considerações segue-se uma primeira e mais rudimentar versão da regra referencial meta-identificadora para os nomes próprios, a ser aplicada a regras-descrições fundamentais de primeiro nível pertencentes aos grupos A e B. Assumindo a satisfação de uma condição causal do tipo Cc e a provável satisfação de descrições auxiliares, chamo-a de *regra disjuntiva*:

RD:
Um nome próprio '*N*' refere-se propriamente a um objeto *x* pertencente a uma classe *G* de objetos
see,
(i-a) *x* satisfaz sua regra de localização *L*
e/ou
(i-b) *x* satisfaz sua regra de caracterização *C*.
(Assumindo a satisfação de uma condição causal do tipo Cc)

Para exemplificar: podemos aplicar o nome próprio 'Aristóteles' a um objeto da classe dos seres humanos se e somente se existe um indivíduo que (i-a) satisfaz a regra de localização para 'Aristóteles', que é a de ter nascido em Estagira em 384 a.C., ser filho do médico da corte, tendo vivido a maior parte de sua vida em Atenas, passado algum tempo na corte de Hérmias, visitado Lesbos e sua terra natal e voltado para Atenas, tendo por fim se auto-exilado em Chalkis, onde veio a falecer em 322 a.C., e/ou (i-b) satisfaz a regra de atribuição de 'Aristóteles', que é a de ter produzido o opus aristotélico. Essa instanciação de RD já pode ser considerada uma regra de identificação para o portador do nome 'Aristóteles'. Não obstante, uma regra de identificação que tenha essa forma ainda é, como veremos mais tarde, demasiado insuficiente e rudimentar.

Algumas considerações adicionais sobre RD precisam ser feitas. A primeira é a de que digo "*'N'* refere-se propriamente ao objeto *x*" entendendo por isso que a referência feita por um usuário idealizado do nome que conhece perfeitamente a regra, o que muitas vezes só acontece com usuários privilegiados e por vezes de maneira imperfeita. Trata-se aqui de uma referência própria no sentido de que é feita com suficiente base cognitiva, o que geralmente não acontece quando uma pessoa emprega nomes como, digamos, 'Murray Gell-Mann' e 'Isaac Newton' sem saber propriamente sobre quem está falando.

A segunda consideração adicional é a de que a classe G é algo equivalente ao *genus proximum* aristotélico para a definição de conceitos, no caso, a classe mais próxima do tipo de indivíduo já embutido na regra caracterizadora. Ela tem a função limitadora de estabelecer o gênero de coisas mais relevante ao qual *x* pertence, se são seres vivos, objetos materiais, corpos celestes... O recurso à classe G serve para limitar previamente o escopo da definição, pois sem isso teríamos de escolher um entre todos os objetos do universo, o que seria uma

[1] Deus também não poderia ter localização por estar em todos os lugares ao mesmo tempo. Mas esse é um caso problemático, pois sua existência ou é inverificável ou é falseada. Como para nosso conforto escreveu Baudelaire: "Deus é o único ser que para reinar não precisa sequer existir" (1867, 75-76).

tarefa cognitivamente inexequível. Para o nome 'Aristóteles', por exemplo, G pode designar a classe dos seres humanos, uma vez que a classe dos filósofos já está embutida na regra-descrição caracterizadora de Aristóteles como o último grande filósofo da antiguidade. Com isso excluímos de antemão que 'Aristóteles' seja o nome de um colégio ou de um programa de computador. Mesmo que em um mundo possível um programa de computador denominado 'Aristóteles' produzisse o opus aristotélico, não teríamos com base nisso razão para admitir que ele fosse o nosso Aristóteles, até mesmo no caso em que ele fosse construído por alienígenas no ano 384 a.C. em Estagira, utilizado por mais de vinte anos em Atenas e finalmente desmantelado em 322 a.C. em Chalkis. Preferiríamos considerar essa uma coincidência ou uma falsificação. O recurso a uma classe G mais estrita pode ser particularmente útil para desambiguar os nomes próprios. Se G for entendida como a classe dos filósofos antigos, fica de antemão excluído que Aristóteles possa ser um grande armador grego que viveu no século XX ou o nome de um aluno do curso de filosofia da UFRN.

Aqui poderia ser feita ainda a seguinte pergunta: em RD as descrições auxiliares desaparecem; mas então qual é o papel das descrições auxiliares? A resposta começa a emergir quando nos perguntamos se as descrições auxiliares sozinhas seriam capazes de identificar o portador de um nome próprio. Suponha que certo objeto satisfaça muitas ou todas as descrições auxiliares associadas ao seu nome, mas sem satisfazer nenhuma das descrições fundamentais. Suponha que um certo Aristóteles tenha vivido no século XVI em Veneza e que ele tenha sido um mercador de peixes intelectualmente obtuso. Mas suponha que mesmo assim ele satisfaça a maioria as descrições auxiliares para esse nome. Suponha que ele tenha sido filho de um homem chamado Nicômaco, neto de Achaeon, que ele tenha sido marido de Pítias e amante de uma Herphylis e que tenha fundado um Liceu e ensinado um tal de Alexandre. Ora, por mais notáveis que fossem essas coincidências, elas não seriam relevantes, pois lhes faltariam os contextos apropriados de localização e caracterização. Afinal, esse Nicômaco não poderia ser o médico chamado Nicômaco, que sabemos ter trabalhado na corte do Felipe da Macedônia, nem o avô Achaeon pode ser aquele mesmo que viveu no século IV a.C. Nem Pítias nem Herphylis poderiam ser mulheres da Grécia antiga, apesar dos nomes. O Alexandre que esse falso Aristóteles ensinou não poderia ter sido o maior conquistador de todos os tempos. E o Liceu que esse inepto fundou não poderia ter nada a ver com o Liceu que preservou o aristotelismo antigo. A barafunda conceitual criada na tentativa de se conceber uma situação na qual só as descrições auxiliares fossem satisfeitas não é capaz de produzir mais do que uma série de curiosas e estranhas coincidências, que se nos apresentam como uma persiflagem do real, incapaz de nos convencer da autenticidade do Aristóteles proposto. Por mais que se adicionem umas às outras, as descrições auxiliares sozinhas são incapazes de nos prover de uma verdadeira regra de identificação do nome próprio. Mesmo que adicionássemos justificações, como a de que estudantes de um Liceu próximo inventaram esses nomes para ridicularizar o presunçoso vendedor de peixes, isso de nada nos ajudaria.

Regra meta-identificadora: primeira versão

Embora a regra disjuntiva seja importante por evidenciar o papel das descrições que realmente importam, ela não é de modo algum suficiente, pois é de um lado estreita demais e, de outro, ampla demais. Quanto à estreiteza, logo veremos que há casos de aplicação nos quais somente uma das regras-descrições fundamentais é apenas parcialmente satisfeita, enquanto a outra não é satisfeita de modo algum e mesmo assim o nome possui referência. Quanto à amplitude excessiva, veremos a possibilidade de imaginarmos casos de aplicação do nome próprio nos quais ambas as regras fundamentais são aplicáveis sem que o nome ganhe referência!

Consideremos primeiro um caso que demonstra a estreiteza da aplicação da regra disjuntiva. Trata-se do caso óbvio no qual a regra localizadora é incompletamente, mas suficientemente satisfeita, enquanto a regra caracterizadora não é nem um pouco satisfeita, mas mesmo assim o nome próprio se aplica. Imagine um mundo possível próximo ao nosso, uma situação contrafactual na qual não existiu a filosofia aristotélica, mas no qual existiu um Aristóteles que morreu ainda jovem, pois seu navio afundou no mar Egeu quando ele decidiu viajar para Atenas para estudar com Platão. Mesmo assim, se soubermos que ele nasceu em Estagira em 384 a.C., que foi filho do médico Nicômaco da corte de Felipe e que foi enviado pelo avô Achaeon para Atenas aos 17 anos para tornar-se discípulo de Platão, não teremos dúvida de que se trata de nosso Aristóteles "em potência", mesmo que RD não chegue a ser satisfeita. A regra localizadora foi parcialmente satisfeita, uma vez que as informações que temos do curso de vida de Aristóteles depois dos 17 anos desapareceram. Já a regra caracterizadora não foi em nada satisfeita, visto que esse jovem, cuja vida fora truncada pelo destino, nada deixou escrito.

Consideremos agora um caso no qual só a regra caracterizadora é satisfeita e mesmo assim de modo incompleto. Imagine um mundo possível próximo ao nosso no qual não existiu nenhum Aristóteles e nenhuma obra aristotélica no mundo antigo, embora tenha existido Platão e os outros filósofos gregos. Imagine que nesse mundo, no século X, em Damasco, um filósofo árabe que leu toda a filosofia grega disponível tenha escrito em grego antigo partes da obra de Aristóteles, incluindo o *Organon*, a *Metafísica* a *Ética a Nicômaco* sob o pseudônimo de 'Aristóteles' (ou, se quisermos, que tenha escrito em árabe o conteúdo ideativo e argumentação relevante de todo o opus aristotélico). Em tal situação, na qual não há nenhum concorrente para o nome, também tenderíamos, com maior ou menor relutância, a reconhecer essa pessoa como o nosso Aristóteles nesse mundo.

Claro que há limitações envolvidas na satisfação parcial de regras-descrições fundamentais. Suponhamos que, em um mundo possível próximo ao nosso, no qual a filosofia aristotélica nunca existiu, em 384 a.C. em Estagira o médico da corte não fosse Nicômaco, mas apesar disso ele teve um filho que foi chamado de Aristóteles, o qual morreu pouco após o seu nascimento. Nesse caso, apesar de um mínimo da regra de localização e nada da regra de caracterização serem satisfeitas, esse mínimo não é suficiente e teremos dificuldade em crer que ele tenha sido o nosso Aristóteles. Mas se nesse mundo um filósofo árabe de pseudônimo Aristóteles tivesse escrito apenas a primeira seção do livro Alfa da *Metafísica*, nós certamente não o reconheceríamos como o nosso Aristóteles. Tais casos tenderiam a ser por nós reconhecidos como estranhas e inexplicáveis coincidências. Isso nos faz concluir que a regra meta-identificadora disjuntiva deva ser completada por uma condição exigindo que as regras-descrições fundamentais sejam *suficientemente satisfeitas* de acordo com as circunstâncias dadas, não precisando, pois, ser completamente satisfeitas, nem podendo ser deficitariamente satisfeitas.

Consideremos agora o caso em que as descrições caracterizadoras são conjuntivamente satisfeitas, mas apenas de modo parcial. Nesse caso, parece que o limite mínimo de satisfação exigido para cada descrição se tornaria menor do que o limite mínimo para a satisfação da descrição no caso em que somente uma das regras fundamentais fosse incompletamente, mas suficientemente satisfeita. Assim, se em um mundo possível tivesse nascido um único Aristóteles em 384 a.C., não em Estagira, mas em Atenas, tivesse estudado com Platão, escrito apenas as *Categorias* e depois morrido, parece que isso já seria suficiente para admitirmos que se trata do nosso Aristóteles. Nesse caso parece que da satisfação insuficiente de cada disjunto resulta uma satisfação suficiente da regra disjuntiva. Ou seja: a exigência de

uma satisfação suficiente da disjunção inclusiva deve incluir a consideração da *soma* da satisfação dos disjuntos.

Uma dúvida importante que resta é sobre a medida exata do que devemos entender como sendo suficiente. Não creio que exista uma resposta para isso. Afinal, a linguagem empírica é inevitavelmente vaga e nossos critérios de aplicação das palavras não delimitam as suas fronteiras extensionais de maneira cortante. Há sempre casos incertos, acerca dos quais não sabemos se devemos ou não aplicar nossos critérios. Importante é que apesar dessa vaguidade de nossa linguagem natural, somos, em geral, perfeitamente capazes de nos comunicar sobre os objetos de referência. Eis porque a vaguidade da linguagem natural, que supostamente reflete a vaguidade própria das divisões da realidade que pretendemos categorizar, não é uma imperfeição dessa linguagem, mas um fato a ser admitido, sendo frequente que uma linguagem vaga seja aquela capaz de modular o discurso da maneira mais satisfatória.

Outro ponto é que o Aristóteles recém-mencionado deixaria de ser o nosso Aristóteles se existisse um ou mais concorrentes que igualmente satisfizessem a regra disjuntiva. Assim, imagine um mundo possível no qual fosse comum as pessoas nascerem com duas cabeças. Imagine então que Nicômaco, o médico da corte, tivesse um filho com duas cabeças idênticas, ambas batizadas com o nome 'Aristóteles'. Suponha que elas tivessem ido estudar com Platão e que tivessem escrito o opus aristotélico juntas. Embora seja possível dizer que esse mundo tem dois "Aristóteles" homônimos, com carreiras espaciotemporais paralelas, sob outra perspectiva é possível argumentar que esse mundo não possui nenhum Aristóteles no sentido que geralmente damos ao nome, pois um nome próprio é um termo singular que por definição só pode se aplicar a apenas um objeto único e distinto. Essa consideração nos leva a uma nova condição a ser adicionada, que é a de o nome ter apenas uma única e mesma referência. Precisamos admitir como condição de aplicação da própria regra meta-referencial identificadora uma *condição de unicidade*, qual seja, a de que *no domínio considerado somente um único e mesmo objeto satisfaça a regra disjuntiva.*

O principal caso no qual a condição de unicidade deixa de ser satisfeita é aquele em que a regra de localização é satisfeita por um objeto enquanto a regra de atribuição é satisfeita por outro. Este seria o caso em um mundo possível M_1 no qual existiu (a) um Aristóteles grego, filho de Nicômaco, que nasceu em Estagira em 384 a.C., mas que contraiu febre cerebral ao chegar a Atenas e não fez coisa alguma em filosofia até sua morte em Chalkis em 322 a.C., e (b) um filósofo de nome Aristóteles, que escreveu boa parte do opus aristotélico em Roma cerca de duzentos e cinquenta anos mais tarde. Nessas circunstâncias, não temos mais como decidir quem foi o verdadeiro Aristóteles, se o grego ou o romano, pois as nossas duas regras identificadoras fundamentais entram em conflito uma com a outra. A alternativa mais natural e imediata é abandonarmos a suposição de que nosso Aristóteles existe em tal mundo, posto que a condição de unicidade do objeto não é satisfeita.

Esse caso nos faz lembrar o paradoxo do navio de Teseu relatado nos manuais de filosofia. Digamos que esse navio tenha recebido o nome de 'Calibdus'. No curso dos anos Teseu repôs pouco a pouco as partes do seu navio até que, no final, todas elas foram substituídas. Contudo, alguém decidiu então recondicionar as partes antigas que haviam sido guardadas e com elas construir outro navio igual ao primeiro. Digamos que então alguém pergunte: "Qual dos dois navios é Calibdus?" O paradoxal aqui é que não sabemos ao certo o que responder. Uma primeira suposição poderia ser a de que ambos são o navio de Teseu. Mas isso seria contraditório, pois um termo singular não pode se referir a mais de um objeto. A maioria das pessoas tenderá a dizer que o verdadeiro navio de Teseu é aquele no qual ele navegou todos aqueles anos; mas ainda assim restará um desconforto: o segundo navio é o único que é realmente o mesmo que aquele que foi inicialmente construído! O problema não é irrelevante

pois, como Roderick Chisholm uma vez notou, se os dois navios se chocarem de proa e começarem a afundar, Teseu, que, como todo bom comandante deseja afundar com o seu próprio navio, terá de decidir se permanecerá no velho ou se não deverá antes tentar saltar para o novo.

O que consideramos até agora já nos permite uma resposta mais segura para esse velho paradoxo. A razão da incerteza se encontra no fato de que percebemos que a questão de saber qual dos dois navios é Calibdus é capaz de se tornar indecidível devido a um conflito criterial entre as duas regras-descrições fundamentais para esse nome. O primeiro navio satisfaz uma regra localizadora, que nos diz que o navio de Teseu é aquele que foi construído em um lugar e tempo específicos, tendo então seguido uma longa carreira espaciotemporal sob o comando de Teseu. A segunda regra, satisfeita pelo segundo navio, pertence ao aspecto caracterizador. Ela nos diz que o navio de Teseu é aquele que foi construído com um certo material específico. Percebemos aqui a razão do desconforto.

Nesse ponto alguém poderá, com razão, objetar que a regra caracterizadora é mais complexa. Ela não diz respeito apenas a um mesmo material, mas inclui características funcionais e estruturais que foram preservadas em ambos os navios. Como consequência, parece que o primeiro navio deve ser o Calibdus comandado por Teseu, pois ele satisfaz mais completamente as duas regras-descrições fundamentais. Eis porque essa costuma ser a primeira ideia que nos vem à mente. Não obstante, podemos equilibrar essa diferença aumentando a rapidez da substituição das partes velhas pelas novas, de modo a encurtar a carreira espaciotemporal do navio até que a substituição das peças se complete. Imagine que toda a sequência de substituições de partes tivesse lugar em apenas três meses. Nesse caso começaríamos a ter dúvidas. E se ela tivesse lugar em uma semana? Imagine agora que o Calibdus de Teseu seja construído e batizado com esse nome, mas que ele não seja sequer lançado ao mar. Horas depois de pronto, os trabalhadores começam a construir um segundo navio idêntico, ao lado do Calibdus, com peças retiradas do primeiro, ao mesmo tempo que outras pessoas enviam peças novas para substituir as peças que o Calibdus acabou de doar para o navio ao lado, de modo que após uns três dias teremos dois navios idênticos, um ao lado do outro. Nesse caso, nossa tendência será a de dizer que o segundo navio é que é o verdadeiro Calibdus, pois tudo o que aconteceu foi que ele, por assim dizer, "mudou de lugar". O que garante essa intuição é a identidade numérica do material.

Mas, voltemos à estória inicial de Calibdus como tendo navegado por um certo tempo sob o comando de Teseu. Como um mesmo nome próprio não pode nomear mais de um objeto, resta a estratégia de renomear os navios. Se nos for útil, podemos introduzir nomes próprios substitutivos, admitindo a existência de dois navios: o Calibdus-1, que satisfaz por completo a regra de localização e boa parte da regra de caracterização, e o Calibdus-2, que embora não satisfazendo a regra de localização, satisfaz por completo a regra de caracterização, a qual entre outras coisas requer a preservação do mesmo material do navio desde que ele foi inicialmente construído. Do mesmo modo, no exemplo anterior podemos propor a existência de dois Aristóteles no mundo possível M_1: o Aristóteles-1, que é o da Grécia antiga e que satisfaz somente a regra de localização, e o Aristóteles-2, que é apenas o autor de boa parte do opus aristotélico, e que satisfaz ao menos parte da regra de caracterização, sem satisfazer a regra de localização. Seria um erro, porém, ver nisso uma resposta ao mesmo problema. Trata-se simplesmente de um novo lance no jogo de nomear, uma proposta de novas convenções para novos termos referenciais, a serem usados no lugar do termo malogrado.

Adicionando as condições de suficiência e unicidade à regra disjuntiva, chegamos a uma mais apropriada formulação da regra meta-identificadora reguladora do comportamento

semântico das regras-descrições fundamentais concernentes a cada nome próprio. Eis como (sob a assunção de alguma condição Cc) ela pode ser formulada:

> RMI_1:
> Um nome próprio '*N*' refere-se a um objeto *x* pertencente a uma classe G de objetos
> *see*
> (i-a) *x* satisfaz uma regra de localização *L* para *N*
> e/ou
> (i-b) *x* satisfaz uma regra de caracterização *C* para *N*
> e
> (ii) a satisfação de *L* e/ou *C* por *x* é em seu todo *suficiente* e
> (iii) *unívoca*.

Chamo a regra resultante da aplicação da regra meta-identificadora RM_1 às regras-descrições fundamentais de um dado nome próprio de regra meta-identificadora para as regras-descrições fundamentais desse nome próprio ou – para evitar a introdução de uma terminologia especiosa – de *regra de identificação* ou *regra definicional* desse nome próprio (essa regra pode também ser vista, se preferirem, como uma simples instanciação de RMI_1 na qual as variáveis '*N*', *G, L,* e *C* são substituídas por constantes). Lembremo-nos também que a condição (ii), de suficiência, é para ser aplicada "ao todo", ou seja, ao somatório da satisfação de cada disjunto. Isso nos permite resgatar a intuição de que a regra pode ser aplicada (sendo, portanto, aplicável) mesmo quando cada disjunto isoladamente considerado é insuficientemente satisfeito. A regra será aplicável se a soma da satisfação de cada disjunto for suficiente para sua aplicação. Finalmente, embora não faça propriamente porte da regra tal como ela é efetivamente usada, não custa nada adicionar (iv): a condição de que haja uma relação causal de um tipo Cc entre o nome e o objeto referido. Essa condição é, contudo, apenas pressuposta, posto que a relação que a constitui não costuma ter valor explicativo (veremos que quando elementos da história causal passam a ter valor explicativo, eles passam a ser explicitados dentro da própria regra disjuntiva).

Vejamos agora um caso de aplicação de RMI_1. Se aplicarmos a metaregra RMI_1 ao feixe de descrições associáveis ao nome Aristóteles formamos a regra de identificação para o nome próprio 'Aristóteles', que pode ser agora abreviadamente expressa como:

> RI_1-'Aristóteles':
> O nome próprio 'Aristóteles' refere-se propriamente a um objeto *x* pertencente à classe dos seres humanos
> *see*
> (i-a) *x* satisfaz a sua regra de localização de ter nascido em Estagira em 384 a.C., vivido grande parte de sua vida em Atenas e falecido em Chalkis em 322 a.C.(...)
> e/ou
> (i-b) *x* satisfaz a sua regra de aplicação de ter sido o autor das grandes ideias do opus aristotélico (...)
> e
>
> > (ii) a satisfação da regra de localização e/ou da regra de aplicação para *x* é em seu todo suficiente e
> > (iii) unívoca.

Como já notei, o nome Aristóteles é colocado aqui entre aspas, no intuito de salientar que como marca sensível ele não é um componente indispensável: um outro signo poderia eventualmente ser convencionado para satisfazer as mesmas condições. Finalmente, não custa lembrar que as regras meta-identificadoras que estamos considerando são feitas para serem aplicadas por modelos ideais de nomeadores, similares aos nomeadores que chamamos de privilegiados. É muito frequente que esse modelo ideal não seja atingido pelos usuários do nome. Mas esse ponto só poderá ser discutido mais tarde nesse capítulo.

Regra meta-identificadora: segunda e última versão

Embora RMI_1 já seja uma regra bastante satisfatória, explicando a maioria dos casos de aplicação de nomes próprios, ela resulta de uma análise ainda incompleta. Afinal, não é difícil demonstrar que a condição de unicidade é derivada e que RMI_1 não dá conta de contra-exemplos que dependem de um estágio anterior a essa derivação. Para tal quero examinar dois contra-exemplos.

Um primeiro contra-exemplo vale-se da fantasia da Terra-Gêmea. Uma Terra-Gêmea deve ser como a nossa. Nela tudo existe e acontece de forma idêntica ou quase idêntica ao que existe e acontece em nossa Terra. Assim, o que se aplica a um objeto na Terra deve se aplicar ao seu *Doppelgänger* na distante Terra-Gêmea. Não obstante, mesmo que soubéssemos da existência de uma Terra-Gêmea, nós continuaríamos tendo uma forte intuição de que ao pronunciarmos o nome 'Aristóteles' estamos a nos referir ao *nosso* Aristóteles e não ao Aristóteles da Terra-Gêmea. Contudo, se considerarmos nossa primeira formulação da regra de identificação para Aristóteles, ela não parece mais aplicável, pois tanto o Aristóteles da nossa Terra quanto o da Terra-gêmea parecem satisfazer suficientemente a regra disjuntiva. De um lado, ambos parecem satisfazer a regra de localização espaciotemporal, pois ambos nasceram em 384 a.C. em Estagira, etc. Além disso, ambos os Aristóteles satisfazem a regra de caracterização: ambos escreveram o opus aristotélico até a sua última vírgula. Ora, como basta a satisfação suficiente da condição disjuntiva "(i-a) $\vee$ (i-b)", os dois Aristóteles satisfazem a regra de identificação para o nome 'Aristóteles'. Mas se é assim, a condição (iii) de unicidade deixa de ser satisfeita, disso resultando a conclusão contra-intuitiva de que Aristóteles não existe. Mas, certamente, ele existe, e ele é o nosso Aristóteles e não o da Terra-Gêmea!

Contra-exemplos com mundos possíveis também podem ser facilmente imaginados. Digamos que em um mundo possível M_2 em Estagira em 384 a.C. Nicômaco, o médico da corte, tenha sido pai de dois gêmeos, ambos tendo sido batizados com o nome 'Aristóteles'. O primeiro tornou-se médico como o pai, tendo se alistado no exército de Alexandre e morrido de sede na travessia do deserto ao retornar do oriente. O segundo acabou indo para Atenas, onde conheceu Platão e escreveu todo o *opus* aristotélico. Como ambos satisfazem suficientemente a regra de localização, ambos satisfazem suficientemente a condição disjuntiva "(i-a) $\vee$ (i-b)" exigida pela regra de identificação resultante da aplicação de RMI_1 ao feixe de descrições associáveis ao nome. O resultado disso é que a condição (iii) de unicidade deixa de ser satisfeita, deixando a regra de identificação para o nome 'Aristóteles' inaplicável e levando à conclusão de que Aristóteles não existe. Mas tal resultado é contra-intuitivo. Não há dúvida que para nós existe um único verdadeiro Aristóteles em M_2 e que ele é o segundo Aristóteles e não o primeiro. Só em um mundo possível M_3, que diferisse de M_2 apenas pelo fato de o segundo Aristóteles não ter chegado a nascer, nós seríamos induzidos a

considerar o primeiro deles o nosso Aristóteles "em potência", mesmo que muito mal-orientado.[1]

A pergunta a ser feita aqui é: o que nos leva a no primeiro contra-exemplo escolhermos o Aristóteles da Terra ao invés de o Aristóteles da Terra-Gêmea, e no segundo escolhermos o Aristóteles que escreveu o opus aristotélico ao invés daquele que se tornou médico? A resposta só pode ser uma: a satisfação das regras-descrições identificadoras de certo nome por mais de um objeto elimina o objeto que a satisfaz menos da competição pelo direito ao nome. A solução, portanto, é estabelecer o que poderia ser chamado de *condição de predominância*: a condição de que *no caso de mais de um objeto satisfazer a regra disjuntiva de um nome próprio, o portador do nome deve ser o objeto que mais completamente a satisfaz.* Como veremos, tal adição nos permite resolver facilmente os dois contra-exemplos acima, pois no primeiro o Aristóteles da terra satisfaz mais completamente a regra de identificação do que o Aristóteles da Terra-Gêmea (a condição de localização traz implícito que ele nasceu na Estagira da Terra, viveu na Atenas da Terra, etc.), enquanto no segundo contra-exemplo o Aristóteles que escreveu o opus aristotélico satisfaz mais a regra de identificação simplesmente por ser o único a satisfazer a condição de caracterização.

Com base em semelhantes considerações quero agora sugerir uma última e mais aprimorada formulação da regra meta-identificadora, que incorpora em si (sob uma assunção do tipo Cc) essa última condição. Ei-la:

> RMI_2:
> Um nome próprio *N* refere-se propriamente a um objeto *x*
> pertencente a uma classe G
> *see*
> (i-a) *x* satisfaz uma regra de localização *L* para *N*
> e/ou
> (i-b) *x* satisfaz uma regra de caracterização *C* para *N*,
> (ii) *x* satisfaz *L* e/ou *C* em medida no todo suficiente e
> (iii) *x* satisfaz *L* e/ou *C* mais do que qualquer outro objeto
> pertencente à classe G.

Substituímos aqui como condição (iii), que antes era de unicidade, pela de *predominância*, que é anterior à da unicidade, posto que serve para garanti-la. A condição de predominância é aplicada de modo a selecionar o objeto que satisfaz suficientemente a disjunção inclusiva dos disjuntos mais do que qualquer outro objeto da mesma classe que também a satisfaça, disso resultando a identificação unívoca do objeto de referência do nome próprio.

Do mesmo modo que no caso anterior, quando a regra de regras RMI_2 é aplicada às regras-descrições fundamentais constitutivas de um nome próprio qualquer (ou quando as suas variáveis formais forem instanciadas), ela produz uma *regra de identificação* ou *regra*

---

[1] Note-se que a teoria kripkiana do batismo também encontraria dificuldades em explicar nossa preferência pelo segundo Aristóteles em M_1. Ela não teria como distinguir o verdadeiro Aristóteles, pois não teria à disposição o recurso de se valer de descrições para privilegiá-lo. Além disso, ela não teria como explicar porque o verdadeiro Aristóteles passa a ser o primeiro em M_2. Contudo, como as descrições são causalmente determinadas, é sempre possível desenvolver uma solução causal-histórica para tais casos como, também, para qualquer outro. Tal solução seria, porém, sempre em última instância dependente da identificação consciente das descrições relevantes geralmente implicadas na intenção de preservar a mesma referência.

definicional para o nome próprio para ser aplicada por um falante ideal como o nomeador privilegiado. Eis como essa regra se afigura para o nome 'Aristóteles':

> RI_2-'Aristóteles':
> O nome próprio 'Aristóteles' refere-se propriamente a um objeto *x* pertencente à classe dos seres humanos
> *see*
> (i-a) *x* satisfaz a sua regra de localização de ter nascido em Estagira em 384 a.C., vivido grande parte de sua vida em Atenas e falecido em Chalkis em 322 a.C.(...)
> e/ou
> (i-b) *x* satisfaz a sua regra de atribuição de ter sido a pessoa que produziu o conteúdo relevante do opus aristotélico (...) e
> (ii) *x* satisfaz a disjunção (i-a) e/ou (i-b) em medida no todo suficiente e
> (iii) *x* satisfaz a disjunção (i-a) e/ou (i-b) mais do que qualquer outro ser humano.

A regra de identificação resultante da aplicação de RMI_2 às duas descrições fundamentais de Aristóteles nos dá uma resposta intuitiva ao problema do Aristóteles da Terra-Gêmea. Pois, segundo ela, embora tanto o Aristóteles da nossa Terra quanto o da Terra-Gêmea satisfaçam a regra disjuntiva em medida suficiente, o Aristóteles da nossa Terra é o único que verdadeiramente satisfaz a regra de localização espaciotemporal; afinal, só ele existe em *nossa* região espaciotemporal, sendo a essa região que a regra foi feita para se aplicar – a essa região específica de um espaço único que inclui ambas as Terras – e não à região espacial análoga situada na distante Terra-Gêmea. Assim, o Aristóteles da nossa Terra satisfaz mais completamente a condição disjuntiva "(i-a) $\vee$ (i-b)" do que o Aristóteles da Terra gêmea. Ao fazer isso ele preenche a condição de predominância da regra identificadora para Aristóteles resultante da aplicação de RMI_2 às regras-descrições fundamentais associadas a esse nome, o que se encontra em pleno acordo com a nossa intuição de que é ao Aristóteles da nossa Terra que estamos a nos referir.

A aplicação de RI_2-'Aristóteles' também resolve o problema dos dois Aristóteles gêmeos que em M_2 satisfazem a regra disjuntiva. O primeiro (que foi para a Índia com Alexandre) satisfez apenas em sua infância o suficiente da regra localizadora, nada satisfazendo da regra caracterizadora. Mas o segundo (que foi para Atenas e escreveu o *opus* aristotélico) satisfaz não só de modo totalmente suficiente a regra localizadora, mas também completamente a regra caracterizadora. Por isso, pela grande predominância na satisfação da regra disjuntiva, o último Aristóteles passa a ser escolhido por nós como sendo o verdadeiro, o que também se conforma às nossas intuições. Em um mundo no qual o segundo Aristóteles nunca tivesse existido, mas só o primeiro, nós tenderíamos a preferir o primeiro como sendo o nosso Aristóteles, mesmo que desafortunadamente desviado dos grandes feitos intelectuais que dele esperamos.

Voltando a RMI_2, resta uma questão a ser respondida. Imagine que outros nomes para o mesmo objeto, com regras de identificação próprias, viessem a competir com a regra de identificação do nome que estamos considerando. Assim, se feixes de descrições diversos associados aos nomes próprios diversos N_1... Nn satisfazem RMI_2 para um mesmo objeto, ou seja, se regras de identificação diferentes são satisfeitas, parece que deveria haver uma condição para se saber qual dos nomes próprios verdadeiramente se refere a esse objeto. Não seria necessária uma condição de predominância *de regra* exigindo que um objeto, para poder ser referido, devesse *satisfazer a regra disjuntiva de identificação para o nome em questão mais do que qualquer outra regra de identificação de outro nome que também se refira a ele?*

Felizmente, não parece que no caso dos nomes próprios essa condição adicional precise ser introduzida, dado que a identidade de objeto faz com que as condições criteriais constitutivas dessas regras identificadoras se adicionem ao invés de se excluir, especialmente no que concerne às descrições caracterizadoras, uma vez que não podemos ter duas descrições localizadoras diferentes para um mesmo objeto.

Um exemplo confirmador de duas regras de identificação aparentes para um mesmo objeto que se adicionam foi o do padre Marcial Maciel apresentado no capítulo anterior. Ele usou o pseudônimo de Raúl Rivas para conquistar a Sra. Gutiérrez com a estória inventada de que era funcionário da Esso e agente da CIA. Mas os elementos identificadores de Raúl Rivas acabaram por se revelar simples *constituintes* das condições caracterizadoras e localizadoras de Marcial Maciel.

Um exemplo adverso, mas ainda em conformidade como que dissemos, é o seguinte. Suponha que venha a ser descoberto, como já se pretendeu, que Lord Bacon tenha sido o verdadeiro autor das obras de Shakespeare, e que não existiu nenhum Shakespeare que tenha independentemente satisfeito a condição caracterizadora que lhe atribuímos, de ter escrito o opus shakespeareano. Nesse caso, parece que as regras de identificação de Bacon e Shakespeare deveriam competir. Contudo, isso não precisa acontecer. Não nos encontramos realmente forçados a escolher entre Bacon ser Bacon e Bacon ser Shakespeare. Nesse caso nós estenderemos os atributos de uma mesma pessoa de modo a abranger os nomes de Bacon e Shakespeare, dizendo que Bacon, além de ser o cientista, filósofo e diplomata que foi, também escreveu anonimamente as obras de Shakespeare. E quanto ao Shakespeare nascido em Stratford-upon-Avon em 1564, que se casou com Anne Hathaway? Ora, esse deve ser agora outra pessoa, outro objeto, para cuja identificação deve haver uma outra regra. O importante a ser notado é algo que ninguém nega: que no caso em questão, o mais importante é a satisfação das condições caracterizadoras, além do fato de Bacon ter vivido em Londres nessa mesma época, satisfazendo assim alguma coisa da condição localizadora. Vários enunciados poderiam resumir nossas reações: não só "Bacon foi o verdadeiro Shakespeare" e "Shakespeare não foi Shakespeare", mas também "Bacon foi o grande dramaturgo; Shakespeare foi apenas um diretor teatral conterrâneo".

O significado do nome próprio

Vejamos agora a questão do significado do nome próprio, ou, menos ambiguamente, do conteúdo semântico-cognitivo atribuível ao nome próprio. Para chegarmos a uma resposta, basta nos recordarmos do argumento apresentado no capítulo introdutório sugerindo que o significado – entendido aqui como o sentido fregeano (*Sinn*) mais completo do termo singular – se deixa plausivelmente esclarecer em termos de regras ou de combinações de regras que possibilitam a efetiva aplicação das expressões.[1] A razão me parece simples. Regras são a fonte originária do que chamamos de significado, posto que regras são significativas *per se*. Seguir uma regra é o mesmo que doar um significado a algo. Se "**&%**" parece menos significativo que "**→$**" é porque estamos acostumados a ver uma seta como uma regra indicadora de direção. Onde há regra há significação de algum tipo, mesmo que geralmente não do tipo que possa interessar, como no caso das regras sintáticas de uma língua. Mais propriamente, assumindo o *dictum* wittgensteiniano de que "o significado é aquilo que a

[1] O sentido cognitivo, epistêmico ou informativo (*Sinn* ou *Erkenntniswert*) é, como vimos, muito mais do que o sentido literal. Minha posição a respeito opõe-se ao externalismo semântico de Putnam e outros, cuja implausibilidade será evidenciada no Capítulo 8.

explicação do significado explica",[1] parece claro que quando falamos do significado de uma expressão linguística geralmente estamos considerando mais propriamente as regras que expomos na explicação daquilo que queremos dizer com a expressão. A conclusão inevitável disso é a de que uma teoria neodescritivista dos nomes próprios, sendo uma teoria de seus significados referenciais, é uma teoria das regras semânticas expressas pelas descrições que o nome substitui.

Esse ponto de vista contrasta fortemente com a opinião daqueles que defenderam que nomes próprios são destituídos de sentido.[2] As razões por eles apresentadas são conhecidas: se nos perguntam pelo significado de um nome próprio, ficamos sem saber o que responder... Além disso, como já notamos, os nomes próprios geralmente não se encontram dicionarizados; e como a finalidade dos dicionários é esclarecer os significados das palavras, tem-se aqui uma razão adicional para se rejeitar que nomes próprios possuam significados.[3]

Contudo, essa tese não resiste à reflexão. Certamente, o nome próprio tem significado no sentido de ter a função lexical do nome próprio, que é a de identificar um objeto singular como sendo o seu portador, distinguindo-o de qualquer outro. Mas ele também tem significado no sentido mais substantivo de possuir um *conteúdo semântico-sognitivo*. Que nomes próprios devem ter significado nesse último sentido fica logo claro quando consideramos sentenças de identidade entre nomes. A frase "Dr. Jeckill é Mr. Hide", por exemplo, deveria ser tautológica e não-informativa se os nomes próprios 'Jeckill' e 'Hide' não quisessem dizer coisas bastante contrastantes, se eles não possuissem conteúdos semânticos diversos. Afinal, Dr. Jeckill é uma boa pessoa que de quando em quando cede à sua parte má tomando uma poção que o transforma no demoníaco Mr. Hide. Além disso, se admitirmos o entendimento fregeano do conteúdo semântico, ele se explica como sentido (*Sinn*), que é um conteúdo informativo (*informatives Gehalt*), começando a ficar claro que nesse aspecto os nomes próprios não devem ser carentes, mas, pelo contrário, talvez mesmo repletos de significado. Afinal, parece que muitos deles são repositórios de uma massa difusa de conteúdo informacional variadamente acessado. Considere, por exemplo, a imensa carga de conteúdo informacional que podemos associar ao nome do conquistador Napoleão ou do filósofo Bertrand Russell. A extensa autobiografia de Russell está repleta de conteúdo informativo acerca dele mesmo. Sob tal perspectiva, a questão não é tanto que o nome próprio contenha significado de menos, mas demais. E tanto é assim que o lugar reservado para a exposição do significado de nomes próprios relevantes não é o dicionário, mas a enciclopédia. E em alguns casos, mais do que a enciclopédia, o lugar onde encontramos o significado mais detalhado e completo de um nome próprio é a biografia. Biografias como as de Napoleão, autobiografias como a de Bertrand Russell, são os lugares nos quais podemos encontrar uma pormenorizada exposição do conteúdo informacional associado a esses nomes próprios, o qual pode ser facilmente transformado em descrições definidas. E as regras de localização e caracterização não são em tal caso apresentadas em uma forma abreviada, como temos feito, mas em forma muito mais detalhada e completa.

Mas por que então alguns sustentaram que nomes próprios são vazios de significado? Uma resposta emerge do fato de que quando acidentalmente usamos um nome próprio, tudo o que

---

[1] Wittgenstein 1984b, sec. 560.

[2] Ziff 1960, pp. 93-94. Desde Stuart Mill essa ideia foi muitas vezes considerada.

[3] A bem da verdade deve ser notado que existem dicionários específicos para nomes próprios, geralmente explicando os sentidos etimológicos dos nomes próprios de pessoas e fornecem informações genéricas sobre os seus portadores mais conhecidos.

costumamos saber dele são aspectos geralmente vagos e variáveis de seu significado, partes restritas de seu conteúdo informacional, cujo domínio em geral varia de falante para falante. O que (ao menos disposicionalmente) temos em mente ao usar um nome próprio é geralmente alguma parcela do seu significado que pode variar de pessoa para pessoa e de ocasião para ocasião em uma só pessoa, dado que o conteúdo completo de muitos nomes próprios é conhecido por poucos e, se tomado muito estritamente, por ninguém em particular. Devido a isso, quando contrastamos esse estado de coisas com o significado permanente, distinto e universalmente compartilhado dos termos gerais mais simples (como, digamos, 'vermelho' e 'redondo'), temos a impressão de que por não serem capazes de significar nada de específico os nomes próprios não são capazes de significar mais coisa alguma. Nomes próprios tem tanto significado que parecem não ter nenhum.

Identificando o sentido com regras, consideremos agora a questão do sentido dos nomes próprios tendo em vista as expressões descritivas das regras já consideradas. Quais seriam as de maior valor semântico? Uma primeira regra a ser excluída é a própria regra meta-identificadora do tipo RMI: o núcleo semântico distintivo de um nome próprio não pode ser por ela constituído, pois ela não é mais que uma simples *forma* compartilhada pelas regras de identificação dos mais diversos nomes próprios, enquanto o que mais importa para o significado de um termo é aquilo que o distingue de outros termos da mesma espécie. O significado também não deve ser relevantemente constituído pelas regras auxiliares expressas pelas descrições do grupo C, dado que elas são acidentais em relação à aplicação do nome, ainda que delas se espere que em alguma medida contribuam para o seu conteúdo informativo. Restam, pois, as regras fundamentais de localização e/ou caracterização, expressas respectivamente pelas descrições dos grupos A e B. Com efeito, só podem ser essas últimas as que constituem de modo relevante o significado de um nome próprio. Se nos perguntarmos, por exemplo, quais as descrições que expressam o âmago do que se pode querer dizer com o nome próprio 'Aristóteles', a resposta mais natural parece vir através das descrições fundamentais concernentes a um filósofo que nasceu em Estagira em 394 a.C., que estudou com Platão em Atenas... e que desenvolveu as ideias que influenciaram profundamente o curso da filosofia ocidental; ideias expostas em obras como a *Metafísica,* a *Ética a Nicômaco* e o *Organon*. E quando tudo o que uma pessoa é capaz de dizer de Aristóteles é que ele foi 'um grande filósofo grego', ela está dizendo algo que já está sendo implicado pelas descrições fundamentais. Assim são as regras-descrições fundamentais que exprimem o conteúdo informativo indispensável constitutivo do núcleo central de significação desse nome próprio.

Afora esse núcleo semântico central, podemos admitir, há certamente um halo de significação secundário em geral expresso pelas regras-descrições auxiliares. Assim, a descrição auxiliar metafórica 'o mestre dos que sabem', feita para conotar Aristóteles, também contribui para a massa de conteúdo informativo que constitui o significado completo desse nome próprio, da mesma forma que descrições acidentais mais bem conhecidas, como 'o maior discípulo de Platão', 'o tutor de Alexandre', 'o fundador do Liceu'... posto que quem as conhece já é capaz de dar um sentido convergente qualquer a esse nome. Nem todas as regras auxiliares, contudo, contribuem para enriquecer o conteúdo informativo do nome próprio. As regras-descrições acidentais ignoradas, como 'o neto de Achaeon', certamente não contribuem de modo relevante. E as regras-descrições adventícias, como 'o filósofo mencionado pelo professor na sala de aula', por sua natureza circunstancial em nada

contribuem para o conteúdo informativo permanente do nome próprio, não sendo por isso encontradas nem em enciclopédias nem em biografias.[1] Apesar disso, pode-se dizer que essas últimas regras ainda expressam um sentido *ocasional*, que está sendo intencionado pelo usuário do nome, quando este o emprega, e compreendido pelos seus ouvintes.

Para evitar confusão é indispensável distinguir entre o *significado completo* e o *significado intencionado* do nome próprio. Comecemos pelo significado intencionado. Ele é aquele conteúdo variável que diferentes pessoas e inclusive uma mesma pessoa em tempos diferentes tem em mente ao empregar o nome próprio. Ele me parece ser aquilo que Russell chamou de "descrição em nossas mentes".[2] Podemos dizer que ele consiste naquilo que é, *se não atualmente, ao menos disposicionalmente intencionado pelo falante* quando ele pensa ou profere o nome, querendo dizer com isso que a intenção não precisa estar conscientemente elaborada. Digo que este significado é ao menos disposicionalmente intencionado porque aquilo que é intencionado em termos de regras-descrições – que tanto podem ser fundamentais quanto auxiliares – não precisa ser reflexivamente considerado no momento da aplicação do nome, embora determine o uso do nome pelo falante e possa em princípio ser tornado consciente. É comum que conheçamos muito pouco dos significados dos nomes próprios que usamos, de modo que o significado intencionado poucas vezes coincide com o significado completo.

Quanto ao significado completo, ele é constituído primariamente pelo que podemos chamar de *significado próprio*: o conjunto formado pelas regras localizadora e caracterizadora (o núcleo semântico primário). Já secundariamente ele é formado também pelo que poderíamos chamar de *significado auxiliar*: aquele constituído pelas regras auxiliares (o halo semântico).

Tendo esse quadro em mente se torna fácil esclarecer o papel semântico das regras auxiliares expressas pelas descrições do grupo C. Muitas vezes começamos a conhecer um nome próprio através de uma regra-descrição auxiliar de conexão com o objeto. Claramente, uma pessoa que só conhece uma regra-descrição auxiliar ainda não possui conhecimento satisfatório do significado do nome próprio. Mas regras-descrições como 'o marechal de ferro', 'o maior discípulo de Platão', ou mesmo 'o filósofo citado pelo professor', já podem bastar para permitir ao falante inserir o nome próprio no discurso de maneira comunicacionalmente eficaz, obtendo sucesso referencial em um sentido derivado da palavra. Mais ainda, para que o falante entenda essa inserção insuficiente do termo referencial no discurso público é importante que ele *reconheça* seu conhecimento insuficiente de seu significado. Afinal, uma pessoa só é capaz de inserir racionalmente o nome próprio em um discurso, usando-o com intenção de referir no sentido derivado, fraco, insuficiente, conquanto ela conte com uma comunidade linguística que em sua divisão de trabalho linguístico ao final possua elos com intérpretes capazes de completar o significado e a referência do nome próprio. Ou seja: em tal comunidade outras pessoas compreendem a quem o falante está pretendendo se referir ou ao menos a compreensibilidade social dessa pretensão. Trata-se aqui de algo similar ao que P. F. Strawson já havia a seu modo identificado em termos de *empréstimo de referência* (*reference borrowing*).[3]

---

[1] Que nem sempre é assim se deixa atestar pela maldosa observação de um crítico londrino sobre James Joyce e sua esposa iletrada: "Fui apresentado a um velho doente acompanhado de uma vaca". (O'Brien, 2011)

[2] Russell 1980 (1912), p. 30

[3] "…uma referência pode tomar de empréstimo suas credenciais como uma referência genuinamente identificadora de uma outra, e essa última de uma outra. Mas esse regresso não é infinito." (1959, pp. 185.)

Nomes próprios de pessoas comuns

O leitor pode agora se perguntar agora se RMI_2 se aplicaria a nomes próprios de pessoas comuns, cujo significado não se encontra nem enciclopédias, nem em biografias. Não vejo aqui nenhuma diferença essencial com relação aos casos acima considerados; a diferença, cono veremos, se encontra, como veremos, apenas no maior *espalhamento* das regras-descrições caracterizadoras. Imagine que eu tenha conhecido em minha juventude uma senhora chamada Alvine Schulte. Se perguntado quem é Alvine Schulte, eu diria que se trata de (i) "a simpática senhora que me atendeu várias vezes quando fui pedir um apartamento na Administração Estudantil da Universidade de Bielefeld e que possuía traços faciais algo exóticos" (descrição adventícia). Seu ex-marido Felix dirá que ela foi (ii) "a senhora com a qual esteve casado por dezesseis anos e com a qual teve dois filhos homens" (parte da regra-descrição caracterizadora). Seus filhos dirão que Alvine foi (iii) "a mãe deles, uma pessoa de grande entendimento humano" (descrição acidental bem conhecida). Seu pai, Herbert Schneider, dirá que ela foi (iv) "a sua filha preferida, mesmo que muito peralta" (descrição acidental pouco conhecida). Essas descrições são aspectuais, sendo assim mesmo que geralmente conhecemos as pessoas. Mas digamos que alguém queira uma caracterização mais precisa de quem foi Alvine Schulte, por exemplo, uma instância governamental. Nesse caso se recorrerá a algo como a sua carteira de identidade, na qual se encontram um local e data de nascimento, uma foto e uma impressão digital. Digamos agora que a Sra. Schulte tenha respondido a um processo judicial. Nesse caso poderá ser requerido um histórico dos lugares nos quais ela viveu, além de características de personalidade, seu nível de estudos, um histórico profissional, além, é claro, de fotos, digitais, etc. Digamos, por fim, que alguém se disponha a escrever uma biografia da Sra. Schulte. Nesse caso todos os elementos acima irão certamente constar. A conclusão a que chegamos é a de que, embora o conhecimento aspectual desempenhe no presente caso um papel muito mais importante, pois não há uma razão pública muito ampla para nos lembrarmos de nomes comuns, esse conhecimento só existe associado às regras-descrições fundamentais para a identificação da Sra. Schulte, que são a regra descrição localizadora:

> A pessoa que nasceu em 12/3/1932 em Berlim, tendo como pais Herbert e Frida Schneider, tendo vivido sua juventude em Stuttgart e posteriormente em Bielenfeld, onde faleceu em 26/4/2016 (...).

Seguida da regra-descrição caracterizadora:

> A mulher que foi casada com o Sr. Felix Schulte, com o qual viveu por dezesseis anos, tendo dois filhos homens. Após a separação a Sra. Schulte trabalhou na Administração Estudantil da Universidade de Bielefeld, tendo chegado a ser gerente da mesma, a aparência sendo mostrada pelas fotos (...).

As descrições iniciais ou são auxiliares ou participam em maior ou menor medida das regras localizadora e caracterizadora da Sra. Schulte. Aqui cabe a pergunta: poucos conhecem em detalhes as regras localizadora e caracterizadora; como então é possível que com tão pouco como as descrições de (i) a (iv) as pessoas sejam capazes de se referir à Sra. Schulte? Uma mais completa resposta a semelhante pergunta será endereçada na próxima seção.

O entendimento descritivista da divisão de trabalho da linguagem

Contra as RMI e as regras de identificação ainda poderia ser oposta a seguinte objeção: não precisamos conhecer as descrições fundamentais associadas a um nome próprio para podermos usá-lo corretamente e com ele denotar o seu portador. Talvez a única coisa que a maioria das pessoas ainda hoje sabe sobre Aristóteles é que ele satisfaz a descrição indefinida 'um grande filósofo da Grécia antiga'. Uma pessoa que conheça apenas isso só saberá generalidades implicadas pelas descrições caracterizadora e localizadora de Aristóteles. Mesmo assim, costumamos dizer que essa pessoa é capaz de se referir a Aristóteles. Mais ainda, uma pessoa pode ser admitida como se referindo a Aristóteles, mesmo associando a este nome uma única descrição auxiliar como 'o maior discípulo de Platão' após ter visto uma foto do famoso afresco de Rafael, ou associar a esse nome apenas a descrição 'o tutor de Alexandre' após ter assistido um filme sobre as conquistas de Alexandre, ou até mesmo a uma descrição auxiliar adventícia, como 'o filósofo mencionado pelo professor na aula de ontem'. Além disso, para Kripke uma pessoa poderia se referir a Aristóteles mesmo associando a ele uma descrição errônea, como 'um filósofo medieval' ou 'um general grego'. Mas como isso é possível?

A resposta a ser dada a essa última questão vale-se do que poderíamos chamar de um entendimento *descritivista* da hipótese da divisão de trabalho da linguagem. Essa divisão foi proposta por Hilary Putnam para palavras-conceitos em termos não-descritivistas. Para Putnam é comum que uma mesma palavra seja usada por diferentes pessoas de diferentes maneiras, podendo cada uma delas ter um conhecimento diverso, maior ou menor e mais ou menos especializado do que se pode querer dizer com ela. Para ele as palavras não funcionam apenas como diferentes ferramentas, como pensava Wittgenstein. A interessante metáfora usada por Putnam, aplicável a muitas palavras de nossa linguagem, é a de um barco a vapor, "que requer a cooperação de um número de pessoas para serem usadas"[1]. Com efeito, diferentes pessoas usam o barco com funções e finalidades diversas; umas o usam como passageiros que nada fazem além de esperar que o barco os leve ao seu destino. Outras, como os membros da tripulação, tem papéis mais ativos. Elas podem trabalhar na pilotagem do barco, na casa de máquinas, no serviço de bordo... Esse é claramente o caso de termos gerais com conotações científicas como água e ouro, ou ainda termos científicos especializados como elétron, quark, corda e microcorda.

Putnam, compromissado com o seu externalismo semântico, considera essa divisão de trabalho da linguagem em grupos sociais sem recorrer a aspectos cognitivo-descritivos. Contudo, antes dele outros filósofos já haviam admitido algo similar à divisão de trabalho da linguagem, entendendo-a como uma divisão de conteúdos semânticos entre diversos níveis de exigência e capacidades cognitivas descritivamente exprimíveis que os falantes ou grupos de falantes diversos precisam adquirir com relação ao uso da Palavra.[2] Afinal, alusões a alguma coisa como a divisão de trabalho da linguagem podem ser encontradas na obra de filósofos internalistas anteriores a Putnam, começando com o próprio John Locke, que foi o defensor clássico de uma semântica descritivista em que os significados são "ideias" psicológicas.[3]

É, pois, muito fácil e natural interpretar a divisão de trabalho da linguagem em termos das variadas capacidades cognitivas na aplicação de conteúdos semânticos descritivamente

---

[1] 1975, p. 229.

[2] Dummett 1981b pp. 138-139; Mellor 1977, p. 115.

[3] Ver Locke 1975: 2.31.4-5, 2.32.12, 2.29.7, 3.10.22, 3.11.24. Esse compromisso de Locke e de outros filósofos, como C. S. Peirce, com uma divisão de trabalho da linguagem foi lembrado por A.D. Smith (1975, pp 70-73).

exprimíveis que os diversos falantes são capazes de associar à palavra, no caso presente, ao nome próprio. Com isso podemos sugerir que ao atribuirmos referência estamos falando de *sucesso referencial*, que por sua vez tem ao menos, grosso modo, dois sentidos:

(a) o de uma *referência auto-suficiente*.
(b) o de uma *referência insuficiente*.

Consideremos primeiro o caso (a) da referência que chamo de auto-suficiente. Podemos entendê-lo como sendo o da referência capaz de por si mesma nos oferecer uma garantida identificação do objeto como algo existente no mundo. O critério de sucesso referencial para o caso (a), da referência auto-suficiente pode ser considerado *a aplicação, por parte do falante, da própria regra de identificação do nome próprio,* ou seja, a aplicação de suas regras-descrições localizadora e/ou caracterizadora, das quais ele tem amplo domínio. Há muitos nomes próprios, por exemplo, os de nossos familiares, cuja regra de identificação nos é perfeitamente conhecida. Mas há outros nomes cujo sentido, cujo conteúdo informativo relevante só é conhecido por um usuário privilegiado do nome, como, digamos, o especialista, o historiador, as testemunhas de um batismo... Considere, por exemplo, os nomes próprios 'Kublai Khan', 'Galáxia de Andrômeda', 'Batalha de Salamina'. A referência auto-suficiente dos portadores desses nomes requer nomeadores que sejam capazes de se referir verdadeiramente aos seus portadores, sendo idealmente os responsáveis por sua instituição e manutenção: os seus *nomeadores privilegiados*.

Contudo, é muito frequente atribuirmos referência considerando apenas uma regra-descrição insuficiente, ou seja, *incompleta* (esquemática, acessória) ou mesmo *deficiente* no sentido de ser errônea, mas mesmo assim convergente, aplicada por algum falante – uma referência cujo caráter é derivado. Quanto à insuficiência por incompletude, é usual dizermos das pessoas que conhecem apenas generalidades ou descrições auxiliares associadas a um nome próprio como 'Aristóteles', que elas *se referem* ao seu portador. Esse é o caso das pessoas que só sabem de Aristóteles que ele é uma figura de um afresco de Rafael ou que ele apareceu no filme sobre Alexandre como sendo o seu tutor. Essas pessoas são capazes de se referir ao filósofo apenas em um sentido estendido da palavra, no sentido de que são capazes de inserir o nome 'Aristóteles' em circunstâncias conversacionais pouco exigentes, de modo que intérpretes (talvez outros que não os seus ouvintes) que possuam maior domínio da regra de identificação desse nome sejam capazes de reconhecer nesse uso uma tentativa de identificação do objeto a ser verdadeiramente referido. Mais que isso, como notou Kripke, uma pessoa pode associar um nome próprio a uma descrição indefinida como 'um grande físico' para Richard Feynman e mesmo a uma descrição definida deficiente no sentido de errônea, como 'o inventor da bomba atômica' para Einstein.[1] Geralmente essas pessoas fazem isso conhecendo a gramática dos nomes próprios (implicitamente conhecendo RMI_2) e possuindo certo pano de fundo informacional, que lhes permite ter consciência daquilo que podem – e, principalmente, daquilo que não podem – fazer com a palavra. Isso acontece, porém, sob o pressuposto de que a comunidade linguística possui nomeadores privilegiados, como disse, pessoas em condições de completar a referência do nome pelo domínio de sua regra de identificação. Duas pessoas podem se entender sobre a existência de um grande pintor espanhol que chamam de 'Velázquez', sem ter visto suas pinturas nem saber mais nada sobre ele; não negamos que elas

[1] 1980, pp. 81-85.

se referem (de modo insuficiente) a Velázquez, mas é evidente que em um sentido próprio não sabem sobre quem estão falando; eles se referem ao pintor por empréstimo de referência.

Não obstante, há limites para o erro no uso do nome próprio. Se alguém usa o nome próprio 'Aristóteles' pensando que se trata de um número primo, se alguém usa o nome 'Feynman' pensando que é uma marca de perfume, ou se usa o nome próprio 'Einstein' pensando que se trata de uma pedra preciosa, trata-se de entendimentos demasiado divergentes desses nomes – insuficientes no sentido de serem *inadequados*. Trata-se de usos nos quais sequer a classe G (dos seres humanos) demandada por RMI_2 é reconhecida. Aqui a pessoa não será mais capaz de inserir corretamente o nome no discurso e nomeadores privilegiados irão concluir que ela foi incapaz de fazer um uso referencial desses nomes, mesmo que em um sentido derivado.

Tendo em mente o uso referencial do nome sem conhecimento suficiente de sua regra de identificação, podemos propor um segundo sentido de sucesso referencial, concernente ao caso (b) das referências que chamei de insuficientes, mesmo que por deficiência, mas não inadequados. Para esse sentido enfraquecido de sucesso referencial o critério é duplo:

> CRITÉRIO DE SUCESSO PARA REFERÊNCIAS INSUFICIENTES:
> (b-1) *Condição de convergência*: O uso convergente do nome associado a descrições pertencentes ao feixe ou ao menos que tenham a ver genericamente com as descrições do feixe. Entendo por uso convergente aquele no qual a pessoa consegue ao menos *classificar corretamente* o objeto referido, de modo a torná-lo suficientemente reconhecível para nomeadores privilegiados (algo que equivale ao conhecimento de um *genus proximum*).
> (b-2) *Condição de competência linguística*: O conhecimento da parte do falante de RMI_2. Isso faz com que a pessoa saiba que não sabe ou que esteja em condições de saber que não sabe. (Se tudo o que sei sobre Aristóteles é que ele foi o preceptor de Alexandre e conheço RMI_2, então sei que não sei quem foi realmente Aristóteles.)

Assim, uma pessoa é admitida como sendo capaz de usar o nome referencialmente de forma indireta, mesmo com conhecimento deficiente, como no caso em que identifica Feynman com um grande físico, e mesmo com conhecimento errôneo, quando identifica Einstein com o inventor da bomba atômica. Importante é o fato de que essas identificações são convergentes, caindo dentro das classificações gerais de físico e de cientista (satisfação de b-1). Isso é assim porque, só pelo fato de inserir o nome na linguagem de maneira convergente a pessoa já torna possível a outros nomeadores – assumindo o suporte último de nomeadores privilegiados – a inserção do nome próprio no discurso de maneira suficientemente adequada sem obstar o caminho para uma referência mais completa. Finalmente, pressupõe-se que a pessoa conheça RMI_2, a regra metalinguística para a construção de regras de identificação de nomes próprios (satisfação de b-2). Geralmente isso faz com que a pessoa tenha consciência de que para usar o nome de modo propriamente referencial ela precisaria saber mais sobre ele do que aquilo que realmente sabe.

Nesse sentido fraco de sucesso referencial emprestado, o que costumamos chamar de "ato referencial" é pouco mais que um gesto em direção a um autêntico ato de referir. O falante realiza seu "ato de referência" em um sentido insuficiente, dependente, por empréstimo, apoiado em uma comunidade linguística que ele conta e que supõe ser contada como sendo capaz de completar a referência para ele. É somente *pelo auxílio* de uma comunidade linguística constituída por falantes melhor qualificados que se torna possível completar cognitivamente os sentidos das expressões por ele usadas. Aqui vale lembrar que embora esse processo seja social, ele não deixa obviamente de ser interno. O significado do nome próprio, mesmo estando apenas de modo muito parcial na cabeça do falante, mesmo encontrando-se

diversamente distribuído nas cabeças dos outros falantes – dos potenciais intérpretes de sua referência – é interno em todos os seus momentos. Retornando à metáfora de Putnam: uma pessoa é bem sucedida em referir segundo o critério (b) de êxito referencial concernente a uma referência insuficiente da mesma maneira que um passageiro diz que toma um barco para ir até um certo lugar, mesmo sabendo que é a tripulação que realmente irá conduzi-lo. Esse é um caso diferente daquele de uma pessoa que é bem sucedida em referir segundo o critério (a) de êxito referencial, digamos, como o capitão da embarcação, que realmente a usa com a função de conduzir o barco até seu destino. Se quisermos ser rigorosos, deveremos admitir que as pessoas que usam um nome próprio sem conhecerem as suas regras-descrições fundamentais *não sabem ao certo o que estão dizendo com o nome*. Com efeito, nós só consentimos em dizer que elas são capazes de inserir referencialmente o nome na linguagem porque confiamos na existência de nomeadores privilegiados que sejam realmente capazes de identificar o seu portador. Finalmente, referências insuficientes não-deficientes formam um espectro que vai desde o conhecimento de descrições quase irrelevantes (como 'um filósofo', 'o tutor de Alexandre'...) até o conhecimento de descrições importantes ou mesmo fundamentais (como 'o maior aluno de Platão' ou 'o estagirita'...).

Para enfatizar a dependência social da referência insuficiente podemos imaginar uma situação na qual, por alguma razão, todos os nomeadores privilegiados desaparecessem. Imagine que uma catástrofe como uma guerra atômica ocorresse e que apenas umas poucas pessoas quase iletradas e reduzidas a um estado quase selvagem sobrevivessem. Imagine que essas pessoas encontrassem uma descrição auxiliar concernente a Aristóteles, como "o tutor de Alexandre" e nada mais. Elas seriam capazes, suponhamos, de reconhecer que Aristóteles é o nome de uma pessoa. Contudo, elas em realidade não seriam capazes de se referir a Aristóteles mesmo no sentido (b) de fazerem uma referência insuficiente, simplesmente pela ausência do suporte conferido por uma comunidade linguística que incluísse falantes capazes de garantir a referência e dar-lhe um sentido que fosse. Sem usuários privilegiados capazes de, ao menos em conjunto, dominar a regra de identificação, a possibilidade de um efetivo uso referencial do nome próprio entraria em colapso. É como se os passageiros ocupassem um navio abandonado pela tripulação sem ter a menor ideia de como fazê-lo funcionar.

Porque nomes próprios costumam ser designadores rígidos

As regras de identificação resultantes da aplicação das RMI mostram o caminho para resolver um problema que tem assombrado o descritivismo. Trata-se da razão pela qual os nomes próprios são designadores rígidos. Para responder à questão precisamos atentar para algumas propriedades semânticas das regras de identificação para nomes próprios. Uma delas é que essas regras podem ser sempre traduzidas na forma de sentenças descritivas a serem lidas como definições ou verdades analítico-conceituais. Podemos tornar isso claro reescrevendo (sob a assunção de Cc) a regra de identificação do nome próprio 'Aristóteles' ao modo de uma longa descrição definida a ser resumida como se segue:

> DD-'Aristóteles':
> *O* nome próprio 'Aristóteles' que se refere à pessoa que satisfaz de modo (ii) em seu todo suficientemente e (iii) mais que qualquer outra, a condição de (i-a) ter nascido em Estagira em 384 a.C., filho do médico da corte, vivido em Atenas e morrido em Chalkis em 322 a.C. e/ou a condição de (i-b) ter sido o autor das ideias fundamentais do opus aristotélico.

Mesmo que essa longa descrição definida contenha uma disjunção inclusiva e assim elementos descritivos que individualmente podem se aplicar ou não ao portador do nome,

caso ele exista, como tal ela se constitui em um *designador rígido* tacitamente aceito. Afinal, não podemos conceber um mundo possível no qual Aristóteles exista e a descrição acima não se aplique. Ou seja, não podemos conceber um mundo possível em que Aristóteles exista e a regra de identificação expressa por essa descrição não se aplique, uma vez que é essa mesma regra que *define* quem para nós é Aristóteles. A aplicabilidade dessa regra-descrição é aquilo mesmo que estabelece a existência de Aristóteles, *i.e*., o que pode e o que não pode ser Aristóteles em qualquer mundo possível.

Isso não nos surpreende, aliás, se admitirmos a identificação fregeana da existência com o cair sob um conceito, ou, como prefiro, como a satisfação ou efetiva aplicabilidade do conceito entendido agora no sentido não-fregeano de regra conceitual. Pois se o conceito (*Sinn*) associado a um nome próprio for, como parece claro, sua própria regra conceitual de identificação, então a existência, a satisfação do conceito, não parece ser mais que a efetiva e contínua aplicabilidade da regra de identificação associada ao nome próprio. Isso pode parecer estranho, mas fica mais razoável se parafrasearmos enfatizando uma linguagem-objeto ao dizer que *a existência do objeto reduz-se à meta-propriedade que ele tem de sua regra de identificação (caso ela exista) lhe ser efetivamente e continuamente aplicável, enquanto que se o objeto não possui essa meta-propriedade ele não é real, mas meramente imaginário.*[1] Assim, aplicar a regra de identificação para Aristóteles em um mundo possível é o mesmo que admitir que Aristóteles existe nesse mundo, não podendo haver nenhuma lacuna entre uma coisa e outra. Por isso, a efetiva aplicabilidade da regra de identificação é, de algum modo, "constituidora" do objeto, que só ganha "ser" como aquilo a que a regra (exista ela ou não) é efetiva e continuadamente aplicável.

Essas reflexões nos permitem explicar porque nomes próprios são designadores rígidos. O designador rígido, no sentido mais razoável desse conceito, se define como *aquele que é aplicável em todos os mundos possíveis nos quais a sua referência existe*. Ora, o nome próprio é um designador rígido porque a sua regra de identificação é necessariamente aplicável em qualquer mundo possível no qual a sua referência possa ser dada como existente, o que é refletido na verdade necessária da frase que exprime a sua regra de identificação, a regra que nos permite atribuir tal existência.

Podemos nos perguntar agora: mas não existiriam casos incertos, mundos possíveis nos quais não há como saber se podemos ou não aplicar a regra, mundos nos quais só existe, digamos, "meio" Aristóteles? A resposta é afirmativa. Mas isso não tem a menor importância! A vaguidade é uma característica inexpugnável da linguagem e uma apropriada semântica dos mundos possíveis também precisaria se adequar a isso. Certamente, há mundos possíveis nos quais não existe o suficiente de Aristóteles para sabermos se podemos ou não aplicar sua regra de identificação. Neles não se há como atribuir nem existência, nem inexistência a Aristóteles; e neles (assumindo a plausível ideia de que a vaguidade advenha da própria natureza das coisas) Aristóteles realmente nem existe, nem não existe. Isso não significa que o nome 'Aristóteles' não seja um designador rígido, pois fora dessa fronteira de indeterminação esse nome continua a poder ser garantidamente aplicável ou não.

Há, por conseguinte, uma maneira natural de acomodar o conceito de designador rígido a tais casos. Basta redefinir mais adequadamente tal conceito como designando a propriedade de uma expressão referencial de se aplicar a todos os mundos possíveis nos quais o objeto

---

[1] Como já fiz notar, não há aqui nenhum antropomorfismo: um objeto pode ter sua regra de identificação efetivamente e continuamente aplicável a si mesmo (não sendo assim meramente imaginário), mesmo que essa regra nunca tenha sido pensada nem aplicada por nenhum sujeito cognitivo.

referido *definidamente* existe. A rigidez é, em outras palavras, a propriedade da regra semântica de um termo referencial de "constituir" a existência de seu objeto em todos os mundos possíveis nos quais essa regra é capaz de se revelar (via atos verificadores) efetivamente e continuamente aplicável de uma forma definida, ou seja, sem que pairem dúvidas acerca de sua aplicabilidade.

Seria ainda possível objetar lembrando o paradoxo *sorites*. Se há fronteiras de indeterminação, onde elas terminam? Se não há um limite definido para o seu término, o que nos justifica dizer que já chegamos a uma zona de clareza na aplicação do conceito em que o portador do nome definidamente existe? Contudo, o sorites pode ser gerado para virtualmente qualquer termo vago de nossa linguagem sem que ele deixe de ser, na prática. aplicável. Com efeito, mesmo conscientes do sorites, não deixamos de aplicar a palavra 'calvo' diante de uma cabeça realmente lisa, nem a palavra 'monte' diante de um monte realmente vultuoso. Não precisamos, pois, solucionar o *sorites* para aplicarmos a maioria de nossos predicados. Analogamente, não precisamos fazer desaparecer os casos indecidíveis para admitirmos que o nome próprio 'Aristóteles' é um designador rígido.

Uma pergunta interessante pode ser ainda colocada: alterações na regra de identificação são possíveis; mas elas não destruiriam a rigidez do nome próprio? A resposta resumida é: se a alteração da regra for capaz de destruir a rigidez, ela destruirá também a função do nome próprio de nomear. Mais detidamente, diríamos que como a regra de identificação define o que o nome próprio é capaz de identificar, as alterações na regra precisam ser limitadas. As regras-descrições auxiliares podem sem dúvida ser alteradas, uma vez que não são elas que realmente decidem a aplicabilidade do nome próprio: pouco importa se Aristóteles foi ou não tutor de Alexandre. Como as regras-descrições fundamentais demandam apenas disjunção e suficiência para serem aplicadas, localizações e/ou caracterizações podem faltar, como vimos em vários exemplos. Mas isso não implica em mudança na regra de identificação, mas somente em sua aplicação. Não obstante, as regras-descrições fundamentais podem certamente ter o número de detalhes relativos à localização e caracterização *aumentados* ou mesmo *diminuídos.* Isso acontece frequentemente com o aumento e precisão das informações obtidas, não alterando a referência nem os mundos possíveis aos quais o nome se aplica. Contudo, não podemos alterar a regra de identificação de modo a alterar os mundos possíveis nos quais o nome próprio se aplica. Isso aconteceria se alterássemos a regra de identificação de Aristóteles de modo a dizer que ele foi um filósofo que viveu no século IX e que escreveu em latim um livro chamado *Liber de Causis.* Trata-se aqui de uma regra para um homônimo de nosso Aristóteles que só compartilha com ele o fato de ter sido um filósofo.

Outro exemplo que comprova esse ponto é o caso do nome Madagascar sugerido por Gareth Evans. A primeira regra de identificação localizava e caracterizava Madagascar como uma região na costa leste da África. Marco Polo equivocamente entendeu que Madagascar seria a grande ilha situada próxima da costa leste da África, alterando assim por completo a regra de identificação. Por causa desse erro, a prática de chamar essa grande ilha de 'Madagascar' tornou-se corrente tendo como resultado que o nome 'Madagascar' passou a ter dois significados correspondentes a duas regras de identificação para dois objetos diferentes: o do nome antigo referente a uma região costeira da África, que caiu em desuso, e o do nome dado por Marco Polo, referente à grande ilha.

Porque descrições definidas costumam ser designadores acidentais

Nessa seção quero apresentar o que considero a demonstração irrefutável do maior poder explicativo da teoria dos nomes próprios até agora desenvolvida.

Já vimos que uma significativa vantagem da teoria causal-histórica estaria no fato de que ela fornece uma explicação aceitável para o fato de as descrições definidas serem designadores acidentais, enquanto os nomes próprios são designadores rígidos: por se conectarem diretamente com o objeto, eles o identificam em qualquer mundo possível onde ele exista; já as descrições, por fazerem isso indiretamente (supostamente pela intermediação do conteúdo semântico conotado), são capazes de identificar objetos diferentes em diferentes mundos possíveis.

Essa explicação é insatisfatória, na medida em que deve recorrer a uma misteriosa "conexão direta com o objeto" pretensamente possuída pelos nomes próprios. Ora, é uma grande vantagem para a teoria metadescritivista dos nomes próprios que ela nos possibilite uma explicação muito mais natural e convincente dessa diferença de comportamento entre descrições e nomes próprios. Para chegarmos a essa explicação precisaremos de um longo argumento. Podemos começar perguntando: em que casos as descrições definidas se tornam designadores rígidos? Um caso à parte é aquele no qual elas são artificiosamente usadas de modo rigidificado. Para tal basta *estipular*, por exemplo, que a descrição 'o último grande filósofo da antiguidade' se refere necessariamente a Aristóteles, o que excluirá, por exemplo, que em outro mundo possível um mais influente filósofo antigo lhe tenha sucedido. Mas não é nada disso o que quero considerar aqui. Podemos fazer o que quisermos com a linguagem pela simples estipulação de novas convenções, sem que isso nos leve a lugar algum. O que quero considerar é o caso de descrições definidas atributivas perfeitamente normais, que mesmo assim se deixam naturalmente interpretar como designadores rígidos. Eis alguns exemplos:

(A)

(i) a raiz quadrada de nove,
(ii) o ponto mais oriental da América Latina,
(iii) o terceiro regimento de cavalaria de Sintra.
(iv) o último período glacial,
(v) o assassinato do arquiduque austríaco Ferdinando em Sarajevo em 1914.

Pela descrição (i) estamos considerando não apenas o número 3, mas o procedimento de radicação do qual ele resulta. Essa descrição seria admitida pelo próprio Kripke como um designador rígido do tipo obstinado, posto que o seu caráter formal a torna abstratamente aplicável dentro de qualquer mundo possível. Mas não é ela que mais nos interessa aqui e sim as descrições de (ii) a (v), cujo conteúdo é empírico. Considerá-las designadores rígidos ou não costuma depender da maneira como as interpretamos. Se entendermos a descrição (ii) como indicando um local geográfico no nordeste brasileiro onde se encontra a cidade de João Pessoa, que é onde em nosso mundo se situa o ponto mais oriental da America Latina, então essa descrição será acidental, pois em um mundo possível no qual a Patagônia fosse embicada em direção à África de modo a ficar mais ao leste do que João Pessoa a descrição (ii) precisaria ser substituída por uma outra indicando um local geográfico muito diferente, o que torna (ii) um designador flácido. Comparamos aqui a descrição com a localização da cidade cujo nome é João Pessoa. Contudo, se definirmos (ii) como indicando simplesmente qualquer local que venha a se situar no ponto mais ao leste da América Latina, abstraindo de sua latitude, longitude e qualquer especificação geográfica, então mesmo em um mundo possível no qual esse ponto esteja muito diversamente localizado, ele continuará sendo o mesmo ponto, a saber, o ponto mais oriental da América Latina. Nesse último entendimento (ii) será um designador rígido, aplicando-se a qualquer mundo possível no qual exista uma América

Latina e, portanto, a qualquer ponto geográfico que lhe seja mais oriental. Assim, se em um mundo possível a Patagônia fosse embicada em direção à África de modo a ficar mais ao leste do que João Pessoa, a descrição (ii) se aplicaria a algum local da Patagônia, sem deixar de designar o mesmo ponto (o mais oriental). O interessante, nesse caso, é que essa leitura de (ii) como sendo um designador rígido não é nenhuma imposição estipulativa, mas uma interpretação natural do conteúdo da descrição.

A coisa fica mais clara quando consideramos outras descrições. Considere (iii): se tivermos em mente somente o terceiro regimento de cavalaria da cidade de Sintra (posto que há outros), na abstração dos soldados e cavalos particulares que o constituem (o que é usual), sua descrição é claramente vista como um designador rígido, aplicando-se ao mesmo regimento em qualquer mundo possível no qual esse regimento exista. É interessante notar que nessa descrição definida as regras-descrições localizadora (em Sintra...) e caracterizadora (o terceiro regimento de cavalaria) já se encontram claramente expressas. As descrições (iv) e (v) devem ser interpretadas como designadores rígidos. A descrição (iv) pode ser entendida como designando um estado de coisas caracterizado pelo último período de esfriamento da Terra. Em nosso mundo ele durou de 110 000 anos até cerca de 12 000 anos atrás, mas em uma situação contrafactual ele poderia ter ocorrido em um intervalo muito diverso, conquanto ele fosse o último período glacial. A descrição (iv) é um designador rígido de um estado de coisas localizado em nosso planeta. A descrição (v), por fim, é de um evento, contendo explicitamente a sua caracterização como sendo o assassinato do arquiduque Franz Ferdinand. Em nosso mundo deveu-se ao tiro desferido por Gavrilo Princip, mas em outro mundo possível próximo ele poderia ter sido causado por envenenamento, por estrangulamento, etc. Poderia mesmo não ter sido o estopim da Primeira Guerra Mundial, conquanto circunstâncias outras fossem mantidas. Mas nem por isso deixaria de satisfazer a descrição do assassinato; uma descrição definida rígida, aplicável em todos os mundos possíveis nos quais o arquiduque Ferdinand foi assassinado.

Vemos, pois, que existem descrições definidas de pontos, objetos, estados de coisas e mesmo eventos, os quais são naturalmente interpretáveis como designadores rígidos. Há características comuns a todos esses casos? Certamente, e elas são duas. Uma primeira é que elas constituem descrições expondo regras fundamentadoras de localização e/ou caracterização e não regras auxiliares, como no caso de descrições metafóricas ou acidentais. Esse ponto não é tão importante, pois podemos bem inventar uma descrição metafórica ou acidental em substituição aos casos acima e implicitamente adicionar a ela condições fundamentadoras que a rigidifiquem. A segunda característica, contudo, é indispensável: é a de que *não existem nomes próprios correspondentes a nenhuma dessas descrições*. Por isso as chamarei de *descrições autônomas*. Logo veremos ser esta a marca decisiva: descrições autônomas são, por natureza, rígidas.

Para contrastar, consideremos agora alguns exemplos de descrições definidas atributivas, que se comportam como designadores claramente acidentais ou flácidos, que são capazes de se referir a objetos diferentes em diferentes mundos possíveis. Eis alguns exemplos:

(B)

(i) a águia de Haia,
(ii) o marechal de ferro,
(iii) a cidade luz.
(iv) o fundador do Liceu,
(v) o primeiro imperador romano.

Essas descrições são designadores tão tipicamente acidentais que orgulhariam um filósofo kripkiano. Contrariamente às descrições anteriores, rigidificá-las é possível apenas por estipulação. Considere (i): é natural pensarmos na descrição 'a águia de Haia' como uma metáfora laudatória do poder oratório de Rui Barbosa em sua passagem por Haia em 1907. Mas podemos conceber um mundo possível no qual o navio que levava Rui Barbosa ao congresso de Haia tenha naufragado já no início da viagem, levando consigo o excelso orador, e que ele tenha sido substituído por um orador igualmente excelso, o qual tenha sido cognominado pelos seus compatriotas de 'a águia de Haia'. O mesmo vale para qualquer outra descrição do grupo B.

A questão que se coloca é: o que torna as descrições do grupo B acidentais, em contraste com as descrições rígidas do grupo A? A resposta não é que as descrições do grupo B são auxiliares, pois poderíamos adicionar a essa última lista descrições como (v) 'o mais famoso jogador de futebol de todos os tempos' e (vi) 'a cidade de mais de dez milhões de habitantes situada às margens do Sena', que são fundamentais e mesmo assim acidentais, posto que Pelé poderia não ter se tornado um grande jogador de futebol e que Paris não precisaria ter dez milhões de habitantes nem ser situada às margens do Sena. A resposta a essa altura já quase óbvia é mais profunda. É que as descrições do grupo B, diversamente das pertencentes ao grupo A, *encontram-se semanticamente associadas, embora de maneira frouxa, a nomes próprios correspondentes*, os quais são, respectivamente (i) Rui Barbosa, (ii) Floriano Peixoto, (iii) Paris, (iv) Aristóteles e (v) Júlio César. Apesar da força dessas associações, estabelecidas pelo lugar das descrições definidas do grupo B nas condições constituídas pelas regras de identificação dos correspondentes nomes próprios, essas descrições não precisam ser verdadeiras para os mesmos objetos referidos pelos nomes próprios correspondentes em todos os mundos possíveis em que esses objetos existem. Afinal, é certo que há mundos possíveis nos quais Rui Barbosa desistiu de realizar missões diplomáticas, Floriano Peixoto foi um cândido adepto da monarquia, Paris foi destruída no século XIV antes de se tornar a cidade luz, Aristóteles não fundou nenhum Liceu e Júlio César defendeu tenazmente a república. Nem por isso, contudo, tais nomes deixam de se aplicar a seus respectivos objetos, posto que esses objetos continuam a satisfazer as respectivas regras de identificação que fizemos derivar de RMI_2.

A consideração desse ponto pesa fortemente contra explicações millianas-kripkeanas da flacidez das descrições, segundo as quais elas são acidentais porque denotam indiretamente, com base em propriedades conotadas, e não diretamente, como é o caso do nome próprio. O que se deixa evidenciar é que a descrição definida não é acidental em si mesma; ela é chamada de acidental com respeito à associação que ela possui com um nome próprio. Ela se torna acidental por vir frouxamente, contingentemente, e não necessariamente associada a um certo nome próprio. Essa é uma conclusão que vale não somente para as descrições auxiliares como até mesmo para descrições fundamentais pertencentes a nomes próprios, uma vez que a regra de identificação admite a possibilidade da dissociação entre a aplicação do nome próprio e a aplicação isolada de tais descrições.

Podemos expor essa mesma ideia dizendo que praticamente qualquer descrição pertencente ao feixe de descrições representado pelo nome próprio possui uma *associação semântica contingente* com o restante das regras-descrições constitutivas do conteúdo informativo desse nome. Essa associação acontece por ser tal descrição por nós considerada como *participando* do conjunto das descrições que constituem o feixe de descrições que associamos ao nome próprio, sem que da aplicação do nome próprio se siga necessariamente a aplicação da descrição, e sem que da aplicação da descrição se siga necessariamente a aplicação do nome próprio. Ou seja, a referida associação semântica é contingente ou acidental no sentido de que

ela não é um traço indispensável à aplicação do nome próprio, de modo que a descrição definida e o nome próprio ao qual ela se associa apenas tendem a se referir ao mesmo objeto, não o fazendo necessariamente. Trata-se de uma relação que supomos ser o caso, apesar de sermos capazes de imaginar situações contrafactuais nas quais ela não existe. Assim, a descrição auxiliar 'o amante de Herphylis' se aplica ao referente do nome 'Aristóteles', pelo que sabemos, mas não é impossível que se descubra que os documentos que Aristóteles deixou relativos à sua herança tenham sido falsamente transcritos... Em nosso mundo 'o autor do opus aristotélico' é a descrição caracterizadora de Aristóteles. Mas em outro mundo possível, no qual Aristóteles morreu antes de alcançar Atenas, nunca tendo escrito o opus aristotélico, essa descrição – para os falantes desse mundo – perderá a associação semântica contingente que ela possuía com o conteúdo semântico do nome próprio 'Aristóteles', mesmo que ela seja parte fundamental (mas não imprescindível) da nossa regra de identificação para esse nome. Em outras palavras:

> Por causa de uma possível desconexão entre referência do nome próprio e a referência das descrições a ele frouxamente associadas, essas descrições se tornam capazes de designar outro ou talvez nenhum referente em outros mundos possíveis nos quais o nome próprio a elas associado continua a se aplicar, ou mesmo deixa de se aplicar. É apenas por essa razão trivial e comparativa que elas são designadores acidentais.

Um exemplo para esclarecer. Uma descrição como 'o primeiro imperador romano' exprime parte da regra-descrição caracterizadora de Júlio César (ele foi o primeiro imperador, embora de modo não-oficial). Como a regra disjuntiva para a identificação de Júlio César é mais completa, permitindo identificar o objeto muito mais especificamente, nós consideramos a descrição 'o primeiro imperador romano' como exprimindo uma propriedade contingente, ainda que importante, de Júlio César. É contingente porque segundo a sua regra de identificação, ele poderia ser identificado como tal mesmo no caso em que essa descrição não viesse a lhe pertencer. Só por isso é que essa descrição se torna acidental, havendo mundos possíveis nos quais a propriedade referida por ela pode pertencer a outro objeto, ligando-se a outras descrições fundamentais, como no mundo possível no qual Pompeu foi o primeiro imperador romano, ou mesmo a nenhuma, como no mundo possível no qual Júlio César foi um teimoso defensor da república e onde essa instituição persistiu até o fim do império.

Claro que podemos *por estipulação* abstrair da relação da descrição 'o primeiro imperador romano' com certo imperador específico designado pelo nome 'Júlio César'; nesse caso, a descrição se torna um designador rígido, pois ela designará o primeiro imperador romano em qualquer mundo possível no qual ele venha a existir. Esse estratagema artificioso é o que chamamos de rigidificação, podendo ser aplicado a qualquer outra descrição definida. Contudo, no caso das descrições do grupo A, a rigidez se demonstra uma característica natural da descrição. Considere A-(iii): 'o terceiro regimento de cavalaria de Cintra'. Por força das convenções tácitas estabelecidas por nossa prática linguística, essa descrição sempre se aplicará ao mesmo objeto em qualquer mundo possível no qual esse regimento exista. A explicação dada acima mostra porque isso ocorre. Assim, como as descrições do grupo A não se encontram associadas ao conteúdo semântico de nome próprio algum, elas não têm como se referir a objetos diferentes dos referidos pelo nome em outros mundos possíveis nos quais esse objeto venha a existir, sendo isso o que as torna designadores rígidos. Vemos, pois, que muito diversamente do que Kripke sugeriu, as relações descrição/designador acidental e nome próprio/designador rígido não tem nada a ver com uma diferença entre o mecanismo de referência indireto das descrições definidas e um misterioso mecanismo de referência direto

dos nomes próprios, mas tão-somente com a relação entre a descrição definida e o nome próprio ao qual ela se encontra frouxamente associada.

Um ponto a se adicionar é que nos casos em que a descrição definida é auxiliar, a regra de conexão com o objeto por ela expressa pode estar longe de ser suficiente para identificá-lo como o objeto referido pelo nome próprio ao qual se associa. Uma descrição como 'a águia de Haia', por exemplo, não é capaz, pelo seu conteúdo explícito, de identificar Rui Barbosa na independência da regra de identificação geralmente associada ao nome 'Rui Barbosa', pois essa descrição honorífica não possui conteúdo descritivo suficiente para tal. Por isso em um outro mundo possível uma descrição como 'a águia de Haia' pode mais facilmente vir contingentemente associada a um outro nome próprio, digamos, Oswaldo Aranha, pertencendo então ao halo semântico desse outro nome próprio.

Finalmente, podemos esclarecer mais precisamente o que seja essa associação semântica frouxa entre descrição e nome, lançando mão da distinção wttgensteiniana entre *critérios* e *sintomas.*[1] Critérios (segundo uma interpretação corrente) são propriedades *definitórias*. Uma vez aceitas como dadas, elas constituem condições que nos *garantem* a aplicabilidade de um termo conceitual. Sintomas ou critérios secundários, por sua vez, são propriedades que uma vez aceitas como dadas tornam apenas *provável* a aplicabilidade do termo conceitual. Assim, o encontro do *plasmodium falciparum* no sangue de um paciente pode ser tratado como um critério de malária, enquanto a febre intermitente é um mero sintoma. Ora, aplicando essa distinção à relação entre nome próprio e descrição definida vemos que as propriedades demandadas para a efetiva aplicabilidade da regra de identificação de um nome próprio valem como critérios garantidores de sua aplicação, enquanto as propriedades demandadas pela regra de uma descrição definida pertencente ao feixe de descrições associadas a um nome próprio são meros sintomas probabilizadores da aplicação do nome, uma vez que apenas tornam essa aplicação apenas provável.

As considerações feitas até aqui nos permitem prever que a dependência que a descrição definida tem do contexto semântico do nome próprio correspondente deve ser menor quanto mais irrelevante ela for para a identificação do objeto. Assim, será mais fácil considerar acidental uma descrição definida auxiliar como 'o tutor de Alexandre' ou 'o neto de Achaeon' ou 'o amante de Herphylis', posto que ela desempenha um papel secundário na determinação da referência do nome 'Aristóteles'. Mas será menos fácil no caso das descrições fundamentais como a do autor da *Metafísica* e o filósofo grego nascido em Estagira em 394 a.C. E se a descrição definida contiver da maneira certa tudo aquilo que é essencial ao nome próprio ao qual se encontra subordinada, ela se tornará inevitavelmente rígida. Esse é o caso de DD-'Aristóteles', da formulação descritiva da regra de identificação para o nome 'Aristóteles' que, como vimos, é um designador rígido.

Se a flacidez é proveniente do contraste da descrição com o nome próprio, podemos nos perguntar se ela não ocorre também pelo contraste entre um nome próprio e outro. Esse deveria ser o caso de dois nomes próprios de um mesmo objeto quando um deles inclui contingentemente em seu feixe as descrições que pertencem ao outro. Isso pode de fato acontecer, especialmente no caso de apelidos. Considere o caso do jovem colegial de nome Jacinto, que por custar muito a entender as coisas foi apelidado pelos seus maldosos colegas de Cabeça-de-Bigorna ou, para simplificar, "Bigorna". Há mundos possíveis nos quais Jacinto não era um aprendiz moroso, ou não teve colegas maldosos, ou onde seu colega João da Silva é quem recebeu esse apelido. Nesses mundos o apelido 'Bigorna' ou não se aplica, ou

[1] 1958, p. 24; 2001, p. 28.

identifica outra pessoa que não Jacinto. Esse apelido é – se considerado por contraste com o nome próprio mais autorizado – um designador acidental; um nome próprio flácido.

As explicações recém-apresentadas para a diferença entre o comportamento semântico dos nomes próprios e o das descrições definidas não são apenas mais detalhadas do que a obscura sugestão referencialista, a qual sugeria que em um ato de batismo o nome próprio refere por possuir alguma relação secreta, de indevassável intimidade, com a sua referência. Elas tem mais poder explicativo ao justificarem casos de exceção. Com elas, a rigidez do nome próprio deixa de ser entendida como algo surgido de uma misteriosa propriedade de designar o objeto em si mesmo, sem a intermediação de propriedades, para se tornar a metapropriedade de designar o objeto que possui quaisquer combinações de propriedades que satisfaçam a sua regra de identificação.

Finalmente, é interessante considerar mais detidamente as regras de identificação dessas descrições que podemos chamar de *autônomas* por não virem associadas a nomes próprios. Elas interessam-nos pelo fato de deverem funcionar da mesma maneira que as regras de identificação de nomes próprios. Considere a descrição definida 'o último período glacial'. Por ser autônoma, essa descrição precisa exprimir a regra de identificação de um nome próprio, contendo uma regra de localização:

> *Regra-descrição localizadora*: o último período glacial ocorrido no planeta terra a durar no máximo até o presente.

Embora ele tenha ocorrido no período pleistoceno, de aproximadamente 110,000 a 12,000 anos antes de nossa época e embora tenha sido precedido de vários outros períodos glaciais, ele poderia ter ocorrido em um outro período de tempo mais longo ou curto, terminando antes ou depois. Mas há também uma regra de caracterização para o último período glacial. Eis como podemos resumi-la:

> *Regra-descrição caracterizadora*: um longo período de diminuição da temperatura da superfície e atmosfera terrestre resultando na expansão dos mantos de gelo continentais e polares, assim como glaciares e alpinos.

Por funcionarem como nomes próprios, as descrições autônomas demandam, para sua aplicação, a complexidade necessária a uma regra de identificação, o que não precisa ser exigido de descrições usadas em substituição a nomes, como é o caso de 'a águia de Haia' (posso ter ouvido falar de uma Águia de Haia sabendo apenas que se trata de algum conhecido orador brasileiro).

Respostas aos contra-exemplos de Kripke

Gostaria agora de examinar contra-exemplos clássicos apresentados como objeções às teorias descritivistas dos nomes próprios imaginados por Kripke, passando mais tarde aos de Donnellan. Quero demonstrar que a teoria meta-descritivista dos nomes próprios é capaz de oferecer respostas mais detalhadas e convincentes a essas objeções, as quais geralmente falham em distinguir o papel das regras fundamentadoras, quando não falham em considerar o papel descritivamente relevante da história causal e do contexto.

Consideremos primeiro a objeção de rigidez (modal), segundo a qual se o descritivismo fosse correto então os nomes próprios não poderiam ser designadores rígidos, posto que descrições não são designadores rígidos. A resposta geral a essa objeção é que embora nenhuma regra-descrição de primeira ordem associada ao nome precise se aplicar em todos os

mundos possíveis em que o objeto definidamente existe, a regra-descrição de identificação de um nome próprio se aplica necessariamente em todos os mundos possíveis em que o objeto definidamente existe. (Como já vimos, podemos ter mundos possíveis nos quais não se pode saber se a regra de identificação de um nome próprio se aplica ou não; mas tais mundos coincidem com aqueles nos quais o objeto também não possui uma existência definida, uma vez que a própria existência do objeto se define não pela suposta, mas pela efetiva aplicabilidade dessa regra.)

Kripke considera casos nos quais nossas descrições definidas fundamentais não se aplicam, como aquele em que Aristóteles morreu muito jovem, nunca tendo escrito os textos filosóficos pelos quais o seu nome é lembrado, ou ainda, um mundo possível (dificilmente imaginável) no qual Aristóteles viveu quinhentos anos mais tarde. Ainda nesses casos, pensa ele, podemos reconhecer Aristóteles, o que o leva à conclusão de que até mesmo a disjunção das descrições do feixe é desnecessária à aplicação do nome.[1] Mas essa conclusão é falsa, pois tudo o que Kripke nos oferece como exemplo é o caso de não-aplicação da regra caracterizadora acompanhada de uma aplicação tácita suficiente da regra localizadora, ou vice-versa. Contudo, já vimos que esses casos são previstos como plenamente compatíveis com a aplicação da regra de identificação do nome próprio. O que Kripke jamais chega a considerar é um caso no qual o que vimos ser a regra de identificação de um nome próprio não seja de modo algum aplicável e ainda assim o seu portador exista. Ele não é capaz de nos fornecer um exemplo concreto em que mesmo a disjunção das descrições do feixe seja realmente desnecessária, a saber, no qual nenhuma das descrições se aplique em medida alguma. E isso acontece pela simples razão de que tal exemplo é inconcebível! Repetindo ainda uma vez o exemplo de Searle: não pode ser que Aristóteles seja o nome de um iletrado vendedor de peixes veneziano do Renascimento tardio.

Vejamos agora a objeção de necessidade indesejável (epistêmica). Essa objeção parte da constatação de que, sendo os nomes próprios designadores rígidos, eles se aplicam necessariamente aos seus objetos. Como nenhuma descrição se aplica necessariamente ao seu objeto, nomes próprios não podem ser reduzidos a descrições.

Considerando que essa objeção, como já vimos, se aplica no máximo a uma caricatura do descritivismo, seria ainda mais disparatado querer aplicá-la ao metadescritivismo. O que necessariamente se aplica, caso o objeto definidamente exista, é apenas a regra de identificação que fazemos derivar da aplicação de RMI_2 ao feixe escolhido para denominá-lo (o que traz por consequência que ao menos uma descrição fundamental deve ser suficiente e predominantemente aplicável a algo). Assim, como também já vimos, a regra de identificação para o nome próprio 'Aristóteles' pode ser transformada em uma descrição definida necessariamente aplicável, abreviadamente expressa como:

> DD-'Aristóteles':
> *a* pessoa que satisfaz suficiente e predominantemente as descrições de ter nascido em Estagira em 384 a.C., filho do médico da corte, ter vivido em Atenas e falecido em Chalkis em 322 a.C. e/ou a pessoa que foi o autor da filosofia exposta no opus aristotélico.

Tanto a objeção de rigidez (modal) quanto a objeção de necessidade indesejável (epistêmica) caem por terra frente a aplicação de DD-'Aristóteles', posto que essa regra de identificação é

[1] Kripke 1980, pp. 62-63.

rígida, apesar de ser capaz de ganhar forma descritiva, e desejavelmente necessária, posto que é definitória daquilo que podemos entender com o nome próprio 'Aristóteles'.

Ao fazermos tal consideração, não devemos olvidar o fato de que as descrições constitutivas do significado de um nome próprio são capazes de ser facilmente alteradas (quando auxiliares) e muito frequentemente mais e mais detalhadas (quando fundamentais), ou mesmo minimamente alteradas (*e.g.* descobre-se que nosso Aristóteles, na verdade, nasceu em 380 a.C., e isso passa a ser incorporado à regra estendida, de modo que ele passa ser o que nasceu em 380 a.C., mas que foi tido como tendo nascido em 383 a.C.), mas não podem ser verdadeiramente alteradas no sentido de serem tornadas outras, ou seja, pondo a perder a capacidade de aplicar se a um e ao mesmo objeto, diferenciando-o de todos os outros em qualquer circunstância concebível (em qualquer mundo possível), não só porque é a própria regra que define o que seja isso, mas também porque a existência de seu objeto não é mais que a própria aplicabilidade efetiva da regra de identificação ou, dito de outro modo, a disposição do objeto de ser, não apenas algo concebível, mas algo que tem a sua regra de identificação efetivamente aplicável a si mesmo.

Suponha seja descoberto que Aristóteles só escreveu as *Categorias* e que todas as obras mais importantes por nós conhecidas tenham sido escritas por discípulos seus. Para piorar as coisas, suponha que seja descoberto que ele não nasceu em Estagira, mas na Magna Grécia, anos mais tarde. Essas descobertas improváveis teriam de ser acompanhadas de muitas outras alterações em nosso conhecimento histórico... Intuitivamente, parece claro que se trata aqui de um outro Aristóteles. Corroborando essa intuição, RMI-'Aristóteles' certamente não mais se aplicará. Mas não fará sentido dizer que RMI-'Aristóteles' pode ser *alterada* de modo a identificar esse novo Aristóteles como sendo o mesmo que o nosso velho Aristóteles, que não existe mais. O caráter flexível das regras de identificação de nomes próprios não deve ser confundido com a possibilidade de que elas sejam alteradas de modo a identificar um outro objeto, pois isso destruiria sua rigidez. Ultrapassados seus limites de flexibilidade, o objeto identificado deixará de ser o mesmo, posto que a regra de identificação passará a ser considerada outra, identificadora de um outro objeto. Eis porque a objeção de que as regras de identificação podem se alterar não destrói sua rigidez: o limite da alteração é o mesmo que o da rigidez.

O caso do impostor de nome 'Arthur Orton' pode ser de algum auxílio no esclarecimento desse ponto.[1] Nascido na Inglaterra e tendo ido cedo para o mar, ele foi certamente identificado através de regras de localização e caracterização por todos os que realmente o conheceram. Anos após, quando se encontrava na Austrália, ele leu em um jornal que uma senhora inglesa, lady Tichborne, estava em busca de seu filho Roger Tichborne, que tinha desaparecido em um naufrágio no Atlântico, e que ela se negava a acreditar que ele havia morrido. De volta à Inglaterra, apesar de sua falta de semelhança com Roger Tichborne, Orton apresentou-se a ela como sendo o seu filho. Tendo sido imediatamente "reconhecido" pela velha dama, ele viveu no lugar do filho pelo menos até o falecimento de Lady Tichborne três anos depois. Depois disso Orton foi acusado por familiares de Lady Tichborne (que nunca acreditaram na estória) e condenado a 14 anos de cadeia. Note que a regra caracterizadora pela qual conhecemos Orton é a de um grande impostor. Na época, por razões ideológicas, isso chegou a ser publicamente contestado. Mas hoje praticamente todos acreditam que se trata de uma pessoa que foi falsamente reconhecida como sendo Tichborne pela aplicação inadequada da regra de identificação, principalmente por vaguidades na

[1] *Cf.* J. L. Borges: "El inverosímil impostor Tom Castro", 1999, vol. I.

descrição localizadora, adicionada ao desejo que a senhora inglesa tinha de acreditar. Ou seja: regras de identificação de uma mesma expressão nominal, mas tão diferentes que permitam a identificação de objetos claramente diversos em diferentes mundos possíveis, não podem ser consideradas a mesma regra; e a regra de identificação de Arthur Orton é nitidamente diversa da regra de identificação de Roger Tichborne.

1. *Gödel não é Schmidt*

Quero passar agora ao mais famoso exemplo de Kripke, concernente à descrição que a maioria das pessoas associa ao lógico Kurt Gödel, um exemplo que não se deixa classificar univocamente.

Para introduzi-lo, Kripke pede-nos para imaginar que Gödel não descobriu realmente o teorema da incompletude. Suponhamos, diz Kripke, que Gödel tenha tido um amigo, um obscuro lógico chamado Schmidt, que desenvolveu sozinho o teorema da incompletude em um artigo e morreu logo depois em circunstâncias obscuras. Gödel apossou-se então do artigo e o publicou em seu próprio nome. Imagine também que, como muitas outras pessoas, tudo o que uma certa pessoa, que chamarei aqui de Maria, associa ao nome 'Gödel' é a descrição 'o inventor do teorema da incompletude da aritmética'. Nesse caso, pensa Kripke, segundo o descritivismo, quando Maria fica sabendo que foi Schmidt quem descobriu o teorema da incompletude ela deve ser levada à conclusão de que o nome 'Gödel' significa o mesmo que 'Schmidt', ou seja, de que Gödel é Schmidt. Mas não é isso o que acontece. Afinal, continua bastante claro, mesmo para a própria Maria, que Gödel é Gödel e não Schmidt.[1]

Discordando da análise de Kripke, John Searle notou que uma pessoa dirá que Gödel não é Smith porque ela entende por Gödel "o homem que minha comunidade linguística, ou pelo menos aqueles através dos quais eu cheguei a esse nome, chamam de Gödel, assumindo que algo mais é requerido".[2] Com efeito, se tudo o que Maria sabe sobre Gödel é que foi ele quem descobriu a incompletude da aritmética, e se ela acha que isso é suficiente para a identificação, então ela não entende a gramática dos nomes próprios, se não sabe o que é um nome próprio, não é capaz de lhe dar sentido.

Ora, com base em nossa análise da forma da regra de identificação para nomes próprios podemos explicitar aquele algo mais que segundo Searle a pessoa assume que é requerido. Basta atentarmos para RMI_2 e para as condições (i-a) e (i-b). Só isso nos leva a perceber que a conclusão de Kripke é incorreta. Afinal, ela não leva em conta a regra de identificação que a comunidade linguística deve ter para o nome 'Gödel', que inclui a assunção feita por Maria, como falante competente da linguagem, de que ela *não a conhece o suficiente para ser levada a concluir que a referência se alterou* (Maria certamente domina RMI_2, sabendo que não sabe).

Para analisarmos melhor o caso, vejamos primeiro o que seria a regra de identificação do nome 'Gödel' para os nomeadores privilegiados da comunidade linguística. Do ponto de vista desses nomeadores há duas razões para Gödel não ser identificado com Schmidt. Em primeiro lugar, a descrição 'o descobridor do teorema da incompletude' não é mais que uma parte da regra-descrição caracterizadora para Gödel. O teorema da incompletude foi apenas a mais importante dentre as variadas contribuições de Gödel. Além disso, mesmo sem ser Schmidt, Gödel foi um lógico suficientemente competente para trabalhar em Princeton, além de ser amigo de Einstein. Assim, a regra de caracterização para Gödel continua a ser parcialmente

[1] Kripke 1980, pp. 83-84.
[2] Searle 1983, p. 251.

satisfeita pelo nome ‘Gödel’ (digamos, 2/3 dela), mesmo que ele não tenha descoberto o teorema em questão. A segunda razão pela qual a comunidade linguística continua a chamar Gödel de ‘Gödel’ é que a regra-descrição localizadora continua sendo *plenamente* satisfeita por Gödel! Afinal, ela continua sendo a regra de identificação de Gödel, e não a de Schmidt. Resumidamente:

> *Regra de localização*: o homem que nasceu em Brünn em 1906, que estudou na Universidade de Viena e que em 1940 emigrou pela ferrovia transiberiana para os EUA, onde trabalhou na universidade de Princeton até a sua morte em 1978.

Assim, apesar de tudo a regra de identificação para Gödel continua sendo satisfeita para ele muito mais do que para Schmidt. Ao menos para quem realmente a conhece.

Não devemos sobrepor nossa conclusão de que Gödel não pode ser Schmidt à conclusão de Maria, pois a essa última, por carecer de informação suficiente, só resta suspender o juízo (*Cf.* condição (b-2)). Afinal, seu domínio da gramática dos nomes próprios lhe permite concluir que ela não possui elementos suficientes para a afirmação de que Gödel é Schmidt. Maria está certamente ciente de que ao associar o nome ‘Gödel’ à descrição ‘o inventor da prova da incompletude da aritmética’ ela certamente conhece apenas uma parte da regra-descrição caracterizadora de Gödel, que deve ser mais completamente dominada por alguns outros membros da comunidade linguística. Mas o ponto crucial é que, como falante competente da linguagem, Maria sabe que sendo Gödel o nome de uma pessoa deve haver também alguma regra de localização espaciotemporal para Gödel, a qual ela desconhece, uma regra que precisa ser diferente da regra de localização espaciotemporal para Schmidt, posto que as informações que ela tem são de que Schmidt é outra pessoa (Gödel não poderia matar-se a si mesmo para então roubar-se o manuscrito). Sabendo disso, e sabendo que desconhece as regras de localização, ela sabe que não se encontra em condições de concluir que Gödel é Schmidt, diversamente de nós, que, como nomeadores privilegiados, sabemos que Gödel não pode ser Schmidt. Ela sabe que não sabe o suficiente sobre o nome Gödel para ter a pretensão de saber que Gödel é Schmidt.

Há uma curiosidade a respeito. Como ao menos parte de uma das duas descrições fundamentais identificadoras de Gödel é satisfeita por Schmidt, é possível dizer que este último passa a herdar alguma coisa do significado do nome ‘Gödel’, mesmo que não ganhe a sua referência. E isso realmente acontece. Digamos que um lógico, revoltado pela notícia acerca do roubo do teorema e com pena de Schmidt, lance a exclamação: “Schmidt é quem foi o verdadeiro Gödel!” Essa é uma frase verdadeira se for entendida como uma hipérbole. E a razão pela qual ela é verdadeira é dada pela teoria metadescritivista, a qual prevê que o nome ‘Schmidt’ herda alguma coisa relevante, mesmo que insuficiente, do significado do nome ‘Gödel’.

Há, por fim, uma maneira de fazer com que Gödel seja realmente Schmidt, mas ela dá a Kripke o bolo sem o direito de comê-lo. Imagine a inverossímil estória de um jovem chamado Schmidt, que por alguma razão assassinou o adolescente Gödel para depois assumir sua identidade. Contudo, Schmidt era não só um assassino, mas também um lógico genial, de modo que ele estudou na Universidade de Viena, descobriu a incompletude da aritmética, casou-se com a dançarina Adele, fugiu do nazismo pela ferrovia transiberiana e tornou-se professor em Princeton, onde faleceu em 1978. Logo, não se deixem iludir pelas aparências: aquele sujeito franzino junto a Einstein na famosa foto de ambos era ele mesmo, o criminoso Schmidt! Nesse caso não há dúvida de que Gödel é Schmidt. E o metadescritivismo explica: ele é Schmidt porque as regras-descrições caracterizadora e localizadora predominantes, com

exceção das descrições relativas à infância remota, são as de Schmidt e não as da criança que uma vez foi chamada de Gödel, a qual há muito deixou de existir.

3. *Nomes próprios ficcionais*

Vejamos agora casos que envolvem ignorância e erro. Eles são importantes por iluminarem o caráter social dos conteúdos representacionais envolvidos na referência.

Um caso especial de ignorância e erro (além de necessidade indesejável) exposto por Kripke foi o de nomes próprios *parcialmente* ficcionais, como Jonas, o pregador. Ele distingue tais casos daqueles de nomes próprios puramente ficcionais, como Santa Claus. Mesmo que tenha existido um religioso com o nome de Santa Claus no passado, sabemos que o nosso Santa Claus nada tem a ver com ele e que se trata de meros homônimos casuais, assim como Napoleão como o nome da figura histórica *versus* Napoleão como o nome do cão assim batizado.[1] Mas o mesmo não se dá, pensa Kripke, no caso de Jonas. Segundo a Bíblia, Jonas foi um pregador enviado por Deus à cidade de Nineveth para converter os pagãos e que acabou sendo engolido por um grande peixe... Mas ninguém acredita que essas descrições sejam verdadeiras. Mesmo assim, estudiosos da Bíblia acreditam que realmente existiu uma pessoa que originou a estória.[2] Mas se é assim então o descritivismo está errado, dado que não possuímos descrições capazes de identificar univocamente Jonas[3]. E a teoria causal deve estar certa, pois o uso semificcional do nome foi realmente causado com base em seu portador.

Um exemplo similar mais adequado é o do justiceiro Robin Hood. Historiadores crêem que a lenda de Robin Hood seja baseada em alguma pessoa real, que viveu no século XIII. Para tal há uma lista de candidatos. Entre eles, porém, encontram-se pessoas que não eram pobres, que não eram foras-da-lei, que não viveram na floresta de Sherwood e que nem sequer se chamavam Robin Hood! Contudo, o referente dessa figura parcialmente ficcional é suposto como sendo um único e o mesmo, apesar de o fato de não satisfazer propriamente descrição alguma. Para um filósofo como Kripke, a razão pela qual estamos no final das contas tratando de pessoas que realmente existiram é que a cadeia causal começou com o reconhecimento do personagem real. Desse modo, a teoria causal-histórica parece possuir uma explicação para algo que a teoria descritivista não é capaz de explicar: os nomes semi-ficcionais.

Antes de respondermos precisamos lembrar que há coisas que podem ser aceites como portadoras do nome e outras não. Eis um exemplo de uma possível causa da lenda de Jonas, seguido de dois exemplos concernentes a Robin Hood:

1) Suponha que um antigo escrivão da Bíblia tenha pisado em um ouriço-do-mar e que, no doloroso período de convalescência que se seguiu, lembranças do acidente o tenham induzido a inventar a história de Jonas.
2) Ao atravessar uma floresta à noite algum escritor de ficção do século XIII foi agredido pelas costas por um assaltante desconhecido, o que o deixou desacordado. Esse acidente o induziu a imaginar a estória de Robin Hood.
3) Um bardo medieval tinha um fiel e valente cão que o acompanhava nas caçadas na floresta the Sherwood. Esse cão havia sido batizado 'Robin'. No final o cão acabou

[1] Kripke 1980, pp. 93, 97.
[2] Admito essa afirmação de Kripke em benefício do exemplo, dado que de fato a maioria dos estudiosos acredita que esse personagem bíblico seja inteiramente ficcional.
[3] Kripke 1980, p. 67-68.

> lhe inspirando a estória de um justiceiro chamado Robin Hood, que vivia na floresta e assaltava os mais ricos para ajudar os pobres.

Obviamente, ninguém dirá que o ouriço-do-mar é Jonas, que o ladrão desconhecido é Robin Hood ou que o cão realmente batizado com o nome 'Robin' era Robin Hood só porque eles podem ser considerados as causas da posterior invenção desses personagens. Alguém poderá nesse ponto objetar que para Kripke a cadeia causal-histórica precisa ser associada a um ato de batismo, o que não é o caso. Mas o cão chamado 'Robin' foi batizado com esse nome. Por que, então, caso isso pudesse ser provado, nós rejeitaríamos a conclusão de que Robin Hood é o nome de um nobre e valente cão medieval? Além do mais, isso não teria acontecido com o nome 'Robin Hood' no caso de a pessoa que originou a lenda ter sido batizada, como alguns sugerem, com um outro nome. Quanto ao nome 'Jonas', podemos ainda imaginar que o antigo escrivão da Bíblia tenha guardado o ouriço-do-mar em sua casa e que logo depois de inventar a história de Jonas e contá-la aos seus amigos, ele tivesse tomado o ouriço em suas mãos e dito: "Por isso eu te batizo com o nome Jonas". Não parece que ele teria sido capaz de por esse modo originar uma cadeia causal capaz de fazer-nos reportar o nome 'Jonas' ao ouriço-do-mar, pois Jonas deveria ter sido uma pessoa enquanto o ouriço não teria nunca passado de um simples ouriço, nem o cão de um simples cão. De nossa parte, contudo, a subcondição da regra RMI que exige classificação adequada, proibe seres não humanos de serem eventuais recipientes de nomes próprios como os do Jonas bíblico e do legendário Robin Hood, resolvendo assim o problema.

Por que em certos casos reconhecemos a causa ou cadeia causal como apropriada para o portador do nome e em outros não? A resposta, já sugerida no capítulo anterior, é a de que a causa que reconhecemos como adequada é aquela capaz de satisfazer elementos cognitivos que associamos ao nome. Por isso é razoável pensar que nos casos de nomes semi-ficcionais como Jonas e Robin Hood, mesmo havendo uma cadeia causal, o que confere adequação a essa cadeia causal são representações descritivamente exprimíveis dela resultantes, mesmo que bastante vagas, de quem seriam Jonas e Robin Hood. Com efeito, a partir da história bíblica, nós inferimos alguma coisa da descrição localizadora. Nós inferimos algo da regra disjuntiva contendo a descrição localizadora de Jonas como um ser humano que viveu nos tempos bíblicos (entre 600 a 1 000 anos a.C.) em alguma região do mundo conhecido, senão de alguma coisa da descrição caracterizadora, como a de que ele teria sido uma pessoa envolvida com a religião hebraica. E quanto à pessoa que gerou a lenda de Robin Hood, sabemos que ela deve satisfazer alguma coisa da regra disjuntiva contendo a descrição localizadora de ter vivido na Inglaterra por volta do século XIII, senão de alguma coisa da descrição caracterizadora, como a propriedade de ter sido alguma espécie de justiceiro. Além disso, em ambos os casos vagas histórias causais podem ser supostas. Segundo RMI_2, a regra meta-identificadora para nomes próprios, aquilo que torna esses nomes semi-ficcionais indicadores de coisas alegadamente reais seria a admissão de uma suposta satisfação genérica de regras-descrições fundamentais É verdade que essas descrições são insuficientes para a identificação unívoca de Jonas e de Robin Hood, mas não é isso o que pretendemos com elas; pois afinal não somos realmente capazes de identificar essas pessoas. O que elas nos permitem fazer é apenas propor hipóteses mais ou menos plausíveis – supor que esses personagens existiram realmente.

Podemos, pois, distinguir nas descrições associadas aos nomes de personagens semi-ficcionais dois elementos. O primeiro é o elemento meramente ficcional, constituído de descrições geralmente coloridas e fantasiosas, que não foram feitas para se aplicar à realidade, como as dos sofrimentos de Jonas no interior do peixe ou os muitos feitos heroicos de Robin

Hood. O segundo é o elemento não-ficcional; são as descrições localizadoras e caracterizadoras muito vagas acima consideradas, que seriam implicadas pelas regras localizadora e caracterizadora que supomos que poderiam ser completadas se dispuséssemos de informações suficientes a respeito do portador do nome. Aquilo que define o que chamamos de caráter semi-ficcional é a adição do elemento imaginativo, decalcado sobre critérios identificadores insuficientes que nos teriam sido originariamente legados. A isso se adiciona a dificuldade de não termos como dissociar suficientemente o que é mera produção da imaginação daquilo que seriam os traços restantes de critérios identificadores.

Nada impede, porém, que em alguns casos essa distinção venha a ser esclarecida, transformando o nome próprio semi-ficcional em um nome próprio real. Imagine que estudiosos descubram documentos comprovando que Robin Hood chamava-se na verdade Robart Hude, um fora da lei que realmente viveu na floresta de Sherwood no início do século XIII. Nesse caso, traços das descrições localizadora e caracterizadora que nos restaram demonstram-se verossímeis. Mas se esse não for o caso pode ser que estejamos diante de exemplos idênticos ao de Santa Claus, cuja ligação com algum original histórico é meramente acidental. Há, pois, um esperado paralelo entre a incerteza ligada aos nomes semi-ficcionais e a insuficiência das descrições que a eles somos capazes de associar.

4. *Descrições elípticas e incorretas*

A mais interessante forma de objeção da ignorância e do erro é aquela na qual Kripke demonstra que geralmente as pessoas conseguem fazer com que um nome próprio tenha referência, mesmo quando é a ele associada apenas uma descrição indefinida ou uma descrição incorreta. Exemplos do primeiro caso são os nomes 'Cícero' e 'Feynman', aos quais muitos associam apenas alguma descrição indefinida como 'um famoso orador romano' para o primeiro e 'um grande físico norte-americano' para o segundo.[1] Apenas uns poucos seriam capazes de explicar os discursos políticos de Cícero ou de dissertar sobre as contribuições de Feynman para a microfísica. Mesmo assim, as pessoas são capazes de se referir a Feynman através de seu nome. Mais do que isso, as pessoas são capazes de usar um nome próprio referencialmente, mesmo quando associam a ele descrições blatantemente errôneas. Kripke observou que em sua época muitos associavam ao nome 'Einstein' à descrição 'o inventor da bomba atômica'.[2] Com isso as pessoas já conseguiam se referir a Einstein, acreditou ele, apesar de a bomba atômica ter sido elaboração dos cientistas do projeto Manhattan, do qual Einstein nunca participou.

Podemos retornar aqui à resposta de que a descrição sustentada pelo falante deve estar em *convergência* com o conteúdo caucionado pela comunidade linguística no sentido de pertencer a uma classe C de nomes próprios. Essa convergência já permite um uso vago, que por isso mesmo não deve ser considerado inapropriado, do nome próprio na linguagem. Ela permite o que já chamamos de uma referência por empréstimo, insuficiente. Associando os nomes 'Cícero' e 'Feynman' a descrições indefinidas, e mesmo associando o nome 'Einstein' a uma descrição errônea mas convergente, as pessoas já se tornam capazes de colocar o nome próprio na órbita da referência, ou seja, de usá-lo em práticas linguísticas nas quais seu papel seja suficientemente vago e adequado para poder ser interpretado por outros e potencialmente por nomeadores privilegiados como denotando de maneira aproximada o seu portador. Afinal, mesmo no caso de uma descrição incorreta, como 'o inventor da bomba atômica', a pessoa já

[1] Kripke 1980, pp. 81-82.
[2] Kripke 1980, p. 85.

sabe que o nome ‘Einstein’ se refere a um cientista e a um ser humano, e não, por exemplo, a uma espécie de pedra preciosa. Assim, se a pessoa disser que Einstein inventou a bomba atômica, outros poderão corrigi-la, sob o suposto de que ela queria se referir à mesma pessoa a qual elas se referem com esse nome. Contudo, se, como já notamos, uma pessoa usasse o nome ‘Einstein’ para designar um diamante, ou usasse o nome ‘Feynman’ para designar uma marca de perfume, esse uso seria claramente inadequado, pois ela não estaria tentando se referir à mesma espécie de coisa a que nós nos referimos com esses nomes, não sendo capaz de inseri-los corretamente em situações dialógicas. Sequer uma referência insuficiente é aqui alcançada.

Seria possível opor à resposta descritivista o fato de que a principal razão pela qual o físico Robert Oppenheimer costuma ser lembrado é a de que ele foi o maior o responsável pela criação da bomba atômica.[1] Logo, quem diz que Einstein foi o inventor da bomba atômica está usando a descrição caracterizadora do nome Oppenheimer, devendo fazer referência a Oppenheimer ao falar de Einstein, o que não é o caso... A resposta a uma objeção como essa, além de depender do critério de sucesso para referências insuficientes, muito depende do que está sendo enfatizado. Se a frase fosse “O inventor da bomba atômica foi Einstein”, a pessoa seria de fato corrigida com a resposta de que o maior responsável pela criação da bomba foi o físico Oppenheimer e não Einstein. Contudo, quando o nome próprio ‘Einstein’ está na posição usual do sujeito, o que o falante enfatiza é a regra associada à descrição auxiliar ‘o portador do nome “Einstein”’, que supõe pertencer à regra definicional RI-‘Einstein’. A posição usual do sujeito só deixa de importar aqui quando a informação é mais detalhada. Se uma pessoa dissesse: “Einstein foi o excelente físico teórico que dirigiu o projeto Manhattan por meio do qual foi produzida a primeira bomba atômica, tendo nascido em Nova York em 1904 e falecido de câncer em 1967”, nós não a corrigiríamos dizendo que Einstein não foi o responsável pela invenção da bomba atômica; nós diríamos que a pessoa está na verdade se referindo a Oppenheimer.

5. *Circularidade*

Um último argumento de Kripke é o que apela à circularidade: o nome Einstein não pode ser explicado pela descrição ‘o criador da teoria da relatividade’, pois o nome ‘teoria da relatividade’ é explicado pela descrição ‘a teoria criada por Einstein’.[2] Uma circularidade semelhante ele aponta na explicação do nome próprio ‘Giuseppe Peano’. Muitos de nós associamos a esse nome a descrição ‘o descobridor dos axiomas da aritmética’. Trata-se, porém, de um engano. Peano apenas expôs os axiomas, adicionando ao seu texto uma nota na qual atribuía corretamente o seu descobrimento a Dedekind. O erro, de acordo com Kripke, perpetuou-se. Uma solução, escreve ele, seria dizer que Peano é ‘a pessoa que a maioria dos *experts* referem como sendo Peano’. Mas essa solução seria circular. Como identificar os *experts* em Peano? Suponhamos que eles sejam os matemáticos. Mas pode ser que a maioria dos matemáticos erroneamente associe ao nome Peano à descrição ‘o descobridor dos axiomas da aritmética’. Poderíamos então sugerir o recurso à descrição ‘a pessoa à qual a maioria dos Peano-*experts* refere pelo nome Peano’. Mas essa solução seria também circular,

[1] Na verdade, ao assistir o primeiro teste Oppenheimer exclamou compungido: “Nós somos os destruidores dos mundos”.

[2] Kripke 1980, p. 82.

pois para identificar os Peano-*experts* já precisamos ter identificado Peano, já precisamos saber quem é Peano.[1]

Essas objeções de circularidade são claramente falaciosas e me pergunto se alguma vez alguém já as levou a sério. Por certo é em princípio possível que alguém aprenda a teoria da relatividade na independência de qualquer referência ao nome de Einstein. Pode ser que um dia isso aconteça. E quanto a Peano, se tudo o que penso saber dele é que foi o descobridor dos axiomas da aritmética, essa é uma descrição falsa, mas convergente. Basta digitar "o descobridor dos axiomas da aritmética" no Google e logo acabarei descobrindo que estou enganado: o feito de Peano foi o de aprimorar desenvolvimentos anteriores. Mas por ser convergente, a descrição já implica coisas verdadeiras, como o fato de que Peano foi um famoso matemático italiano. Assim, percebido o erro eu recomeço orientando-me por elas. Para aprender mais posso ir procurar em uma enciclopédia ou em um livro sobre a história da matemática. Lá eu encontrarei informações mais detalhadas, feixes de descrições mais ou menos fundamentais oferecidas pelos matemáticos. De posse dessas informações e da bibliografia dada, eu chegarei a textos específicos sobre Peano, escritos por especialistas em Peano, e mesmo aos textos do próprio Peano. Mais importante, no caso, eu chegarei a biografias de Peano explicitando regras-descrições fundamentadoras, as regras localizadora e caracterizadora. Sendo assim, vemos que o processo todo não é circular, mas de *ascenção em báscula*: com base nas informações preliminares genéricas I_1 (no caso derivadas de uma descrição equívoca) sobre *x* somos capazes de procurar e encontrar as informações adicionais I_2 sobre *x*; com base no conjunto das informações $\{I_1, I_2\}$ sobre *x*, tornamo-nos capazes de procurar e encontrar as informações I_3 sobre *x*; com base então no conjunto de informações $\{I_1, I_2, I_3\}$ chegamos a I_4 e assim por diante. Claro que cada novo corpo de informações adquirido *já contém* as informações anteriores e as iniciais, incluindo correções de eventuais erros, o que pode a um olhar desatento dar impressão de circularidade... Mas isso não é suficiente para tornar o processo realmente circular, uma vez que é a informação adicionada e não a informação preservada aquilo que nos faz a adquirir mais conhecimento.

Isso também se aplica, certamente, ao procedimento que Kripke tenta exemplificar. É verdade que se para saber quem é o especialista em Peano precisássemos já saber *tudo* o que o especialista em Peano sabe sobre Peano, precisaríamos saber quem é Peano para saber quem é o especialista em Peano e cairíamos em circularidade. Mas como precisamos, para saber quem é o especialista em Peano, de no máximo algumas generalidades sobre Peano (um grande matemático italiano do século XIX, etc.), e para saber quem é Peano o especialista em Peano precisa saber muito mais coisas sobre ele do que sabemos, nós caímos, não em uma circularidade, mas em um movimento ascencional, cada vez mais detalhador de informações sobre o objeto referido.

O enigma de Pierre

Em 1979 Kripke apresentou um problema que parecia colocar em questão tanto as respostas descritivistas quanto as respostas causalistas para o problema da referência. Pierre é um francês que quando criança acreditava na verdade da frase "Londres est jolie" (Londres é bonita). Adulto foi para Inglaterra viver em um bairro desagradável de Londres, acreditando então na verdade da frase "London isn't pretty". Ele mantém as duas crenças sem perceber a contradição. Mas se a origem causal do uso de 'Londres' e 'London' é a mesma, então ele

[1] Kripke 1980, pp. 84-5, 88-9. Exponho a elaboração feita por Scott Soames, 2003 vol. 2, p. 361.

deveria perceber que está atribuindo predicados contraditórios à mesma referência, mesmo porque ele é um lógico e um lógico não se contradiz.

Nossa explicação do mecanismo de referência de nomes próprios explica bem melhor o pretenso "enigma de Pierre", que só é enigma para quem leva a sério a concepção causal-histórica. Ele de algum modo *não sabe* que 'Londres' é 'London'. Afinal, de 'Londres' ele guarda apenas a descrição localizadora vaga 'Londres é uma cidade' e a descrição auxiliar 'Londres est jolie', o que lhe permite uma referência bastante insuficiente à Londres. Já de 'London' ele conhece o suficiente da descrição localizadora 'Uma cidade localizada junto ao rio Tâmisa, na Inglaterra' e, digamos, a descrição caracterizadora 'London é uma cidade grande, capital da Inglaterra', além do conhecimento de sua descrição auxiliar algo defeituosa, 'London não é uma bela cidade', dominando assim o suficiente da regra de identificação. Como ele não é capaz de associar os dois conjuntos de descrições que ele possui, que são disjuntos, ele não é capaz de perceber que ambos se referem ao mesmo objeto. Frege, como sabemos, já teria como resolver esse "enigma" em 1918.

Respostas aos contra-exemplos de Donnellan

Além das objeções feitas por Kripke, precisam ser lembrados alguns contra-exemplos de Keith Donnellan apresentados em um importante artigo de 1970, onde ele defendeu uma teoria causal-histórica muito semelhante à de Kripke.

1. *Tales, o cavador de poços*

O primeiro e mais interessante contra-exemplo diz respeito ao filósofo Tales, sobre o qual não sabemos muito mais do que a descrição definida 'o filósofo milesiano antigo que afirmou que tudo é água'.[1] Imagine agora que as nossas fontes, Aristóteles e Herótodo, estivessem mal-informadas, e que Tales tenha sido apenas um sábio cavador poços que, cansado de sua profissão, exclamou: "Quem me dera se tudo fosse água para eu não ter de cavar esses malditos poços!", e que um viajante com pouco conhecimento do dialeto local tenha por engano entendido essa frase como sendo a de um verdadeiro filósofo e dizendo respeito à natureza última da realidade, tendo sido esse engano repetido por Herótodo e por Aristóteles, que acabou por legá-lo à tradição filosófica. Afora isso Donnellan imagina que em tempos remotos tenha existido um eremita que nunca divulgou suas ideias, mas que realmente sustentou que tudo é água. Um descritivista deveria dizer que é a esse eremita que o nome 'Tales' se refere, pois é ele que satifaz a descrição 'o filósofo que disse que tudo é água'. Mas não é isso o que aconteceria. Nossa tendência, escreve Donnellan, seria a de pensar que com o nome 'Tales' não estamos nos referindo ao eremita, mas sim ao cavador de poços, apesar de ele não satisfazer nossa descrição. Nós fazemos essa referência, pensa ele, devido ao tear causal-histórico que se inicia com um batismo de Tales, mesmo que associado a uma descrição errônea. A favor dessa conclusão está o fato de que não há relação causal alguma entre o nosso uso do nome 'Tales' e o eremita. Não é o pensamento desse eremita (talvez nunca transmitido a ninguém) de que tudo é água que foi lembrado por sucessivas gerações de filósofos.

Vejamos primeiro como seria a resposta do descritivista. Ao examinar esse exemplo, Searle começou por relativizar a conclusão de Donnellan ao conceber uma versão do exemplo que parece contradizer a concepção causal-histórica. Se Herótodo tivesse um poço no qual um sapo coaxasse de modo a emitir sons parecidos com a frase "Tudo é água" e o sapo

[1] Donnellan 1972, pp. 373-375.

pertencesse à espécie chamada 'Tales', ele poderia ter dito "o Tales disse que tudo é água", originando ele próprio o equívoco. Mas se a teoria causal-histórica é certa, uma vez esclarecidos sobre esse fato nós deveríamos concluir que com o nome 'Tales' estamos nos referindo ao sapo do poço de Herótodo, o que certamente não é o caso.[1] O que concluiríamos, certamente, é que Tales nunca existiu. Parece, pois, que só a origem causal não basta.

Contudo, o que nos propomos notar aqui é que a teoria metadescritivista é capaz de produzir uma resposta à objeção de Donnellan que é enriquecedora de sua própria posição. Ela pode responder introduzindo descrições relativas ao que no capítulo anterior chamamos de *história causal*: a história que somos capazes de derivar de pontos nodais do percurso espaciotemporal delineado por uma cadeia causal. Searle pareceu ter percebido isso ao observar que:

> Quando dizemos "Tales foi o filósofo grego que sustentou que tudo é água", não queremos apenas dizer que *qualquer um* sustentou que tudo é água, nós queremos dizer a pessoa que era conhecida de outros filósofos gregos como argumentando que tudo é água, que era referida em seu tempo ou subsequentemente por algum predecessor grego pelo nome 'Tales', cujos trabalhos e ideias chegaram até nós postumamente através dos escritos de outros autores e assim por diante.[2]

Com efeito, mais do que qualquer outro filósofo, a importância de Tales está em seu lugar específico na história da filosofia ocidental, que foi o de sua própria origem. Como resultado da longa história causal daí resultante, o que justifica a aplicação do nome passou a ser em grande parte a crença na aplicabilidade de uma variedade de considerações apresentadas por outros filósofos que demonstram o seu lugar, presença e influência na história da filosofia. Afinal, se hoje algum filósofo sugerisse que tudo é água, essa afirmação seria considerada simplesmente ridícula. Como resultado disso, se descobrirmos que na verdade Tales foi apenas um cavador de poços, tenderemos a oscilar entre a admissão de que ele realmente foi um cavador de poços e (como Searle também observou) a conclusão de que o filósofo 'Tales' na verdade nunca existiu.

Ora, mesmo que não possamos resgatar cognitivamente supostas cadeias causais-históricas, nós podemos resgatar cognitivamente traços perceptíveis que a cadeia causal deixa atrás de si e que são elementos constitutivos da história causal, a saber, importantes acontecimentos espacio-temporais evidenciadores de pontos nodais de cadeias causais, principalmente através de elos representacionais ocorrentes nas mentes de certas pessoas e capazes de ser linguisticamente manifestados. No caso de Tales há descrições bem conhecidas, como a de que ele foi 'a pessoa nomeada por Herótodo e Aristóteles na doxografia como sendo o filósofo pré-socrático que afirmou que tudo é água...' Tais descrições nos permitem resgatar pontos nodais cognitivos da cadeia causal-histórica concernentes a representações que devem ter ocorrido nas mentes de Heródoto, Aristóteles e ainda outros. Afinal, tudo o que sabemos de Tales vem do que filósofos posteriores disseram dele. Nesse caso específico, a importância desses elementos históricos é tão grande que eles passaram a fazer parte de uma exposição mais completa da regra de caracterização de 'Tales' – o filósofo. Ela pode ser muito resumidamente expressa como:

---

[1] Searle 1983, pp. 252-253.

[2] Searle 1983, p. 253. Devido a passagens como essa Searle já foi interpretado como sendo um descritivista causal, o que não é bem o caso.

> *Regra de caracterização:* O filósofo que nada deixou escrito, mas foi referido na doxografia por Aristóteles, Simplício da Cilícia e outros como tendo sido o primeiro filósofo grego, que afirmou que tudo é água, que todas as coisas estão cheias de deuses, etc.

É óbvio que assim comprendida a regra de caracterização continua sendo em boa parte satisfeita pelo cavador de poços: Tales foi citado na doxografia por Aristóteles, Simplício e outros como tendo afirmado que o princípio do universo é a água, mesmo se for o caso de ele não ter sido o primeiro filósofo pré-socrático, nem de ele ter dito realmente que tudo é água. Mais além, devemos adicionar a isso a demanda de satisfação da regra de localização espaciotemporal a ser resumida como:

> *Regra de localização:* A pessoa que, segundo a doxografia, viveu provavelmente de 624 a 548-5 a.C., que nasceu e morreu em Mileto e que provavelmente viajou ao Egito, etc.

Podemos, pois, com muita tranquilidade, continuar a dizer que sabemos que mesmo sendo um cavador de poços sem qualquer relação com a filosofia, Tales satisfaz suficientemente e mais do que qualquer outro a sua regra disjuntiva e portanto a sua regra de identificação, por isso continuando a ser o nosso Tales. Como o eremita de Donnellan satisfaz um pouco de A e nada de B, ele não pode ser Tales. Adicionalmente, devemos reconhecer que Tales não poderia ser um sapo que viveu por volta de 580 a.C. em Mileto, pela simples razão de que a regra de identificação demanda que ele pertença à classe G dos seres humanos.

A assunção de uma história causal como parte da regra de caracterização no caso recém-exposto não deixa de ser de fundamental importância, sendo dessa maneira que a cadeia causal-histórica pode participar do metadescritivismo. Para evidenciarmos sua importância, basta imaginarmos que o eremita considerado por Donnellan, além de ter sustentado que tudo é água, tenha satisfeito a condição localizadora para Tales de ter vivido entre 624 e 548-5 a.C., tendo nascido e morrido em Mileto e viajado ao Egito. Imaginemos também que venhamos a descobrir que Tales, o cavador de poços, tenha vivido na mesma Época em Mileto, embora nunca tenha visitado o Egito nem sido filósofo. Nesse caso poderá ser objetado que o eremita satisfaz a regra localizadora e mesmo a maior parte da regra caracterizadora melhor do que Tales. Mesmo assim, parece-nos que o eremita não poderia ter sido Tales. E isso é assim porque o Eremita *não satisfaz a esperada história causal tão imprescindivelmente incorporada à regra caracterizadora*. Se, por outro lado, o nome 'Tales' não estivesse tão profundamente vinculado à história causal, não teríamos qualquer dificuldade em identificar Tales como sendo o eremita. Finalmente, é claro que alterando as informações podemos fazer a balança pender para qualquer dos lados e até mesmo para nenhum.

2. *O filósofo J. L. Aston-Martin*

O segundo contra-exemplo é sobre um estudante que conversou em uma festa com uma pessoa que ele acreditava ser um grande filósofo, J.L. Aston-Martin, o autor de "Outros corpos".[1] Embora a pessoa coincida em se chamar Aston-Martin, ela apenas se faz passar pelo

[1] Donellan 1972, p. 364.

filósofo. Donnellan nota que a frase (a) "Na noite passada eu falei com Aston-Martin" é falsa, pois associa o nome 'Aston-Martin' à descrição

D1: o filósofo autor de "Outros corpos",

enquanto as frases (b) "No final da festa Robinson tropeçou nos pés de Aston-Martin e deu com a cara no chão" e (c) "Fui quase o último a sair, só Aston-Martin e Robinson ficaram", são verdadeiras, pois vêm associadas à descrição

D2: o homem chamado Aston-Martin que encontrei na festa.

A objeção é a de que a teoria do feixe de descrições não explica essa alteração: tanto em (a) quanto em (b) e (c) o nome Aston-Martin deveria vir associado ao mesmo feixe de descrições que inclui 'o autor de "Outros corpos"'.

Essa objeção me parece ser eficazmente respondida pela aplicação a nomes próprios de uma distinção similar à introduzida pelo próprio Donnellan entre usos atributivo e referencial de descrições definidas. No caso das descrições definidas, o uso atributivo é aquele mais propriamente vinculado ao conteúdo da descrição, enquanto o uso referencial é vinculado à função indexical associada à descrição. No caso do nome próprio, o equivalente ao uso atributivo é aquele que se baseia nas descrições que exprimem sua regra de identificação. Isso explica o sentido do nome 'Aston-Martin' na frase (a), pois a descrição 'o filósofo autor de "Outros corpos"' exprime uma parte da regra de identificação de um objeto que é conhecida do estudante, mas que não é satisfeita pelo objeto, tornando a frase (a) falsa. Já no caso caso similar ao do uso referencial para o nome próprio, o elemento indexical e o contexto têm papel decisivo, de modo que a regra de identificação usual deixa de importar. Isso explica o sentido do nome 'Aston-Martin' nos casos (b) e (c). Aqui o que importa é a descrição *adventícia* D2 no lugar da qual comparece o nome próprio. Como tal ela é provisória e dependente da situação conversacional na qual foi adquirida. O que um falante nesses casos pode pretender é apenas identificar um certo participante da festa utilizando o nome pelo qual ele foi chamado, deixando de ser importante se é verdadeiro que esse o nome é o de um filósofo que realmente lá se encontrava ou não. Já a descrição D1 realmente faz parte das descrições caracterizadoras do filósofo Aston-Martin, mas não do seu homônimo encontrado na festa e confundido por Robinson com o filósofo.

3. *Inversão de imagens*

Outro contra-exemplo de Donnellan é o de uma pessoa A que, usando óculos especiais, identifica em uma tela dois quadrados idênticos, colocados um em cima do outro. Ao quadrado que está em cima ela chama de Alfa, ao quadrado embaixo ela chama de Beta. A única descrição que ela tem para a identificação de Alfa é

(a) o quadrado que está em cima.

Acontece que, sem que a pessoa saiba, ela está usando óculos que invertem a posição dos quadrados, de modo que o quadrado Alfa é o que está embaixo. Donnellan pensa ter assim demonstrado que o quadrado ao qual a pessoa se refere é o quadrado Alfa (o de baixo), mesmo que ela associe à palavra a descrição errônea (a).

Como resposta, sugiro que a pessoa só se refere ao quadrado Alfa porque, embora associando a Alfa uma descrição errônea, trata-se de uma descrição *convergente* (o quadrado) a ser completada como:

(b) ⌜O quadrado⌝ (que A *vê como* o) ⌜que está em cima⌝.

Essa correção, por sua vez, é parte da verdadeira descrição identificadora do quadrado Alfa, que é:

(c): ⌜o quadrado⌝ (que A *vê como* o) ⌜que está em cima⌝... quando na verdade é o que está embaixo, uma vez que A está usando óculos que invertem a posição das imagens.

O observador A desconhece que a sua descrição (a) é parte da descrição identificadora mais completa (c). Mas esse fato e essa última descrição são coisas conhecidas de outros usuários da linguagem, de nomeadores suficientemente informados, que podemos chamar de B. Esses usuários privilegiados dirão que A se refere ao quadrado Alfa que está embaixo por disporem da informação dada pela descrição (c), que expressa o mais completo modo de apresentação do objeto, a mais completa regra identificadora (que caracteriza Alfa como um quadrado e o localiza como o quadrado que está embaixo).

Como evidência do que estou dizendo está o fato de que uma vez de posse das informações oferecidas pelos nomeadores B, que incluem a descrição (c), A concordará em revisar a descrição (a) como sendo parte de (b), referente apenas ao modo como A vê Alfa, que por sua vez é parte da descrição (c). Embora literalmente falsa, a descrição (a) é útil à referência porque reinterpretável como parte de uma regra-descrição identificadora correta.

4. *"Tom é uma pessoa simpática"*

Um último contra-exemplo de Donnellan é o de uma criança que já foi para a cama e que é acordada brevemente pelos pais.[1] Tom, um velho amigo da família, chegou de visita e insistiu em ver o filho mais jovem, que ainda não conhece. A mãe acorda a criança e lhe diz: "Esse é Tom". Tom diz "Oi jovem" e a criança volta a dormir. No dia seguinte a criança acorda e tudo o que ela sabe dizer de Tom é que ele é 'uma pessoa simpática'. A criança sequer se recorda de ter sido acordada na noite anterior. Mas ela se refere a Tom sem o auxílio de descrições definidas. Para W. G. Lycan essa é uma prova contundente da teoria causal dos nomes: a criança é capaz de se referir a Tom apenas através de uma transferência causal demonstrativa![2]

Examinando melhor esse exemplo, Brian Loar observou que bem pode ser que nele a linguagem nos engane, como no caso em que uma pessoa percebe que faltam convidados para o jantar, mas não se recorda quem; somos intitulados a dizer que ela se refere a quem não compareceu, mas a palavra 'refere' não parece estar sendo usada aqui no sentido apropriado.[3] Com efeito, se a criança de nada se recorda ao dizer que Tom é simpático, não podemos sequer distinguir o seu proferimento da mera expressão de sua vontade de agradar os pais.

Podemos ainda admitir – em benefício do exemplo – que a criança possui cognições semânticas não-reflexivas relacionadas ao seu encontro com Tom, que lhe justificam dizer

[1] 1972, p. 364.
[2] 1999, pp. 46-7.
[3] 1976, p. 367.

que ele é simpático. Nesse caso há de fato um elemento cognitivo convergente, que nos permite concluir que a criança logra introduzir a palavra na situação dialógica referindo-se a um ser humano, Tom. Mas ainda aqui trata-se do que já foi chamado de um empréstimo de referência, de uma referência insuficiente. Como todos sabem a quem a criança está se referindo, o exemplo pode produzir a falsa impressão de que a criança é capaz de fazer uma referência identificadora completa a Tom. Mas isso é ilusório. Trata-se de uma referência deveras exígua. Ela não sabe quem é Tom e não teria como reconhecê-lo se o encontrasse na rua. Se ela dissesse 'Tom é uma pessoa simpática' a estranhos que desconhecessem as circunstâncias, a lembrança do testemunho tendo sido perdida, ninguém seria capaz de dizer de quem se trata. Por conseguinte, o proferimento se refere efetivamente a Tom, não para o falante, mas para os intérpretes capazes de completar a referência, que no caso são os pais da criança. Afinal, eles não só se recordam que a criança foi introduzida a Tom e pressupõem que é por causa disso que ela agora diz que Tom é simpático, mas são eles que realmente sabem quem é Tom e que são capazes de reidentificar a pessoa a quem as palavras se referem. Com efeito, os pais da criança são os falantes privilegiados que conhecem de um modo auto-suficiente a regra de identificação para o nome 'Tom', a qual pode ser descritiva de sua aparência, dos seus traços psicológicos, do que ele faz, de onde ele vive e de onde ele veio. Eles também conhecem descrições auxiliares relevantes, concernentes às relações de Tom com a família. Como o proferimento da criança acontece em um espaço público em que esses intérpretes privilegiados estão presentes, a intenção da criança de se referir a alguma pessoa simpática com a qual esteve em contato é complementada pela identificação referencial dessa pessoa feita pelos outros participantes da situação conversacional, levando-nos à ilusão de que a criança produziu algo mais do que um mero gesto em direção à referência.

Resposta à objeção de magia epistêmica

Há, finalmente, uma objeção genérica levantada por filósofos externalistas como Michael Devitt, segundo a qual existe alguma coisa mágica no descritivismo. Segundo essa objeção, o descritivismo atribui à mente uma propriedade extraordinária, que é a de permitir aos seus conteúdos se relacionarem como que por encanto às coisas fora dela. Como escreve Devitt em sua crítica a Searle:

> Como poderia algo dentro da cabeça determinar a referência, que é uma relação com coisas particulares fora da cabeça? ...supor que o pensamento de alguém pode alcançar objetos particulares fora da mente é sustentar teorias mágicas da referência e intencionalidade. [1]
>
> Como pode uma coisa dentro da cabeça se referir a uma coisa fora da cabeça? Searle não vê problema: simplesmente acontece. Essa é a verdadeira mágica.[2]

Certamente, um cognitivista de senso comum irá insistir que a tese de que as palavras se ligam aos objetos devido a ideias ou representações ou regras conceituais que elas veiculam é perfeitamente natural e intuitiva. Com efeito, enquanto filósofos somos quase inevitavelmente conduzidos ao tradicional e quase intratável problema da percepção, a saber, o problema de saber como podemos ir além do véu das sensações, posto que temos hoje evidências inegáveis de que tudo o que pode imediatamente ser dado à experiência são impressões sensíveis (sense

[1] Devitt 1990, p. 83.
[2] Devitt 1990, p. 91.

data).[1] Aqui há um mistério que parece demandar mágica para ser resolvido. Mas a mágica pela qual, através de impressões sensíveis podemos ter acesso a um mundo físico exterior é, podemos apostar, meramente aparente. Afinal, parece que usamos essas impressões sensíveis como algo que, sob a satisfação *conjunta* de critérios de realidade externa, como *a máxima intensidade sensorial, a independência da vontade, a intersubjetividade virtual*, *o seguimento das leis naturais* e ainda outras condições contextuais pode ser reinterpretativamente projetado como constituinte na realidade externa.[2]

Muito mais extrema, porém, parece-me a feitiçaria do referencialismo direto, segundo a qual as próprias palavras, para além da suposta intermediação cognitiva a elas ligada, têm o poder de alcançar os seus objetos de maneira a se referirem a eles. É verdade que Devitt defende uma forma matizada de referencialismo, segundo a qual redes causais parcialmente cognitivas são responsáveis pela referência. Mas ainda assim, se ele não quiser recair no cognitivismo e daí no descritivismo, ele precisará ignorar qualquer força explicativa originada do conteúdo dessas cognições. Contudo, tal admissão faz a objeção retornar com toda a sua força: como podem essas cadeias causais, na independência de sua relação com conteúdos cognitivos, serem capazes de explicar nossa referência às coisas particulares que as originaram? Isso nos faz suspeitar que as considerações de Devitt sejam psicologicamente explicáveis como uma projeção inconsciente da negação do problema próprio do referencialismo direto no campo inimigo do cognitivismo.

Reformulação russelliana

Vale aqui notar que as regras meta-identificadoras permitem uma aplicação sistemática do procedimento da teoria das descrições à teoria metadescritivista dos nomes próprios, o que pode ser útil ao objetivo de exibir a estrutura lógica da regra de identificação. Considere, por exemplo, a sentença (i) "Aristóteles teve de abandonar Atenas". Tendo em mente a aplicação de RMI_1 na formulação da regra de identificação para o nome 'Aristóteles', podemos parafrasear em (i) essa regra através do método proposto por Russell em sua teoria das descrições como:

1. Há ao menos um ser vivo *x* que satisfaz suficientemente a condição de ter nascido em Estagira em 384 a.C., vivido em Atenas e morrido em Chalkis em 322 a.C. e/ou a condição de ter sido o autor das grandes doutrinas do opus aristotélico.
2. O ser vivo *x* satisfaz (1) mais do que qualquer *y*.
3. Este *x* se chama Aristóteles e teve de abandonar Atenas.

A condição (1) inclui a ideia de suficiência, a condição (2) expõe a ideia de unicidade, e a condição (3) associa o que foi univocamente delimitado ao nome 'Aristóteles', adicionando a predicação de (i). Para formular a sentença (i) simbolicamente, estabelecemos que N = '...é a pessoa de nome 'Aristóteles'', A = '...satisfaz com suficiência (no todo com B) a condição de ter nascido em Estagira em 384 a.C., tendo vivido em Atenas e morrido em Chalkis em 322 a.C.' (regra localizadora), B = '...satisfaz com suficiência (no todo com A) a condição de ter sido o autor das grandes doutrinas do corpus aristotélico' (regra caracterizadora), P = '...é

[1] Muito difícil negar que impressões sensíveis internas sejam veículos indispensáveis de toda percepção. Considere, como já notamos, as imagens visuais móveis mentais computacionalmente reconstruídas com base em fMRI. (Nishimoto et all, 2011)

[2] Costa 2014, cap 6, 2018, cap. VI.

melhor satisfeito do que qualquer outro concorrente (condição de predominância), e T = '...teve de abandonar Atenas'. A frase "Aristóteles teve de abandonar Atenas" pode ser então formalizada como:

$$\exists x\,[((Ax \vee Bx) \,\&\, Px) \,\&\, (y)\,(((Ay \vee By) \,\&\, Px) \rightarrow y = x)) \,\&\, Nx \,\&\, Tx]$$

Com isso é requerida a existência, a unicidade e a suficiência, que aqui se associam aos predicados que expressam as propriedades identificadoras, inclusive tentando capturar a nuance que a regra de identificação possui de que a condição de suficiência pode depender do somatório de disjutos em si mesmos insuficientes. A conclusão é a de que no que concerne a nomes próprios o verdadeiro serviço da teoria das descrições é o de exibir o essencial da estrutura formal de regras de identificação de termos singulares.

Conclusão

Como é comum em filosofia, sempre que acreditamos ter resolvido um problema há outros à espera na próxima curva. Contudo, um pouco de reflexão sobre a maneira de ver aqui proposta sugere que o caminho proposto é de longe o mais viável. Suponha, por exemplo, que RMI_2 seja implementada em um programa de computador, e que sejam nele introduzidos nomes próprios junto com as informações necessárias sobre as suas descrições fundamentais, histórias causais, etc. Nesse caso parece bastante concebível que o computador seja capaz de nos dizer com boa margem de segurança se o nome próprio é ou não é aplicável, uma vez que ele tenha sido suprido das informações necessárias. Mas o mesmo não me parece sequer concebível quando pensamos nas teorias descritivistas tradicionais, e ainda menos no que concerne às vagas sugestões histórico-causais.

É certo que a teoria proposta, embora possuindo maior poder explicativo, é inevitavelmente mais complexa. Mas esse é o preço justo a ser pago pela maior adequação. Assim como acontece na ciência, diversamente da virtude que se constitui na maior simplicidade quanto aos princípios, a simplicidade *de conteúdo* é o que menos podemos esperar de teorias mais maduras. Não é culpa nossa que a realidade seja muito mais intrincada do que à primeira vista aparenta.

PARTE II: TERMOS GERAIS

7.

INTRODUÇÃO: DESCRITIVISMO *VERSUS* CAUSALISMO

Quero nesse capítulo introduzir a problemática da referência dos termos gerais, entendendo-os de modo estendido como predicados que não suportam análise subsequente, mesmo que em exemplos aqui reduzidos a palavras-conceitos ou nomes gerais. Limitando-nos a essas palavras-conceitos, os termos gerais incluem os assim chamados *nomes contáveis* como 'tigre' e 'cadeira', *nomes de massa*, como 'água' e 'ouro', nomes de *espécies naturais* como 'átomo', 'tigre', 'água' e 'ouro', nomes de *espécies sociais* como 'ditador', 'professor' e 'filósofo', nomes de *artefatos*, como 'cadeira' e 'computador', e ainda outros. Também aqui há uma disputa entre concepções descritivista e referencialista ou causal-histórica. Do mesmo modo que fiz no caso dos termos singulares, quero aqui argumentar a favor de uma concepção dos termos gerais que, apesar de admitir um inevitável elemento causal, deve ser mais propriamente entendida como neodescritivista.

Descritivismo

Teorias descritivistas dos termos gerais são em alguma medida análogas às teorias descritivistas dos nomes próprios. Por ser assim elas estão em consonância com a semântica fregeana, tendo sido tradicionalmente defendidas por filósofos como John Locke, J. S. Mill, C. I. Lewis, Rudolph Carnap e Carl Hempel, sendo essa concepção ainda hoje por vezes revisitada sob novas versões[1].

Podemos sem grande esforço sugerir uma versão da teoria descritivista dos termos gerais em alguma medida análoga à teoria do feixe sugerida por John Searle para os nomes próprios, embora não tratemos aqui com descrições definidas. Segundo ela, em ao menos muitos casos o termo geral se encontra no lugar de uma descrição ou de um feixe de descrições individuadoras que exprimem a sua conotação, sentido, conceito ou regra de atribuição. Esse feixe de descrições que acaba por definir aquilo que podemos querer dizer em termos representativos ao aplicarmos o termo geral. Basta que um número suficiente de descrições constitutivas do sentido do termo geral seja satisfeito por no mínimo um objeto para que o termo encontre aplicação. Assim, um termo geral como 'tigre' poderia ser caracterizado por meio de uma lista de descrições *indefinidas* como:

1. Um grande felino asiático.
2. Um animal carnívoro e feroz.
3. Um quadrúpede com pelo amarelo, listas escuras transversais e focinho branco.

Assim, qualquer animal encontrado que satisfaça em medida ao menos *suficiente* as propriedades expressas pelas descrições acima será por nós identificado como um tigre. Note-se também que, ao contrário das descrições geralmente associadas a nomes próprios, essas

[1] Ver, por exemplo, Lewis 1979 e Smith 2005.

devem ser descrições indefinidas (que começam com artigos indefinidos), uma vez que o número de objetos por elas designado não precisa ser limitado a algum que seja único e específico (o indivíduo).

Tal como acontece com a teoria fregeana dos nomes próprios, a teoria descritivista dos termos gerais é capaz de explicar como é possível que dois termos gerais com a mesma extensão sejam capazes de possuir sentidos diferentes. Considere as frases:

1a Todo animal que tem coração tem coração.
1b Todo animal que tem coração tem rins.

2a Todos os triângulos equiláteros são triângulos equiláteros.
2b Todos os triângulos equiláteros são triângulos equiângulos.

Suponhamos que o sentido do termo geral fosse determinado por sua extensão. Como a extensão do termo geral 'animais que têm coração' é a mesma do termo 'animais que têm rins', as sentenças empíricas (1a) e (1b) deveriam ter o mesmo sentido, o mesmo se aplicando à dupla formal (2a) e (2b), caso no qual na geometria euclidiana a identidade de extensão se torna necessária. Mas não é isso o que acontece: enquanto (1a) e (2a) são frases tautológicas, (1b) (2b) são frases informativas, capazes de nos dizer algo sobre a natureza daquilo a que se referem. Além disso, cada frase de cada dupla exprime um sentido-pensamento próprio ou, se quisermos, uma regra verificacional própria (no sentido wittgensteiniano), capaz de torná-la verdadeira.[1] É bem verdade que há maneiras mais sofisticadas e menos plausíveis de se tentar escapar da dificuldade, como a de sugerir que o sentido do termo geral seja determinado por sua extensão em todos os mundos possíveis, uma vez que, por exemplo, há mundos possíveis nos quais animais com coração não possuem rins e vice-versa. Mas essa última sugestão não parece fazer nada para explicar a diferença de sentido entre frases formais como (2a) e (2b), além de ser ontologicamente perdulária *in extremis*.

Consideremos a diferença entre os enunciados (1a) e (1b) ou (2a) e (2b). A teoria descritivista dos termos gerais explica de modo contundente a razão das diferenças, de modo análogo àquele pelo qual a teoria descritivista fregeana dos termos singulares explicava o enigma da identidade: é que no caso (1) o termo 'coração' abrevia a descrição 'um órgão que bombeia o sangue', enquanto o termo 'rim' abrevia a descrição 'um órgão que depura o sangue'; já no caso (2) o termo 'triângulo equilátero' abrevia a descrição 'um triângulo com todos os lados iguais', enquanto o termo 'triângulo equiângulo' abrevia a descrição 'um triângulo com todos os ângulos iguais'. Essas descrições exprimem diferentes sentidos, modos de apresentação, definições ou, como prefiro, *regras de atribuição* constitutivas de conteúdos conceituais, as quais possuem diferentes *critérios de aplicação*, ainda que a mesma classe extensional de objetos a satisfaça. Esses critérios podem ser expostos por descrições indefinidas, em (1a) a de ser 'um órgão que bombeia o sangue' e em (1b) a de ser 'um órgão que depura o sangue', em (2a) a de ser 'uma igualdade dos lados' e em (2b) a de ser 'uma igualdade dos ângulos'. Aqui ambos os pares (1a)-(1b) e (2a)-(2b) encontram-se presentes nos elementos constitutivos de cada extensão considerada. E cada critério de aplicação é identificado por uma regra criterial de atribuição diversa, mesmo que diferentes regras possam e no caso devam ter a mesma extensão em sua aplicação.

[1] Podemos dizer que (1a) e (2a) são autoverificadoras, enquanto (1b) exige procedimentos verificadores externos e (2b) exige ao menos a imediata atualização da imagem de um triângulo equilátero para a sua verificação.

É importante enfatizar que essa forma de descritivismo não pode se aplicar a todos os termos gerais. Para se perceber isso, basta notar que as descrições que definem um termo geral também contém outros termos gerais, que por sua vez demandarão novas definições. Essas novas definições, por sua vez, não poderão recorrer por completo ao que já foi definido, sob pena de circularidade. Por isso, se todos os termos gerais fossem definidos através de descrições, nós cairíamos em um regresso ao infinito, daí resultando que nada poderia ser completamente definido. A solução geralmente aceita pelos descritivistas é a de que pelo menos alguns termos gerais devem ser aceites como primitivos, não sendo analisáveis em termos de descrições.[1] Termos como 'vermelho' e 'redondo' são candidatos a esse papel.

Objeções ao descritivismo

Tal como aconteceu com a teoria descritivista dos nomes próprios, a teoria descritivista dos termos gerais foi atacada por Saul Kripke e Hilary Putnam, embora com menor sucesso. As objeções costumam ser análogas às que já foram feitas às teorias descritivistas dos nomes próprios. Quero considerar apenas duas delas: a objeção epistêmica da necessidade indesejada e a objeção semântica da ignorância e do erro, mostrando que há respostas descritivistas para ambas.

Comecemos com a objeção da necessidade indesejada. Considerando o exemplo mais citado, parece que as pessoas entendem geralmente por 'tigre' algo que satisfaz à seguinte descrição:

> Dt = grande e feroz animal asiático carnívoro e quadrúpede com pelo amarelo, listas escuras transversais e focinho branco.

Segundo a objeção da necessidade indesejada, se a teoria descritivista é correta então a proposição "Tigre = Dt" deve ser necessária: se algo é um tigre então deve satisfazer Dt. Mas não é isso o que acontece. Afinal, em um mundo possível poderíamos encontrar animais que satisfazem todas as propriedades descritas em Dt, mas que não se cruzem com os tigres já conhecidos, possuindo um *layout* genético que os torne mais próximos dos répteis do que dos felinos. Além disso, nenhuma propriedade descrita por Dt é necessária. Devido a falhas genéticas há tigres que nascem com cinco patas, há tigres albinos, etc. Pode até mesmo ser que nenhuma das propriedades descritas por Dt se aplique. Podemos imaginar um mundo possível no qual a evolução acabe por produzir o vexame da espécie: pequenos tigres albinos e sem listas, herbívoros, que andam sobre as patas traseiras e são mansos como coelhos. Mesmo assim eles poderiam ser tigres, digamos, por descenderem dos tigres e por ainda serem capazes de se entrecruzar com os nossos tigres produzindo descendência fértil. Em princípio, ao menos, é possível encontramos animais que não satisfazem a descrição, mas que são tigres, e animais que a satisfazem, mas que não são tigres. Assim, segundo a objeção da necessidade indesejada, diversamente do que o descritivismo prevê, o termo geral 'tigre' *não* é sinônimo de Dt, e "Tigre = Dt" *não* é uma proposição analítica nem necessária.

Não obstante, podemos responder à objeção da necessidade indesejável adotando uma forma menos ingênua de descritivismo, que exige apenas a satisfação de um número suficiente, mas indefinido, de descrições indefinidas e, mais além, que não limita sob prejulgamento o conceito de descrição a características de superfície não-disposicionais. Por exemplo, no caso do termo geral 'tigre', não há razão alguma para nos limitarmos às

[1] Ver Hempel 1967, cap. 7.

descrições de superfície expressas em Dt. As descrições podem estender-se a fatos científicos, históricos, geográficos, e, eventualmente, a estruturas subjacentes. Afinal, nem por isso elas deixam de ser descrições, a menos que indebitamente restringíssemos a aplicação do termo 'descrição' àquilo que podemos ver. Assim, para o caso em que tigres não possuem as características descritas por Dt, basta adicionarmos a regra-descrição mais indiscutível para a definição de uma espécie, que se constitui na exigência de que os seus membros sejam entrecruzáveis sem com isso produzirem descendentes estéreis. Assim, tomando-se como referência exemplares as que satisfazem a descrição de superfície Dt, a condição a ser proposta para qualquer exemplar pertencer à espécie tigre passa então a ser a de que ele satisfaça à seguinte descrição zoológica:

> Dte = um animal entrecruzável com outros que também pertencem ou ao menos descendem das populações de animais asiáticos que historicamente foram chamados de tigres por satisfazerem suficientemente a descrição de superfície Dt, sem desse entrecruzamento resultarem descendentes estéreis.[1]

Com isso podemos já explicar a possibilidade da existência de um exemplar que apresente todas as propriedades descritas por Dt, mas que não é um tigre, pois ele não se cruza com os demais. E também podemos explicar a existência de exemplares da espécie tigre que não satisfazem nenhuma das propriedades de Dt (assumindo que a satisfação suficiente de Dt possa ser reduzida a nada, caso em que as descrições de superfície não-disposicionais se tornam meros sintomas), basta que esses exemplares sejam entrecruzáveis com animais que ao menos descendam dos que historicamente possuíam as propriedades descritas por Dt.

Passemos agora à objeção da ignorância e do erro. Muitas vezes nada sabemos acerca das descrições relevantes, ou então associamos ao termo descrições errôneas. A maioria de nós, por exemplo, sabe que Olmos são 'alguma espécie de árvore', sem ter qualquer ideia de como essas árvores são. Somos, a despeito disso, capazes de fazer uso correto do termo. Exemplo usual de associação com uma descrição errônea pode se dar com o termo geral 'baleia', ao qual alguns ainda associam à descrição 'um grande peixe do mar', o que é, estritamente falando, incorreto, posto que se trata de um mamífero marinho, não respirando através de brânquias. Não obstante, mesmo tendo em mente uma descrição como 'um grande peixe do mar', essas pessoas conseguem usar a palavra de modo a se referir a baleias.

Essas objeções de ignorância ou erro também podem ser respondidas, tal como no caso dos nomes próprios, pela sugestão de que as descrições associadas precisam ser ao menos *convergentes*. A maioria das pessoas só pode usar corretamente a palavra 'olmo' em contextos comunicacionais pouco exigentes, posto que tudo o que elas sabem a respeito é que se trata de alguma espécie de árvore. Mas se a pessoa pensa que olmo é o nome de um duende que só aparece após a meia-noite, suas tentativas de inserir a palavra no discurso poderão ficar seriamente prejudicadas. Da mesma forma, por saber que a baleia é um animal muito grande que vive no mar, uma pessoa já consegue usar o termo em contextos apropriados, mesmo supondo erroneamente que ele seja um peixe. Podemos até admitir que essa pessoa seja capaz

---

[1] Não há, aliás, uma definição única de espécie, reinando confusão entre zoólogos e principalmente entre botânicos (Dupré 1993). Imagine um animal idêntico ao tigre que tivesse vindo de uma outra galáxia, mas que fosse intercruzável com os nossos tigres e tivesse o mesmo *layout* genético. Ele não caberia na definição acima por não ter origem asiática. Deveríamos então alterá-la? Embora seja possível que em circunstâncias específicas a resposta seja afirmativa, irei manter a definição convencional a título de exemplo.

de usar referencialmente a palavra ‘baleia’, entendendo por isso não só que ela é capaz de apontar para ela com base em sintomas, mas que ela é capaz de inserir esse nome geral corretamente no discurso e ser corretamente entendida por aqueles que dispõem de conhecimento similar ou mais aperfeiçoado do conteúdo descritivo da palavra. Contudo, tal não seria o caso de uma criança que pensasse que a baleia é o nome de uma montanha que lhe foi apontada quando viajou à Serra das Cajazeiras. Parece óbvio que ao confundir um termo geral com um nome próprio ela já não consegue mais lhe dar um sentido adequado; ela não consegue sequer obter um empréstimo de referência do termo geral.

A teoria causal dos termos gerais

A teoria causal dos termos gerais sugerida por Kripke, Putnam e outros, é uma extensão da teoria causal-histórica dos nomes próprios.[1] Muitos termos gerais, especialmente os de espécie natural, são para esses autores designadores rígidos, referindo-se a uma mesma *espécie* de coisa em quaisquer mundos possíveis nos quais ela exista.[2] Por isso as descrições associadas aos termos gerais podem variar e uma descrição como Dt não precisa se aplicar a qualquer caso.

Mas então, como os termos gerais se aplicam? A resposta é que ao menos no caso dos termos de espécies naturais, eles se aplicariam por se referirem a uma *propriedade microestrutural subjacente* – a uma *essência* que a ciência empírica acabou por descobrir. Assim, o termo ‘ouro’ ao elemento de número atômico 79, o termo ‘água’ ao composto químico H_2O, enquanto o termo ‘tigre’ poderia se referir a um certo *layout* genético. Com isso as propriedades usualmente designadas pelas descrições de superfície associadas aos termos gerais passam a uma categoria secundária constituída, segundo Putnam, de *estereótipos*.

E como chegamos a usar corretamente os termos gerais? Aqui também a resposta costuma apelar para atos de batismo. Por causa do contato com pepitas de ouro as pessoas inventaram a palavra ‘ouro’. Essa palavra deve ter passado então de falante a falante, em uma cadeia causal, acabando por chegar até nós.

Problemas com a teoria causal

Hoje é geralmente reconhecido que a teoria causal dos termos gerais encontra dificuldades ao menos tão sérias quanto as do descritivismo.[3] Uma primeira é que há um grande número de exceções. Considere o caso dos artefatos. Não os explicamos por apelo a uma essência microestrutural subjacente, mas por apelo a descrições de superfície.[4] Assim, uma cadeira pode ser descrita como um banco não-veicular provido de encosto, feito para uma só pessoa se sentar de cada vez.[5] (Uma cadeira de pedra esculpida pelas intempéries não é uma cadeira de verdade, nem uma cadeira de brinquedo...) E um lápis costuma ser descrito como um instrumento manuseável usado para escrever através de uma ponta de material sólido, não

---

[1] Essa teoria também possui uma variedade de versões. As versões standard são, porém, as de Kripke (1980, cap. III) e de Putnam (1975). Uma versão posterior, que apela para a fundamentação múltipla e reconhece a necessidade do apelo a descrições tipificadoras foi proposta por Kim Sterelny (1983).

[2] Ver Keith Donnellan 1983. A espécie de coisa, por sua vez, não precisa ser entendida como uma entidade abstrata, mas como um ou outro indivíduo concreto qualquer que exemplifique a aplicação de uma mesma regra na identificação de propriedades constitutivas.

[3] Schwartz 2006. Compare essa sua exposição com a esperançosa introdução de *Naming, Necessity and Natural Kinds*, livro editado pelo mesmo autor trinta anos antes.

[4] Ver Schwartz 1978.

[5] *Cf.* Costa 2018, pp. 62-65.

devendo se diferenciar em demasia de certos exemplares prototípicos bem conhecidos (pequenos artefatos cilíndricos finos, feitos de madeira, envolvendo uma vareta de grafite para escrever ou desenhar). (Um lápis ou giz de cera é uma extensão do conceito, um lápis eletrônico não é um lápis de verdade, mas um símile analógico...)

Mesmo no caso mais típico, que é o das espécies naturais, há exceções. Embora seja aceitável que a água seja essencialmente constituída por moléculas de H_2O, o conceito de espécies animais como a dos tigres não inclui essencialmente o *layout* genético, como Kripke gostaria. Como já vimos, uma espécie tem sido razoavelmente definida pela origem e capacidade de entrecruzamento de seus exemplares segundo modelos exprimíveis por descrições funcionais de superfície. O compartilhamento de um certo *layout* genético é um achado empírico posterior à definição (o que não quer dizer que não possa vir a ser eventualmente incorporado a ela). Assim, por estranho que possa parecer, se dois grupos de animais tivessem o mesmo *layout* genético, mas demonstrassem impossibilidade de entrecruzamento, os grupos deveriam ser considerados pertencentes a espécies distintas, ficando por ser esclarecida a razão microestrutural do fato. Assim, embora nos pareça à primeira vista essencial, o *layout* genético é aqui um elemento explicativo derivado. Torná-lo o elemento definitório primário é cometer uma petição de princípio, a menos que nosso entendimento do termo seja alterado.

Outra complicação é que o batismo precisa vir acompanhado de algum elemento descritivo que nos diga que tipo de coisa se trata (o chamado *qua*-problema), uma vez que cada coisa pertence simultaneamente a muitos tipos.[1] Assim, se nomearmos um objeto como um exemplar de 'tigre' estamos apontando também para um felino, para um mamífero, para um animal, para um ser vivo e para um objeto físico. Mesmo admitindo que a aplicação do termo geral precise ter algum tipo de ascendência causal, não parece possível que possamos explicar a referência dos termos gerais prescindindo por completo de descrições de superfície.

Teorias causais-históricas que introduzem um elemento descritivo inevitável são chamadas de teorias mistas. Se as aceitarmos, porém, parece que estaremos expondo a nova maneira de ver aos mesmos problemas aos quais ela foi chamada a resolver. Finalmente, é inevitável a ideia de que algum elemento causal seja pressuposto no descritivismo sobre termos gerais. Não obstante, também aqui ele deve ser um elemento derivado em termos de poder explicativo, uma vez que será com base em regras conceituais exprimíveis através de descrições que nos tornaremos capazes de identificá-lo.

[1] Devitt & Sterelny 1999, p. 92.

8

PUTNAM: A TERRA-GÊMEA E A FALÁCIA EXTERNALISTA

A teoria causal dos termos de espécie natural está intimamente associada ao externalismo semântico defendido por Hilary Putnam e outros. Nesse capítulo quero expor criticamente os argumentos externalistas desse autor ao mesmo tempo que, em contraposição, desenvolvo uma explicação descritivista neo-fregeana e basicamente internalista do significado do conceito de água, capaz de melhor responder aos problemas por ele levantados. Para reforçar meu ponto de vista terminarei fazendo duas críticas rápidas; uma à ideia em meu juízo incorreta de que o enunciado "Água é H_2O" é necessário e a posteriori, outra a um famoso argumento externalista de Tyler Burge.

O externalismo semântico de Putnam

Putnam usa como instrumento para demonstrar o seu externalismo semântico sua famosa fantasia da Terra-Gêmea.[1] Considero o argumento que se segue dessa fantasia bastante

---

[1] Putnam 1975. O artigo é uma elaboração de "Meaning and Reference", publicado dois anos antes. Outro famoso argumento de Putnam que favorece o externalismo é o do cérebro na cuba (ver 1981, cap. 1). Esse último argumento objetiva demonstrar a impossibilidade da hipótese cética de que talvez sejamos cérebros imersos em cubas, com nossos feixes neuronais aferentes e eferentes ligados a um supercomputador capaz de produzir em nós uma permanente alucinação de interação com o mundo externo. Segundo Putnam, cérebros em cubas não podem pensar que são cérebros em cubas; mas como podemos pensar que somos cérebros em cubas, não podemos ser cérebros em cubas. Ele sustenta esse argumento através da ideia de que cérebros em cubas não podem ter pensamentos sobre coisas reais como água, cuba, cérebro, simplesmente porque não podem ter qualquer contato *causal* com essas coisas reais ou com os seus componentes.

Devo notar, porém, que o argumento de Putnam é controverso. A ideia subjacente ao argumento é a de que cérebros na cuba não podem ter pensamentos sobre coisas reais como árvore, água, cuba, cérebro... porque eles não têm nenhum contato *causal* com essas coisas ou com os seus componentes. Contra essa ideia pode ser observado que podemos imaginar que os programas dos computadores que interagem com o cérebro na cuba foram feitos por quem tenha tido contato com árvores, água, cuba, cérebro, ou o que for que os constitua, refletindo assim, mesmo que muito indiretamente, de forma causal, essa experiência. Essa possibilidade pode ser contornada imaginando, como ele faz, um cérebro na cuba que tenha sido gerado por mera coincidência cósmica, sem a existência sequer de programadores que pudessem ter tido contato causal com água, cuba, cérebro ou seja lá o que for, de modo a passarem informação para o programa. Putnam tem em mente um caso no qual as referências do cérebro na cuba seriam tão ilusórias quanto a palavra 'Churchill' casualmente escrita por uma formiga ao andar de forma errante na areia... Conclusão: como nós temos pensamentos sobre árvores, água, cérebros, cubas... nós *não* podemos ser sequer cérebros em cubas resultantes de um acaso cósmico!

Uma objeção genérica que já foi feita ao argumento é que nele Putnam ignora a *flexibilidade* da linguagem. Posso enfatizá-la aqui considerando a questão: por que em um cérebro na cuba, mesmo naquele gerado por mero acaso cósmico, as representações de árvores, água, cérebros não podem ser de fato causadas por estímulos que sejam, digamos, meras imagens eletrônicas de árvores, água, cérebros, acessadas pelo cérebro na cuba em meio a uma práxis linguística intersubjetiva, também ela meramente ficcional, também ela constituída de meras imagens eletrônicas de pessoas, de vozes, de gestos, etc.? Por que não seria aqui possível uma geração causal de representações a partir dessas imagens, a qual seja apenas *coincidentalmente* igual à geração de representações

original, engenhoso, estimulante e indubitavelmente falso. Acho mesmo difícil compreender como ela possa ter se afigurado convincente a várias gerações de estudiosos. A meu ver o argumento de Putnam não deve ser tomado em sua face de valor. Vejo-o como um exemplo de metafísica revisionária, como os que encontramos em uma tradição que vem de Berkeley a Hume, de Bradley a MacTaggart e mesmo a W. V. Quine. Ou seja: o argumento de Putnam pode ser (a) negativamente avaliado como uma falácia enganosa, resultante de um entendimento sistematicamente inadequado e, no final das contas, perverso, dos significados que os termos ganham em seus usos ordinários, reclamando uma terapia *à la* Wittgenstein. Mas ele também pode ser (b) positivamente avaliado, como um desafio dialeticamente importante, posto que (como Wittgenstein também teria admitido) é pela dissolução das tensões resultantes de confusões profundas que costuma advir um avanço em nosso entendimento dos problemas filosóficos. Em qualquer dos casos vale a pena um exame cuidadoso de seus detalhes.

Vale lembrar que o suposto entendimento perverso de nuances nos sentidos ordinários das palavras parece aqui em boa medida originado do que podemos chamar (seguindo Susan Haack, John Searle, Peter Strawson e, antes deles, Wittgenstein) de *cientismo*. No caso específico, ele aparece como uma tentativa de mimetizar em filosofia da linguagem o que aconteceu em ciências como a física, nas quais têm sido feitas descobertas desconcertantes, que parecem contradizer frontalmente nossas intuições de senso comum. Como escreveu Putnam logo no início de seu artigo "The Meaning of 'Meaning'" [1]:

> De fato, a conclusão de nossa discussão será a de que os significados não existem exatamente como pensamos que existem. Mas elétrons também não existem da maneira que Bohr pensou que existiam.

A diferença é que essas ciências produzem descobertas que nos parecem contra-intuitivas em domínios completamente alheios e distantes daqueles de nossa experiência cotidiana, enquanto a filosofia da linguagem pretende analisar conceitos que nos são demasiado familiares, como os de referência, significado, verdade... Tais conceitos estão conosco desde o início dos tempos; eles são quase como os óculos usamos e que temos dificuldade de perceber precisamente porque estão próximos demais de nossos olhos. Daí ser também mais fácil, sob o preço do equívoco, dar-lhes um tratamento espetacular.

Desconstruindo o argumento da Terra-Gêmea

No que se segue começarei sempre com uma exposição do argumento de Putnam, seguida de comentários críticos. Tais comentários mostrarão que uma abordagem cognitivista-descritivista neofregeana é capaz de resolver com vantagens os problemas por ele colocados. Depois disso pretendo fazer uma análise neodescritivista mais aprofundada do conceito de 'água' envolvido na fantasia de Putnam, explicando em algum detalhe como as coisas realmente acontecem. Essa explicação mostrará que, se tomado em sua face de valor, o

---

causadas a partir das próprias coisas realmente pertencentes ao mundo real? Por que o mero acaso cósmico não poderia produzir tais imagens? Por que essa escolha seletiva de improbabilidades? Sob tal perspectiva não me parece haver nada de muito convincente no argumento. Creio que Putnam responderia que essa objeção ignora o seu externalismo semântico. Mas, como esse último será rigorosamente devastado no curso desse Capítulo, sinto-me no direito de mantê-la.

[1] p. 3.

externalismo semântico por ele proposto é indefensável, ainda que contenha desafios dialeticamente relevantes.

Exposição: Putnam começa considerando duas teses: (I) o significado (intensão, sentido) determina a extensão, (II) os estados psicológicos (de entendimento) fixam o significado. As duas teses devem ser aceites pelo descritivismo tradicional. Mesmo que se acredite, como Frege o fez, que o significado ou sentido (*Sinn*) seja uma entidade abstrata, é preciso admitir que nós apreendemos psicologicamente o significado, devendo uma diferença no significado corresponder a uma diferença no estado psicológico de quem o apreende. A consequência da aceitação de (I) e (II) é que devemos assumir que *estados psicológicos fixam significados, os quais por sua vez determinam as suas referências.*

Para Putnam, a fantasia da Terra-Gêmea demonstra ser possível a um mesmo termo ter extensões diferentes, mesmo sendo os estados psicológicos exatamente os mesmos. Assim, uma das duas teses deve estar errada. A solução de Putnam é rejeitar a tese (II): estados psicológicos não fixam o significado. E isso acontece porque o significado não está, no essencial, em nossas cabeças, mas de algum modo no domínio externo da própria referência. Quanto à tese (I), ela pode ser mantida: o significado determina a extensão, mesmo que de modo não-fregeano, mas, como veremos, pela intermediação da seleção demonstrativa de exemplares, os quais tipicamente satisfazem as propriedades de superfície constitutivas do que ele irá chamar de estereótipo.

Para chegar a essas conclusões Putnam imagina um planeta que ele chama de Terra-Gêmea, no qual tudo existe e acontece tal como na Terra, exceto pelo fato de que os seus rios, lagos e mares se encontram cheios de um líquido que em condições normais de temperatura e pressão é indistinguível da água, saciando a sede quando bebido, caindo sob a forma de chuva, apagando o fogo, etc. Esse líquido só difere da água pelo fato de que a sua composição química não é H_2O, mas algo muito diverso, que pode ser abreviado como XYZ.[1] Ele então imagina que uma nave espacial da Terra visite a Terra-Gêmea. A princípio os astronautas pensarão que 'água' tem o mesmo significado (*meaning*) na Terra e na Terra-Gêmea. Mas, observa Putnam:

> Se uma espaçonave da Terra visita a Terra-Gêmea, então a suposição inicial será a de que 'água' tem o mesmo sentido (*meaning*) em ambas. Essa suposição será corrigida quando for descoberto que 'água' na Terra-Gêmea é XYZ e que a espaçonave da Terra irá reportar algo como "Na Terra-Gêmea a palavra 'água' quer dizer (*means*) XYZ". (...) Simetricamente (...) a espaçonave da Terra-Gêmea irá reportar: "Na Terra a palavra 'água' quer dizer (*means*) H_2O".[2]

O que Putnam está querendo introduzir é a sugestão de que em tais casos a palavra 'água' significa ou "quer dizer" (*means*) duas coisas. Na Terra ela quer dizer (*means*) água-t, uma vez que diz respeito à extensão do composto H_2O, enquanto na Terra-Gêmea ela quer dizer

---

[1] Vários filósofos notaram que não parece nomologicamente possível que um líquido com as mesmas propriedades da água tenha uma fórmula química muito diversa. Mas não é necessário à fantasia de Putnam que todas as propriedades superficiais de H_2O e XYZ sejam idênticas. Mais do que isso, podemos substituir a palavra 'água' pelo nome de pedras preciosas como *topázio* e *citrino*, que são aparentemente iguais, mas que de fato possuem fórmula química muito diversa. *Cf.* Segal 2000, pp. 25-26.

[2] Putnam 1975, p. 223.

(*means*) água-g, posto que diz respeito à extensão do composto XYZ. Putnam interpreta a sua fantasia como tendo demonstrado que a palavra 'água' *tem e de fato sempre teve* esses dois significados, independentemente do que possa passar ou ter passado pela cabeça dos habitantes da Terra, ou da Terra-Gêmea, devendo-se essa diferença de significado à constituição essencial do líquido apontado com o nome de 'água' em cada planeta. O que a palavra 'água' quer dizer independe do que passa pelas cabeças das pessoas que usam o termo, sendo, pois, externamente determinado por sua referência.

Comentário: Já agora, ante essas considerações iniciais de Putnam, quero introduzir minha objeção central, fundada na consideração de nossos usos normais das palavras. Parece claro que na base do que Putnam procura fazer há uma sutil confusão entre o nível do sentido/significado-intensão e o nível da referência-extensão.[1] A palavra 'mean' usada por Putnam em inglês tem um correspondente aproximado em alemão, que é 'bedeuten', mas nas duas línguas possui uma espécie enganadora de ambiguidade entre dois sentidos da palavra. Por questão de clareza chamarei esses dois sentidos ou usos da palavra 'mean' de:

(i) *uso semântico intralinguístico* (o mesmo que 'significar')
(ii) *uso referencial intralinguístico* (o mesmo que 'querer dizer')

Em português essa distinção é em parte desambiguada, pois é tornada linguisticamente mais explícita respectivamente pelos verbos *significar* (sentido (i) de 'mean') e *querer dizer* (sentido (ii) de 'mean'). Contudo, mesmo nos atendo ao verbo 'significar' essa ambiguidade já pode ser deslindada.

Vejamos primeiro do que trata (i). Normalmente, em seu sentido próprio e relevante, a palavra 'significado' tem o que pode ser chamado de um uso semântico intralinguístico, que é o de indicar o "conteúdo semântico de um signo linguístico, acepção, sentido, significação, conceito, noção" (dicionário *Houaiss*), a saber, indicar o *sentido convencionalmente fundado* da expressão a que se reporta. Esse sentido intralinguístico, que certamente se aproxima do *sentido* (*Sinn*) fregeano (ou, mais precisamente, dummettiano...), é o sentido central da palavra 'significado' na linguagem, estendendo-se essa distinção à expressão 'querer dizer'. Tal sentido é exemplificado em proferimentos como:

(a-i) A palavra 'cadeira' significa (quer dizer) banco não-veicular com encosto feito para uma só pessoa se sentar de cada vez.[2]
(a-ii) A frase "O gato foi pro mato" significa (quer dizer) grosso modo o mesmo que a frase "O felídeo doméstico enveredou-se pelo matagal".

Contudo, a palavra 'significa' e, mais ainda, 'quer dizer' ('mean') também pode ser usada no sentido do uso referencial intralinguístico, como uma maneira linguística de *apontar* para a referência. Etimologicamente, a palavra 'significado' vem do latim 'significare', que quer dizer "dar a entender por sinais, indicar, mostrar, dar a conhecer, fazer compreender" (no inglês 'mean' também significa 'to convey, show or indicate' e no alemão 'bedeutet' também

[1] Putnam chega a divisar a dificuldade quando, em um longo parêntese, tenta explicar porque a palavra 'mean' não pode ser substituída por 'the meaning of' nas frases citadas.
[2] Digo não-veicular porque assentos de carros, ônibus, aviões, não são chamados de cadeiras. Ver justificação mais detalhada em Costa 2018, pp. 62-65.

significa ‘heisst’ ou ‘bezeichnet’, respectivamente ‘querer dizer’ e ‘designar’). Nesse uso *estendido* da palavra, ‘significar’ ou ‘querer dizer’ são sinônimos de ‘indicar’, ‘designar’ e ‘referir’, podendo ser facilmente – ainda que inapropriadamente – extrapolados de modo a designar *aquilo mesmo que é indicado*, o *designatum*, a *referência*. É no uso referencial intralinguístico que os verbos ‘significar’ e ‘querer dizer’ aparecem em proferimentos demonstrativos como

(b-i) A palavra ‘cadeira’ significa ou quer dizer (means) coisas como aquilo que está ali.
(b-ii) A frase “o gato foi pro mato” significa ou quer dizer (means) que o gato foi para o mato (um fato).

As frases (b-i) e (b-ii) são aceitáveis. A primeira é aceitável quando usada por um adulto para explicar a uma criança o significado de palavras como ‘cadeira’, enquanto a segunda é aceitável por expor a relação entre uma frase e um fato correspondente.

A proximidade semântica do verbo ‘significar’ em seu uso referencial intralinguístico com a palavra ‘referência’ está ligada ao que já vimos ser uma concepção referencialista do significado. O erro dessa concepção consiste em transformar proximidade semântica em promiscuidade semântica, confundindo significado com referência ou mesmo extensão.

Na verdade, a confusão é mais antiga. Há ecos de referencialismo semântico no próprio Frege quando ele decidiu usar a palavra ‘Bedeutung’ (significado) no sentido técnico de ‘referência’ ao substantivar o verbo ‘bedeuten’, usado no sentido de ‘referir’, como ‘Bedeutung’, por ele explicitamente entendido como a *referência* e não como significado. Contudo, se entendermos a referência em termos de significado teremos a invenção de algo impróprio, que chamarei de:

(iii) *uso referencial extralinguistico* (o mesmo que ‘aquilo do que se quer dizer’)

da palavra ‘significado’. Esse uso referencial extralinguístico é uma extensão indébita do uso referencial intralinguístico. Ele extrapola os significados próprio e estendido da palavra significado, dando a entender que aquilo a que a palavra ‘significado’ realmente designa possa realmente ser algo externo, extralinguístico.

Reforçando a análise acima, devo notar que a palavra ‘sentido’ (assim como o equivalente inglês ‘sense’ e o equivalente alemão ‘Sinn’), que é semanticamente a mais próxima da palavra ‘significado’, resiste às ambiguidades apontadas com relação ao ‘significar’ e ao ‘querer dizer’. A palavra ‘sentido’ simplesmente não possui usos referenciais (ela resiste ao uso referencial intralinguístico, sendo imune a um prentenso uso referencial extralinguístico). A palavra ‘sentido’ possui apenas um uso semântico intralinguístico, que é o de indicar os sentidos convencionalmente fundados das expressões a que se reporta. Assim, no dicionário *Houaiss* ‘sentido’ significa simplesmente “cada um dos significados de uma palavra ou locução”. Por isso, ao usarmos as palavras ‘significado’ e ‘querer dizer’ de modo intralinguístico podemos facilmente substituí-las pela palavra ‘sentido’, enquanto o mesmo não é possível quando aquelas palavras ganham usos referenciais. Posso dizer, por exemplo:

(a-i’) O *sentido* (*significado*) da palavra ‘cadeira’ é o de ‘banco não-veicular com encosto feito para uma só pessoa se sentar de cada vez’.
(a-ii’) O *sentido* (*significado*) da frase ‘O gato foi para o mato’ é grosso modo o mesmo que “O felídeo doméstico enveredou-se pelo matagal”.

Isso é correto, posto que a palavra ‘sentido’ em (a-i) e (a-ii) tem um uso semântico intralinguístico. Mas soaria muito estranho dizer

(b-i’) A palavra ‘cadeira’ tem o *sentido* de (*significa*) coisas como aquilo que está ali.
(b-ii’) O *sentido* (*significado*) da frase “O gato foi pro mato” é que o gato realmente se enfiou no mato.

A razão dessa estranheza é que em (b-i’) e (b-ii’) a palavra ‘sentido’ demonstra claramente a sua incapacidade de adquirir um uso referencial extralinguístico. A estranheza na substituição se repete com os equivalentes da palavra ‘sentido’ em outras línguas, como ‘sense’ no inglês, ‘Sinn’ no alemão e ‘sens’ no francês. Podemos resumir nossos resultados no seguinte quadro:

	Uso semântico intralinguístico	Usos referenciais	
		intralinguístico	extralinguístico
Sentido (*Sinn*, *sense*)	SIM	NÃO	NÃO
Significado (*Bedeutung*, *meaning*)	SIM	SIM	*SIM* (?)

Em meu juízo o quadro mostra claramente que o que realmente importa é o uso semântico intralinguístico, pois nele se aplicam tanto a palavra ‘sentido’ quanto ‘significado’. Menos importância tem o uso referencial intralinguístico, no qual a palavra ‘significado’ recebe um uso estendido. Menor importância ainda é o uso referencial extralinguístico, que é uma extrapolação indébita da palavra ‘significado’, na qual ela é usada no sentido de referência, objeto referido, extensão – a espécie de coisa da qual a filosofia facilmente se apropria na construção de um uso metafísico no sentido negativo da palavra.

Minha conclusão é a de que Putnam estende indebitamente essa ambiguidade da palavra ‘significa’/‘quer dizer’ (*means*) até produzir seu uso metafísico, para então declará-lo o mais fundamental, invertendo assim os valores. Ele entende o uso semântico intralinguístico (que é central) como um uso secundário do conceito de significado (a ser resgatado pelo que ele chama de estereótipo) e desconsidera o uso referencial intralinguístico – o ‘querer dizer’. O que para ele é fundamental é a extrapolação indébita do uso referencial intralinguístico da palavra ‘significado’; um suposto uso referencial extralinguístico, aquele em que a palavra seria aplicada a algo externo à cognição e à linguagem. Feita essa extrapolação, ele passa à inversão de valores, distinguindo o uso referencial extralinguístico da palavra ‘significado’ como sendo a forma mais apropriada de se usar tal palavra; essa é a “descoberta” de Putnam. Já em nosso entendimento, quando o astronauta diz:

(c) Na Terra-Gêmea a palavra ‘água’ significa/quer dizer (*means*) e sempre significou/quis dizer (*meant*) XYZ,

a palavra ‘significa’ ou ‘quer dizer’ (*means*), recebendo aqui um uso referencial *intralinguístico*, isto é, o sentido inócuo de ‘se refere a’; e o que o astronauta quer dizer é simplesmente que na Terra-Gêmea a palavra ‘água’ denota e sempre denotou XYZ (o que fica mais claro em inglês, onde ‘means’ significa propriamente ‘querer dizer’). Mas isso não é nenhuma descoberta espetacular de um uso ou sentido referencial extralinguístico da palavra ‘significado’, ou ‘querer dizer’ (mean) como dizendo respeito a um significado externo, mas sim mera trivialidade! A palavra ‘água’, obviamente, se refere a XYZ na Terra-Gêmea, posto que nesse planeta o objeto da referência é e sempre foi esse mesmo *stoff* extralinguístico. E não há nada de especial nisso, posto que por definição a *referência* ou *denotação* é coisa extra-linguística, em nada dependendo de estados psicológicos ou cerebrais. Assim, ao desconsiderar ambiguidades das palavras ‘significa’ ou ‘quer dizer’ (*mean*), Putnam produz um equívoco sutil, que é o de deixar o domínio da significação ser contaminado pelo da referência. Ele quer nos fazer crer que existe algum sentido referencial ou extensional próprio da palavra ‘significado’ (*meaning*) – um uso referencial extralinguístico – a ser resgatado; mas esse sentido referencial não passa de uma persistente quimera filosófica, a mesma que motivou o referencialismo semântico já há muito criticado por Gilbert Ryle e por outros. Essa impossibilidade demonstra-se quando substituímos em (c) a palavra ‘significa’ pela expressão ‘tem o sentido de’. Nesse caso temos:

(c’) Na Terra-Gêmea a palavra ‘água’ tem e sempre teve o *sentido* (*sense*) *de* XYZ.

Essa frase soa claramente falsa, dado ser intuitivo que antes da descoberta da fórmula química a palavra não tinha nada desse sentido (*sense*). Com efeito, a substituição de (c) por (c’) é um caso similar ao da substituição das expressões do grupo (b) pelas do grupo (b’), as quais sugerem a inexistência de um uso referencial da palavra ‘significado’ que seja capaz de preservar qualquer coisa do sentido próprio dessa palavra – o sentido no qual ela se torna um sinônimo possível da palavra ‘sentido’.

Exposição: Na continuação de seu texto, Putnam repete o argumento de um modo mais elaborado e eficaz ao situar a aplicação do termo ‘água’ em 1750, quando a sua estrutura atômica ainda era completamente desconhecida. Imagine que por essa época o Oscar-1 da Terra diga algo como “Isto é água”, referindo-se ao líquido inodoro, insípido e transparente que vê dentro de um copo, o qual realmente contém H_2O. Ao mesmo tempo que isso acontece, o seu *Doppelgänger* na Terra-Gêmea, Oscar-2, também diz “Isso é água” apontando para o conteúdo de um copo contendo XYZ. Os estados psicológicos (e cerebrais) de Oscar-1 e de Oscar-2 são absolutamente idênticos. Ambos têm as mesmas ideias de que se encontram diante de um mesmo líquido transparente, insípido e inodoro. Mesmo assim, pensa Putnam, Oscar-1 está se referindo a H_2O, enquanto Oscar-2 está se referindo a XYZ – afinal, o que causa a experiência perceptual de Oscar-1 na Terra é o H_2O, enquanto o que causa a experiência perceptual de Oscar-2 na Terra-Gêmea é o XYZ. Até aqui tudo é perfeitamente razoável! Mas a conclusão que Putnam tira dessas constatações é um surpreendente murro no estômago de nossas intuições semânticas mais elementares:

> Oscar-1 e Oscar-2 *entenderam* (*understood*) o termo ‘água’ diferentemente em 1750, embora eles estivessem no mesmo estado psicológico, e embora, dado o estado de desenvolvimento da ciência da época, a comunidade científica devesse levar ainda cerca de 50 anos para descobrir que eles *entenderam* (*understood*) o termo ‘água’ diferentemente. Assim, a *extensão* (*extension*) do termo ‘água’ (e, de fato, o seu

> '*significado'* (*meaning*) no uso pré-analítico intuitivo do termo) não é função do estado psicológico do falante. (grifos meus)[1]

Em outras palavras: primeiro Putnam constata que a referência e a extensão da palavra 'água' usada por Oscar-1 e Oscar-2 em 1750 eram diferentes, pois o primeiro se referia ao líquido H_2O encontrado na Terra, enquanto o segundo se referia ao líquido XYZ da Terra-Gêmea. Ora, se as referências e extensões eram diferentes, pensa ele, então os significados determinadores dessas referências e extensões – também eram diferentes. Mas como os estados psicológicos de Oscar-1 e Oscar-2 eram idênticos, então os significados, sendo diferentes, *não poderiam se encontrar em suas cabeças!*

Posteriormente, sob as influências de Tyler Burge e de John McDowell, Putnam ampliou as conclusões de sua surpreendente descoberta: não só significados e entendimentos, mas também estados mentais (pensamentos, crenças, intenções) e mesmo as próprias mentes, em um sentido amplo, encontram-se fora de nossas cabeças, posto que as últimas são os *loci* da manipulação do significado.[2] Considero essas ampliações um *reductio ad absurdum* da tese original.

Comentário: Quero evidenciar que é possível produzir uma interpretação descritivista ou neofregeana bem mais satisfatória para o que acontece na fantasia putnamiana. Para tornar isso claro, considere a pergunta: qual a referência e a extensão da palavra 'água', quando usada por Oscar-1 e Oscar-2 em 1750? Duas respostas conflitantes parecem intuitivamente aceitáveis, produzindo um dilema amplamente discutido na literatura:

(a) A primeira resposta intuitivamente aceitável (que costumava ser a escolhida por críticos descritivistas de Putnam como A. J. Ayer) é a de que a referência e a extensão eram, na verdade, as mesmas. Como os Óscares tinham em mente o mesmo líquido transparente e inodoro... a palavra 'água' no caso cobriria tanto a água da Terra quanto a da Terra-Gêmea. Afinal, se os dois Óscares pudessem na época se encontrar, uma vez que não tinham por essa época ganho *nenhum* conhecimento da estrutura molecular dos compostos apontados, eles certamente concordariam que estavam se referindo *à mesma coisa* e que a extensão do conceito de água abrange tanto a água da Terra quanto a da Terra-Gêmea. Mesmo após se ter descoberto a diferença na estrutura química da água da Terra e da água da Terra-Gêmea é possível sugerir que a referência e a extensão eram as mesmas, pois se tratava de uma mesma coisa perceptível que, dependendo do lugar onde é encontrada, é diferentemente constituída. Essa mesma coisa perceptível possuía inclusive as mesmas disposições causais ao produzir os mesmos estados mentais nos Óscares, etc.

(b) A segunda resposta intuitivamente aceitável (a defendida por Putnam e seus seguidores) é a de que os Óscares estavam se referindo a coisas diferentes com extensões diferentes. Oscar-1 estava se referindo a um líquido aquoso cuja estrutura é H_2O e cuja extensão não inclui a água da Terra-Gêmea. Já Oscar-2 estava apontando para um composto cuja estrutura é XYZ e cuja extensão se limita ao líquido aquoso da Terra-Gêmea. Idênticos estados mentais são causados por líquidos de estrutura química muito diferente. Com

[1] Hilary Putnam 1975, in H. Putnam 1971, p. 224.
[2] Ver introdução de Putnam em Pessin & Goldberg 1996, p. xviii. Ver também Burge 1979 e McDowell 1992.

> efeito, se os dois Óscares pudessem ser trazidos pela máquina do tempo até nossa época e aprendessem um pouco de química, eles certamente concordariam com a nossa afirmação de que estavam se referindo a substâncias diferentes com extensões muito diferentes...

A interpretação de Putnam dá conta da intuição que conduz à segunda resposta e leva à rejeição da primeira. Já a interpretação descritivista tradicional de Ayer e outros (que reduz o sentido da palavra água à descrição 'líquido transparente inodoro, etc.') dá conta da primeira intuição levando à rejeição da segunda. Contudo, quero no que se segue mostrar como uma interpretação neodescritivista mais sofisticada nos possibilita entender a palavra 'água' como potencialmente ambígua e, por isso mesmo, capaz de dar conta das duas intuições conflitantes ao fazê-las resultar de dois parâmetros diferentes de avaliação do elemento referencial. Isso é possível porque, sendo a referência e a extensão pertencentes à realidade extra-linguística, elas podem ser determinadas sob diferentes perspectivas que variam na dependência do sujeito epistêmico que as considera e do sentido cognitivo através do qual esse sujeito decide ter acesso a ela.

Vejamos como uma interpretação neodescritivista minimamente sofisticada explica a resposta (a). Ela segue a intuição de que as referências e extensões consideradas pelos Óscares em 1750 eram as mesmas. Essa primeira intuição se explica quando tomamos como parâmetro de avaliação do elemento referencial a sua determinação pelos sentidos-significados (ou modos de apresentação) dados pelos Óscares à palavra 'água' em 1750. Com efeito, se considerarmos que eles tinham em suas cabeças os mesmos estados psicológicos e que, por conseguinte, os sentidos que eles davam à palavra 'água' eram os mesmos, a saber, algo como 'líquido transparente, inodoro e insípido, que sacia a sede e cai sob a forma de chuva...', e admitindo que sentidos determinam referências, as referências só poderiam ser de um mesmo tipo, sendo a extensão da palavra 'água' a mesma, cobrindo tanto o líquido aquoso da Terra quanto o líquido aquoso qualitativamente idêntico da Terra-Gêmea. Obviamente, tudo isso é compatível com a ideia de que os significados estão em nossas cabeças: os estados psicológico-cerebrais de Oscar-1 e Oscar-2 são iguais e por isso os sentidos que eles deram à palavra 'água' são iguais; por consequência, o tipo de referência é o mesmo e a extensão uma única, abrangendo tanto a água da Terra quanto a da Terra-Gêmea.

Mesmo para nós hoje, se preferirmos considerar o significado da palavra 'água' em termos de uma mera descrição de propriedades superficiais, tal sugestão não é contra-intuitiva[1]: é possível afirmar que os dois Óscares estavam se referindo a uma mesma coisa com a mesma extensão, assim como nós mesmos, e que aquilo que eles tinham na cabeça, e mesmo nós agora, era a ideia dessa mesma coisa, desse mesmo líquido transparente, inodoro, etc. Tudo aqui é bem fregeano: o sentido (modo de apresentação) pensado determina referência e extensão.

Contudo, como interpretar *descritivamente* a intuição que conduz à resposta (b), segundo a qual em 1750 os Óscares, mesmo tendo os mesmos estados psicológicos (e supostamente os mesmos tipos de estados cerebrais[2]) correspondentes, estavam se referindo a coisas diferentes com extensões diferentes? Para Putnam isso é impossível. Para mim, ao contrário, há uma boa

---

[1] Ver, por exemplo, Stroll 2.000, p. 241

[2] Qualifico como um mesmo *tipo* de estado para contornar a razoável objeção da existência de uma múltipla realizabilidade do mesmo estado psicológico em estados cerebrais diversos. Uma vez pertencentes a um mesmo tipo, eles devem se tornar de algum modo equivalentes.

resposta que se encontra à mão e que é perfeitamente natural, embora pareça ter passado desapercebida mesmo aos críticos de Putnam. Para chegar a ela devemos primeiro notar que *não há nada que nos impeça de entender fórmulas como H_2O e XYZ em termos de descrições, sentidos, modos de apresentação fregeanos.*

Explicando mais detidamente: de um ponto de vista neofregeano é natural sugerir que o termo 'água' entendido como a água da Terra ou 'água-t' inclui em seu sentido (modo de apresentação) a descrição 'volume líquido de estrutura molecular H_2O', enquanto que o mesmo termo entendido como a água da Terra-Gêmea ou 'água-g' inclui em seu sentido (modo de apresentação) a descrição 'volume líquido de estrutura molecular XYZ'. Trata-se, afinal, de um impensado preconceito acreditar que, enquanto descritivistas, devemos restringir os sentidos ou modos de apresentação dos termos gerais a descrições de superfície, a estereótipos que se apresentam diretamente aos sentidos. Descrições podem ser de qualquer coisa. Esse ponto foi comprovado por Stroll por apelo ao que dicionários modernos apresentam como o sentido-significado da palavra 'água'.[1] Eis um exemplo que retiro do *Merriam Webster Dictionary*:

> Água = o líquido que desce das nuvens como chuva, forma correntes, lagos e mares, é um constituinte maior de toda a matéria viva, permanecendo quando puro sem odor nem gosto, sendo muito pouco compressível e formado de óxido de hidrogênio ou H_2O, aparecendo azulado quando em grande quantidade, congelando-se a 0º C e fervendo a 100º C, tendo sua densidade máxima a 4°C, sendo fracamente ionizado por ions de hidrogênio e hidroxila, um condutor pobre de eletricidade quando em estado puro e um bom solvente.

Para nós hoje *tudo isso* é o que seria permitido a um neofregeano chamar de "modo de apresentação" (*Sinn*) da água. Contudo, se hoje a microestrutura faz parte do modo de apresentação da água, devemos chamar atenção para o seguinte fato: Suponha que esses elementos microestruturais de referência e extensão se encontram no mundo externo, não tendo nada a ver com o que possa ter passado pelas mentes dos Óscares em 1750. Isso parece intuitivo. Ora, é perfeitamente natural, sob essa assunção, pensar que o seguinte fenômeno aconteça: nós inadvertidamente tomamos como parâmetros de avaliação dos elementos referenciais, não o que possa ter sido intencionado pelos Óscares em 1750, mas *o que nós mesmos hoje temos em mente com a palavra 'água'.* Ou seja: nós consideramos a questão da referência e extensão sob nossos próprios critérios de sentido, isto é, sob a perspectiva de sujeitos epistêmicos que (na estória imaginada) *já sabem* que a água da Terra é descrita como possuindo a estrutura química H_2O, enquanto que a água da Terra-Gêmea é descrita como possuindo a estrutura química XYZ. É óbvio que sob tal perspectiva nós diremos que o tipo de referência e extensão da palavra 'água' usada por Oscar-1 e Oscar-2 em 1750 eram diferentes; afinal, Oscar-1 estava apontando para H_2O, cuja extensão exclui a XYZ da Terra-Gêmea, o que vale *mutatis mutandis* para Oscar-2. Para chegarmos a isso, tudo o que precisamos fazer é *inadvertidamente projetar os nossos próprios modos de apresentação descritivos da natureza intrínseca da água nas circunstâncias indexicais dos proferimentos dos Óscares em 1750*. Melhor dizendo, o que tacitamente fazemos é:

> usar os proferimentos dos Óscares como *instrumentos indexicais* para uma determinação da referência, a qual é feita através de nossos já bem conhecidos sentidos descritivos

[1] 1996, p. 71.

> instanciados em nossos próprios estados psicológico-cerebrais, os quais são, como seria de se esperar, *diferentes* para cada caso, disso resultando a determinação de referências e extensões diferentes.

É, pois, por meio de uma projeção inconsciente que, ao considerarmos "Isso é água" ditos por Oscar-1 e por Oscar-2, associamos a palavra 'água' a sentidos diferentes na determinação de referências e extensões diferentes. Mas como esses sentidos ou significados diferentes encontram-se em nossas próprias cabeças e não nas cabeças dos Óscares, eles são perfeitamente compatíveis com os diferentes estados psicológicos que realmente temos, posto que eles não têm nada a ver com os estados psicológicos idênticos dos Óscares de 1750. Ao pensarmos no sentido-significado não pensamos realmente no que os Óscares entenderam por 'água' em 1750, mas no que nós entendemos por 'água' hoje. O que Putnam produz é um elaborado passe de mágica semântico, que uma vez desfeito deixa de nos impelir à ideia de que os significados se encontram fora de nossas cabeças.

A dupla resposta neofregeana que acabo de sugerir continua sendo baseada na ideia de que estados mentais fixam o sentido ou significado, o qual determina a referência. Essa maneira mais refinada de entender o descritivismo resolve o dilema ao finalmente explicar a duplicidade de nossas próprias intuições sobre a referência e a extensão da palavra 'água' dita pelos Óscares, o que nem a explicação descritivista tradicional, nem a explicação de Putnam é capaz de fazer.

E quanto ao significado (*meaning*)? Como é possível que em 1750 Oscar-1 e Oscar-2 possam ter pensado o mesmo, mas *entendido* coisas diferentes com a palavra 'água', como sugere Putnam? Não parece incoerente? A solução consiste simplesmente em recorrer às distinções semânticas já feitas anteriormente de modo a drenar o pântano de confusão linguística criado pelo nosso brilhante metafísico. No mais apropriado uso semântico intralinguístico da palavra 'significado' devemos concordar que Oscar-1 e Oscar-2 atribuíam exatamente os mesmos significados – os mesmos *sentidos* – à palavra 'água' em 1750 e que por causa disso eles tinham exatamente os mesmos estados psicológicos (e supostamente os mesmos tipos de estados cerebrais subjacentes) correspondentes. Mas quando fazemos um uso referencial da palavra 'significado', ela não indica outra coisa senão o ato de referir, de apontar (uso referencial intralinguístico), ou até mesmo, em uma extrapolação metafórica, aquilo que é referido, apontado, nomeadamente, a própria referência (uso referencial extralinguístico). É com base nisso que Putnam tem algum sucesso em sugerir que Oscar-1 significou ou quis dizer (*meant*) algo diferente de Oscar-2 com a palavra 'água'. Mas tudo o que ele seria capaz de dizer significativamente com isso é que a referência e a extensão do que eles estavam apontando será diferente se considerada sob a perspectiva de sujeitos epistêmicos que – como nós mesmos – por conhecerem a diferença de estrutura química entre a água da Terra e a da Terra-Gêmea, dão sentidos-significados diferentes à mesma palavra num e noutro caso de sua aplicação. Tudo aqui é (neo)fregeano: temos em mente sentidos diversos para o que Oscar-1 e Oscar-2 apontam, sendo através disso que determinamos referências e extensões diferentes para aquilo que eles disseram. Como disse antes: os Óscares não passam de inocentes instrumentos indexicais para que nossos próprios sentidos diversos ganhem referência diversa sem que nos apercebamos disso. Por esse meio desfaz-se o mal-estar semântico causado pelo argumento de Putnam.

Exposição: No último passo de seu argumento, Putnam começa considerando a objeção de que o termo 'água' teria tido em 1750 uma extensão diversa da extensão que ele passou a ter em 2050 (em ambas as Terras). Supondo que em 2050 já se tornou sabido que a água da

Terra-Gêmea tem microestrutura XYZ, essa objeção é previsível e a meu ver, correta. Mas Putnam a considera errônea, pois se apontamos para um copo de água e dizemos "Isso é água" estamos apontando para uma *identidade-l* (*sameness-l*) do líquido em questão com a *maior parte* do *stuff* que nós e nossa comunidade linguística em outras ocasiões chamamos de água, devendo ser a natureza desse *stuff* determinada por testes de senso comum ou pela ciência. Assim, se apontamos para um copo de gim pensando que é água, alguns poucos testes mostrarão que ele não tem a identidade-l com o restante do *stuff* que chamamos de água. Além disso, nota ele, a identidade-l é uma relação teorética que pode ser sempre derrotada (*defeated*) por uma nova concepção do que ela seja, resultante da investigação científica.

Por esse meio Putnam prossegue tentando nos convencer de que a palavra 'água' *não mudou o seu significado* de 1750 para cá, posto que a relação de identidade-l sempre foi a mesma. Para ele *o significado da palavra precisa estar atrelado a uma relação de identidade-l com a essência do que é apontado, mesmo que tal essência ainda não tenha sido descoberta*. Por isso, não só a extensão e a referência, mas também o que se quer dizer com a palavra, o que chamamos de o seu significado, e mesmo o entendimento da palavra 'água' nos proferimentos de Oscar-1 e de Oscar-2 foram para Putnam diferentes, mesmo que eles tenham ocorrido em 1750, quando não era possível ter acesso experiencial às propriedades microestruturais da água. Ora, como os estados psicológicos (e, em meu juízo, tipos de estados cerebrais correspondentes) de Oscar-1 e de Oscar-2 eram exatamente os mesmos, o conteúdo semântico precisa ir além desses estados, sendo mais uma vez forçoso reconhecer que os significados, os entendimentos, etc. de Oscar-1 e de Oscar-2, naquilo que é relevante para a determinação da referência e extensão, não se encontram em suas cabeças, mas no mundo, dado que se deixam determinar por fatores causais diversos que através de diferentes identidades-l, as quais produziram a mesma experiência cognitivo-perceptual. É a própria presença causal externa de substratos diferentes – H_2O na Terra e XYZ na Terra-Gêmea – que produz a diferença nos conteúdos semânticos. Ou ainda, na conclusão triunfante de Putnam: "divida-se o bolo como quiser, os significados simplesmente não estão na cabeça".[1]

Comentário: Contra essa resposta podemos objetar que a noção de identidade-l, tal como é usada por Putnam, nada tem a ver com o significado no sentido próprio de uso semântico intralinguístico – o de sentido (*Sinn*) – o único relevante. A identidade-l tem a ver com a medida da *extensão* da aplicação de um conceito, que não precisa ser sequer conhecida para que possamos aplicá-lo significativamente. Introduzir essa identidade para esclarecer o significado é um desdobramento arbitrário da mesma esparela que é a de acreditar que o uso referencial extralinguístico de palavras como 'significar' e 'querer dizer' tem algo ver com o significado em qualquer acepção relevante do termo.

É verdade que, como Putnam observou, embora em 1750 os Óscares não pudessem conhecer a essência microestrutural subjacente ao que estavam chamando de 'água', eles já dispunham (supondo serem pessoas instruídas) da ideia de uma essência subjacente e de uma identidade-l microestrutural *ainda desconhecida*. Mas teria essa ideia alguma relevância

[1] John Searle rejeitou essa conclusão sugerindo que mesmo sendo os estados psicológicos de Oscar-1 e Oscar-2 idênticos, eles determinam diferentes condições de satisfação e diferentes conteúdos intencionais, os quais são internos e intrínsecos aos estados psicológicos. Mas como é implausível a ideia de que um mesmo estado psicológico possa ter conteúdos diferentes, essa resposta acaba adicionando mais lenha à fogueira do externalismo. *Cf.* Searle 1983, pp. 206-7. Ver a resposta de Putnam na introdução de Pessin & Goldberg (eds.) 1996.

semântica? O que dizer dos Óscares das cavernas, há 20.000 anos atrás? Será que ao dizerem "Vamos procurar água" eles estariam querendo se referir a alguma essência microestrutural subjacente desconhecida? Creio que não. Contudo, Putnam deve admitir que mesmo nos casos de dois Óscares das cavernas, as referências e extensões enquanto tais sempre foram diversas, uma vez que se trata de coisas extralinguísticas: uma era a referência e extensão de H_2O, outra a de XYZ.

Contra essa deveras implausível resposta, a melhor explicação continua sendo a de que essas variações só são determinadas através de diferentes estados psicológicos contemporâneos *nossos*, os quais instanciam sentidos descritivos diferentes, que determinam, ao modo fregeano, referências e extensões diferentes. Repetindo o que escrevi antes, parece evidente que nada mais fazemos do que projetar nos proferimentos dos Óscares nossas próprias instanciações cognitivas de sentidos diversos, usando esses proferimentos como instrumentos indexicais para a determinação das referências diversas baseadas em nossa própria diversidade de sentidos. De outra forma teremos de sustentar aberrações semânticas, como a de que os Óscares das cavernas teriam de dar diferentes sentidos à palavra água e mesmo compreendê-la de modo diverso, o que conduz a aberrações suplementares, como a de que os pensamentos e as próprias mentes dos Óscares das cavernas não estavam em suas cabeças quando eles realizaram esses proferimentos...

Exposição: No final de seu artigo Putnam resume e qualifica mais claramente sua posição. Ele admite que descrições de superfície desempenhem algum papel na constituição do significado de termos como os de espécies naturais. O significado passa a ser constituído por quatro componentes: (i) *marcadores sintáticos* e (ii) *marcadores semânticos*, que no caso da palavra 'água' são respectivamente o seu uso como um nome de massa concreto e como nome de uma espécie natural (um líquido). Depois há (iii) o que ele chama de *estereótipos*, que já vimos serem as descrições de superfície (no caso da água, o líquido transparente, insípido, inodoro, etc.). Ele admite que tanto marcadores quanto estereótipos fazem parte da competência do falante e têm instanciação interna, psicológica. Contudo, o componente mais importante do significado, aquele que determina referência e extensão, não é psicológico, mas externo. Ele é o *sentido extensional*, que no caso da água é determinado pelos volumes líquidos que compartilham da mesma constituição essencial de H_2O (identidade-l). Embora possamos descrever esse componente através da linguagem, ele deve ser entendido como "a extensão em si mesma (conjunto), e não como uma descrição da extensão".[1] O significado como extensão torna-se, ninguém sabe como, aquilo que determina a referência.

Essa conclusão externalista é mais cautelosamente colocada por Putnam mais tarde em seu livro *Representation and Reality*, onde ele se limita a dizer que a extensão em grande parte *fixa* o significado.[2] Contudo, que espécie de fixação é essa? Não seria pela segregação de um hormônio etéreo que chamamos de significado ou pela formação de fogos fátuos semânticos. A questão fica em aberto. Aqui o risco de recairmos outra vez no internalismo é grande, pois ele parece o melhor candidato a uma explicação coerente de como possa vir a acontecer tal "fixação do significado". Aqui a linha divisória entre o equívoco sutil e o reconhecimento do modo como as coisas realmente são torna-se tão ameaçadoramente tênue que exige vigilância cuidadosa. Uma tentativa de dar sentido à ideia sem recair no internalismo é dizer que essa fixação se constitui ou resulta de cadeias causais externas que devem se formar a partir da

[1] Putnam 1975, p. 270.
[2] Putnam 1989, p. 320.

identificação do *stoff* com a microestrutura H_2O, terminando por produzir o proferimento da palavra 'água' (Searle exprimiu algo semelhante dizendo que para Putnam o significado está na causação externa de nosso proferimento).

Comentário: Nada disso altera significativamente nem a posição de Putnam nem minha crítica a seu argumento. Contra minha análise é possível que um defensor de Putnam tente ainda argumentar que o uso referencial extralinguístico da palavra 'significado' tem uma valiosa razão de ser, qual seja, a de apontar para a grande descoberta de Putnam, que foi a do "significado referencial", ou seja, do significado extensional ou causal que está fora da cabeça.

Contudo, as lacunas explicativas na teoria de Putnam tornam muito mais plausível a admissão da tese alternativa, segundo a qual ele procede uma enganosamente sutil inversão dos valores. Ele quer nos convencer que aquilo que é fundamental é um suposto uso referencial extra-linguístico da palavra 'significado', relativo a extensões semânticas, enquanto o uso semântico intralinguístico é que lhe é parasitário, dizendo respeito somente aos estereótipos, etc. Não obstante, pelas razões já aduzidas, penso ter ficado claro que o sentido relevante da palavra 'significado' é mesmo o de 'sentido', concernente ao uso semântico intralinguístico. Trata-se aqui da função semântica de reportar-se a algum conteúdo cognitivo-informacional *convencionalmente fundado* (no sentido de ser fundamental ou de ser a resultante de combinações de convenções semânticas fundamentais), enquanto o uso referencial extralinguístico da palavra é apenas uma extensão indébita, posto que na verdade não tem mais nada a ver com o significado, mas apenas com o que muito própriamente chamamos de referência e extensão. Mas sob essa última acepção, dizer que o "significado" está fora da cabeça torna-se inofensivo, pois redunda na trivialidade de se dizer que coisas como a referência e a extensão de um termo conceitual se encontram fora da cabeça. Não precisamos de nenhuma teoria do significado para convencer-nos disso. Ademais, a teoria dos tropos explicaria plausivelmente as moléculas de H_2O como arranjos qualitativamente idênticos de micropropriedades externas compresentes (espaciotemporalmente co-localizadas) referidas pelo conteúdo conceitual cognitivamente instanciado do termo 'óxido de hidrogênio' (o seu sentido ou significado).

Trata-se, para sumarizar, de uma *falácia genética*, ainda que brilhantemente articulada. Pelo fato de que referências e extensões em última análise acabam por nos conduzir causalmente à produção de significados, elas passam a ser consideradas os próprios significados. A falácia reside na identificação da natureza do efeito com a sua gênese causal. O melhor que podemos fazer aqui é dizer que certas referências e extensões são "significativas", mas em um sentido meramente estendido e analógico da palavra. Dizemos que um evento externo como a queda de Roma foi o episódio mais significativo a marcar a decadência do império, ou que a suposta vinda do messias foi o acontecimento mais significativo da cristandade. Mas nesses casos a palavra 'significativo' está apenas substituindo palavras mais apropriadas como 'marcante', 'relevante', 'importante'.

Análise neodescritivista do significado da palavra 'água'

Quero agora explicar a maneira como um filósofo descritivista mais refinado, disposto a por algum tempo ignorar todo o maquinário de argumentos externalistas, analisaria a estrutura e o funcionamento do conceito de água. Depois disso irei opor esses resultados ao argumento de Putnam, o que espero servir como golpe de misericórdia.

O que nosso descritivista mais refinado diria? Primeiro, ele também não consideraria marcadores sintáticos e semânticos como fazendo parte relevante do significado. Que 'água',

por exemplo, seja um nome de massa, e que esse nome designe uma espécie natural, isso já lhe outorga a função classificatória própria de uma palavra conceitual. Essa regra classificatória, contudo, não é capaz de individuar o uso da palavra. Afinal, 'ouro' e 'oxigênio' também são termos de massa que designam espécies naturais. E uma determinação semântica incapaz de diferenciar água de ouro ou de oxigênio deve ser bem pouco útil como componente constitutivo do significado da palavra 'água'. A regra semântica que realmente interessa precisa ser aquela capaz de individuar o uso referencial da palavra, distinguindo-o dos usos de outras palavras da mesma espécie.

Mas o que nosso descritivista refinado diria das descrições que formam o estereótipo? Penso que ele poderia razoavelmente admitir que o significado do termo geral 'água' seja essencialmente dado por um feixe cumulativo de regras-descrições. Mas também aqui, não seria um feixe desorganizado, mas algo constituído de aglomerados descritivos com valores diversos. Além disso, esse aglomerado não precisaria ser estático: se não fosse capaz de tornar-se inteiramente outro (pois mudaria o significado), poderia ao menos ampliar-se.

Quero mostrar que essas sugestões realmente se aplicam ao conceito de água. Tal como acontece com muitos, o conceito de água sofreu uma evolução histórica expressa pelo gradual acúmulo de descrições que o exprimem. Há, primeiro, um significado originário, expresso pela seguinte descrição de características de superfície geralmente fenomenais:

> Ds: Líquido transparente, insípido, inodoro, que serve para matar a sede, apagar o fogo, lavar, que enche os rios, lagos e mares, que cai sob forma de chuva, que entra em ebulição quando fervido e que se congela quando faz frio...

Ds é o núcleo descritivo do senso comum, certamente conhecido desde o tempo do homem das cavernas, o qual não poderia sequer suspeitar da existência de uma microestrutura subjacente única e mais fundamental – um líquido como a urina não possui tal coisa. Por esses tempos a palavra 'água' não significava mais do que Ds, que servia de base para se determinar a referência e a extensão. A própria causa de nossa percepção da presença de água, dentro do sistema de linguagem disponível, só poderia ser identificada com o próprio líquido, que em estado puro é transparente, insípido e inodoro, capaz de matar a sede e apagar o fogo.

Com o passar de milênios, porém, novas descrições foram sendo adicionadas. Aprendeu-se mais sobre a água. Aprendeu-se que ela é um bom solvente, que ela não se mistura com óleos, que ela pode produzir ferrugem. Podemos chamar essas e outras descrições adicionais de descrições *disposicionais*, *funcionais* ou *dinâmicas*, formadoras de um sub-núcleo adicional de descrições. Eis algumas delas, já conhecidas cerca de três séculos atrás:

> Dsd: um líquido que é bom solvente, não se mistura com óleos, produz ferrugem (oxidação) quando em contato com ferro, é mau condutor de eletricidade quando em estado puro...

Adicionando-se agora Dsd ao núcleo original, temos um núcleo mais amplo de descrições de superfície. Podemos simbolizar as descrições que exprimem esse primeiro núcleo semântico, o núcleo do senso comum informado, como:

<Ds + Dsd>

Esse já seria, digamos, o sentido da palavra 'água' reconhecido por pessoas bem informadas por volta de 1750, talvez Oscar-1. Podemos chamá-lo de *sentido popular* da palavra.

Contudo, algo extraordinário aconteceu no curso da evolução do sentido da palavra 'água'. Em 1768 Lavoisieur colocou hidrogênio e oxigênio em um balão de vidro e aqueceu a mistura. O resultado foi uma explosão que liberou gás e água. Através dessa e de outras experiências ele acabou por concluir que a água é composta de duas porções de hidrogênio e uma de oxigênio. Em 1781 Cavendish realizou na Inglaterra experiências semelhantes usando faíscas elétricas. Em 1783 Lavoisier realizou o procedimento inverso, decompondo água em oxigênio e hidrogênio. Em 1800 Nicholson and Carlisle conseguiram os mesmos resultados usando a eletricidade de uma "pilha voltaica", em um processo que ficou conhecido como o da eletrólise. Em 1811, baseado em sua lei dos gazes e na eletrólise, Avogadro estabeleceu a composição atômica da água como sendo $HO_{1/2}$, um resultado que foi corrigido em 1821 por Berzelius, que finalmente estabeleceu a fórmula H_2O...[1] Chegou-se assim a uma nova descrição, a descrição de profundidade da água como 'líquido constituído por moléculas de *óxido de hidrogênio* ou H_2O'. Note-se que no sentido que importa essa descrição de profundidade não é em nada menos descritiva do que 'líquido transparente insípido e inodoro', posto que a possibilidade de descrição perceptual do último caso não é o critério único e essencial daquilo que podemos chamar de descrever. Afinal, é mero preconceito achar que só é possível descrever o que é diretamente visível e não também o que é inferencialmente conhecido; não há nada de errado, por exemplo, em se dizer que a química orgânica nos permite descrever a verdadeira conformação estrutural do cicloexano. Como já notei, foi Avrum Stroll quem primeiro parece ter percebido isso. Ele percebeu corretamente que Putnam e Kripke produziram uma falsa dicotomia entre propriedades fenomenais e a microestrutura, como se elas fossem alternativas competidoras: "Uma explicação correta do que é a água", escreveu ele, "não irá mencionar apenas as suas propriedades fenomenais, mas também aquelas que não são imediatamente acessíveis." [2]

A isso vale adicionar que as descrições de superfície concernentes às próprias experiências referidas por Lavoisieur, Cavendish, Avogadro, Berzelius e ainda outros formam um grupo à parte de descrições, que por vários caminhos permitem inferir a estrutura essencial subjacente das massas de água. Mais além, o conhecimento da estrutura molecular da água, em adição ao sistema teórico-conceitual da química, leva-nos a fazer inferências teóricas ao nível microestrutural, como a de que $2H_2O + O_2 = 2H_2O_2$. Finalmente, tal conhecimento da estrutura profunda subjacente nos permite mesmo percorrer o caminho inverso, fazendo inferências de novas descrições de superfície, como as que exprimem propriedades como a da alta tensão superficial e a da ação capilar, que se deixam explicar pela coesão entre os dipolos positivo e negativo das moléculas de H_2O, além da boa solvência de açúcares e sais. Está certo, pois, quem pensa que estou defendendo uma forma de inferencialismo.

O que tudo isso acabou por produzir foi um novo núcleo de significado para a palavra 'água'. Esse novo núcleo semântico é expresso primariamente pela descrição da microestrutura profunda das massas de água, à qual podem ser adicionadas ainda propriedades e relações químicas:

> Dp: Volume constituído por moléculas formadas por dois átomos de hidrogênio e por um átomo de oxigênio (e também um composto dipolar que tende a formar cadeias isoméricas, etc.)

---

[1] Ball, cap. 5.

[2] Stroll 1.996, pp. 56-57. Não obstante, por razões sistemáticas Stroll preferiu não considerar a última um aspecto do significado.

Mesmo que isso seja central, não creio que esgote o significado científico da palavra 'água'. Como vimos acima, Dp se encontra ladeada por dois grupos de descrições de superfície a ela inferencialmente ligadas, as quais também são expressivas do novo núcleo semântico. De um lado elas constituem o que chamo de Dsp, o conjunto das descrições de superfície como sendo tudo aquilo de observável que permite ao químico inferir a estrutura química da água, entre elas descrições de experiências como as de Lavoisieur, Cavendish e Avogadro. De outro lado, há ainda as descrições constitutivas do que chamo de Dps, a saber, o conjunto das descrições das propriedades superficiais que se deixam inferir de nosso conhecimento da microestrutura subjacente das massas de água como, por exemplo, a propriedade de, diversamente de outros casos semelhantes, manter-se em estado líquido a temperaturas ambientes, além de possuir alta tensão superficial, o que também só é possível explicar pela forte coesão das moléculas dipolares de H_2O).

Chegamos com isso a um núcleo semântico constituído por três subnúcleos semânticos inferencialmente interligados, um formado por descrições da microestrutura subjacente junto ao que lhe é diretamente relacionado e dois formados por descrições de superfície. Eis como podemos simbolizar esse novo conjunto de descrições:

<Dsp + /Dp/ + Dps>

Quero sugerir que esse último núcleo de significação constitui o *sentido científico* da palavra 'água', um sentido que os químicos conhecem, mas que só é muito esquematicamente conhecido por quase todos nós. Esse sentido descritivo profundo foi completamente negligenciado pelas teorias descritivistas tradicionais dos termos gerais. Mas ele é perfeitamente legítimo no interior de um descritivismo mais sofisticado, que admite não ser possível descobrir razão qualquer para se ficar restrito a descrições de superfície.

Há aqui a seguinte objeção a ser considerada: o número de inferências relacionadas à estrutura química H_2O é indeterminado, o que torna os limites do significado científico vagos e indefiníveis. Uma primeira reação seria delimitar-se à descrição "Líquido com estrutura química H_2O", como a única capaz de delimitar precisamente o núcleo semântico científico. Embora reconhecendo a centralidade desse núcleo semântico, essa resposta não me parece a mais apropriada, mesmo que sirva como uma simplificação útil.

A resposta que prefiro (seguindo o pressuposto de que o significado de um conceito é um complexo constituído por uma regra de aplicação) é a de que as fronteiras de significado entre um termo e outro são graduais. As inferências mais proximamente relacionadas à estrutura química da água proporcionam um bom exemplo de como isso funciona. Considere, por exemplo: "$2H_2O \rightarrow 2H_2 + O_2$". Essa é uma inferência interna, no sentido de que os conceitos que a compõem são constitutivos da própria fórmula química. Compreendê-la faz parte do entendimento do conteúdo semântico de 'H_2O', que, em geral, só os químicos possuem de modo mais completo. Considere, em contraposição, as seguintes fórmulas:

1) $2Na + 2H_2O \rightarrow 2NaOH + H_2$
2) $2H_2O + 2O_2 \rightarrow 2H_2O_2$
3) $2Fe + O_2 + 2H_2O \rightarrow 2Fe(OH)_2$

A reação (1) diz respeito à formação de soda cáustica (2NaOH), sendo a sua contribuição semântica muito menos para o conteúdo informativo daquilo que um químico sabe sobre a água e muito mais sobre o conteúdo informativo do que ele sabe sobre a soda cáustica. Mas

parece razoável pensar que também essa fórmula ainda tem algo a ver com o esclarecimento semântico do primeiro conceito. A equação (2) concerne à formação de água-oxigenada (H_2O_2), enquanto a equação (3) concerne à formação de ferrugem ($Fe(OH)_2$). Claro que essas reações não contribuem para o nosso entendimento do que há de essencial ao significado científico de 'água' (óxido de hidrogênio). Afinal, elas são respectivamente constitutivas dos significados de água-oxigenada e ferrugem, da mesma forma que "$2H_2O \rightarrow 2H_2 + O_2$" é constitutiva do significado de 'água'. Mas não parece que isso seja tudo. Afinal, não parece irrelevante para o químico saber que o óxido de hidrogênio (água) entra na constituição da água-oxigenada ou que seja capaz de produzir ferrugem. Isso parece ser de alguma relevância para seu entendimento do conceito de água. Daí parecer razoável admitir um certo grau de *interpenetração semântica*. Ou seja: que essas inferências para o conteúdo informativo do que o químico entende com o conceito de água como óxido de hidrogênio se ampliem de modo cada vez menos relevante, mesmo no interior do que concerne a reações químicas que definem essencialmente outros compostos, como água-oxigenada e ferrugem, o mesmo valendo, certamente, para o caso de outros compostos. Isso nos permite responder à questão inicial: não só o número de inferências constitutivas do conteúdo semântico não é passível de ser precisamente determinado, mas também os limites de sua contribuição para o significado da palavra-conceito em questão é imprecisamente determinado por sobrepor-se à contribuição que as relações inferenciais possam oferecer ao significado de outras palavras-conceito semanticamente contíguas. As contribuições que as relações inferenciais dão para o significado de uma palavra-conceito podem ser aqui internas ou mesmo externas à constituição do óxido de hidrogênio, diminuindo as últimas gradualmente na medida em que aumenta a sua contribuição para o significado de outros conceitos. Com isso evitamos o holismo semântico do qual resulta a disparatada conclusão de que por qualquer coisa significar qualquer outra coisa, tudo significaria tudo, aniquilando o caráter essencialmente informativo do significado. Entendo a explicação acima sugerida do significado de um conceito como, no final das contas, uma forma de inferencialismo semântico – uma concepção defendida por vários filósofos, com base na ideia wittgensteiniana de que o significado de uma palavra é o seu lugar na gramática.[1]

Uma alternativa curiosa, mas a meu ver falsa, estaria na adoção de uma posição estritamente fenomenalista: considerar Dp como uma construção, se não supérflua, meramente convencional, ou seja, defender que podemos passar apenas com Dsp e Dps. Aqui prefiro colocar-me ao lado de Kripke e Putnam. Pois é preciso notar que as estruturas químicas são igualmente fundamentais, e que a fórmula H_2O presente em Dp é indispensável por duas razões: primeiro, porque pode ser acessada e referida através de uma multiplicidade de descrições de inferências constituitivas de Dsp, que se constitui como um conjunto aberto de descrições. Essa mesma estrutura, por sua vez, permite a inferência de uma diversidade também indeterminada de descrições constitutivas de Dps, as quais também formam um conjunto aberto. A estrutura química é, pois, como um ponto de cruzamento necessário entre uma multiplicidade de caminhos inferenciais, não decorrendo inevitavelmente de nenhum deles, embora todos decorram inevitavelmente dela. É essa centralidade que faz da descrição da estrutura química o que eu ainda preferiria classificar, senão como mais uma "essência

[1] Ver, por exemplo, Robert Brandom 2000, cap. 1. Ver também Block, 1981.

nominal", como uma "essência real", no sentido de ser uma essência real *suposta*, mesmo que não absolutamente certa.[1]

Os dois núcleos semânticos, o núcleo expresso pelas descrições que nos dão o componente ordinário ou popular do sentido da palavra 'água', e o núcleo expresso pelas descrições associadas à sua essência subjacente, o qual nos dá o componente científico do sentido da palavra, podem ser simbolizados em conjunto como:

$$\underline{\quad\text{Np}\quad} \qquad \underline{\quad\text{Nc}\quad}$$
$$\langle \text{Ds} + \text{Dsd} \rangle \quad + \quad \langle \text{Dsp} + /\text{Dp}/ + \text{Dps} \rangle$$

Temos aqui, sinopticamente apresentado, o completo conjunto de descrições que exprimem as regras semânticas que contribuem para o sentido cognitivo da palavra 'água' como um todo. Trata-se do conjunto de descrições inter-relacionadas capaz de exprimir o sentido ou conteúdo significativo mais completo da palavra 'água', tal como ela é capaz de ser entendida hoje.

Ainda uma objeção poderia ser a de que o sentido completo acima apontado está longe de ser em seus detalhes conhecido da maioria dos falantes. Mas isso em nada importa! Em geral sabemos muito pouco do completo conteúdo semântico de termos gerais relevantes hoje usados pelas ciências desenvolvidas, e mesmo esse pouco nós só conhecemos genericamente. Contudo, esse conhecimento genérico e frequentemente parcial (quase todos conhecem em medida razoável o núcleo popular, muito poucos conhecem bem o núcleo científico) já é suficientemente compartilhado pelos interlocutores para permitir a comunicação, sob o suposto da existência daqueles cujo conhecimento é mais completo.

Finalmente, o elemento causal não deve ser esquecido. Nosso conhecimento da existência de exemplares de massas de água depende de elas próprias o terem causado, ou pelo menos de elas potencialmente o causarem. Contudo, o significado da palavra tem a ver aqui, não propriamente com uma cadeia causal originada de algo como um batismo, mas sim com uma regra conceitual capaz de pressupô-la, daí porque o significado da palavra 'água' pode ser em princípio independente da existência real ou atual de massas de água, a saber, da efetiva aplicabilidade da regra conceitual. Só o conhecimento da referência depende da existência real da essência exemplificada por massas de água.

A regra de atribuição para o termo geral 'água' em seu sentido amplo

Estamos agora preparados para construir uma regra de atribuição que estabeleça um limite mínimo de satisfação das regras-descrições superficiais e profundas até aqui consideradas para que a palavra 'água' se torne aplicável. Eis como (assumindo-se a satisfação de alguma condição causal do tipo Cc) a regra de atribuição para o termo geral 'água' ou RA-'água' em seu sentido mais genérico poderia ser exposta:

RA-'água':

---

[1] Muitos, creio que o próprio Locke, a classificariam como uma essência real, no sentido de ser a essência subjacente última descoberta pela ciência. Talvez! Mas quando falo de uma essência real suposta entendo uma essência que demandaria um critério absoluto que não parecemos ser capazes de possuir, devido ao falibilismo aparentemente incontornável de nosso conhecimento empírico.

O termo geral ‘água’ refere-se à propriedade pertencente ao gênero de uma substância química em algum objeto *x* (identificável por um termo singular)
see
(i) *x* satisfaz as regras de caracterização expressas pelo núcleo semântico popular <Ds + Dsp> e/ou pelo núcleo semântico científico <Dps + /Dp/ + Dsp> associado ao termo e
(ii) em medida no todo suficiente.[1]

Nesse caso particular, a regra conceptual detém certa analogia com a regra de identificação do nome próprio, mas com diferenças fundamentais. Primeiro, a disjunção exclusiva é entre disjuntos de natureza completamente diversa. Depois, não há uma condição (iii) de predominância, posto que, diversamente dos nomes próprios, não precisamos aqui de nenhuma condição individuadora, dado que o termo geral é feito para poder ser aplicado a um número indefinido de objetos, *i.e*., propriedades dos mesmos objetos. O termo singular normalmente associado em enunciados como, digamos, “Isto é água”, é o que se encarrega de individuar o objeto portador da propriedade em questão.

Sugiro que a regra geral de atribuição acima exposta deva constituir o que mais propriamente podemos chamar de *o conceito* de água. Essa regra requer clarificação. Primeiro há a assunção de que a água é uma substância química, facilitando a escolha ao limitar o domínio da definição (estabelecendo um *genus proximum*). Um segundo ponto diz respeito ao elemento causal implícito. Aqui um termo geral funciona de modo muito diferente de um nome próprio. No caso do nome próprio há somente um portador do nome, o que explica a importância da função causal do portador em atos de batismo. Contudo, o termo geral não é vinculado a nenhum portador originário, mas sim a qualquer portador que compartilhe da propriedade-t que ele é capaz de designar. Essa é a razão pela qual a importância da relação causal entre objetos e termos gerais tem sido debalde questionada.[2] Ainda outro ponto é que, como vimos, no caso da frase singular o portador precisa ser antes identificado pela regra de identificação do termo singular, para só depois disso ser classificado pela regra de atribuição do termo geral, o que faz com que a regra de atribuição do termo geral deva se aplicar em combinação com a regra de identificação do termo singular. Essa é a razão pela qual insisto em fazer menção a um objeto *x*, que no caso costuma ser um volume de água ocupando uma região espaciotemporal.

Consideremos agora em separado cada uma das duas primeiras condições da regra de atribuição que se seguem após o *see*. A condição (i) pode ser chamada de *condição de significação*, pois envolve o significado como conteúdo informativo mais próprio da palavra ‘água’, aquele que encontramos em dicionários; de um modo amplo, saber o significado da palavra ‘água’ é conhecer essa regra parcial, que conecta os dois núcleos de significação – popular e científico – por meio de uma disjunção *inclusiva* (cuja existência apenas coincide com a da disjunção inclusiva que encontramos nas regras de identificação dos nomes próprios). De acordo com essa condição, podemos chamar um líquido de ‘água’ quando ele

[1] Também aqui e em outros casos de termos gerais podemos formular a regra de atribuição de modo a satisfazer a condição Cc demandada pelo que chamamos de referência causal. Basta para tal demandarmos que a propriedade-t de *x* esteja atualmente ou potencialmente na origem causal de nossa consciência de que as condições (i) e (ii) estejam sendo satisfeitas.
[2] Essa é também a razão pela qual a questão de saber se os termos gerais são designadores rígidos é hoje em dia geralmente considerada um problema irresolvido pela maioria dos defensores do externalismo causal.

tem as propriedades fenomenais da água, mesmo que ele não possua a correspondente estrutura subjacente e vice-versa.

É verdade que à primeira vista essa pode parecer uma maneira excessivamente liberal de se entender o significado da palavra 'água'. Mas a uma consideração mais detida percebemos que isso pode ser mera impressão, uma vez que, como veremos, a palavra 'água' frequentemente é usada em contextos que *restringem* o seu significado em uma ou em outra direção. A condição (i) tem a virtude de ampliar a aplicabilidade do conceito na medida daquilo que ordinariamente entendemos como sendo a sua extensão máxima, exprimindo assim o único significado que faz juz a toda a diversidade de modos como somos capazes de usar corretamente a palavra. Finalmente, se o conceito de água for a regra RA-'água' fica claro que o significado da palavra, sendo restrito à condição (i), se torna mais precisamente delimitado como parte do conceito e não como o seu todo. Talvez isso explique porque a linguagem natural nos permite falar de um conteúdo *do* conceito ("o sentido/significado de um conceito"), ao invés de identificá-lo diretamente com o conceito, não nos sendo permitido falar, inversamente, do conceito *do* conteúdo ("o conceito de um significado").

A condição (ii) é o que chamamos de *condição de suficiência*, de acordo com a qual descrições de (i) não precisam ser completamente satisfeitas, mas – se tomadas como um todo (ou seja, na soma de seus valores) – apenas suficientemente satisfeitas. O grau de satisfação das condições necessárias para preencher o requerimento de suficiência fica aqui também inespecificado, como parte da vaguidade do conceito (um líquido composto apenas em sua maior parte por H_2O, que não é transparente nem insípido, pode facilmente ser chamado de água).

A mais importante diferença com relação à regra de identificação de nomes próprios aparece quando refletimos sobre a ausência de uma condição (iii) que seja individuadora de um objeto em comparação com outros. Como estamos lembrados, no caso dos nomes próprios a terceira condição seria individuadora. Daí ser possível que um mesmo objeto seja capaz de satisfazer diferentes regras de identificação, amalgamando diferentes grupos de descrições em um único (exs: Marcial Marciel incluindo Raúl Rivas, Mary Evans incluindo George Eliot...), conquanto a regra considerada certa se aplique mais a um certo objeto do que a qualquer outro, o que o individua. Mas no caso da regra de atribuição de um termo geral, não faz sentido termos uma regra individuadora, pois fica sempre *indeterminado* o número de objetos capazes de possuírem a propriedade capaz de satisfazê-la, que pode mesmo ser nenhum. Contudo, faz sentido termos uma condição de suficiência para a atribuição predominante de um termo geral sobre outros secundáriamente aplicáveis ao mesmo *x*, como logo veremos.

A forma da água

Quero agora considerar um problema relacionado, aventado por Avrum Stroll: se Putnam está certo e "água = H_2O", escreveu ele, então certamente "gelo = H_2O", e "vapor de água = H_2O". Mas se é assim, pela transitividade da identidade, então "água = gelo", e "vapor de água = gelo". Mas essa é uma conclusão insólita, que se fosse verdadeira me permitiria pedir dois cubos de água no lugar do gelo e dizer que a água (o gelo) flutua na água e que o vapor de água é sólido. Gelo não parece ser o mesmo que água e menos ainda vapor de água, o que leva Stroll a concluir que o 'é' de "Água é H2O" é um é de *composição* e não de identidade.[1] Com efeito, podemos dizer que o gelo é *feito* de água. Contudo, o mesmo Stroll introduz uma contra-objeção que parece de algum modo limitar o que ele está dizendo: é possível dizer que

[1] Stroll 2000, pp. 233-234.

o gelo é a mesma coisa que "água sob forma sólida" e que vapor de água é a mesma coisa que "água sob a forma de vapor". Por consequência, gelo e vapor de água parecem ser determinações de uma mesma coisa, qual seja, água em um sentido menos diferenciado da palavra.

Uma comparação entre as regras de atribuição desses termos gerais com base na RA-'água' demonstra que as contradições são aparentes. Os núcleos populares fenomenais dos sentidos das palavras 'água', 'gelo' e 'vapor de água' são bastante diversos: a água é líquida e transparente, o gelo é sólido e opaco, o vapor de água se dissipa no ar... As coisas denotadas por esses termos só são semanticamente similares no que concerne ao núcleo microestrutural científico de sentido, particularmente Dp (ignorando diferenças na organização das moléculas que compõem as amostras). Temos, pois, a derivação de regras de atribuição algo mais específicas, que são RA-'gelo' (onde as descrições de superfície indicam algo sólido, esbranquiçado, etc.) e RA-'vapor de água' (onde as descrições de superfície indicam um vapor quente, etc.). Como consequência, o que temos aqui são dois temos hipônimos de água no sentido amplo (RA-'água'), que diferem no que concerne ao sentido popular. Assim, a razão pela qual chamamos um objeto *x* de "gelo" e não "água" é que *x* é sólido, opaco e frio, satisfazendo mais as descrições do hipônimo RA-'gelo' do que do hiperônimo RA-'água', satisfazendo por isso a condição de predominância (iii) para o termo geral 'gelo' quando a palavra é usada em um enunciado como "Esse cubo de gelo é feito de água". Algo semelhante acontece quando chamamos um objeto *x* de vapor de água. Com efeito, como RA-'gelo' é algo mais específico do que RA-'água', os sentidos das palavras 'gelo' e 'água' são diferentes. Mesmo assim, esses sentidos são semelhantes, pois a Dp do núcleo de significação científico continua sendo essencialmente a mesma, satisfazendo por isso a disjunção constitutiva de RA-'água'. Essa é a razão pela qual podemos dizer que o gelo e o vapor de água são constituídos de água, que o gelo é água solidificada e que o vapor de água é água evaporada: pelo fato de a condição essencial de RA-'água', que é a disjunção (i), estar sendo em cada caso suficientemente satisfeita, permitindo o emprego da regra de atribuição para a palavra 'água' no sentido de ser pelo menos um constituinte da disjunção predominante de propriedades que como tal é a mais propriamente referida.

Também é possível considerar o 'é' de "Água é H_2O" como um 'é' de identidade: podemos entender essa frase como uma forma elíptica de "Água é (=) [um volume considerável de moléculas de] H_2O". Mas Stroll não deixa de ter razão ao sugerir que o 'é' de "Água é H_2O" é geralmente um é de composição. Trata-se de um 'é' de composição ou constituição, na medida em que a RA-'água' contém a regra de atribuição para o óxido de hidrogênio ou RA-'H_2O' (se essa última regra é empregada, a primeira também o é). E também compreendemos porque ao falarmos de água não estamos querendo dizer propriamente nem gelo, nem vapor de água: é porque o que referimos como sendo água satisfaz melhor RA-'água' do que RA-'gelo' e RA-'vapor de água'.

Stroll também pensa que uma coisa é falar do significado da palavra 'água' e que outra coisa é falar daquilo que a água é. Contudo, essas me parecem ser duas faces da mesma moeda, pois aquilo que consideramos em termos de sentido pode ser materialmente parafraseado em termos daquilo que as coisas são. Isso se demonstra no fato de que ao invés de falarmos das regras de atribuição em sua efetiva aplicabilidade a propriedades, enfatizando assim o sentido, podemos falar das propriedades mesmas que satisfazem essa regra, enfatizando assim as próprias coisas ou aspectos delas. Consequentemente, dizer que um certo volume de água é composto de H_2O é o mesmo que afirmar que ele possui certas propriedades descritas por RA-'água', implicando que enquanto essa regra for efetivamente aplicável ele compõe-se das propriedades microestruturais também descritas por RA-'H_2O'.

Finalmente, cumpre notarmos que o modo de ver que acabamos de expor faz jus a algumas ideias familiares aos semanticistas. Primeiro, o sentido de um termo geral como água é vago. Depois, ele tem se alterado. Como acontece com muitos conceitos, ele cresceu e se ramificou com o tempo. A maioria de nós fica conhecendo apenas uma parte mais ou menos genérica dele, fundamental ou não, mas suficiente para a comunicação. Muitas vezes só os especialistas ou usuários privilegiados da palavra conhecem o significado completo de um termo geral. Há casos em que o especialista só conhece o núcleo científico especializado do significado, ignorando outras coisas por vezes mais importantes. Há casos em que cada especialista conhece completamente apenas parte do significado do termo. Pelo que sei, a teoria das cordas possui tantas alternativas que nem sequer os especialistas as conhecem por completo. E certamente há casos em que somente a memória de computadores ou documentos são capazes de conter todas as informações relevantes. Contudo, é de se supor que essas informações só se tornam significativas, só ganham realidade, na medida em que são suficientemente interpretadas por seres humanos que participam de nossa forma de vida. No entendimento de como os termos gerais referem, assim como de toda a linguagem significativa, parece inextrincável a existência de um elemento biológico-cognitivista irredutível.

Comparando as duas análises

No que se segue quero demonstrar que a recém-sugerida análise neodescritivista do conceito de água explica as nossas intuições relativas à fantasia da Terra-Gêmea de forma mais convincente do que a imaginativa, mas artificiosa, teoria de Putnam.

Como já vimos, é muito difícil duvidar que o significado de nossas expressões linguísticas seja convencionalmente fundado: é plausível pensar que ele deve constituir-se de regras ou combinações de regras semanticamente relevantes por nós mesmos estabelecidas, ainda que de modo certamente bem fundamentado, ou seja, em maior ou menor medida não-arbitrário. Quando elas constituem os significados dos termos gerais, elas costumam ser exprimíveis por meio de descrições *in*definidas. Até mesmo a essência subjacente da água pode ser apresentada por regras de atribuição exprimíveis por meio de descrições, as quais são simbolicamente resumidas por Dp. Além disso, não há como se livrar das descrições de superfície, uma vez que Dp só faz sentido por ter sido inferido de Dsp e por conduzir inferencialmente a Dps. Ou seja: mesmo que estejamos dispostos a conceder que a descrição fundamental seja a da essência subjacente, ela acaba por depender epistemicamente de descrições de propriedades de superfície, nem mais, nem menos fenomenais do que as descrições dadas à água pelo homem das cavernas, embora mais complexas e exigentes pelo seu recurso a fatores disposicionais.

A questão agora fica sendo: como a recém-exposta explicação do sentido-significado intralinguístico da palavra ‘água’ explica nossas intuições relativas a Oscar-1 e Oscar-2 ao dizerem “Isso é água” em 1750? O resultado será aqui pouco mais do que uma tediosa repetição do que já foi dito e redito em minha resposta neodescritivista a Putnam.

Consideremos primeiro o significado em seu sentido próprio, o significado intralinguístico, no qual ele se identifica como sendo o mesmo da palavra ‘sentido’. Em 1750, ele era o mesmo para ambos os Óscares: o de um líquido transparente, etc. Ou seja: <Ds + Dsd>. A isso eles podem ter acrescentado no máximo a hipótese da existência de alguma microestrutura fundamental desconhecida *x*. Mas como não havia sentidos expressos pelas descrições ‘líquido de estrutura molecular H_2O’ ou ‘líquido de estrutura molecular XYZ’, não era esse *x* que eles poderiam ter em mente. Assim, se os estados psicológicos de Oscar-1 e Oscar-2 eram os mesmos, isso não importa, posto que os sentidos também eram os mesmos. Tratava-se dos

sentidos populares. Instanciados nas cognições ou disposições cognitivas, os sentidos da água como <Ds + Dsd> estavam nas cabeças dos Óscares, na medida em que eles os conheciam.

Consideremos agora a referência e a extensão. Aqui, como já vimos, a resposta pode variar! Ela depende de *quem* estamos considerando como o sujeito que através do significado-como-sentido identifica a referência e calcula a extensão. Um primeiro caso é aquele em que os próprios Óscares em 1750 são considerados os sujeitos. Outro caso é o de sujeitos esclarecidos de uma época posterior, como nós mesmos em 2050, reportando-nos aos proferimentos dos Óscares, após nos termos tornado conscientes da diferente estrutura química dos líquidos apontados por eles em 1750...

Vejamos o primeiro caso. Para Oscar-1 e Oscar-2 em 1750 fica muito claro que a referência da palavra 'água' é apenas o líquido <Ds + Dsd> e, se os Óscares forem também químicos, a suposição de algum *x* desconhecido que sirva de substrato. Também fica claro que essas referências são do mesmo tipo. Afinal, a referência é determinada pelo sentido, que é o mesmo (não há razão alguma para se complicar a questão pensando que o substrato que estaria no lugar do *x* na Terra seja diferente daquele que estaria no lugar do *x* na Terra-Gêmea, posto que não havia nada na experiência disponível que levasse à constatação de uma diferença; afinal, $x = x$). E a extensão também é a mesma; ela é em 1750 a mesma do líquido transparente, insípido, inodoro, etc. que inclui tanto a água da Terra quanto a da Terra-Gêmea. Assim, se em 1750 Oscar-1 e Oscar-2 pudessem trocar informações sobre o preenchimento de seus critérios de aplicação do termo geral 'água' em ambos os planetas, sem dúvida eles concluiriam que, sendo ambos satisfeitos de modo idêntico (ambos são transparentes, insípidos, inodoros, aplacam a sede, extinguem o fogo, etc.), a extensão da palavra 'água' é *a mesma,* dado que ela estava sendo estabelecida pelas descrições das propriedades de superfície. Eles concordariam inclusive que a própria *causa* de suas percepções do líquido que ambos chamam 'água' é a mesma, pois essa causa é relatada como sendo o mesmo líquido transparente, que aplaca a sede e extingue o fogo, etc. Afinal, isso é tudo o que as pessoas em 1750 eram capazes de identificar como sendo causa eficiente de suas constatações. No máximo eles poderiam identificar a causa com alguma suposta estrutura subjacente *x*, mas pelo princípio de que ao mesmo efeito geralmente subjaz a mesma causa, eles teriam boas razões para supor que também a suposta estrutura subjacente da água é a mesma tanto na Terra quanto na Terra-Gêmea. Essa igualdade causal é, aliás, particularmente clara quando pensamos nos Óscares Neandertais, vivendo há 30.000 anos atrás: parece que eles diriam que a causa de nossa percepção da água que molha e apaga o fogo é *o próprio* líquido transparente que cai das nuvens, pois o seu sistema de explicação causal baseado no senso comum seria mais simples que o nosso, recorrendo somente a eventos de superfície como fatores causais. (Pode-se aventar um substrato substancial único, mas mesmo essa hipótese pode ser ilusória, como no caso do ar, que é composto de vários gazes, ou no da poeira, que pode ser muito variadamente composta, ou no da urina ou do óleo.)

Consideremos agora como sujeitos cognitivos as pessoas que *sabem* que a água da Terra tem a estrutura química H_2O, enquanto a água da Terra-Gêmea tem a estrutura química XYZ. Digamos que nós em 2050 (após viagens espaciais até a Terra-Gêmea, etc.) saibamos bem disso. Nesse caso, ao considerarmos as afirmações de Oscar-1 e Oscar-2 em 1750, *nós* poderemos dizer que em seus proferimentos eles estavam se referindo a coisas diferentes com extensões diferentes: Oscar-1 se referia a volumes constituídos de moléculas de H_2O e Oscar-2 a volumes constituídos de moléculas de XYZ. Mas, como já notei, ao dizermos isso, o que estaremos fazendo será identificar as referências apontadas por Oscar-1 e Oscar-2 *por meio de nossas próprias cognições*, a saber, por meio dos sentidos diversos que estaremos dando à

palavra ‘água’, como intérpretes do proferimento “Isso é água” aplicado ao líquido da nossa Terra e ao da Terra-Gêmea por cada um dos Óscares.

Nesse ponto é importante notar que o sentido que Putnam dá à palavra ‘água’ é mais restritivo do que o sentido capturado pela regra geral RA-‘água’, uma vez que essa regra se aplica tanto à água da Terra quanto à água da Terra-Gêmea, posto que ambas satisfazem sua condição disjuntiva. Para Putnam o significado-sentido de nossa água será o de água-t ou *óxido de hidrogênio*, alguma coisa como (<Dsp-H_2O + /Dp-H_2O/ + Dps-H_2O>), enfocando o seu núcleo científico. Já o significado-sentido para a água da Terra-Gêmea por ele considerado também será mais restritivo que RA-‘água’, ou seja, água-g, algo que pode ser resumido como (<Dsp-XYZ + /Dp-XYZ/ + Dps-XYZ>), com o núcleo científico sendo enfocado. Esses são sub-sentidos perfeitamente admissíveis e utilizáveis de RA-‘água’. Mas nesse caso, as referências e extensões terão de ser diversas, pois como também já vimos, elas resultam de algo que fazemos sem nos apercebermos, que é a mera projeção de nossas próprias regras semânticas diversas nas situações indexicais em que os Óscares fizeram as suas referências, de modo que os proferimentos dos Óscares passam a ser inconscientemente interpretados como instrumentos indexicais para a referência de nossos próprios pensamentos. Uma consequência disso é que para nós a extensão da água apontada por Oscar-1 em 1750 é, como água-t ou óxido de hidrogênio, apenas a do líquido de estrutura H_2O, restringindo-se à Terra, enquanto a extensão da palavra ‘água’ apontada por Oscar-2 é, como água-g, restringida ao líquido da Terra-Gêmea. Se não nos dermos conta de que estamos apenas projetando nossos próprios pensamentos diversos nos atos dos Óscares, cairemos no rudimentar equívoco de concluirmos, como Putnam, que eram os próprios Óscares que estavam “querendo dizer” ou “entendendo” por ‘água’ microestruturas químicas diferentes.

O que torna possível a variação do que é apontado como a referência e extensão? Como também já notei, referência e extensão são por definição extramentais e extralinguísticas. Não obstante isso, para serem identificadas elas dependem dos sujeitos cognitivos e dos sentidos fregeanos que esses sujeitos dão à palavra, podendo variar com o contexto indexical no qual esses sujeitos se encontram. A mesma palavra ‘água’ identificada por Oscar-1 e Oscar-2 como tendo uma mesma referência pode ser identificada por nós como tendo uma referência diferente, posto que a ela integramos núcleos semânticos diversos. Assim, se astronautas visitam a Terra-Gêmea e descobrem que o líquido que lá é denominado ‘água’ tem a estrutura XYZ, podemos concluir que os habitantes da Terra-Gêmea sempre se referiram a XYZ e que a extensão da palavra ‘água’ é bem outra. Mas não podemos esquecer que somos *nós mesmos* que estamos fazendo isso, com base no conhecimento por nós adquirido de essências subjacentes diversas, ou seja, com base em sub-sentidos diversos – um relativo à água-t e outro relativo à água-g – instanciados em nossos próprios estados psicológicos correspondentes.

Podemos ainda imaginar que Oscar-1 e Oscar-2 sejam trazidos pela máquina do tempo até nós e que ambos façam um curso intensivo de química, aprendendo que a estrutura molecular da água é H_2O na Terra e XYZ na Terra-Gêmea. Por conta desses diferentes núcleos científicos de significação da palavra eles chegam então a concordar conosco admitindo, enfim, que em 1750 Oscar-1 estava apontando para água-t e Oscar-2 estava apontando para água-g. Mas esse apontar não é um “querer dizer” (*mean*); sequer é um “referir”. Esse apontar para coisas diversas teria de envolver estados psicológico-cerebrais diversos na determinação projetiva de referências e extensões diversas, redundando no fato de que eles estariam usando a eles mesmos no passado como seus próprios instrumentos indexicais para identificar diferenças ontológicas. Lembremo-nos que isso só é possível porque referência e extensão são entidades extralinguísticas e extramentais, sendo apenas em sua apreensão determinadas pelo

sentido (psicologicamente instanciado) expresso pela palavra, o qual pode variar com a informação acessível ao sujeito epistêmico. Nesse caso, porém, os Óscares estão apenas admitindo que *aquilo* que eles significavam ou queriam dizer (*meant*) em 1750, a saber, as referências extralinguísticas, era diferente, e não que os significados (sentidos) que eles haviam dado às palavras era diferente. Eles se fiam em seus estados psicológico-cerebrais *atuais*, que não são menos diversos do que os sentidos. A conclusão, em qualquer dos casos, é anti-putnamiana: significados são sentidos; sentidos determinam referências; sentidos nunca estão fora das cabeças.

É possível conceber muitos casos análogos aos dos Óscares, que são facilmente explicáveis por uma adequada aplicação da concepção neodescritivista do significado da palavra 'água' recém exposta.

Suponhamos, começando com um exemplo fantasioso, que Lúcia tem dois gatos. Um gato branco, que é um felino normal e um gato preto que é um ser extra-terrestre que descobriu uma maneira de viver bem adotando a forma de um gato doméstico. Mas Lúcia não sabe disso. Contudo, se isso é um fato e se no futuro ela vier a descobrir que isso é verdade, então ela *não* concluirá que no passado, ao falar de seu gato preto ela estava entendendo ou querendo dizer (*mean*) ou mesmo se referindo a um ser extra-terrestre, nem que ela sempre colocou em consideração uma futura relação de identidade-l com as propriedades de um ser alienígena, como a teoria de Putnam nos levaria a concluir. Lúcia dirá que aquilo a que se referia como sendo o seu gato doméstico preto pode ser *agora* concebido por ela como tendo sido sempre – como o verdadeiro objeto por ela apontado – um ser alienígena, ou até mesmo que ela sempre teria em princípio tido por aceitável colocar em consideração alguma futura relação de identidade-l que ela não tinha como saber, mas que se revelou uma identidade com as propriedades essenciais de um ser extra-terrestre. Em resumo: como no caso com os gatos domésticos, os dois Óscares em 1750 se referiam aos compostos químicos que tinham diante de si tanto quanto, digamos, Chapeuzinho Vermelho se referia ao lobo travestido de avó quando ela lhe fez as famosas perguntas.

O mesmo ponto pode ser melhor demonstrado com o auxílio de um exemplo mais realista. O ouro branco é uma mistura de 75% de ouro de 24 quilates com 25% de níquel e paládio, o que lhe confere a cor branca. Suponhamos que uma pessoa que não sabe identificar ouro branco aponta para um anel de ouro branco e, ao ser informada do preço, diz "Isso é feito de ouro", sem saber que está dizendo a verdade. Para Putnam, essa pessoa deveria estar realmente querendo dizer (*meaning*) que o anel é de ouro, mesmo que não tenha a menor consciência desse fato. Afinal, a relação de identidade-l essencial é com a propriedade intrínseca de conter 75% de ouro, o elemento químico de número 79. Na verdade, o máximo que podemos dizer é que uma pessoa que desconhece o ouro branco ao apontar para ele estava se referindo a algo cuja estrutura subjacente é sistematicamente referida *por nós mesmos* como contendo o elemento de número atômico 79 em maior proporção, razão pela qual atribuímos verdade ao seu proferimento. Se quisermos ser generosos, poderemos até mesmo dizer que a pessoa *potencialmente* se referia ao elemento 79 para em seguida usarmos o proferimento dessa pessoa como um instrumento indexical para o que propriamente temos em mente. Podemos até mesmo inventar um conceito extravagante de *referência potencial*, sugerindo então que a pessoa fez uma referência potencial ao elemento 79, a qual será resgatada por qualquer um que *saiba* identificar o ouro branco através dessa extensão do sentido da palavra. Mas nada disso resulta no mesmo que dizer que a pessoa enquanto falante *de fato* se referia à estrutura ou essência subjacente, muito menos que ela "significava", "queria dizer", "entendia", "intencionava" ou "pensava" tal referência.

Como se deixa entrever, a teoria de Putnam demanda que já sejamos capazes de entender, no sentido amplo, o significado de certas palavras nos sentidos que elas têm para outros, ou até mesmo nos sentidos que elas terão algum dia, muito depois de termos desaparecido, o que é uma consequência deveras absurda. Além disso, já foi notado que sua teoria torna o nosso conhecimento do significado meramente especulativo. Ela nos faz suspeitar que só daqui a muitos anos, ou talvez mesmo nunca, chegaremos a conhecer os significados que damos a termos conceituais que usamos diariamente! Afinal, nunca poderemos saber se realmente chegamos a conhecer o significado, posto que nada nos garante que podemos saber de modo indubitável que a essência subjacente última foi realmente descoberta. A dúvida paira devido à *falibilidade* do conhecimento humano. Nada nos garante que nosso conhecimento científico seja mais garantido para além de um saber derivado de convenções empiricamente bem fundamentadas.[1]

Repetindo o que já foi dito: o principal equívoco inerente ao argumento de Putnam é que ele passa sub-repticiamente do extensional para o intensional, da conclusão de que a referência e a extensão eram diferentes daquilo que os Óscares pensavam (o que deveria ser o óbvio) para a conclusão de que o significado ou sentido e o seu entendimento sempre foram diferentes. Mas isso não pode ser verdadeiro, pois a natureza do sentido-significado, bem como a natureza do que entendemos com a palavra 'água', depende de convenções intralinguísticas de instanciação intramental, que em 1750 eram iguais para ambos os Óscares. Os nossos sentidos-significados são dependentes de convenções linguísticas mais ou menos bem fundamentadas, sendo epistemicamente constituídos; já nossas referências e extensões dizem respeito ao modo como o mundo é ou foi, ou será, sendo ontologicamente constituídas e podendo ser diversamente acessadas por linguagens ou sistemas de convenções diferentes. Tudo o que Putnam realmente teria o direito de concluir de sua experiência em pensamento é que referência e extensão se encontram fora de nossas cabeças. Mas com essa trivialidade todos concordam.

Revendo o conceito de identidade-l

O que dizer da explicação do assim chamado significado extensional do termo por meio da relação teorética a ser descoberta pela ciência de uma identidade-l entre a estrutura essencial do exemplar apontado e a dos outros exemplares encontrados? Um problema é que uma identidade-l que seja resultado final da pesquisa científica parece ser em última análise incoerente, posto que nunca poderemos ter absoluta certeza de que qualquer identidade que venhamos a alcançar seja realmente o resultado final da pesquisa científica. A alternativa razoável é a de restringirmos a noção de identidade-l, entendendo-a de um modo puramente extensional, extralinguístico e extramental: trata-se simplesmente do que consideramos como sendo a identidade qualitativa da essência supostamente real que os exemplares da extensão de um termo devem manter entre si para constituírem a sua extensão. A identidade-l dos exemplares de quantidades de água hoje, por exemplo, é estabelecida pelo compartilhamento da mesma estrutura química H_2O de suas moléculas. Com base nisso, quando consideramos os exemplares de água apontados por Oscar-1 e Oscar-2 em 1750, diremos que a identidade-l apontada por Oscar-1 era a existente entre volumes de H_2O, enquanto a identidade-l apontada por Oscar-2 era a existente entre volumes de XYZ, disso resultando extensões diversas. Mas é preciso lembrar que usamos nossas próprias cabeças para estabelecer essas extensões e não as cabeças de Oscar-1 e Oscar-2, irrelevantes para o caso.

[1] Para considerações semelhantes, ver Zemach 1996, p. 66.

Podemos agora comparar a concepção da relação de identidade-l de Putnam com a nossa. Eis como seria o esquema proposto por Putnam da evolução do significado da palavra ‘água’ na Terra, limitando-o a estereótipos e à relação de identidade-l:

Significado:

1. 30.000 a.C.: água = (<Ds>...) + identidade-l com referências de **Dp**.
2. 1750: água = (<Ds+ Dsd...>) + identidade-l com referências de **Dp**.
3. 1850: água = (<Ds+ Dsd...>) + identidade-l com referências de **Dp**.

Enquanto o nosso esquema é:

Significado:

1. 30.000 a.C.: água = <Ds>.
2. 1750: água = <Ds + Dsd> + *x*>.
3. 1850: água = <Ds + Dsd> + <Dsp + **/Dp/** + Dps/>.

Temos aqui o contraste entre um primeiro esquema, altamente implausível, e um segundo esquema intuitivamente convincente e razoável. Só o último esquema permite explicar satisfatoriamente a duplicidade de nossas intuições semânticas sobre a referência e a extensão daquilo que foi apontado pelos Óscares em 1750. Só ele explica nossa intuição de que sempre tivemos conhecimento do que queremos dizer com a palavra ‘água’ e que esse significado se desenvolveu com o tempo, que ele foi e é real, que não é mera hipótese, que acreditamos firmemente que a ciência já o tenha resgatado, mas que talvez não, e que talvez mesmo permaneça, como o significado último, para todo o sempre inalcançável.

O resultado para o qual nossas considerações apontam é, por conseguinte, o de que o esclarecimento do significado dos termos de espécie natural de nosso descritivista refinado se ajusta bem melhor aos fatos linguísticos do que aquele que Putnam tem a oferecer, devendo por isso ser preferido.

Descritivismo e o dilema de aplicação do conceito de água

A explicação basicamente neodescritivista do significado de termos de espécie natural recém-sugerida também nos permite resolver um conhecido dilema concernente à aplicação do conceito de água – um conflito conceitual que nem a teoria descritivista tradicional, nem as concepções causais-essencialistas de Putnam/Kripke têm condições de resolver.

A questão que gera o dilema nasce de uma separação entre propriedades superficiais e estrutura subjacente, envolvendo duas suposições:

> (a) Imagine que em algum lugar do mundo se descubra um líquido inodoro, transparente, etc. que possui todas as propriedades superficiais da água (serve para beber, apaga o fogo, etc.), mas cuja estrutura subjacente é completamente diferente, digamos, XYZ. Podemos ou não dizer que esse líquido é água?
> (b) Imagine agora que em algum outro lugar do mundo sejam encontradas rochas sólidas, escuras como carvão, que não possuem nenhuma propriedade superficial da água (não servem para beber, não apagam o fogo...), mas que, acreditem ou não, são constituídas de H_2O. Podemos dizer que essas rochas são feitas de água?

Descritivistas e causalistas responderão opostamente a essas questões.

Vejamos primeiro a resposta de filósofos defensores da concepção causal da referência de termos de espécie natural, como Kripke e Putnam.[1] Para esses filósofos, a microestrutura essencial da água descrita por Dp tem predominância sobre todo o resto. Por isso eles responderiam negativamente à questão (a): se encontrarmos um líquido com todas as propriedades superficiais da água, mas que não possui a estrutura molecular H_2O, esse líquido não pode ser água. E quanto à questão (b), a resposta seria afirmativa: mesmo que a substância não apresente nenhuma das propriedades superficiais da água, como essa substância é feita de H_2O, ela precisa ser feita de água.

Filósofos descritivistas como A.J. Ayer e outros críticos de Putnam, privilegiaram as estruturas de superfície e se apegaram às intuições opostas: o que vale são as propriedades fenomenais e não a estrutura química subjacente.[2] Por isso eles responderiam afirmativamente à questão (a): se em algum lugar da Terra encontrarmos um líquido com a estrutura superficial da água, mas com estrutura química XYZ, nós não deixaremos de classificá-lo como sendo água; nós diremos apenas que é água *de um outro tipo*. Quanto à questão (b), eles a responderiam negativamente, dizendo que mesmo que as rochas tenham a estrutura molecular H_2O, elas não podem ser água, pois em nada se aparentam com o líquido transparente, insípido e inodoro com o qual estamos acostumados.

Quem estará certo? O causalista ou o descritivista? Há aqui um conflito de intuições. Se pensarmos como o causalista, a resposta será *não* para (a) e *sim* para (b). Se pensarmos como o descritivista, a resposta será *sim* para (a) e *não* para (b).

Ora, a versão mais complexa de descritivismo que propomos permite desfazer o conflito de intuições, revelando-o como mera aparência. Ela nos permite dizer que esse choque resulta tão-somente do fato de a palavra 'água' ter dois núcleos diferentes de significado, parcialmente distinguíveis entre si, que são <Ds + Dsd>, o núcleo popular, e <Dsp + /Dp/ + Dps>, o núcleo científico. A disjunção de condições da regra de atribuição geral RA-'água' da palavra conceitual é inclusiva (e/ou), o que significa que a palavra 'água' pode ser predicada tanto no caso (a) quanto no caso (b). Mesmo que outros termos gerais possam ser aplicados às entidades designadas pela palavra 'água' nesses casos, por exemplo, 'algo com estrutura XYZ' no caso (a) e 'algo parecido com carvão' no caso (b), isso não faz diferença, uma vez que uma mesma coisa pode ser objeto de uma multiplicidade de termos predicativos.

Essa é uma possibilidade. Mas, na prática, não precisa ser assim. Parece claro que o peso de cada núcleo semântico é capaz de sofrer variações de acordo com o que poderíamos chamar de *contexto de interesses* associado ao proferimento, que defino como se segue:

> O contexto de interesses de um termo ou expressão (*Df*) = *o contexto que eleva o valor de aspectos do significado que são de importância pragmática para as pessoas que estão a usá-lo*.

De posse do conceito de contexto de interesses, imagine então que nos encontramos diante de um contexto científico envolvendo falantes versados em química, que se encontram em um laboratório e objetivam fazer experimentos separando os gases que compõem amostras de água. Nesse caso, o contexto de interesse é científico e o núcleo semântico científico é privilegiado. A palavra 'água' está sendo usada no mesmo sentido de expressões como 'óxido de hidrogênio' ou 'monóxido de dihidrogênio', termos científicos que têm como função

---

[1] Kripke 1980, pp. 128-9.
[2] Ayer 1982, p. 270. Ver Dupré 2000, p. 318. Ver também Eddy Zemach 1986, pp. 61-62 e Mellor 1977, p. 72.

semântica exclusiva exprimir o núcleo semântico <Dsp-H_2O + /Dp-H_2O/ + Dps-H_2O> na referência a amostras de líquidos com estrutura química H_2O. Nesse caso se preferirá dizer que o líquido transparente, etc. de estrutura química XYZ decididamente não é água e, no esforço de tirar água (H_2O) das pedras, os químicos dirão que as rochas com aparência de carvão são rochas de água.

Considere agora, para contrastar, um contexto de interesses da vida cotidiana. Digamos que o falante pertença a uma remota comunidade de pescadores que tem como objetivo cavar um poço para obter água para beber, lavar, tomar banho. Para esse grupo, tanto faz se a estrutura química efetiva do composto é H_2O ou XYZ, conquanto saibam que ele não faz nenhum mal à saúde e igualmente sirva aos devidos fins[1]. Nesse caso, o velho núcleo semântico da linguagem popular pode ser considerado o mais importante, pois mesmo que informados de que a estrutura química do que eles estão usando não é H_2O (embora os efeitos sejam exatamente os mesmos), eles não encontrarão nenhuma razão para deixarem de aplicar o termo no sentido considerado.[2] Já se as propriedades fenomenais se alterassem, deixando a substância de cumprir com as suas funções usuais, como no caso das pedras com estrutura química H_2O, a tendência será concluir que elas não têm nada a ver com água por não terem nada a ver com o que eles esperam obter: não servem para beber, nem lavar, nem tomar banho.

O mesmo se daria com uma 'água' como a encontrada na Terra-Gêmea. Se o contexto de interesses for o de uma discussão entre cientistas sobre a natureza do composto, pode ser vantajoso que se privilegie <Dsp-H_2O + /Dp-H_2O/ + Dps-H_2O>, entendendo-se por 'água' o mesmo que óxido de hidrogênio e concluindo-se que XYZ não é água, tal como Putnam sugeriu. Já no contexto de interesses ordinários de quem precisa de água para beber e lavar pode valer mais a pena privilegiar <Ds + Dsd>, concluindo daí que se trata apenas de uma outra espécie de água, tal como sugeriram os críticos de Putnam. A melhor resposta para o dilema é que a semântica da palavra 'água' é suficientemente flexível para nos permitir escolher o corno do dilema que preferirmos segurar; e o corno preferido é o disjunto da regra de atribuição que as condições práticas do contexto de interesses nos levam a mais valorizar.

Externalismo putnamiano *versus* internalismo sensato

Quero agora resumir o resultado de minhas considerações. O equívoco semântico produzido pela fantasia da Terra-Gêmea, como o externalismo, em geral, envolve uma falácia genética, que confunde a natureza do significado com a sua origem causal. Parece óbvio que se o mundo externo não possuísse elementos quaisquer que nos permitissem, pela interação com eles, chegar ao conceito de água, não teríamos acesso ao sentido do termo. Assim, nesse sentido trivial, o significado se encontra *na dependência* da constituição de coisas externas a nós, sendo causalmente determinado por elas. O mundo funciona como um ambiente causal externo, que de formas frequentemente muito indiretas acaba por determinar a formação de nossas convenções semânticas em instanciações mentais que podem ser entendidas em termos de significados. Não obstante, nem por isso o significado ou o entendimento ou a mente

[1] Façamos de conta que XYZ seja um hidratante com efeitos idênticos aos de H_2O, de modo que se possa dizer que a composição do corpo de um habitante da Terra-Gêmea seja 90% de água-g, etc.

[2] Algo semelhante realmente ocorreu na China com a palavra 'jade'. O jade antigo (nefrite) acabou sendo em sua maior parte substituído por uma pedra aparentemente idêntica, mas com estrutura química muito diferente (jadeíte). Ainda assim, o mesmo nome permaneceu sendo aplicado também à segunda pedra. Ver LaPorte 2004, p. 96.

devem se situar no mundo externo ou 'fora da cabeça', pois isso seria falacioso. Essa é a forma minimalista de "externalismo", com a qual qualquer internalista sensato haverá de concordar.[1]

Em oposição ao externalismo minimalista que acabei de resumir, o externalismo no sentido próprio, o externalismo semântico de Putnam, é o que se alimenta do que chamei de uma falácia genética. Essa falácia consiste em confundir as causas últimas de nossas intuições semânticas, quando essas são externas, com os seus efeitos, que são estados mentais, representacionais, os quais são internos, instanciadores de um conteúdo semântico-psicológico que por essência é repetível e que pode se encontrar diversamente distribuído nas mentes dos falantes[2]. Se o efeito é uma representação, essa representação não depende necessariamente, para a sua existência, da existência daquilo que representa. Afinal, a representação pode resultar de uma combinação de fatores causais os mais diversos, como sobejamente o demonstra a enorme variedade de produções ficcionais que nossa imaginação é capaz de promover. Devido à imensa flexibilidade dos mecanismos representacionais linguisticamente refletidos, nossas representações podem apresentar uma relação muito mais remota com as suas causas do que Putnam acreditava possuírem.

Como o termo geral 'água' pode se tornar um designador rígido

Devemos notar que também aqui podemos utilizar instrumentos lógicos derivados da teoria das descrições para formalizar regras de atribuição do termo geral. Tendo em mente RA-'água', uma maneira de fazermos isso é introduzindo os seguintes predicados: F = '...substância química que satisfaz suficientemente (no todo com G) as regras de caracterização expressas pelas <Ds + Dsd> para o conceito de água', G = '...substância química que satisfaz suficientemente (no todo com F) as regras de caracterização expressas pelas <Dps + /Dp/ + Dsp> para o conceito de água' e A = '...é água'. A regra de atribuição para a palavra 'água' em seu sentido amplo pode ser então imperfeitamente formulada como:

$$\exists x(\mathrm{A}x) \leftrightarrow \exists x\,(\mathrm{F}x \vee \mathrm{G}x)$$

Considerando essa equivalência podemos também explicar como o termo geral 'água' pode ser entendido como um designador rígido. Assumindo que os *designata* próprios do termo geral sejam propriedades-t (tropos ou agrupamentos de tropos) podemos dizer que o termo geral 'água' é um designador rígido secundariamente à rigidez de quaisquer termos singulares a ele associados. Ele é rígido no sentido de que em qualquer mundo possível no qual algum objeto referido por um termo singular existe, se podemos usar o termo geral 'água' predicando-o desse objeto, então RA-'água' se aplica a esse mesmo objeto, permitindo-nos dizer que $\exists x(Ax) \leftrightarrow (Fx \vee Gx)$. Ou seja: o termo geral 'água' é um designador rígido porque

[1] Em geral me refiro a externalismos semânticos em um sentido inevitavelmente forte e próprio da expressão. Se enfraquecermos o externalismo dizendo que para termos significado precisamos de "alguma determinação externa", trata-se de algo que qualquer internalista de bom senso deve aceitar. Afinal, é óbvio que se nossos termos são sobre o mundo externo, então algum *input* qualquer do mundo externo deve estar sendo subsumido. Mais recentemente a estratégia externalista tem sido a de elevar a vaguidade do termo de modo a deixar em aberto esses limites (*e.g.,* Kallestrup 2012).

[2] Não há contradição em se considerar o conteúdo semântico como algo psicológico se ele for classificável em termos de *tropos*, ou seja, como entidades cuja universalidade seria passível de ser entendida em termos de classes de propriedades qualitativamente idênticas.

sua regra geral de atribuição RA-‘água’ se deixa aplicar a amostras de água em todos os mundos possíveis nos quais elas existem.

Isso se verifica também na observação de que RA-‘água’ nos permite formar uma sentença analítico-conceitual necessária mais precisa, posto que verdadeira em todos os mundos possíveis, qual seja:

> Um termo geral ‘água’ se refere a qualquer composto químico *x* dado que estiver na origem (causal ou inferencial) de nossa consciência de que ele satisfaz de modo em seu todo suficiente e mais do que outros as condições <Ds + Dsp> e/ou <Dps + /Dp/ + Dsp> para a sua aplicação.

Como no caso dos nomes próprios, o termo geral é rígido em contraste com termos gerais mais descritivos ou entendidos como tais. Considere, por exemplo, o termo geral ‘água’ no sentido genérico associado a RA-‘água’. Ele é rígido por oposição a descrições indefinidas como, digamos, ‘um líquido que se congela a 0º C e que ferve a 100º C ao nível do mar’, posto que há mundos possíveis[1] nos quais existe água e a descrição não é satisfeita, ou mesmo descrições indefinidas fundamentais como ‘uma substância com composição H_2O’, posto que em isolamento essa descrição não garante a satisfação da condição da regra (em um contexto de interesse de senso comum uma água de pedra com composição H_2O não será chamada de água). Tais descrições indefinidas não se aplicam em todos os mundos possíveis nos quais predicamos o termo geral ‘água’ no sentido genérico de um mesmo objeto, sendo por comparação flácidas. E a razão é análoga a do caso dos nomes próprios. As descrições indefinidas em questão, quando aparecem isoladas, são meros sintomas, encontrando-se apenas frouxamente associadas à regra de atribuição do termo geral.

Identidade de espécies naturais

Uma questão que pode agora ser colocada é sobre o comportamento epistêmico de enunciados sobre espécies naturais do tipo “Água é H_2O” ou “Ouro é o elemento de número atômico 79”. Consideremos o primeiro enunciado. Para os descritivistas tradicionais ele exprimiria uma proposição de identidade *a posteriori* (posto que sua verdade é derivada da experiência) e também *contingente* (posto que a água, descrita como ‘líquido transparente, inodoro, etc. poderia não ter a composição química H_2O, mas alguma outra). Já para causalistas-essencialistas como Kripke e Putnam devemos antes ter em conta que os termos ‘água’ e ‘H_2O’ são designadores rígidos. Eles se referem ao mesmo tipo de coisa em qualquer mundo possível, daí resultando que embora o enunciado “Água é (=) H_2O” seja *a posteriori* (posto que a sua verdade é derivada da experiência), ele é *necessário* (pois ambos os termos designam a mesma essência microestrutural em qualquer mundo possível). Trata-se para eles de uma necessidade metafísica.

Abro aqui um parêntese para relembrar que Avrum Stroll havia sugerido que “Água é H_2O” não é realmente uma sentença de identidade, pois o ‘é’ não é o da identidade, mas o de *constituição*, querendo dizer: “A água é *feita* de H_2O”. Mesmo que esse resultado seja suportado tanto intuitivamente quanto pelas nossas análises da regra de atribuição das palavras ‘água’ e ‘H_2O’, a flexibilidade da linguagem nos permite também dizer que “(Um volume de) Água = (uma grande quantidade de moléculas de) H_2O”, interpretando “Água é

[1] Suponho mundos logicamente e não quimicamente possíveis.

H_2O" realmente como a frase de identidade: "Água = H_2O". Contudo, em qualquer das interpretações a oposição de opiniões persiste, pois enquanto descritivistas dirão que "A água é constituída de H_2O" é uma descoberta *contingente* e *a posteriori*, causalistas-essencialistas insistirão que esse enunciado é *necessário* e *a posteriori*, pois H_2O é a essência constitutiva da água em qualquer mundo possível.

Quem estaria certo? Embora a posição causal-histórica tenha suas razões, contra ela pesa uma objeção básica feita por filósofos[1] contra o conceito de necessário a posteriori: como é possível que uma proposição seja verdadeira em todos os mundos possíveis sem que ela seja conhecida priori?

Ao menos no caso da sentença "Água é H_2O" (e receio que também em outros) a resposta neodescritivista me parece a mais adequada. O neodescritivista dirá que a sugestão kripkiana de que o enunciado "Água é H_2O" é metafisicamente necessário por refletir uma descoberta a posteriori de algo necessário é uma confusão resultante de uma ambiguidade que já foi constatada pelas semânticas bidimensionalistas e que pode ser aqui apontada de modo mais intuitivo. O que podemos querer dizer com a palavra 'água' varia de acordo com o contexto, havendo ao menos três possibilidades à disposição:

(i) Em um contexto suficientemente vago inclinamo-nos a considerar o significado mais amplo ou genérico da palavra 'água'. Nesse contexto amplo o 'é' de "Água é H_2O" costuma ser o da constituição e a proposição é *contingente e a posteriori*. Para evidenciá-lo, basta comparar as regras de atribuição constitutivas dos conceitos de água e H_2O. A regra de atribuição para 'água' no sentido amplo, RA-'água', pode ser explicitada pela seguinte frase definitória:

> RA-'Água': Usamos o termo geral 'água' para nos referirmos a exemplares de uma substância química contida em *x see* ela pode nos fazer conscientes de que (i) ela satisfaz as regras de caracterização expressas pelo núcleo semântico popular <Ds + Dsp> e/*ou* pelo núcleo semântico científico <Dps + /Dp/ + Dsp> associado à palavra, (ii) em medida no todo suficiente.

Enquanto a regra de atribuição para o termo geral 'H_2O' (óxido de hidrogênio), RA-'H_2O', é mais restrita:

> RA-'H_2O': Usamos o termo geral 'H_2O' para nos referirmos a exemplares de uma substância química contida em *x see* isso pode nos fazer conscientes de que (i) *x* satisfaz as regras de caracterização expressas pelo núcleo semântico científico <Dps + /Dp/ + Dsp> associado à palavra e (ii) em medida no suficiente.

A frase "Água é H_2O" quer dizer que se acredita que a tudo a que aplicamos à segunda regra aplicamos também à primeira. A experiência nos mostra que de fato tem sido assim... Mas o fato é que nem a tudo a que aplicamos a primeira regra precisamos aplicar a segunda! Afinal, RA-'água' contém uma disjunção inclusiva cujo primeiro termo permite que em mundos possíveis a água seja identificada como sendo água apenas com base em suas características de superfície, não demandando que a microestrutura seja H_2O (pode ser XYZ, QRS, etc.). Por isso, no sentido mais geral de água, "Água é H_2O" é *uma verdade contingente, baseada na*

[1] See Stalnaker 1976.

experiência (*i.e., a posteriori*) e em princípio falseável através dela. Isso vale tanto para a interpretação de "Água é H_2O" como sentença de constituição (Stroll) quanto como sentença de identidade (Kripke).

Mas o que queremos dizer com a palavra 'água' pode mudar com o contexto. Daí que há outras duas interpretações alternativas de "Água é H_2O", nas quais o entendimento do termo 'água' sofre alterações devidas a *contextos de interesses* diversos, como veremos a seguir:

(ii) Se o contexto de interesses nos restringir às necessidades cotidianas, o que se sobressai é o sentido mais popular da palavra 'água'. Nesse caso a palavra 'água' passa a significar RA-'líquido aquoso':

> RA-'líquido aquoso': Usamos o termo geral 'água' no contexto cotidiano para nos referirmos a exemplares de uma substância química contida em *x see* isso pode nos fazer conscientes de que (i) *x* satisfaz as regras de caracterização expressas pelo núcleo semântico popular <Ds + Dsp> associado à palavra e (ii) em medida suficiente.

Tratamos aqui tão-somente do líquido transparente, insípido e inodoro, que aplaca a sede e apaga o fogo. Nesse caso, a frase "Água é (constituída de) H_2O" e mesmo a frase "(Quantidade de) Água = (quantidade de) H_2O" serão verdadeiras, mas *contingentes e a posteriori*, pois o líquido aquoso poderia não ser composto de H_2O mas, digamos, de XYZ.

(iii) Uma terceira possibilidade é a de que o contexto seja o do interesse científico estabelecido a partir da primeira metade do século XIX. Nesse caso teremos o que foi realmente enfatizado por Kripke e por Putnam, exemplos em que o termo 'água' passa a significar o mesmo que quantidades de H_2O. 'Água' significa aqui o mesmo que as expressões 'óxido de hidrogênio' ou 'monóxido de di-hidrogênio'. Nesse caso a regra RA-'água' será entendida como sendo a mesma que RA-'H_2O', donde resulta que "Água é H_2O" (interpretando-se o 'é' como podendo ser tanto de identidade como de constituição) se torna uma frase *necessária e obviamente a priori*, posto que a sua verdade pode ser sabida independentemente da experiência, devendo ser verdadeira em todos os mundos possíveis. Essa conclusão torna-se mais clara quando substituímos a palavra 'água' por óxido de hidrogênio, que é o que essa palavra significa nesse contexto restritivo, daí resultando a frase "óxido de hidrogênio é H_2O", que é necessária e a priori, pois a regra de atribuição de ambas é a mesma. É, pois, com pesar que sou levado a informar que nenhum traço do necessário a posteriori foi encontrado por essas paragens.

Podemos agora expor a razão do que me parece a mescla de insight e ilusão contida na sugestão de Kripke ao sugerir que "Água é H_2O" é uma proposição necessária a posteriori. Ele confundiu os dois últimos sentidos da palavra 'água' ao analisar a frase "Água é H_2O", usando o entendimento popular da palavra 'água' para dizer que essa é uma verdade a posteriori e usando o entendimento científico da mesma palavra para dizer que essa é uma verdade necessária. Mas "Água é H_2O" é uma frase ambígua. Ela pode ser entendida como contingente e a posteriori ou como necessária a priori, de acordo com o contexto de interesses envolvido. O que não é possível é que ela seja entendida como sendo metafisicamente necessária e a posteriori. Nosso conhecimento de necessidades metafísicas é suspeito, posto que se trata de necessidades inverificáveis, diversamente do caso de necessidades convencionadas e auto-verificáveis.

O elemento social do externalismo de Putnam

Antes de terminarmos, precisamos ainda considerar rapidamente dois outros exemplos de Putnam.

No primeiro ele supõe que alumínio e molibdênio só sejam distinguíveis entre si por metalúrgicos e que a Terra-Gêmea esteja cheia de molibdênio, metal raro na Terra. Além disso, ele imagina que os habitantes da Terra-Gêmea chamem o molibdênio de alumínio e o alumínio de molibdênio. Nesse caso, certamente, a palavra 'alumínio' dita por Oscar-1 terá uma extensão diferente da palavra 'alumínio' dita por Oscar-2, de modo que eles querem dizer (*mean*) coisas diferentes com a mesma palavra. Mas como eles não são metalúrgicos, eles têm os mesmos estados psicológicos. Logo, o significado é externo ao que acontece em suas cabeças.

No segundo exemplo Putnam considera a diferença entre olmos e faias. A maioria de nós não sabe distinguir olmos de faias em uma floresta. Contudo, mesmo assim somos capazes de usar essas palavras sem que as suas extensões deixem de ser diferentes: olmos são olmos e faias são faias. Assim, o que queremos dizer com essas palavras, os significados que a elas atribuímos, são diferentes, mesmo que essa diferença não esteja em nossas cabeças.

Putnam tira uma conclusão surpreendente desses casos imaginários: assim como no caso da água da Terra-Gêmea o significado está no mundo externo, nos casos recém-expostos ele se encontra também *na sociedade*. Para esclarecer essa tese, ele introduz a importante ideia da *divisão de trabalho* da linguagem. As palavras requerem a atividade cooperativa de um número de pessoas para poderem ser efetivamente usadas. Não sabemos distinguir alumínio de molibdênio, nem olmos de faias. Mas isso não importa, pois o meio social é capaz de distingui-los por nós. Há, em nossa comunidade linguística, especialistas e outros falantes com a habilidade de reconhecer por nós as espécies naturais pelas suas características essenciais. Pelo simples fato de pertencermos a essa comunidade, mesmo não sabendo quais são as propriedades distintivas da maioria das espécies naturais, mesmo não reconhecendo as suas essências causais, somos capazes de usar palavras como 'alumínio' e 'molibdênio', 'olmo' e 'faia', no sentido que elas têm e referir-nos às suas extensões. Como Putnam corretamente conclui:

> O estado psicológico do indivíduo não fixa a extensão; somente o estado sociolinguístico do corpo linguístico coletivo ao qual o falante pertence é que fixa a extensão.[1]

Essa sugestão é importante. Incorreta é apenas a interpretação externalista que a tese de Putnam forçosamente lhe impinge. Já consideramos algo assim ao discutirmos a divisão de trabalho da linguagem com respeito ao nosso conhecimento do conteúdo de nomes próprios. Putnam, aliás, não foi o primeiro a apontar para a existência de uma divisão de trabalho da linguagem. Isso há havia sido feito por outros filósofos antes dele, como é o caso de Locke, que o fez dentro do contexto de sua teoria descritivista e internalista do significado como ideia mental, ou mesmo de C.S. Peirce, sem apelo ao externalismo. E a razão de ter sido assim é que a hipótese da divisão do trabalho linguístico é perfeitamente compatível com a perspectiva cognitivista-descritivista neofregeana por mim defendida.[2] É verdade que podemos usar palavras como 'molibdênio, 'olmo' e 'faia', sem quase saber o que elas significam, sem a habilidade de reconhecer as suas referências. E também é verdade que nos fiamos nos especialistas (metalúrgicos, botânicos...), a saber, no que chamei de *usuários*

[1] Putnam 1975, p. 14.
[2] Dummett 1981b, pp. 138-9. Mellor 1977, p. 73.

privilegiados dessas palavras na comunidade linguística, como garantia de uma identificação efetiva. Mas o fato é que sempre sabemos alguma coisa mais ou menos genérica sobre os significados dessas palavras, por exemplo, quando conhecemos somente os seus marcadores sintáticos ou semânticos. Por isso precisamos distinguir entre o conhecimento *suficiente* e o conhecimento *insuficiente* do significado de um termo, ainda que possa não haver uma separação rigorosa entre as duas coisas. O conhecimento suficiente é o que faz possível a referência identificadora no seu sentido próprio, podendo ser expresso por descrições de regras atributivas constituidoras dos critérios de aplicação, no caso do termo geral. Já o conhecimento insuficiente é o que apenas possibilita uma inserção adequada da palavra em um dado contexto discursivo, como é o caso do conhecimento do gênero ao qual pertence o termo, ou do que Putnam chamou de marcadores sintáticos e semânticos. Com exceção das palavras mais usuais, nosso conhecimento do significado tende a ser insuficiente. Há muitas palavras com relação às quais todos nós temos conhecimento suficiente do que elas querem dizer. Por exemplo: todos sabemos, mesmo que tacitamente, que a palavra 'cadeira' significa 'banco não-veicular com encosto feito para uma só pessoa se sentar de cada vez'. Mas esse não costuma ser o caso de termos científicos e técnicos. Temos em geral conhecimento insuficiente do significado das palavras 'molibdênio' e 'olmo' – às quais sou capaz apenas de associar respectivamente as descrições 'um metal' e 'um tipo de árvore'. Putnam nota corretamente que a representação mental que nos fazemos ao pensar em olmos e em faias não difere, pois tudo o que pensamos do olmo é que ele é uma árvore (supostamente) diferente da faia e tudo o que sabemos da faia que ela é uma árvore (supostamente) diferente do olmo, mas que, sendo simétricas, essas representações não se distinguem entre si (a diferença em questão seria do tipo $x \neq y$, logo $y \neq x$ *tout court*).[1] Mas na verdade as palavras 'olmo' e 'faia' nos dizem mais. Sabemos que a descrição "uma árvore de nome 'faia'" só se aplica a faias e não a olmos, sob a suposição bem plausível de que não são sinônimos, suposição esta baseada apenas na diversidade morfológica das palavras e, em português, de gênero. Eis porque não ficaríamos sequer demasiado surpreendidos se fossemos informados de que olmos são a mesma coisa que faias. Afora isso, quando alguém se pergunta pela diferença entre olmos e faias, a informação de que realmente há *uma diferença conceitual assimétrica, complexa e desconhecida*, vem pressuposta na própria pergunta. Assim, meu conhecimento insuficiente da referência já me permite, por exemplo, saber outras coisas, como que olmos e faias não são coisas feitas de molibdênio e que uma panela de alumínio não pertence à classe dos olmos e mesmo – se alguém me perguntar – que não devem ser nomes diferentes para a mesma espécie de árvore. Com isso já posso entender proferimentos com essas palavras e mesmo empregá-las corretamente no discurso em contextos bem pouco exigentes. Posso fazer isso porque tenho consciência da insuficiência de meu conhecimento e porque usualmente os ouvintes precisam e esperam apenas a informação vaga e incompleta e porque eu me fio na existência do conhecimento suficiente das diferenças de sentido entre essas palavras a ser encontrado nas mentes dos seus usuários privilegiados, como é o caso do botânico ou do metalúrgico.

O que Putnam falha em considerar aqui (movido pelo seu compromisso externalista) é apenas o fato de que uma sociedade linguística não seria capaz de fazer referência às espécies naturais de coisas se em algum momento não emergisse um elemento cognitivo capaz de permitir aos seus membros aplicarem os critérios de identificação necessários. Assim, embora o que determina a referência não precise ser um adequado estado psicológico do falante, para

[1] Putnam 1989, p. 29, em resposta a Searle.

que a referência seja determinada ela precisará depender de estados psicológicos de membros autorizados do corpo linguístico coletivo; e tais estados psicológicos instanciam sentidos descritivos que por sua vez determinam as extensões.[1] Mesmo que o conteúdo informativo esteja diversamente dividido entre os usuários privilegiados da linguagem, esses conteúdos são de ordem mental e se complementarão permitindo a caracterização. Podemos até imaginar que certos termos tenham grande parte de seu conteúdo (talvez tudo o que nele é relevante) armazenado em computadores, ou que autômatos sejam capazes de aplicá-los para nós e que as regras de atribuição sejam automaticamente geradas por eles, de modo que nenhum ser humano precise conhecê-las. Mas em tais casos já admitimos que essas regras, ao virem inscritas em computadores e autômatos identificadores, são passíveis de serem resgatadas cognitivamente, senão no todo, ao menos em seus princípios formadores. Uma palavra conceitual cuja regra de atribuição tenha sido gerada em seu conteúdo expressivo por um computador, ou que seja aplicável por um autômato identificador, teria sua significatividade e referencialidade sempre dependente, em última análise, de *intérpretes humanos*, os únicos realmente capazes de lhes doar significado, sendo nesse sentido apenas potencialmente significativas. Ou seja: mesmo em tais casos extremos, a significação e o ato de referir são fenômenos antropomórficos, dependentes de uma forma de vida que em algum momento demandam ou pressupõem cognição.

Do mesmo modo que fizemos no capítulo sobre nomes próprios, imagine, por exemplo, que a colisão de um grande asteroide com a terra fizesse desaparecerem todos os cientistas e todos os meios de acesso à ciência, restando apenas uma pequena comunidade isolada de pessoas sem qualquer conhecimento científico. Nesse caso, termos da física como 'quark', 'neutrino', 'força forte' e 'supercorda' não seriam mais capazes de denotar coisa alguma, mesmo que eles ainda pudessem ser lidos em algum lugar. Afinal, dizer que leigos – sem a possível orientação de especialistas – se referem a algo com essas palavras é pouco mais do que um simples modo de falar. Com efeito, dizer que pessoas sem conhecimento profundo de física *sabem* o que essas palavras significam (no sentido fregeano de conteúdo informativo) não passa de um imenso exagero. O conhecimento que a maioria de nós tem dos sentidos dessas palavras é por demais genérico e insuficiente quando reduzido a si mesmo.

O problema é que Putnam hipostasia o uso correto que fazemos das palavras, mesmo sem conhecimento suficiente do significado e da referência, como se através dele já significássemos e referíssemos plenamente, como se isso se devesse a um efeito mágico de cadeias causais externas que se combinam na divisão de trabalho da linguagem. O falante que conhece insuficientemente o significado de uma palavra não a usa referencialmente sozinho; as suas palavras têm na melhor das hipóteses o que já chamamos de uma "referência potencial", na medida em que ele (sob a condição e ser consciente de sua própria falta de domínio das regras) for ao menos capaz de inseri-las corretamente no discurso. Pois ao fazer isso ele comunica as esperadas vaguidades semânticas que permeiam nossa compreensão cotidiana das palavras sob o suposto de que existem falantes mais competentes, capazes de lhes atribuir os sentidos adequados e torná-las referencialmente eficazes. Tais palavras são usadas como notas promissórias de seus significados e referências; elas como que os "tomam de empréstimo", repetindo aqui a terminologia de P. F. Strawson. Nós apenas confiamos na

[1] De resto, como notou Searle, "a tese de que o sentido determina a referência dificilmente pode ser refutada pela consideração de casos de falantes que sequer conhecem o significado ou que o conhecem só imperfeitamente" (1983, p. 201).

existência de usuários com conhecimento suficiente dos seus sentidos para serem capazes de resgatá-los.

O significado só existe enquanto se encontra na mente das pessoas, pois mesmo que a regra ou a combinação de regras que o constitui esteja, digamos, inscrita nos caracteres de um livro, ou guardada na memória de computadores, mesmo que ela seja aplicada por um autômato, ela não é enquanto tal significativa no sentido próprio da palavra. Ela só se torna verdadeiramente uma regra semântica enquanto interpretada por um agente humano. Uma expressão de regra só será apta a alcançar consenso se emergir de uma forma de vida construída sobre aquilo que há de homogêneo na natureza humana.

A conclusão de toda essa discussão é que em momento algum o significado existe fora das cabeças, mesmo que ele possa vir muito diversamente distribuído nas cabeças dos membros da comunidade linguística. Divida-se o bolo como se quiser, o significado não está nem na natureza externa, nem no corpo linguístico coletivo externamente observável; nem para a sua existência é demandada a existência de uma entidade abstrata que se instancie em atos de doação de significado[1]; o significado há de estar sempre, como disposição ou atualidade, em mentes particulares, sejam elas a do falante ou a do intérprete, a do leigo ou a do especialista, mesmo que desigualmente dividido entre os componentes formadores da comunidade linguística e mesmo que apto a ser conservado na memória artificial de documentos ou computadores, na medida em que formos capazes de interpretá-lo.[2]

Tyler Burge e o externalismo do pensamento

Há uma experiência em pensamento complementar à de Putnam, que foi imaginada por Tyler Burge com respeito ao conceito de artrite. O que Burge pretendeu foi, para além de Putnam, mostrar que não só o significado deve ser entendido de maneira extensional, mas que as *crenças*, ou seja, os próprios *conteúdos de pensamento*, estão fora da cabeça. Quero resumir o argumento de Burge e em seguida mostrar que há uma explicação internalista muito mais plausível para o que acontece.[3]

Embora Burge exponha o seu argumento imaginando uma situação contrafactual, podemos, seguindo John Searle, torná-lo mais claro imaginando que uma pessoa de nome Oscar sinta dor na coxa e procure um médico dizendo:

Acho que tenho artrite na coxa.

Como artrite é entendida como uma inflamação dolorosa e deformante das juntas, o médico lhe explica que a sua crença é falsa, que ele não pode ter artrite na coxa.

Imagine agora que Oscar viaje para uma região do país na qual seja costume usar a palavra ‘artrite’ de um modo muito mais amplo, para se referir a toda e qualquer inflamação. Chamemos a comunidade linguística dessa última região de B e chamemos a comunidade

---

[1] Husserl 1900, vol. II.

[2] Note-se que para tal não é preciso recair em contingências psicologistas, como tanto se temeu no passado. Tudo o que precisamos é de regras semânticas que só existem enquanto são ou disposicionalmente podem ser instanciadas (efetivamente ou só na imaginação) e de nossa capacidade de considerar alguma dessas instanciações como um *modelo* qualitativamente idêntico a outras instanciações reconhecíveis em nós mesmos ou em outras pessoas. Podemos em princípio recorrer à teoria dos tropos para dar uma fundamentação ontológica adequada à natureza do significado sem precisarmos considerar regras de significação nem como contingentemente psicológicas nem como entidades abstratas (*Cf.* Costa 2018, pp. 154-177).

[3] Burge 1979.

linguística da primeira região de A. Suponha que, uma vez tendo chegado à região da comunidade linguística B, o desmemoriado Oscar procure um médico com a mesma queixa "Acho que tenho artrite na coxa". Nesse lugar, como seria de se esperar, o médico irá confirmar a suspeita, concordando com a verdade de sua crença.

Com base nesse exemplo, o raciocínio de Burge é o seguinte. Sem dúvida, os estados psicológicos de Oscar ao dizer que acredita ter artrite na coxa na primeira e na segunda vez são exatamente os mesmos, assim como o seu comportamento. Mas as crenças, os pensamentos expressos nos proferimentos, precisam ser diferentes, posto que o pensamento expresso pelo primeiro proferimento é falso, enquanto o pensamento expresso pelo segundo proferimento é verdadeiro, e um mesmo pensamento não pode ser falso e verdadeiro. Podemos até marcar o significado diverso da palavra 'artrite' no segundo proferimento com uma nova palavra, 'cotrite' (*thartritis*). A surpreendente conclusão do argumento é que o conteúdo de pensamento não pode ser algo meramente psicológico. Esse conteúdo deve pertencer também ao mundo externo, às relações sociais da comunidade que envolve o falante...

Contra essa conclusão é possível encontrar uma explicação internalista e descritivista para o que acontece. Para o internalismo a palavra 'artrite' deve exprimir um complexo de regras-descrições constitutivas de seu significado. Uma delas, 'uma inflamação que ocorre na coxa', faz parte do sentido da palavra para a comunidade linguística da região B, mas não para a comunidade linguística da região A. Assim, embora o conteúdo de pensamento expresso pela frase "Acho que tenho artrite na coxa", dito por Oscar nas regiões A e B possa ser considerado exatamente o mesmo, há uma diferença que foi bem lembrada por Searle em uma objeção que vai ao cerne da questão:

> É uma pressuposição do pano-de-fundo (*background*) por traz do nosso uso social das palavras que nós compartilhamos significados comuns com outras pessoas em nossa comunidade.[1]

Ou seja: quando Oscar diz ao primeiro médico "Creio que tenho artrite na coxa", ele está pressupondo que a regra de atribuição do predicado 'artrite na coxa' pertence à língua que ele está usando, ou seja, que os outros falantes competentes da língua a consideram convencionalmente aplicável. O que ele *tem em mente* ao proferir sua frase diante do primeiro médico poderia ser mais completamente apresentado como:

(a) *Tenho artrite na coxa...* e assumo que a regra de atribuição do predicado 'artrite na coxa' é aceita como correta pelos falantes da comunidade linguística A, à qual pertence meu interlocutor.

Essa é uma frase falsa porque a assunção complementar ao que é dito é falsa. Vejamos agora como fica a explicitação daquilo que Oscar *tem em mente* quando diz ao segundo médico que acha que está com artrite na coxa:

(b) *Tenho artrite na coxa...* e assumo que a regra de atribuição do predicado 'artrite na coxa' é aceita como correta pelos falantes da comunidade linguística B, a qual pertence meu interlocutor.

---

[1] Searle 2004, p. 184.

A frase (b) é verdadeira porque a assunção complementar ao que é dito é verdadeira. E a diferença de sentido entre os significados das sentenças (a) e (b) é evidente, pois enquanto (a) está indexicalmente associada à comunidade linguística A, que a torna falsa, (b) está indexicalmente associada à comunidade linguística B, que a torna verdadeira.

Pode ser verdade que se nos restringirmos ao conteúdo expresso, os pensamentos de Oscar ao proferir a mesma frase nas regiões A e B sejam idênticos. Mas o que eles efetivamente *tem em mente* com os proferimentos – o conteúdo completo de seus pensamentos – é mais do que isso, pois há uma assunção disposicional que envolve a situação indexical do falante, cujo valor-verdade pode variar com a comunidade linguística envolvida e é diferente para cada proferimento. Trata-se, como Searle notou, de uma assunção discursiva indispensável: a de que as regras verificacionais constitutivas do pensamento devam se encontrar em conformidade com as convenções da comunidade linguística na qual ele é expresso. Essa assunção é transgredida por Oscar quando ele fala com o médico da comunidade A, mas ela não é transgredida quando ele fala com o médico da comunidade B. É isso o que explica porque o pensamento de Oscar em A é falso, enquanto o pensamento de Oscar em B é verdadeiro. O pressuposto de que o pensamento expresso deve estar em conformidade com as regras da linguagem em que o proferimento ocorre não é, porém, externo ao falante. Ele é um elemento psicológico de ordem disposicional, que completa o conteúdo de pensamento e que pode ser explicitado por Oscar sempre que isso for requerido.

Apesar de tudo Burge chamou-nos atenção para uma coisa importante: que a verdade ou a falsidade do pensamento completo pode depender da comunidade linguística que envolve a pessoa que o profere. Contudo, diversamente do que ele pensou, essa dependência não é externa no sentido de o pensamento não ser psicológico, encontrando-se como que disperso nos interstícios do meio social. A dependência social pode residir exclusivamente em uma comunidade linguística ser capaz de satisfazer ou não uma condição de verdade interna ao pensamento no sentido amplo e, como no caso considerado, a condição de que a regra de atribuição do termo ‘artrite’ usada pelo falante seja uma regra fundamentada nas convenções linguísticas mentalmente compartilhadas entre os membros da comunidade linguística no interior da qual ele se comunica.

Finalmente, a explicação dada nos permite parafrasear em termos *internalistas* a distinção que tem sido feita entre *conteúdo estreito* (*narrow content*) e *conteúdo amplo* (*wide content*). Para o externalista, o conteúdo estreito é aquele que está na mente do falante, enquanto o conteúdo amplo é aquele que está lá fora, no mundo ou na sociedade. A análise internalista do exemplo de Burge nos permite sugerir que o conteúdo estreito de pensamento seja a própria ocorrência cognitivo-linguística do pensamento (expressa pela frase “Acho que tenho artrite na coxa”). Já o conteúdo amplo do pensamento é aquele que inclui o que está sendo assumido pelo que é conscientemente pensado, estando contido na mente do falante ao menos como uma disposição indispensável, dado que uma vez posta em consideração ela será indiscutivelmente acordada por todos os membros de sua comunidade linguística.

9

IRREGULARIDADES DO TERRENO CONCEITUAL

Como ficou claro nos capítulos anteriores, as teorias descritivistas tradicionais dos nomes próprios e termos gerais eram estruturalmente rudimentares. Foi em boa parte devido ao desenvolvimento insuficiente daquelas teorias que a concepção causal da referência dos termos gerais e o externalismo semântico pareceram opções plausíveis, sugerindo que as palavras precisam significar mais do que são convencionadas a significar, posto que em sua dimensão mais relevante, que é a da determinação da referência, os significados seriam externos ao sujeito falante. Já vimos, porém, que em seu sentido próprio o externalismo semântico é insustentável por envolver uma falácia genética. Não quis com isso negar a óbvia indispensabilidade da influência de fatores causais externos para que a referência se tornasse possível. Mas essa influência é elusiva, e no caso dos termos gerais ainda mais elusiva do que no caso dos nomes próprios.

Meu objetivo deveria ser agora o de esboçar uma mais adequada teoria descritivista dos termos gerais, seguindo um modelo paralelo ao proposto para os termos singulares. Contudo, o terreno que se encontra à frente parece bem mais acidentado. Não temos à disposição uma única classificação coerente para os termos gerais e não possuímos um modelo único constitutivo de suas regras de atribuição. Por isso e porque a questão demanda uma investigação muito mais detalhada, não pretendo fazer mais do que esboçar algumas poucas sugestões.

Uma classificação para os termos gerais

Na tentativa de estabelecer uma classificação genérica dos termos gerais, quero começar propondo uma tricotomia análoga àquela que divide os termos singulares em indexicais, descrições definidas e nomes próprios. Correspondentemente, proponho que os termos gerais possam ser divididos em:

(a) *Indexicadores* (não-analisáveis)
(b) *Descritivadores* (possuem forma descritiva)
(c) *Nominadores* (são analisáveis sob forma descritiva)

Termos gerais indexicadores são os que só se deixam definir em contextos indexicais. Exemplos poderiam ser palavras como ‘vermelho’, ‘redondo’, ‘quente’ e ‘duro’ na linguagem natural. Característico desses termos é que eles não se deixam analisar na forma de descrições, ao menos enquanto forem entendidos como designações de aparências fenomenais (internas ou, mais comumente, suas projeções ou correlatos ditos externos), que é como os entendo aqui. (Obviamente, ‘vermelho’ pode ser definido em uma linguagem fisicalista como um certo comprimento de onda eletromagnética que vai de 630 a 740 mn, assim como ‘redondo’ pode ser definido na linguagem da geometria como o que é limitado por um perímetro circular..., mas não é assim que aprendemos o que essas palavras significam.) Em contextos sensório-perceptuais, esses termos podem ser usados junto a indexicais de modo a determinar a referência sem a intermediação de descrições. Há boas razões para pensarmos

que não há como procedermos a uma análise de termos gerais fenomenais em proferimentos como "Vermelho ali", "Redondo lá", "Isso duro" ou "Sinto calor" sem aprendermos o significado fenomenal de palavras como 'vermelho', 'redondo', 'duro' ou 'quente' por meio de, digamos, *familiaridade* (*acquaintance*) sensório-perceptual, ou seja, sem sermos interpessoalmente apresentados a coisas respectivamente apontadas como sendo vermelhas, redondas, duras ou quentes através de proferimentos indexicais. Linguisticamente esses termos são reconhecidos como denotando propriedades-t ao virem associados a termos singulares capazes de identificar objetos materiais. Assim, se digo algo como "Esse sofá é vermelho", através do indexical 'esse' complementado pelo termo sortal 'sofá', formo uma unidade que funciona como um termo singular mais completo; com ela eu me refiro a um objeto material, ao qual atribuo a propriedade-t de ser vermelho. Mesmo que eu dissesse apenas "Isso é vermelho", eu estaria implicitamente me referindo a algo espaciotemporalmente localizado, geralmente um objeto material possuidor da propriedade-t de ser vermelho. Posso, obviamente, abstrair dessas aplicações particulares tendo em mente *o que é comum a um paradigma de vermelho escolhido* (por exemplo, o desse sofá, ou alguma imagem mental dele que posso atualizar) *e a qualquer outra propriedade-t qualitativamente idêntica a ela*. Nesse caso estarei falando do vermelho enquanto tal, do universal do vermelho. Mas não se trata aqui nem da *classe* de todos os tropos de vermelho, como pensou Donald Williams (afinal, tal coisa não cabe em nossas mentes por razões medicinais), nem, obviamente, de alguma entidade idealmente abstrata como o vermelho-em-si-mesmo, como pensavam filósofos realistas. Podemos mesmo dizer que essa abstração nos leva a pensar na classe de todos os tropos de vermelho, mas por não ser isso realmente concebível enganam-se os que pensaram que é a essa classe que nos referimos ao pensarmos no universal do vermelho. O universal transforma-se aqui no efeito de uma habilidade comparativa e sintetizadora que ganhamos pela familiaridade com as propriedades-t. Os termos indexicadores são, aliás, sub-rogados daquilo que Bertrand Russell equivocamente chamou de nomes próprios lógicos: afinal, eles são os melhores candidatos a termos primitivos da linguagem natural, entendidos como aqueles cujas regras de significação só são aprendidas pela familiaridade com os seus *designata*.

Vejamos agora os termos gerais descritivadores. Eles são análogos às descrições definidas, mas com função classificadora ao invés de individuadora. Esses termos aparecem na forma de predicados complexos e podem sem muita dificuldade ser traduzidos como descrições indefinidas, como é o caso da descrição '...um caçador de dotes', que pode ser aplicada tanto a David Sebastian quanto a Zsa Zsa Gabor. A grande maioria das predicações se caracteriza de forma descritiva, que é a de serem linguisticamente mais estáveis que os termos indexicadores, na medida em que independem da familiaridade – não precisamos usar indexicais para identificar D. S. como sendo um caçador de dotes.

Há, finalmente, termos gerais nominadores: *nomes gerais* cuja expressão simbólica perceptível é não-descritiva, mas que são analisáveis de modo em alguma medida análogo ao dos nomes próprios, posto que abreviam descrições ou conjuntos de descrições. Esses podem ser termos de espécies naturais como 'tigre', termos de massa como 'água', termos de artefatos como 'cadeira', termos sociais como 'professor', termos culturais como 'sinfonia' e ainda muitos termos utilizados em filosofia e ciência. Eles são abreviações de descrições ou de feixes, ou de grupos de feixes de descrições mais ou menos estruturados.[1] Ao menos em

[1] Em certos casos, como 'arte' e 'conhecimento' eles são *polissêmicos*, subdividindo-se em sub-conceitos mais ou menos inter-relacionados, os quais podem ser analisados em termos de descrições indefinidas: 'arte' poderia

alguns casos, como veremos, eles podem ser entendidos como abreviações de feixes de descrições cujas combinações efetivamente aplicáveis são selecionadas por meio de regras de atribuição de nível superior, analogamente ao caso dos nomes próprios.

Diante disso é possível propor para os termos gerais uma hipótese genético-estrutural também em alguma medida análoga à que sugerimos no Capítulo 1 para os termos singulares. Os termos gerais indexicadores seriam estruturalmente mais originários, podendo a cognição das propriedades por eles designadas ser tomada como elemento na construção de conceitos mais complexos. Admitindo, como temos feito, uma ontologia dos tropos que por princípio rejeita entidades verdadeiramente abstratas, os termos gerais nominadores deveriam (ao menos tendencialmente, dado que o caminho oposto também é possível) ter sua origem em termos gerais descritivadores que se originariam de combinações de termos indexicadores. Por fim, por razões de economia e flexibilidade, são instituídas palavras únicas que abreviam predicados descritivadores, em muitos casos ordenados em sua aplicação através de metaregras que em alguma medida podem ser estruturalmente análogas às dos nomes próprios. Isso se dá, como veremos, com termos de espécies naturais e termos de massa. Assim, ao invés de dizer 'um líquido transparente, insípido e inodoro' ou 'uma quantidade de hidróxido de hidrogênio' em circunstâncias onde tal especificação é desnecessária, ganhamos em flexibilidade no uso de critérios de atribuição se resumimos ambas as descrições na palavrinha 'água', cuja regra metadescritiva de atribuição é RA-'água' – a regra estudada no capítulo anterior. Finalmente, tanto termos gerais nominadores quanto termos gerais indexicadores podem comparecer outra vez como constituintes de predicações descritivadoras, permitindo a formação de predicados mistos sem limitações de complexidade.

Essa analogia classificatória entre termos singulares e gerais nos leva a perguntar se não existiriam situações originárias nas quais eles não se tivessem ainda diferenciado. Podemos imaginar a existência de termos referenciais originários que funcionariam indiferenciadamente, tanto como termos singulares indexicais quanto como termos gerais, em um papel que recorda aquilo que Ernst Tugendhat chamou de *quasi*-predicado.[1] Tratar-se-iam, no caso de predicados indexicalmente usados, de coisas tais como o grito de alerta de certas aves, que designariam propriedades singularizadoras relacionadas a uma região espaciotemporal variável e indicando perigo, ou, digamos, um gemido de dor na linguagem humana. Desses termos referenciais originários surgiriam de um lado, termos singulares indexicais, de outro lado, termos gerais indexicadores. Dos termos singulares indexicais se derivariam descrições definidas, e delas, por fim, nomes próprios. Similarmente, dos termos gerais indexicadores se derivariam termos gerais descritivadores, dos quais se originariam, enfim, termos gerais nominadores. Essas transformações não seriam obviamente forçosas e unidirecionais, mas, como notei, originárias e tendenciais, uma vez que caminhos de derivação inversos e cruzados também parecem concebíveis.

Neodescritivismo aplicado a termos gerais

Não faria sentido defender uma teoria descritivista dos termos gerais para os termos gerais indexicadores, posto que eles dizem respeito ao que podemos aqui qualificar como simples

---

ser analisado como 'arte entretenimento', 'arte sacra' e 'arte própria' (Collinghood) e 'conhecimento' poderia ser analisado como 'saber fazer', 'conhecer o/a' e 'saber que *p*' (Feldman).

[1] Para Tugendhat (1976, p. 380) o quasi-predicado é um predicado cuja regra de atribuição só lhe permite o emprego em situações de percepção apropriadas.

relativamente à linguagem ou domínio de linguagem que está sendo considerado. Também não faria muito sentido tentar desenvolver semelhante teoria para o caso dos termos gerais descritivadores, posto que eles mesmos, quando funcionam propriamente, já são descrições não-definidas que exprimem suas próprias regras de atribuição. Contudo, podemos desenvolver explicações descritivistas (ou neodescritivistas) para a aplicação de termos gerais nominadores.

Os termos de artefatos exemplificam de forma mais simples e transparente o último caso. Considere alguns exemplos de definições de semelhantes termos por intermédio de descrições indefinidas:

> Cadeira (*Df.*) = um artefato não-veicular com encosto feito para uma só pessoa se sentar de cada vez.
> Lápis (*Df.*) = um objeto manuseável, geralmente de madeira, com ponta de material suficientemente sólido e que serve para escrever.
> Carro (*Df.*) = um veículo automotivo que se movimenta normalmente sobre quatro rodas, sendo mais propriamente feito para transportar um pequeno número de pessoas.
> Catedral (*Df.*) = uma igreja que tem um trono de bispo e congrega as outras igrejas da diocese.

Podemos dizer que os termos acima abreviam as descrições *indefinidas* (na indicação de propriedades de particulares) ou *não-definidas* (na indicação de propriedades ditas universais) correspondentes, as quais exprimem seus significados cognitivos. Essas descrições constituem definições funcionais que exprimem regras criterais de atribuição ou aplicação. Mas, diversamente do que geralmente acontece com espécies naturais, elas não fazem menção a essências subjacentes, posto que artefatos não as possuem. Também diversamente dos termos de espécies naturais considerados no capítulo precedente, cujo significado é expresso por um entrelaçado de descrições de propriedades aparentes e subjacentes, termos de artefatos tem o seu sentido em geral determinado por completo por regras-descrições dos tipos que formam o conjunto <Ds + Dsd>.

Definições descritivas dos termos nominadores de artefatos podem admitir e mesmo requerer detalhamentos. Além disso, elas não possuem fronteiras precisas, nem necessariamente imutáveis. Mas isso em nada as deprecia, pois a frequente rejeição de definições por semelhantes razões não passa de mal-entendido. A vaguidade, como temos sempre recordado, é uma característica insuperável da grande maioria dos conceitos, supostamente refletindo uma característica ontológica da própria realidade à qual se aplicam. O mais importante é que de posse (quase sempre tácita) das definições somos capazes de aplicar os conceitos satisfatoriamente à grande maioria dos casos, o que lhes dá uma justificação pragmática. Pode-se tentar objetar contra as definições acima apresentadas apontando para casos limítrofes ou o que parece serem exceções. Uma cadeira feita para acomodar pessoas muito gordas pode ser usada para que duas pessoas magras se sentem lado a lado. Contudo, nem por isso ela deixa de ser um artefato feito para ser usado por uma só pessoa de cada vez. Um tronco de árvore com a forma de uma cadeira, que é trazido para casa e modelado de modo a ser usado como cadeira seria uma cadeira? Ora, esse é um caso limítrofe; conceitos possuem margens de indeterminação indecidíveis, com relação às quais nossos critérios de classificação falham. Para além disso, um lápis eletrônico, desses usados para se desenhar em telas de computador, pode ser parecido com um lápis, mas não é; trata-se já de um uso *estendido* da palavra, por analogia funcional.

Como critério para a aplicação de um termo conceitual, psicólogos experimentais falaram de *tipicalidade*, do uso de um e*stereótipo* do particular como maneira de caracterizá-lo. Assim, o estereótipo de lápis não é um lápis de cera, mas o velho lápis de madeira com ponta de grafite. O estereótipo de cadeira é um artefato que encontramos na sala de jantar, com quatro pernas, e não a cadeira de balanço ou a de praia, muito menos a cadeira elétrica. O estereótipo de um pássaro pode ser um gavião, mas não será um pinguim. Nós reconhecemos os estereótipos mais prontamente, já que eles apresentam propriedades mais típicas em maior número.[1] Isso torna fácil aos psicólogos serem induzidos à conclusão de que a maneira tradicional pela qual os filósofos trataram conceitos, buscando definições reais com possíveis condições necessárias e suficientes de aplicação, é incorreta e ultrapassada.

Não obstante, incorreu-se aqui em uma séria confusão categorial. Uma coisa são as variáveis condições de *performance* que o psicólogo investiga; outra são os critérios derivados da regra de atribuição da expressão conceitual, os quais são elementos definitórios e interessam ao filósofo. As duas coisas são tão diversas quanto compatíveis. As estruturas lógico-conceptuais definitórias que constituem as regras de atribuição de uma palavra-conceito – as que constituem o conteúdo conceitual – podem ser capazes de gerar múltiplas e variadas constelações criteriais, as quais são responsáveis por variações semânticas genericamente determinadas daquilo que temos em mente ao aplicarmos a palavra. Assim, a regra de atribuição para o conceito de pássaro pode gerar constelações criteriais específicas, que são diferentes para passarinhos, águias, abutres, avestruzes, pinguins... Como é muito mais comum encontrarmos as constelações criteriais derivadas, pelas quais reconhecemos um pássaro que encontramos em árvores e que voa, somos bem mais rápidos em aplicá-la. Geneticamente essas constelações devem ter surgido inicialmente na formação de um complexo criterial primário constitutivo da regra conceitual para a identificação de pássaros. O que os psicólogos experimentais descobriram foi apenas essa centralidade geradora da mais fácil perfomance da aplicação do predicado e não a razão originadora de sua aplicação, sem a qual não haveria, nem estereótipo, nem performance.

Aqui também podemos fazer uma aplicação útil da distinção entre critério e sintoma. Uma cadeira de balanço, por exemplo, não possui a mais frequente condição caracterizadora, que é a de ter quatro pés; mesmo assim, ela continua seguindo a definição conceitual de ser um artefato não-veicular com encosto feito para uma só pessoa se sentar de cada vez.[2] Ela continua satisfazendo os critérios da regra de atribuição, aos quais a condição usual de ter quatro pés não pertence. E o mesmo vale para a cadeira de praia... Aqui também vemos não ser necessária a contradição entre uma definição filosófica tradicional (possivelmente apresentável em termos de condições necessárias e suficientes) realizada em um nível mais abstrato, que explicita uma regra criterial que pode ser mais ou menos complexa, e a investigação de condições identificadoras frequentemente inessenciais responsáveis pela performance, que não são critérios definitórios, mas meros *sintomas* probabilizadores. Esses sintomas, ou traduzem maior facilidade e rapidez no reconhecimento (como a cadeira de mesa ou um bem-te-vi), ou maior dificuldade e lentidão no reconhecimento (como a cadeira elétrica ou um pinguim).

---

[1] *Cf.* Rosh 1973.

[2] Se fosse veicular seria chamada de ‘assento’ (de carro, ônibus, avião...), se não tivesse encosto seria um banco, se tivesse sido feita para mais de uma pessoa se sentar poderia ser um sofá, um banco de jardim... (*Cf.* Costa 2018, II, 7)

No capítulo anterior vimos que no caso de termos de espécies naturais como ‘água’ e ‘ouro’ precisamos distinguir ao menos dois núcleos descritivos na constituição do sentido do termo: um núcleo popular, derivado de nossa vida cotidiana, e um núcleo científico, derivado de nossa descoberta da suposta estrutura essencial subjacente, ambos os núcleos dependentes de uma regra disjuntiva inclusiva para a identificação do que possa ser chamado de ‘água’ ou ‘ouro’. Mas não parece possível generalizar essa duplicidade sequer para espécies naturais.

Considere outra vez o termo contável de espécie natural ‘tigre’. Podemos considerar a descrição de superfície (o estereótipo) como sendo Dt = grande e feroz felino carnívoro, um quadrúpede com pelo amarelado, listas escuras transversais e focinho branco. Junto a isso, o importante para a identificação de um tigre é que ele também pertença à espécie *panthera tigris*, originária da Ásia, o que adicionado a Dt e à ideia de que os membros de uma espécie devem ser intercruzáveis de modo a produzir descendentes férteis resulta em:

> Dte: Um animal entrecruzável com outros que também pertencem ou ao menos descendem das populações de animais asiáticos que historicamente foram chamados de tigres por satisfazerem suficientemente a descrição de superfície Dt, sem desse entrecruzamento resultarem descendentes estéreis.[1]

Como base nisso podemos formular a seguinte regra descritiva[2] para a atribuição do conceito de tigre:

> RA-‘tigre’:
> Usamos o termo geral tigre para nos referirmos (propriamente) a uma propriedade-t do gênero animal de um objeto *x*
> *see*
> (i) a propriedade de *x* satisfaz a regra de caracterização expressa por Dte,
> (ii) em medida suficiente,

Como já notei no Capítulo 7, ao menos para a zoologia atual o termo de espécie natural ‘tigre’ tem funcionado de modo diferente do termo ‘água’. Enquanto a descrição da microestrutura é importante para a caracterização de massas de água, o *layout* genético não é essencial para a identificação de tigres, diversamente da constatação de sua pertinência a uma dada espécie. Pode ser que o conceito de tigre venha a ser alterado de modo que o *layout* genético passe a ter um papel relevante; pode ser que por alguma nova convenção se deixe de considerar a região onde se originou a população – regras conceituais são geralmente vagas, alteráveis e não precisam excluir algum grau de arbitrariedade.

Ainda outro caso é o de termos gerais que embora pareçam ser de espécie natural, não possuem nenhuma estrutura subjacente. Considere conceitos geográficos, como os de rio e lagoa. Um rio é um fluxo de água suficientemente grande, que corre sobre um leito naturalmente escavado na Terra em certa direção, partindo de uma nascente, diversamente de córregos, canais, rios de lava, etc. Uma lagoa se distingue tão-somente pela propriedade superficial de ser uma extensão fechada e suficientemente grande de água doce, diversamente

---

[1] *Cf.* cap. 7.

[2] É importante notar que não se trata de uma regra metadescritiva, como no caso dos nomes próprios. Não há aqui características próprias deste ou daquele particular ao qual se aplica a regra de atribuição, pois este, quando se dá, já é objeto de aplicação de algum termo singular identificador.

de lagos, lagunas, poças de água, etc. Uma alternativa diante desses casos seria a de redefinir o conceito de espécie natural demandando o compartilhamento pelos seus membros de uma essência subjacente, mesmo que descoberta *a posteriori*, o que com alguma razão excluiria termos como os recém-considerados.

Diversamente do caso dos nomes próprios, não faz sentido exigir dos termos gerais que eles satisfaçam propriamente descrições do grupo A, de localização e carreira espaciotemporal, posto que eles não se aplicam a um único objeto. Já vimos como isso se dá com um termo de espécie natural como 'água'. Mas no caso de espécies zoológicas como a dos tigres, é possível que a relação com o grupo historicamente e regionalmente localizado que deu origem ao nome possua alguma importância, o que acaba sendo refletido por RA-'tigre'.

Há ainda casos em que, além de serem múltiplos, os critérios caracterizadores do tipo de entidade se encontram muito fracamente conectados entre si. Nesses casos podemos ser levados a recorrer a uma regra meta-caracterizadora para o termo geral capaz de estabelecer *o que e o quanto* da multiplicidade de condições que precisa ser aproximadamente satisfeito. Assim, podemos eventualmente precisar de

> (i) um conjunto de regras-descrições indefinidas de primeira ordem que constituem um *modelo* (um feixe de descrições) e
> (ii) uma regra-descrição de ordem superior, RMD – a regra meta-descritiva do termo geral – estabelecendo a medida em que o modelo precisa ser satisfeito para que o termo geral possa ser aplicado.

Exemplos explícitos de semelhantes regras criteriais complexas demandadas para a aplicação de um termo conceitual são frequentes em ciência, como o demonstram o caso de uma doença como a febre reumática[1] ou síndromes como a de Asperger[2].

Para o diagnóstico de uma crise aguda de febre reumática temos o critério de Jones modificado. O conjunto de regras-descrições indefinidas se divide como se segue:

a) Manifestações maiores:
   1. cardite,
   2. coreia,
   3. eritema marginado,
   4. poliartrite,
   5. nódulos subcutâneos.

b) Manifestações menores:
   1. Poliartralgia,
   2. Velocidade de hemosedimentação ou proteina C-reativa elevada e febre,
   3. Intervalo PR prolongado no ECG.

A regra meta-descritiva de atribuição é o próprio critério de Jones modificado:

RA-'febre reumática': O diagnóstico de febre reumática aguda precisa de duas manifestações maiores ou uma maior e duas menores e evidência de infecção do grupo A de estreptococos,

---

[1] *Cf.* critérios de Jones atualizados.
[2] E.g. Gillberg 2002, cap. 2.

cultura positiva de orofaringe ou teste rápido de antígenos positivos em alguém com manifestações clínicas sugestivas de faringite estreptocócica.[1] É interessante aqui notar o quão aproximados são a regra científica mais precisa constitutiva do critério de Jones e nossa análise de certas regras tacitamente conhecidas e menos precisas que regem a atribuição de termos conceituais.

Outro caso que, por ser proveniente da ciência, é também explícito, é o dos critérios diagnósticos para a síndrome de Asperger. Eles são ainda mais vagos do que o critério de Jones modificado e variam de acordo com o especialista. Mas a estratégia é semelhante. No critério apresentado pelo Dr. Christopher Gillberg, por exemplo, há seis tipos de critérios (que chamaríamos de tipos de descrições), cada qual geralmente subdividido em vários sub-critérios (as descrições indefinidas), sendo a isso adicionada a exigência (a regra meta-descritiva) de que todos os seis tipos de critérios sejam satisfeitos e de que pelo menos nove sub-critérios sejam satisfeitos.[2] Note-se que tal regra demanda a satisfação de uma variável multiplicidade de condições criteriais para poder cumprir com seu papel caracterizador.

Casos usuais, porém, costumam ser tácitos. Quero me restringir aqui a um único exemplo de conceito mais vago e aberto, que se ajusta relativamente bem ao que Wittgenstein classificaria como exprimível pelo termo 'semelhanças de família' (*Familienänhnlichkeit*). Trata-se do conceito de *religião*. O filósofo P. W. Alston analisou o conceito de religião de maneira similar aos casos apresentados acima. Eis os critérios (as regras-descrições criteriais) mais relevantes para a aplicação referencial da palavra 'religião' por ele considerados:

1. Crenças em seres sobrenaturais (deuses).
2. Sentimentos caracteristicamente religiosos (reverência, adoração, senso de mistério, sentimento de culpa, etc. associados ao divino).
3. Um código moral que se acredita sancionado pelos deuses.
4. Rezas e outras formas de comunicação com os deuses.
5. Uma distinção entre entidades sagradas e profanas; atos rituais concentrados em torno de entidades ou objetos sagrados.
6. Uma ampla organização da vida individual e social baseada em características anteriormente descritas.
7. Uma cosmovisão, a saber, uma explicação do significado do mundo e do lugar do homem nele.[3]

Como o próprio Alston notou, há religiões como o catolicismo, o judaísmo e o islamismo, que satisfazem todas as regras-descrições constitutivas do feixe ou modelo. Elas constituem *casos prototípicos*, podendo derivar-se a aplicação da palavra para casos que satisfazem apenas partes do modelo.[4]

Cumpre notar que talvez nenhuma das condições incluídas no modelo seja necessária, disso resultando, ao menos em aparência, a inexistência de uma essência geral única da religião. No protestantismo, nota Alston, os rituais relativos a objetos sagrados são bastante atenuados; e no caso dos *Quakers* eles são até mesmo repudiados, tornando-se fundamental apenas a

---

[1] *Cf.* Critérios de Jones atualizados.
[2] *Cf.* Gillberg 2002, pp. 6-7.
[3] Ver Alston 1964, cap. 6.
[4] Não se trata, porém, de uma derivação genética capaz de dar razão à teoria da tipicalidade. As religiões mais primitivas e originárias em nada satisfaziam as condições de (1) a (5) conjuntamente.

experiência mística. Mesmo a crença em seres sobrenaturais pode estar ausente; há religiões como o budismo hinayana, nas quais os seres sobrenaturais são ignorados, incidindo a ênfase no cultivo de uma disciplina moral e meditativa que busque um estado espiritual em que todos os desejos parem de existir. Podemos adicionair ainda que há religiões laicas em que a crença em um Deus pessoal sobrenatural é simplesmente excluída, como é o caso da religião da humanidade fundada por Auguste Comte, que diviniza a sociedade humana além de possuir figuras devocionais (equivalentes a santos) como Shakespeare e Clotilde de Vaux. Parece que, em uma extensão talvez indébita dos critérios sugeridos por Alston, a religião sequer precisa demandar uma prática social, como acontece com religiões pessoais, como a do filósofo Spinoza, que se baseava na calma e jubilosa aceitação de tudo o que acontecia como decorrente das leis impessoais do universo, ou a do físico Albert Einstein, que via nessas leis uma fonte de reverência e de encantamento.

Podemos aprimorar ainda mais o exemplo de Alston, estabelecendo uma regra de regras, uma metaregra aplicável às regras-descrições constitutivas do modelo formador do sentido do termo geral 'religião'. Podemos chamá-la simplesmente de regra de atribuição constitutiva do conceito de religião ou:

> RA-'religião':
> Usamos a palavra 'religião' para referir-nos (propriamente) a uma propriedade-t do gênero de uma prática sócio-cultural de um objeto *x*
> *see*
> (i) *x* satisfaz ao menos *uma* ou *duas* das regras-descrições constitutitivas do modelo para o termo geral 'religião',
> (ii) em medida suficiente.
> (iii) Mais do que qualquer outra regra de atribuição do mesmo gênero.

Essa regra nos permite chamar de religião não só o catolicismo e o judaísmo, que exemplificam por completo o modelo, mas também o budismo hinayana e a religião da humanidade. Uma característica dessa regra de atribuição é que ela é propositadamente vaga. Ela é vaga de maneira a fazer corresponder à vaguidade de nosso próprio conceito de religião, que por sua vez deveria corresponder à vaguidade intrínseca ao fenômeno considerado. Casos como o da religião da humanidade satisfazem a metaregra (condições 1, 5 e 6, pelo menos). Há casos de religiões pessoais (como as de Spinoza e Einstein), que são fronteiriços no sentido de que quase não mais sabemos se o conceito realmente se aplica (satisfazem a condição 2). E há ainda casos que eventualmente se aproximam de satisfazer alguma condição da regra de atribuição, embora não a satisfaçam suficientemente. Considere, por exemplo, organizações secretas como a dos Rosacruzes, grupos políticos radicais como o dos comunistas ortodoxos, ou ainda, o misticismo matemático dos filósofos pitagóricos. Seriam religiões? Não propriamente, pois como as regras de classificação dos conceitos de organização secreta, de grupos políticos radicais e de filosofia se aplicam a essas coisas mais propriamente, o conceito de religião passa a aplicar-se a elas apenas em um sentido estendido.

Termos gerais e designação rígida

Diante dessa variedade de regras de atribuição podemos retornar à questão de saber se os termos gerais são designadores rígidos. Tanto Kripke quanto Putnam responderiam

afirmativamente a essa pergunta, ao menos no que concerne aos termos de espécie natural, pois eles assumem que tais termos se referem a uma mesma essência microestrutural, pelo menos em qualquer mundo possível no qual essa essência exista.[1]

Contudo, a rigidez dos termos gerais é diferente do caso relativamente não-problemático da rigidez dos nomes próprios. Enquanto o nome próprio designa apenas um único objeto em qualquer mundo possível no qual esse objeto existe, precisando apenas identificá-lo, o termo geral designa uma propriedade instanciável em objetos em um número que pode diferir em cada mundo possível (um mundo possível pode não conter tigre algum, outro como o nosso pode ser populado por alguns milhares e ainda outro pode ser superpopulado por bilhões de tigres). Por isso mesmo, para quem defende a rigidez dos termos de espécie natural, a sua referência não deve ser confundida com a sua extensão. Também é problemático pensarmos que o termo geral é rígido por ter como referência uma *espécie*.[2] Pois se fizermos isso parece que, ou recaímos em problemas como o recém-exposto, ou então nós o circundamos concebendo a espécie como uma propriedade abstrata, mas ao preço de termos de aceitar um problemático realismo de propriedades.

Quero aqui coerentemente optar pela alternativa já escolhida, segundo a qual termos gerais designam primariamente propriedades-t. Sob esse ponto de vista, um termo geral é rígido na medida em que ele designa uma mesma propriedade-t (tropo ou agrupamento de tropos) em qualquer mundo possível no qual essa propriedade-t exista. Mas como cada mundo possível pode ter uma diversidade de propriedades particularizadas, precisamos de um critério de identidade para a propriedade a ser escolhida como sendo *a mesma* em cada mundo possível! Seria possível obter tal critério? Aparentemente não; afinal, só os termos singulares parecem capazes disso, pois só eles são feitos para singularizar uma mesma coisa em qualquer mundo possível no qual ela exista. Minha sugestão é a de que *nossos termos conceituais são rígidos porque se aplicam em todos os mundos possíveis nos quais ao menos uma propriedade-t a ser por eles designada existe*. Mas como sob a perspectiva da linguagem só podemos encontrar tal critério para os termos gerais com auxílio da aplicação do critério de singularização oferecido por termos singulares, na prática será necessário vincularmos o termo geral a um termo singular e perguntarmo-nos se uma propriedade-t idêntica à do objeto referido pelo termo singular em nosso mundo existe ou, se não existe, se é pelo menos concebível. Em tais casos verificaremos que o termo geral que a designa é rígido, pois em qualquer mundo possível no qual for identificado um objeto com uma propriedade-t qualitativamente idêntica a ela, essa propriedade será objeto de aplicação da regra de atribuição do termo conceitual correspondente. Trata-se aqui, ademais, de uma *rigidez secundária* no sentido de que ela é dependente da rigidez dos termos singulares aos quais o termo geral vem associado em frases predicativas ou relacionais singulares. Considere, para exemplificar, o termo geral indexicador 'branco'. Quando usamos enunciados predicativos singulares como "A Lua (da terra) é branca" ou "Isso é branco", estamos nos referindo a propriedades-t da brancura da Lua ou disso, de modo que o termo geral indexicador 'branco' pode ser considerado rígido por aplicar-se à mesma propriedade de brancura em qualquer mundo possível no qual, mesmo não existindo a Lua, existe algum outro objeto qualquer com a propriedade de ser branco. A rigidez do predicado '...é branca' é, pois, secundária à rigidez de um nome próprio como

[1] Kripke 1980, p. 134 ss. e Putnam 1975, sec. 6.
[2] LaPorte 2000. Ver também Schwartz 2002.

'Lua', o qual é rígido na independência de seu comparecimento em frases predicativas.[1] Não é preciso, contudo, que em um outro mundo possível, para se predicar um branco qualitativamente idêntico seja preciso encontrar uma lua; bastará encontrarmos qualquer objeto de referência do qual possa se predicar que é branco. Suponhamos que a regra de atribuição para o que chamamos de 'ouro' fosse expressa pela descrição "metal raro de cor propriamente amarelada, solúvel em água áurea, com número atômico 76...". Nesse caso, parece aceitável que através do proferimento indexical "Esse anel é de ouro" feito por mim agora para me referir ao material de um anel, eu esteja usando o predicado como designador rígido, aplicando-se ele um conjunto de propriedades qualitativamente idênticas em qualquer mundo possível no qual tal conjunto de propriedades seja individuado pelo mesmo termo geral singularizador. Finalmente, para o caso dos termos gerais descritivadores isolados, considere a expressão predicativa "...tem senso de humor". O predicado 'ter senso de humor' também parece ser um designador rígido secundário porque a propriedade em questão de ter senso de humor é singularizada em qualquer mundo possível no qual algum indivíduo compareça possuindo senso de humor.

O que foi dito acima também explica porque termos gerais nominadores podem ser rígidos, enquanto as descrições constitutivas desses termos podem não ser rígidas. Assim, 'água' é um termo rígido por contraste com a descrição 'algo que serve para beber', pois se aponto para esse copo de água e digo 'Essa água serve para beber" no mundo atual, isso é verdadeiro, mas pode ser que em alguma circunstância contrafactual esteja eu apontando para esse mesmo copo de água e esteja dizendo algo falso, pois embora sendo água, ela contém alguns miligramas de arsênico e realmente não sirva para beber. A explicação é aqui análoga a que usamos para explicar a acidentalidade relativa das descrições definidas com relação aos nomes próprios no Capítulo 6: o termo geral descritivador é, no caso, semanticamente dependente da aplicação do termo geral nominador, o que explica a sua relativa acidentalidade.

De modo similar, termos descritivadores devem aparecer como acidentais ou flácidos se comparados com termos conceituais nominadores aos quais estiverem usualmente, mas não necessariamente, associados. Considere o termo conceitual nominador 'coala'. Aos ursinhos coalas aplicamos o termo descritivador 'comedor de folhas de eucalípto'. Mas imagine um mundo possível no qual a seleção natural torne os coalas animais comedores de grama. Nesse mundo, o termo geral descritivador 'comedor de folhas de eucalipto' se demonstrará não aplicável aos coalas, ou então aplicável a um animal de outra espécie, o que demonstra que ele é acidental relativamente ao termo conceitual 'coala' ao qual vem geralmente associado.

Essas respostas podem ser vistas como trivializadoras da pretensão original da noção de designador rígido, como sendo algo cujo mecanismo de referência aparentava apontar para a descoberta de alguma coisa nova, intrigante, misteriosa. Com efeito. Mas essa trivialização já estava presente em nossa análise da rigidez no caso paradigmático dos nomes próprios, sendo a trivialidade do presente caso mera consequência. Dizer que um termo deve manter a mesma referência, caso essa referência exista, ainda que as circunstâncias envolvidas – os mundos possíveis – sejam diversas, não parece ser no final das contas muito mais do que um lugar-

[1] Esse ponto decorre da sugestão de Ernst Tugendhat de que para usarmos um termo geral em um enunciado predicativo singular precisamos primeiro identificar o objeto referido pelo termo singular. Com isso suponho estar melhor parafraseando o que é possível da proposta de Devitt e Sterelny de que termos gerais são "aplicadores rígidos": eles se aplicam a objetos no mundo atual, e se tais objetos existem em um mundo possível, então eles se aplicam a objetos nesse mundo possível. Devitt & Sterelny 1999, p. 85.

comum, a menos que a distinção entre rígido e acidental fosse categorial, o que já demonstramos não ser o caso.

A velha questão da essência

Chegamos com isso à velha questão da essência: aplicamos termos gerais com base em essências que são comuns a suas instâncias? Pelo que vimos, a questão não pode ser respondida com um simples sim ou não. O próprio conceito de essência não é muito claro. Se entendermos por essência a reunião das características definitórias da natureza intrínseca de um ser (Aristóteles), parece que podemos linguisticamente entender uma *propriedade essencial* como uma reunião de características que são *necessárias e suficientes* para a aplicação de um termo geral. Nesse caso a essência expressa pelos termos gerais consiste em suas regras de atribuição, posto que são elas que constituem as condições necessárias e suficientes para a atribuição dos termos.

Comparativamente, é possível sugerir que possamos classificar a variedade de termos gerais de acordo com o *grau de necessidade* com o qual certas propriedades precisam satisfazer as condições para a sua aplicação. Quero esclarecer esse ponto através de casos que vão desde o mais alto grau de necessidade ao mais baixo, como se segue:

(a) Considere o caso de termos indexicadores como 'vermelho' e 'redondo'. Considere também o caso de termos propriamente descritivadores como 'um terno branco' e 'uma bola de fogo', que demandam a satisfação de um conteúdo descritivo específico. Nos primeiros dois casos, ao menos, parece que podemos assumir essências que por suposição são *reais*, entendidas como indefiníveis condições necessárias e suficientes para a aplicabilidade dos termos entendidas como como constitutivas das coisas. Os últimos dois casos dependerão de definições mais ou menos flexíveis.

(b) Há o caso dos termos nominadores de espécie natural que possuem propriedade microestrutural essencial, como 'ouro'. Pode ser convencionalmente estabelecido que se não se tratar do elemento de número atômico 76, ele não será propriamente ouro, caso em que também poderíamos assumir uma essência que é por suposição *real*.[1]

(c) Termos nominadores de espécie natural como 'tigre', cuja propriedade essencial se encontra por convenção no nível superficial de pertinência a uma dada espécie geograficamente originada. Aqui parece que se assumirmos uma essência, ela será mais do tipo chamado por Locke de *nominal* por sua dependência de convenções, por melhor que as fundamentemos, sendo assim mesmo passíveis de alteração.

(d) Termos nominadores de espécie natural como 'água' que, como vimos, possuem propriedades fundamentadoras nucleares que podem ser suficientes, mas que não são necessárias, não podendo nesse sentido serem consideradas essenciais. Contudo, uma essência (também supostamente) real como H_2O pode ser assumida com respeito aos *designata* do subconceito expresso pelo termo 'óxido de hidrogênio', por exemplo. (A regra atributiva para o conceito geral de água, por sua vez, pode ser considerada uma essência nominal, estabelecendo condições necessárias e suficientes para sua aplicação.)

(e) Termos gerais nominadores como 'religião', 'jogo', 'número', 'arte', 'conhecimento', 'consciência'... Em graus diversos esses termos correspondem ao que Wittgenstein (em meu

[1] Digo 'por suposição real' para evitar o confusivo termo 'de re'. Se for *de re* trata-se aqui de algo entendido como uma subclasse dos *de dicto* que se refere a objetos que são tidos como realmente dados. Ver a brilhante análise de Searle em 1983, pp. 208-217.

juízo de forma equivocada) analisou como possuindo o que ele chamava de "semelhanças de família" entre suas aplicações.[1] Nesses casos não há, ao que parece, uma essência comum, mas aglomerados diversos de propriedades (o que não implica que elas não possam ser associadas de modo a formar descrições definicionais). Seja como for, tais conceitos podem ser frequentemente analisados em subconceitos que por sua vez possuem alguma clara essência comum. Assim, pode bem ser possível encontrarmos uma essência comum ao catolicismo, ao jogo de xadrez (e mesmo ao jogo em geral), ao número natural, à arte própria ou ao conhecimento proposicional.

A admissão das variadas possibilidades mostradas nos casos que vão de (a) a (e) nos oferece uma possível chave para abordar a disputa entre essencialismo e anti-essencialismo, pois sugere uma gradação entre ambos os casos. Estou admitindo aqui um conceito de essência que ou é nominal (e nesse sentido *de dicto*) ou é apenas *bem fundada* e assim *assumida* como real, embora não seja descoberta como algo "apoditicamente" real (sendo nesse sentido enfraquecido um *de re* que pertence ao *de dicto*). Não se trata do realismo essencialista no qual seríamos capazes de nos deparar com necessidades transcendentalmente metafísicas, posto que o falibilismo intrínseco as nossas pretensões de conhecimento frustra a admissão de um essencialismo metafisicamente *de re*, do essencialismo último, ainda hoje aspirado por muitos essencialistas. (Talvez possa ser o caso; o problema é que, parafraseando Karl Popper, mesmo que encontrássemos tal essência metafisicamente *de re*, não teríamos qualquer meio de nos certificarmos de a termos encontrado).

Sobre a colonização da filosofia pela ciência

Quero terminar retornando às considerações metafilosóficas genéricas com as quais iniciei esse estudo. "Tudo é um", pensavam os pré-socráticos. A abrangência de escopo tem sido um traço constitutivo da filosofia em toda a sua história, de Aristóteles a Hegel, de Wittgenstein a Jürgen Habermas. Mas essa abrangência tem sido desafiada pela filosofia analítica em sua forma contemporânea, que se encontra dividida em áreas de investigação no interior das quais se subdividide em grupos competitivos de teorias cada vez mais especializadas, geralmente incapazes de dialogar entre si. Em meu juízo a perda de abrangência pode ser tanto justificada quanto exagerada. Ela está associada ao desenvolvimento exponencial da ciência, tanto formal quanto empírica, que se reflete no modo como funciona a própria instituição universitária, em um movimento de excessiva desmagificação do mundo (*Entzauberung der Welt*) que torna o método científico objeto de uma crença substitutiva quase religiosa, podendo incluir aspectos positivos e/ou negativos. Como aspecto filosoficamente negativo eu escolheria a tendência de boa parte da filosofia acadêmica anglo-americana de reduzir como espúrio o que não se adequa ao uso de parâmetros de produção e de avaliação que podem servir bem para as ciências duras e seu valor pragmático, mas que em filosofia tendem a produzir como resultado um cientificismo reducionista que varre pra debaixo do tapete questões legítimas (*e.g.*, as teses destrutivas de W. V. Quine, como a da indeterminação do significado, da

[1] Ver Wittgenstein 1984b sec. 68. O problema com o conceito de semelhanças de família é que ele só exige que entre diferentes aplicações de um predicado seja preservada alguma semelhança, sem estabelecer seus limites. O resultado é que, como qualquer coisa tem semelhança com qualquer outra coisa sob algum ponto de vista, não há como estabelecer os limites de aplicação de um termo com semelhanças de família. Isso nos poria diante de uma dificuldade insuperável. Só o recurso a um paradigma de condições e a uma regra meta-descritiva que vige sobre as condições constitutivas do paradigma (como no exemplo da religião) permite-nos superar essa dificuldade.

inexcrutabilidade da referência e da indeterminação da tradução... que, a um exame cuidadoso, revelam-se como sofisticados sofismas radicados em um preconceituoso reducionismo cientificista e pragmatista que pode ser bloqueador dos caminhos de uma investigação filosófica mais promissora; um outro exemplo é a defesa formalista de Kripke por Scott Soames, que só convence os já convertidos[1]). Posso exemplificar melhor o que tenho em mente contrastando duas posições opostas; as de Scott Soames e Susan Haack.

Para Soames a filosofia encontra-se na era da especialização: a filosofia contemporânea tem produzido teorias cada vez mais especializadas, que se desdobram em novas sub-teorias, e assim sucessivamente, sem expectativa de síntese.[2] Um resultado disso é que, no imenso tear da filosofia contemporânea as visões compreensivas, que objetivam "esclarecer associações entre conceitos constitutivos de nosso entendimento do mundo como um todo", como pensava Ernst Tugendhat[3], parecem tornar-se praticamente impossíveis e, na opinião de alguns mesmo desnecessárias.

Susan Haack[4] alertou-nos sobre os riscos desse modo de pensar. Ela observa que o atual desenvolvimento da ciência e da tecnologia tem absorvido no pensamento acadêmico o lugar próprio da filosofia, produzindo uma inaudita erupção de *cientismo* no sentido de uma imitação de procedimentos científicos pela comunidade filosófica. Esse cientismo se evidencia para ela particularmente pela *especialização precoce*, fragmentadora do campo de investigação. A especialização, escreve ela, é boa para a ciência, uma vez que suas ramificações se erigem sobre bases suficientemente sólidas. Mas a especialização pode ser prejudicial no campo da filosofia, cujas bases teóricas são elas mesmas especulativas e incertas, podendo ser profundamente enganosas se tratadas como se fossem fundamentos sólidos e confiáveis. O resultado dessa especialização precoce pode bem ser o que ela chamou de "uma desastrosa fragmentação da filosofia". Seu mal maior é impedir a visão dos eventuais vínculos de coerência entre as diversas ideias e teorizações filosóficas, retirando da filosofia a propriedade de *consiliência* – entendida por ela como a assunção heurística de que diferentes sub-domínios de nossas investigações devem ser heuristicamente complementares entre si, derivando sua força da unidade suposta do que se tem por objeto do conhecimento (considere, como exemplo em ciência, o suporte mútuo entre evolucionismo darwiniano, genética mendeliana e genética molecular). Em filosofia, o alcançar de consiliência é pelo menos indicativo de maior plausibilidade, sendo isso o que dá à confluência de ideias apresentadas no presente livro, por exemplo, um maior grau de plausibilidade. Em contraposição, quando falta qualquer possibilidade de comparação com uma ordenação mais geral de ideias, nossos procedimentos especializados de fundo especulativo se tornam eles mesmos inavaliáveis. Caímos assim facilmente em uma espécie fútil de argumentação, na qual perdemos os meios externos de apreciar a relevância daquilo mesmo que estamos discutindo.

Tanto o diagnóstico inadvertidamente otimista de Soames quanto o diagnóstico razoavelmente pessimista de Haack são, creio eu, susceptíveis de um certo grau de relativização. Em favor de Soames devemos notar que é hoje inegável a necessidade de especulações que requeiram conhecimento especializado. As ciências se desenvolvem e se ramificam rapidamente. Há, sem dúvida, muita coisa que só especialistas trabalhando em algum campo específico são capazes de realizar, sendo inegável a existência de inovações

---

[1] 2004.
[2] Ver Soames 2002, vol. 2, epílogo.
[3] Tugendhat 1992.
[4] 2016.

enriquecedoras – mesmo que especulativas e questionáveis – em questões específicas. Um exemplo dentre muitos outros tem sido a prolífica discussão sobre a natureza da consciência por filósofos como D. M. Armstrong, David Rosenthal, Daniel Dennett, Ned Block, Bernard Baars, Giulio Tononi e vários outros, feita em íntima conexão com a ciência[1]. Não há nada de errado nessa espécie de investigação, nem em investigações pontuais de questões secundárias[2]. E também não há em si mesmo nada de filosoficamente impróprio no expansionismo reducionista (*i.e*., generalizador e capaz de simplificar distorcivamente o modo como as coisas realmente são) a ser encontrado em filósofos formalmente motivados, que é comum às teorias causais criticadas no presente livro, conquanto elas não sejam vistas dogmaticamente, mas como desafios filosóficos de inegável originalidade e força dialética.[3] Afinal, foi só como resposta a esses desafios que se tornou possível o desenvolvimento das teorias neodescritivistas esboçadas nesse livro.

Afora isso podemos, por mera analogia, comparar a diferença entre filosofia abrangente, com propósitos sistematizadores, e muito da filosofia especializada, com a diferença que existe entre física teórica e a física experimental. A física experimental objetiva avaliar teorias através da observação empírica; a física teórica examina os resultados daqueles experimentos com o objetivo de produzir ou corrigir generalizações nomológicas. Sob uma perspectiva algo similar podemos conceber a distinção entre filosofia especializada e filosofia abrangente. A filosofia teórica abrangente deveria então, idealmente, ser capaz de utilizar os resultados interessantes de teorias mais especializadas, combinando-os na produção de sínteses mais amplas, justificando-se então pela coerência intrínseca entre as últimas. A síntese ampla possível (penso em Ernst Tugendhat ou Jürgen Habermas) teria, em contraposição, poder confirmatório com relação às teorias especializadas de que faz uso, avaliando-as e esclarecendo melhor o seu papel. Sob essa perspectiva, as duas espécies de trabalho filosófico poderiam ser, no final das contas, complementares.

Em todo o presente ensaio visei, através de um exame de teorias variadas, seguir o caminho da abrangência e reintegração, ainda que restrita à problemática da referência. Meu intento foi o de proceder de modo sistematizador e não-reducionista, procurando, sempre que fosse o caso, sustentar uma espécie de equilíbrio reflexivo entre (i) intuições do senso comum e da linguagem natural, (ii) as razões que a análise lógica nos permite encontrar, e ainda (iii) possíveis resultados da ciência. Tomo isso como um procedimento anti-reducionista *par excellence.*[4]

Como também tentei demonstrar, a aproximação das questões que enfatiza (criticamente) intuições de senso comum e da linguagem natural, não nos força a permanecer em um estágio pré-teorético superficial. O que se inicia como uma vaga apresentação panorâmica da gramática conceitual pode ser capaz de ser detalhado em direção a um tratamento inevitavelmente mais sistemático e rigoroso, que ao final torne o consenso entre especialistas geralmente possível, podendo assim ser chamado de ciência (*e.g.*, a teoria dos atos de fala fundada por J. L. Austin).

---

[1] *Cf.* Velmans & Schneider 2007.
[2] *E.g.,* Maurin 2013.
[3] Kripke foi ainda adolescente um admirador de David Hume, um filósofo que desafiou como ninguém o senso comum ao ser levado à conclusão de que a única coisa realmente existente no mundo seriam agrupamentos transitórios de ideias.
[4] *Cf.* Costa 2018, cap. II; ver ainda Searle 2008, pp. 15-17.

Creio que um resultado flagrante da sistematização aqui esboçada é o de tornar possível uma reconfiguração mais consistente e plausível de nossas ideias acerca dos mecanismos de referência. Dela emerge um quadro mais complexo, no qual uma maneira de ver aparentemente ultrapassada volta ao centro do palco, embora transfigurada, enquanto a outra maneira de ver, para alguns talvez insofismável, acaba por ter o seu seu papel reescrito como provedora de métodos e desafios profundamente originais e dialeticamente instigantes, senão imprescindíveis ao desenvolvimento das teses aqui defendidas, ainda que isso não seja suficiente para torná-la verdadeira.

REFERÊNCIAS

Não há um critério ideal para o que deve contar como referência. Segui aqui um critério maximizador, incluindo não só aquilo que me influenciou, diretamente ou não, mas também quase tudo o que de interesse acadêmico me caiu às mãos ao escrever esse livro.

Alston, P.W. 1964. *Philosophy of Language*. Englewood Cliffs: Prentice Hall.

Armstrong, D.M. 1999. *Mind and Body: An Opinionated Introduction.* Boulder: Westview Press.

Austin, J.A. 1962. *How to do Things with Words.* Oxford: Oxford University Press.

- 1979. Unfair to Facts. *Philosophical Papers.* Oxford: Oxford University Press.

Ayer, A.J. 1982. *Philosophy in the Twentieth Century.* Weidenfeld and Nicolson.

- 1952. *Language, Truth and Logic.* New York: Dover Publication.

Bach, Keith 1981. What's in a name? *Australasian Journal of philosophy*, v. 59, n. 4, p. 371-386, 1981.

Backer, G.P. 1974. Criteria: A New Foundation for Semantics. *Ratio* 16*,* pp. 156-189.

Baker, G.P. & Hacker, P.M.S. 1980. *Wittgenstein: Understanding and Meaning. An Analytical Commentary on the Philosophical Investigations.* Oxford: Oxford University Press.

Ball, Phillip 2000. *Life's Matrix; Biography of Water.* Farrah Straus & Giroux.

Baudelaire, Charles 1867. *Fusées.* (Wikisource: La Bibliothèque Libre)

Baumann, Pierre 2010. Kripke's Critique of Descriptivism Revisited. *Princípios*, vol. 17, n. 27, 167-201.

Bencivenga, Ermanno 1987. *Die Referenzproblematik: eine Enführung in die analytische Sprachphilosophie.* Frankfurt: Peter Lang.

Blackburn, Simon 1984. *Spreading the Word: Groundings in the Philosophy of Language.* Oxford: Clarendon Press 1984.

Block, Ned 1987. Functional Role and Truth-Condition. *Proceedings of the Aristotelian Society*.

Borges, J. L. 1999. *Obras Completas.* Trad. Bras. São Paulo: Editora Globo.

Brandon, R.B. 2000. *Articulating Reasons: An Introduction to Inferentialism*. Cambridge Mass.: Harvard University Press.

Braun, David 2015. Indexicals. *Stanford Encyclopedia of Philosophy* (Web), 2015.

- 2001. Indexicals. *Stanford Encyclopedia of Philosophy* (Web), 2008.

- 2006. Reference. *Stanford Encyclopedia of Philosophy* (Web), 2006.

Burge, Tyler 1982. Other Bodies, in A. Woodfield (ed.): *Thought and Object: Essays on Intentionality.* Oxford: Oxford University Press.

- 1979. Individualism and the Mental, in (eds.) P.A. French, T.E. Uehling Jr., H.K. Wettstein: *Midwest Studies in Philosophy, vol. IV, Studies in Metaphysics*, 73-121.

- 2005. Sinning against Frege, in *Truths, Thoughts, Reason: Essays on Frege*. Oxford: Clarendon Press.

Burks, Arthur 1951. A Theory of Proper Names. *Philosophical Studies* 2(3), 36-45.

Burks, Arthur 1949. Icon, Index and Symbol. *Philosophy and Phenomenological Research*, 673-689.
Campbell, Keith 1990. *Abstract Particulars.* Oxford: Blackwell.
Carnap, Rudolph 1956. *Meaning and Necessity: A Study in Semantics and Modal Logic.* Chicago: Chicago Press.
Chalmers, D.J. 2006. The Foundations of Two-Dimensional Semantics, in M. Garcia-Carpintero, J. Macià (eds.), *Two-Dimensional Semantics.* Oxford: Clarendon Press.
Collinghood 1938. *The Principles of Art.* Oxford: Clarendon Press.
Costa, Claudio 2022. Identidades sem Necessidade (Kripke), in *Arquiteturas Conceituais: Estudos Filosóficos.* Belo Horizonte: Dialética.
- 2021. "Fatos Empíricos", in *Textos esparsos - de filosofia teórica e prática.* Belo Horizonte: Editora Dialética.
- 2018. *Philosophical Semantics: Reintegrating Theoretical Philosophy.* Newcastle upon Tyne: Cambridge Scholars Publishing.
- 2014. *Lines of Thought: Rethinking Philosophical Assumptions*. Newcastle upon Tyne: Cambridge Scholars Publishing.
- 2011. "Identidade pessoal: por uma criteriologia mista", in *Paisagens conceituais: ensaios filosóficos.* Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- 2011. "Linguagem privada e o heteropsíquico", in *Paisagens Conceituais: ensaios filosóficos.* Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- 2002. *The Philosophical Inquiry: Towards a Global Account.* Lanham: University Press of America.
- 1999. "Fichte e a Metafísica do Sujeito", in *Estudos Filosóficos*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
Craine, Tim (1991). All the Difference in the World. *Philosophical Quarterly* 41, 162, pp. 1-26.
Davidson, Matthew (ed.) 2007. *On Sense and Direct Reference: Readings in the Philosophy of Language.* Boston: McGrawhill.
Descartes, René 2010 (1641). *Méditations métaphysiques*. Paris: Camvsat et Petit.
Devitt, Michael 1990. "Meanings just ain't in the Head", in George Boolos (ed.): *Meanings and Method: Essays in Honor of Hilary Putnam.* Cambridge: Cambridge University Press.
- 1989. Against Direct Reference. *Midwest Studies in Philosophy* 14, 206-240.
- 1981. *Designation.* New York: Columbia University Press.
Devitt, Michael & Kim Sterelny 1999. *Language and Reality: An Introduction to the Philosophy of Language*. Oxford: Blackwell Publishers, 2 ed.
Devitt, M. & R. Hanley (eds.) 2006. *The Blackwell Guide to the Philosophy of Language* Oxford: Blackwell.
Donnellan, Keith 1983. Kripke and Putnam on Natural Kind Terms, in C. Ginet and S. Shoemaker (eds.), *Knowledge and Mind.* Oxford: Oxford University Press.
Donnellan, Keith 1974. Speaking of Nothing, *The Philosophical Review* LXXXIII 1974, 3-32.
- 1972. Proper Names and Identifying Descriptions, in Donald Davidson and Gilbert Harman: *Semantics of Natural Language.* Boston: D. Reidel Publishing Company, pp. 373-375 (originalmente publicado em *Synthesis* 21, 1970, 335-58).
- 1966. Reference and Definite Descriptions. *Philosophical Review* 75.
Dummett, Michael 1993. What is a Theory of Meaning? (I) e What is a Theory of Meaning? (II), in *The Seas of Language*. Oxford: Clarendon Press.
- 1981a. *The Interpretation of Frege's Philosophy*. London: Duckworth.
- 1981b. *Frege: Philosophy of Language*. London: Duckworth, 2. ed.

Dupré, John 2000. Natural Kinds, in W.H. Newton-Smith (ed.): *A Companion to the Philosophy of Science.* Oxford: Blackwell.
- 1993. *The Disorder of Things: Metaphysical Foudations of the Disunity of Science.* Cambridge MA: Harvard University Press.
- 1981. Natural Kinds and Biological Taxa, *The Philosophical Review* 90, 66-91.
Elburne, Paul 2011. *Meaning: A Slim Guide to Semantics*. Oxford: Oxford University Press.
Erwin, E., L. Kleiman, E. Zemach 1974. The Historical Theory of Reference. *Australasian Journal of Philosophy*, 56, 50-56.
Evans, Gareth 1982. *Varieties of Reference*. Oxford: Clarendon Press.
- 1985. Semantic Theory and Tacit Knowledge, in G. Evans: *Collected Papers*. Oxford: Oxford University Press.
- 1981. Understanding Demonstratives, in H. Parrett & J. Bouveresse (eds.): *Meaning and Understanding.* Berlin: W. de Gruyter.
- 1973. The Causal Theory of Names, *Aristotelian Society: Supplementary Volume* 47.
Feldman, R. 2003. *Epistemology*. Englewood Cliffs, NJ: Prentice Hall.
Fitch, G.W. 2004. *Saul Kripke*. Ithaca: McGill-Queens University Press.
- 1980. *Naming and Believing*. Dordrecht: Kluwer.
Fogelin, Robert 1995. *Wittgenstein*. London: Routledge.
Frankfurt, Harry (2008): *Demons, Dreamers and Madmen: the Defense of Reason in Descartes Meditations.* Princeton: Princeton University Press.
Frege, Gottlob 1918. Der Gedanke, *Beitrage zur philosophie des deutschen Idealismus* I, 2, 58-77.
- 1969. Einleitung in die Logik, in H. Hermes, F. Kambartel, F. Kaulbach (eds.): *Nachgelassene Schriften*, 74-91. Hamburg: Felix Meiner.
- 1969. Ausführungen über Sinn und Bedeutung, in H. Hermes, F. Kambartel, F. Kaulbach (eds.): *Nachgelassene Schriften*, 128-135. Hamburg: Felix Meiner.
- 1892. Sinn und Bedeutung. *Zeitschrift für Philosophie und philosophische Kritik,* NF 100, 25-50.
- 1892. Über Begriff und Gegenstand. *Vierteljahreschrift für wissenschaftliche Philosophie* 16, 192-205.
- 1988 (1884). *Die Grundlagen der Arithmetik*. Hamburg: Felix Meiner.
- 2009. *Lógica e Filosofia da Linguagem,* ed. e trad. Paulo Alcoforado. São Paulo: Edusp.
Gallant, J., A., G. Huth, Tyler Lee, Shinji Nishimoto, N. I. Bilenko, A. T. Vu, 2016. Decoding the Semantic Content of Natural Movies from Human Brain Activity. *Frontiers in System Neuroscience.* (Web)
Garcia-Carpintero, M. & J. Macià (ed.), 2006. *Two-Dimensional Semantics*. Oxford: Clarendon Press.
Gillberg, Christopher, 2002. *A Guide do Asperger Syndrome*. Cambridge: Cambridge University Press.
Glock, H-J. 1996. *Wittgenstein Lexikon.* Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft.
Graff, Falia dellia 2015. Names are Predicates. *Philosophical Review*, vol. 124/1.
Green, M.S. 2021. *The Philosophy of Language.* Oxford: Oxford University Press.
Grice, Paul 1989. *Studies in the Ways of Words.* Cambridge Mass: Harvard University Press.
Grice, H.P. & P.F. Strawson. 1956. In Defense of a Dogma. *The Philosophical Review* 65, pp. 141-158.
Haack, Susan 2016. *Reintegrating Philosophy*, (eds.) J.F. Göhner, G-M. Jung. Springer Verlag.
- 1978. *Philosophy of Logic.* Cambridge: Cambridge University Press.

Hacker, P.M.S. 1986. *Insight and Illusion.* Oxford: Oxford University Press.
Hempel, C.G. 1967. *Philosophy of Natural Science,* Englewood Cliffs: Prentice-Hall.
Hughes, Christopher 2004. *Kripke: Names, Necessity and Identity.* Oxford: Clarendon Press.
Hume, David 1978 (1738). *A Treatise of Human Nature,* ed. L.A. Selby-Bigge 2a. edição revisada por P.H. Nidditch. Oxford: Clarendon Press.
Husserl, Edmund 2002 (1922). *Ideen zu einer reinen Phänomenologie und phänomenologischen Philosophie*. Berlin: De Gruyter.
- 1900. *Logische Untersuchungen II: Untersuchungen zur Phänomenologie und Theorie der Erkenntnis* (Internet Archive).
Hylton, Peter 2003. The Theory of Descriptions, in N. Griffin (ed.): *The Cambridge Companion to Bertrand Russell.* Cambridge: Cambridge University Press.
Jackson, Frank 2011. *Language, Names, and Information.* Oxford: Willey Blackwell.
- 1998. Reference and Descriptions Revisited. In J. E. Tomberlin (ed.): *Philosophical Perspectives 12: Language, Mind and Ontology*, 201-18. Blackwell: Oxford.
Kallestrup, Jesper 2012. *Semantic Externalism.* London: Routledge.
Kant, Emmanuel 1988 (1787). *Kritik der reinen Vernunft.* Frankfurt: Suhrkamp.
Kapitan, Tomis 2001. Indexical Identification: A Perspectival Account. *Philosophical Psychology*, 14, pp. 293-312.
Kaplan, David 1989. Demonstratives, in J. Almog, J. Perry e H. Wettstein: *Themes from Kaplan*, pp. 271-563. Oxford: Oxford University Press.
- 1978. Dthat, in P. Cole (ed.), *Pragmatics, Syntax and Semantics*, n. 9.
Katz, Jeremmy 1994. Names Without Bearers. *Philosophical Review*, n. 103, v. 1, p. 1-39.
- 1990. Has the Description Theory of Names been Refuted? In G. Boolos (ed.): *Meaning and Method: Essays in Honour of Hilary Putnam,* 31-61. Cambridge: Cambridge University Press.
- 1977. *Propositional Structure and Illocutionary Force.* New York: Crowell.
Kripke, Saul 2013 (1973). *Reference and Existence: The John Locke Lectures.* Oxford: Oxford University Press.
Kornblith, Hilary 1980. Referring to Artifacts, *Philosophical Review* 89, 109-14.
Kripke, Saul 2011. Vacuous Names and Fictional Entities, in *Philosophical Troubles: Collected Papers*, vol. I. Oxford: Oxford University Press.
- 1980 (1970). *Naming and Necessity*. Cambridge: Harvard University Press.
- 1979. A Puzzle about Belief, in A. Margalit (ed.): *Meaning and Use*. Dordrechts, The Niederlands: Reidel.
- 1977. Speaker's Reference and Semantic Reference, P.A. French et all, *Contemporary Perspectives in the Philosophy of Language*, Midweat Studies in Philosophy, no. 2, 6-27. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- 1971. Identity and Necessity, in M.K. Munitz (ed.): *Identity and Individuation*, 135-64. New York: New York University Press.
Kroon, F.W. 1987. Causal Descriptivism. *Australasian Journal of Philosophy* 65, 1-17.
Künne,Wolfgang 2003. *Conceptions of Truth* .Oxford: Oxford University Press.
Laporte, Joseph 2004. *Natural Kinds and Conceptual Change.* Cambridge: Cambridge University Press.
- 2000. Rigidity and Kind. *Philosophical Studies* 97, 296-316.
Larson, R., G. Segal 1995. *Knowledge of Meaning: An Introduction to Semantic Theory.* Cambridge Mass.: MIT Press.
Lewis, D.K. 1997. Naming the Colors. *Australasian Journal of Philosophy* 75, 325-42.
- 1984. Putnam's Paradox. *Australasian Journal of Philosophy*, 62, 221-236.

- 1979. How to Define Theoretical Terms. *Journal of Philosophy*, 67, 427-46.
- 1969. *Convention: A Philosophical Study*. Cambridge: Harvard University Press.
Loar, Brian 1976. The Semantics of Singular Terms. *Philosophical Studies,* vol. 30, 353-367.
Locke, John 1975 (1689). *An Essay Concerning Human Understanding*. Clarendon Press: Oxford.
Luntley, Michael 1999. *Contemporary Philosophy of Thought: Truth, World, Content.* Oxford: Blackwell.
Lycan, William 2006. The Meaning of Water: An Unsolved Problem, in E. Sosa & E. Vallanueva (eds.): *Philosophy of Language*, *Philosophical Issues*, 16, 184-199.
- 2006. Names, in M. Davitt & R. Hanley (eds.): *The Blackwell Guide to Philosophy of Language,* Oxford: Blackwell.
- 2003. Some Flaws in Searle's Theory of Proper Names, Philosophy 74, fall.
- 1999. *Philosophy of Language: A Contemporary Introduction.* London: Routledge.
Lynski, Leonard 1977. *Names and Descriptions.* Chicago: University of Chicago Press.
Mackie, J.L. 1974. *The Cement of Universe: A Study of Causation*. Oxford: Oxford University Press.
Marcus, R.B. 1993. Modalities and Intentional Languages. *Synthese* 13, 303-322. Republicado em R.B. Marcus: *Modalities: Philosophical Essays,* Oxford: Oxford University Press.
Maurin, Anna-Sofia 2013. Infinite Regress Arguments. In *Johansonnian Investigations* , C. Svennerling, J. Almäng, R. Ingthorson, eds. Heusenstamm. Ontos Verlag, pp. 421-448.
McDowell, John 1992. Putnam on Mind and Meaning. *Philosophical Topics* 20, 1, 35-48.
Martinich, A.P. (ed.) 1996. *The Philosophy of Language.* New York: Oxford University Press.
Mellor, D.H. 1977. Natural Kinds. *British Journal for the Philosophy of Science,* 28, 299-312.
Mill, J.S.: 2002 (1891). *System of Logic: Ratiocinative and Inductive*. Honolulu: University Press of the Pacific.
Monk, Ray 1990. *Ludwig Wittgenstein: The Duty of Genius.* New York: Penguin Books.
Moore, G. E. 1953: "The meaning of real", in *Some Main Problems of Philosophy*. London: George Allen & Urwin.
Morris, C.W. 1938. *Foundations of the Theory of Signs.* Chicago: The University of Chicago Press.
Mulligan, K., P. Simons e B. Smith 2006. What is Wrong with Contemporary Philosophy? *Topoi* 25, 63-67.
Neale, Stephen 1990. *Descriptions,* Cambridge Mass.: MIT Press.
Noonan, Harold 2013. *Kripke and Naming and Necessity*, London: Routledge.
O'Brien, Edna 2011. *James Joyce: A Life.* New York: Penguin Books.
Orilia, Francesco 2009. *Singular Reference: A Descriptivist Perspective*. Springer Verlag.
Ostertag, Garry (ed.) 1998. *Definite Descriptions: A Reader.* Cambridge Mass.: MIT Press.
Patzig, Günter 1980. *Tatsachen, Normen, Sätze: Aufsätze und Vorträge.* Stuttgart: Reclam.
Perry, John 2012. *Reference and Reflexivity, 2nd Edition.* Center for the Study of Language and Informat.
- 1979. The Problem of the Essential Indexical. *Nous*, 13, 3-20.
- 1977. Frege on Demonstratives, *Philosophical Review* 86, 474-97.
Pessin, A., S. Goldberg (eds.) 1996. *The Twin Earth Chronicles: Twenty Years of Reflexion on Hilary Putnam's* The Meaning of 'Meaning'. New York: M.E. Sharpe.
Popper, Karl 2002. *The Logic of Scientific Discovery*. London: Routledge.
Putnam, Hilary 1989. *Representation and Reality*. Cambridge: MIT Press.

- 1981. *Reason, Truth and History.* Cambridge: Cambridge University Press.
- 1975. The Meaning of 'Meaning'. In K. Gunderson (ed.): *Language, Mind and Knowledge.*, 131-193. Mineapolis: Minnesota University Press. Reimpresso em H. Putnam. 1975. *Mind, Language and Reality: Philosophical Papers, volume 2*. Cambridge: Cambridge University Press.
- 1973. Meaning and Reference. *Journal of Philosophy* 70, 699-711.
Quine, W.V. 1980 (1953). *From a Logical Point of View,* Cambridge Mass: Harvard University Press.
Recanati, François 2012. *Mental Files.* Oxford: Oxford University Press.
Reimer, M. & A. Bezuidenhout (eds.) 2004. *Descriptions and Beyond.* Oxford: Oxford University Press.
Reimer, Marga 2002. Review of John Perry, *Referrence and Reflexivity.* In *Notre Dame Philosophical Reviews.*
Ryle, Gilbert 1957. The Theory of Meaning. In C.A. Mace: *British Philosophy in the Mid-Century.* London: George Allen & Urwin.
- 1953. "Ordinary Language". *Philosophical Review*, p. 157 ss.
Rosenthal, D.M. 2005. *Consciousness and Mind*. Oxford: Oxford University Press.
Rosch, Eleanor 1973. On the Internal Structure of Perceptual and Semantic Categories. In T.E. Moore (ed.), *Cognitive Development and the Acquisition of Language,* New York: Academic Press.
Russell, Bertrand 1966. *An Inquiry into Meaning and Truth.* London: Allen & Unwin.
- 1957. Mr. Strawson on Referring, in A.P. Martinich: *The Philosophy of Language*. Originalmente publicado em *Mind* 66.
- 1945 (1976). *A History of Western Philosophy*. New York: Simon & Schuster.
- 1919. *Introduction to Mathematical Philosophy.* London: George Allen & Urwin.
- 1994 (1918). The Philosophy of Logical Atomism, in *Logic and Knowledge: Essays 1901-1.950*, (ed.) R.C. Marsch. London: Routledge.
- 1918. Knowledge by Acquaintance and Knowledge by Descriptions, in *Misticism and Logic and Other Essays.* London: Longmans.
- 1980 (1912). *The Problems of Philosophy.* Oxford: Oxford University Press.
- 1905. On Denoting, *Mind* 14, 479-493.
Sainsbury, Mark 1979. *Russell*. London: Routledge & Kegan Paul.
Salmon, N.U. 1980. *Reference and Essence.* NewYork: Prometeus Book 2005.
Schlick, Moritz 1936. Meaning and Verification. *Philosophical Review*, vol. 45, 339-368.
Schulte, Joachim 1982. Bedeutung und Verifikation. *Gräzer philosophische Studien,* vol. 16/17, 241-253.
Schwartz, S.P. 2006. General Terms and Mass Terms, in M. Devitt & R. Hanley (eds.): *The Blackwell Guide to Philosophy of Language.* Oxford: Blackwell.
- 2002. Kinds, General Terms, and Rigidity: A Reply to LaPorte. *Philosophical Studies* 109, 2002, pp. 265-277.
- 1978. Putnam on Artifacts. *Philosophical Review* 87, 566-74.
Schwartz, S.P. (ed.) 1977. *Naming, Necessity, and Natural Kinds.* Ithaca: Cornell University Press.
Searle, J.R. 2007. What is Language? Some Preliminary Remarks. In ed. S. Tsohatzidis: *John Searle's Philosophy of Language: Force, Meaning and Mind.* Cambridge: Cambridge University Press 2007.
- 2004. *Mind: A Brief Introduction.* Oxford: Oxford University Press.

- 1998. Truth: A Reconsideration of Strawson's View. In L.E. Hahn (ed.): *The Philosophy of P. F. Strawson.* Chicago: Open Court.
- 1983. *Intentionality.* Cambridge: Cambridge University Press.
- 1979. Referencial and Attributive. In J.R. Searle, *Expression and Meaning: Studies in the Theory of Speech Acts.* Cambridge: Cambridge University Press.
- 1969. *Speech Acts: An Essay in the Philosophy of Language.* Cambridge: Cambridge University Press.
- 1967. Proper Names and Descriptions. In Paul Edwards (ed.): *The Encyclopedia of Philosophy.* London: Macmillan Publishers, vol. 6.
- 1958. Proper Names, *Mind* 67, 1958, 166-173.
Segal, Gabriel 2000. *A Slim Book About Narrow Content*. Cambridge MA: Mit Press.
Simons, Peter 1994. Particulars in Particular Clothings: Three Trope Theories of Substance. *Philosophy and Phenomenological Research*, 54, 553-75.
Smith, A.D. 2005. Natural Kind Terms: A Neo-Lockean Theory. *European Journal of Philosophy*, 13, 70-88.
Soames, Scott 2004. *Reference and Description: The Case Against Two-Dimensionalism.* Princeton: Princeton University Press.
- 2003. *Philosophical Analysis in the Twentieth Century.* 2 vols. Princeton: Princeton University Press.
- 2002. *Beyond Rigidity: The Unfinished Semantic Agenda of Naming and Necessity.* Oxford: Oxford University Press.
Speaks, Jeffrey 2018. Things a Millian can Say about Empty Names. (Web)
Stalnaker, Robert 1976. Propositions. A. MacKay and D. Merrill (eds.) *Issues in the Philosophy of Language.* New Haven and London: Yale University Press, 79-91.
Stanley, Jason 1997. Names and Rigid Designation. In B. Hale e C. Wright (eds.): *A Companion to the Philosophy of Language.* Oxford: Blackwell.
Stanley, Jason & Timothy Williamson 1995. "Quantifiers and Context Dependence". *Analysis* 55.4, 291-295.
Stenius, Erik 1981. The Picture Theory and Wittgenstein's Later Attitude to it, in I. Block (ed.): *Perspectives in the Philosophy of Wittgenstein,* Oxford: Oxford University Press 1981.
Sterelny, Kim 1983. On Natural Kind Terms. *Pacific Philosophical Quarterly* 44, 110-25.
Strawson, P.F. 1998. Reply to Searle, in L.E. Hahn (ed.): *The Philosophy of Strawson.* Chicago: Open Court 1998.
- 1971. Truth, in: *Logico-Linguistic Papers,* Oxford: Oxford University Press.
- 2003 (1959). *Individuals: An Essay on Descriptive Metaphysics.* London: Routledge.
- 1952. *Introduction to Logical Theory.* London: Methuen & co.
- 1950. On Referring. *Mind* 59, 320-344.
Stroll, Avrum 2009. *Informal Philosophy.* Lanham: Rownman & Littlefield Publishers.
- 1996. *Sketches and Landscapes.* Cambridge MA: MIT-Press.
Swinburne, R.G. 1987. Analyticity, Necessity and Apriority, in P.K. Moser: *A Priori Knowledge.* Oxford: Oxford University Press.
Textor, Max 2011. *Frege on Sense and Reference.* New York: Routledge.
Tréhin, Jules 2006. *Urville*. London: Jessica Kingsley Publ.
Tugendhat, Ernst 1992. Überlegungen zur Methode der Philosophie aus analytischen Sicht, in *Philosophische Aufsätze.* Frankfurt: Suhrkamp.
- 1992. Die Bedeutung des Ausdrucks 'Bedeutung' bei Frege, in *Philosophische Aufsätze.* Frankfurt: Suhrkamp.

- 1976. *Vorlesungen zur Einführung in die sprachanalytische Philosophie*. Suhrkamp: Frankfurt. Trad. port. 2006. *Lições Introdutórias à Filosofia Analítica da Linguagem.* Ijuí: Editora Unijuí.
Tugendhat, Ernst. & Ursula Wolf 1983. *Logische-Semantik Propädeutik*. Stuttgart: Reclam. Trad. port. 1997. *Propedêutica Lógico-Semântica*. Petrópolis: Editora Vozes.
Unger, Peter 1983. The Causal Theory of Reference. *Philosophical Papers* vol. 43, 1-45.
Velmans, M. & S. Schneider (eds.) 2007. *The Blackwell Companion to Consciousness.* Malden USA: Blackwell.
Waismann, Friedrich 1986. *Logik, Sprache, Philosophie.* Stuttgart: Reclam.
Wettstein, Howard 2004. *The Magic Prism: An Essay in the Philosophy of Language.* Oxford: Oxford University Press.
- 1981. Demonstrative Reference and Definite Descriptions. *Philosophical Studies* 40, pp. 241-257.
Wiggins, David 1995. The Kant-Frege-Russell View of Existence: Toward the Rehabilitation of the Second Level View, in W. Sinnot-Armstrong, D. Raffman, N. Asher (eds.): *Modality, Morality and Belief. Essays in Honor of Ruth Barcan Marcus.* Cambridge: Cambridge University Press.
Williams, D.C. 2018. *The Elements and Patterns of Being*, Oxford: Oxford University Press.
- 1953. The Elements of Being. *Review of Metaphysics*, vol. 7 (2). 3-18, 171-192.
Wittgenstein, Ludwig 2001. *Wittgenstein's Lectures: Cambridge 1932-1935*, (ed.) Alice Ambrose. New York: Prometeus
- 1986. *The Blue and the Brown Books.* Oxford: Oxford University Press.
- 1984a. *Über Gewissheit.* Frankfurt: Suhrkamp (*Werkausgabe*).
- 1984b. *Philosophische Untersuchungen*. Frankfurt: Suhrkamp.
- 1984c. *Philosophische Bemerkungen.* Frankfurt: Suhrkamp.
- 1984d. *Ludwig Wittgenstein und der Wiener Kreis.* Frankfurt: Suhrkamp.
- 1984e. *Tractatus Logico-Philosophicus.* Frankfurt: Suhrkamp.
- 1980. *Wittgenstein's Lectures: Cambridge 1930-1932,* (ed.) D. Lee. Oxford: Oxford University Press.
Zemach, Eddy 1986. Putnam's Theory on the Reference of the Substance Terms. *Journal of Philosophy* 73, 116-27.
Ziff, Paul 1963. The Meaning of Proper Names, *Mind* 72.
Ziff, Paul 1960. *Semantic Analysis*. Ithaca NY: Cornell University Press.